

Carta Estratégia de Desenvolvimento para o concelho da Marinha Grande

Relatório Final

Dezembro | 2015

Título

Carta Estratégia
de Desenvolvimento para o concelho
da Marinha Grande de Desenvolvimento Urbano

Dezembro 2015



Câmara Municipal da Marinha Grande

Trabalho desenvolvido com a consultoria e assistência técnica
da Sociedade de Consultores Augusto Mateus & Associados



ÍNDICE GERAL

ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS	4
A. NOTA INTRODUTÓRIA	5
B. DIAGNÓSTICO PROSPETIVO	8
B.1 ENQUADRAMENTO TERRITORIAL	8
B.1.1 Localização geográfica e sistema urbano	8
B.1.2 Infraestruturas e acessibilidades	12
B.1.3 A Marinha Grande no contexto nacional e regional	18
B.2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO	30
B.2.1 Enquadramento geral do concelho	30
B.2.2 Espaços naturais, florestais e agrícolas	32
B.2.3 Territórios artificializados e parque edificado	39
B.2.4 Breve caracterização territorial das freguesias	47
B.3 COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA	57
B.3.1 Caracterização das dinâmicas demográficas e sociais	57
B.3.2 Equipamentos e respostas sociais	65
B.4 DINÂMICA EMPRESARIAL E ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA	71
B.5 PAISAGEM, RECURSOS NATURAIS E CULTURAIS E SUSTENTABILIDADE	78
B.5.1 Recursos naturais e culturais	78
B.5.2 Principais constrangimentos e riscos ambientais	104
B.5.3 Dinâmicas turísticas	111
B.6 SÍNTESE DO DIAGNÓSTICO	118
B.6.1 Grandes números	118
B.6.2 Análise SWOT	119
C. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS E SUA OPERACIONALIZAÇÃO	133
C.1 PRIORIDADES DE DESENVOLVIMENTO	133
C.2 LINHAS ESTRATÉGICAS E AÇÕES A IMPLEMENTAR	136

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 – PERIFERIZAÇÃO RELATIVAMENTE À POPULAÇÃO POR AUTOMÓVEL.....	8
FIGURA 2 – ACESSIBILIDADE POTENCIAL POR RODOVIA NO ESPAÇO EUROPEU	8
FIGURA 3 – LOCALIZAÇÃO DA MARINHA GRANDE NO ÂMBITO DO SISTEMA URBANO E ACESSIBILIDADES EM PORTUGAL CONTINENTAL	9
FIGURA 4 – MODELO TERRITORIAL DA PROPOSTA DE PROT-CENTRO: CONCENTRAÇÕES RESIDENCIAIS E DE EMPREGO E REDE VIÁRIA FUNDAMENTAL	10
FIGURA 5 – MODELO TERRITORIAL DA PROPOSTA DE PROT-CENTRO: NUCLEAÇÕES URBANAS, RELAÇÕES FUNCIONAIS E REDES	11
FIGURA 6 – MODELO TERRITORIAL DA PROPOSTA DE PROT-CENTRO: SUB-SISTEMA URBANO DE LEIRIA – MARINHA GRANDE/PINHAL LITORAL	12
FIGURA 7 – CONCELHO DA MARINHA GRANDE: REDES DE TRANSPORTES E INFRAESTRUTURAS	13
FIGURA 8 – INDICADORES DE ACESSIBILIDADE DOS MUNICÍPIOS DO CONTINENTE AO TERRITÓRIO CONTINENTAL	16
FIGURA 9 – DISTÂNCIA MÉDIA DOS MUNICÍPIOS DO CONTINENTE AOS AEROPORTOS	17
FIGURA 10 – DISTÂNCIA MÉDIA DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO CENTRO AOS SEUS PORTOS	17
FIGURA 11 – COBERTURA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS A NÍVEL NACIONAL.....	18
FIGURA 12 – SALDO MIGRATÓRIO POR MUNICÍPIO	21
FIGURA 13 – ESTRATÉGIA PROT-CENTRO: PROSPETIVA ECONÓMICA E INOVAÇÃO.....	25
FIGURA 14 – CONCELHO DA MARINHA GRANDE: DIVISÃO DAS FREGUESIAS E PRINCIPAIS AGLOMERADOS.....	32
FIGURA 16 – OCUPAÇÃO DO SOLO	32
FIGURA 17 – MATA NACIONAL DE LEIRIA: CARTA DE LOCALIZAÇÃO E INSERÇÃO ADMINISTRATIVA	34
FIGURA 18 – MAPA DAS ÁREAS PROTEGIDAS, REDE NATURA 2000 E REGIME FLORESTAL DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE.....	35
FIGURA 19 – FREGUESIA DA MARINHA GRANDE.....	48
FIGURA 20 – ZONA INDUSTRIAL DA MARINHA GRANDE E ÁREA DE AMPLIAÇÃO.....	50
FIGURA 21 – FREGUESIA DE VIEIRA DE LEIRIA	53
FIGURA 22 – FREGUESIA DA MOITA.....	55
FIGURA 23 – CONCELHO DA MARINHA GRANDE: SUPERFÍCIE E POPULAÇÃO DAS FREGUESIAS.....	57
FIGURA 14 – EIDT-LEIRIA: PORTEFÓLIO DE INDÚSTRIAS E CLUSTERS	75
FIGURA 24 – MATA NACIONAL DE LEIRIA	79
FIGURA 25 – ARRIBAS DE SÃO PEDRO DE MOEL.....	81
FIGURA 26 – PRAIA VELHA	81
FIGURA 27 – RIO LIS	82
FIGURA 28 – ANTE PLANO DE URBANIZAÇÃO DE S. PEDRO DE MUEL, LIMA FRANCO.....	97
FIGURA 29 – ANTE PLANO URBANIZAÇÃO DE S. PEDRO DE MUEL, LIMA FRANCO.....	97
FIGURA 30 – PRIORIDADES E LINHAS ESTRATÉGICAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO CONCELHO.....	135

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – INDICADORES DE POPULAÇÃO	20
GRÁFICO 2 – INDICADORES DE EDUCAÇÃO	22
GRÁFICO 3 – INDICADORES ECONÓMICOS E DE MERCADO DE TRABALHO	23
GRÁFICO 4 – INDICADORES SOCIAIS	26
GRÁFICO 5 – INDICADORES DE CULTURA E DESPORTO	27
GRÁFICO 6 – INDICADORES AMBIENTAIS	28
GRÁFICO 7 – PERCENTAGEM DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS DE USO SAZONAL	40
GRÁFICO 8 – IDADE MÉDIA DOS EDIFÍCIOS	41
GRÁFICO 9 – PERCENTAGEM DE ALOJAMENTOS FAMILIARES CLÁSSICOS ARRENDADOS OU SUBARRENDADOS	41
GRÁFICO 10 – DISTRIBUIÇÃO DOS BAIRROS SOCIAIS EXISTENTES NO PINHAL LITORAL	42
GRÁFICO 11 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE FOGOS DE HABITAÇÃO SOCIAL	43
GRÁFICO 12 – RESÍDUOS URBANOS RECOLHIDOS POR HABITANTE	46
GRÁFICO 13 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS NO PINHAL LITORAL	59
GRÁFICO 14 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE SEGUNDO GRUPOS ETÁRIOS NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE, POR FREGUESIA	59
GRÁFICO 15 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO MUNICÍPIO DA MARINHA GRANDE, SEGUNDO NÍVEL DE EDUCAÇÃO/ENSINO	60
GRÁFICO 16 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE ABANDONO ESCOLAR	61
GRÁFICO 17 – EVOLUÇÃO DO N.º DE BENEFICIÁRIAS/OS DO RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO	64
GRÁFICO 18 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MÉDICAS/OS NA REGIÃO DE LEIRIA	68
GRÁFICO 18 – ESPECIALIZAÇÃO PRODUTIVA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE E DA REGIÃO DE LEIRIA NO CONTEXTO DA REGIÃO CENTRO	73
GRÁFICO 19 – VALÊNCIAS CULTURAIS DAS ASSOCIAÇÕES EXISTENTES NO CONCELHO	103
GRÁFICO 20 – NÚMERO DE DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS SEGUNDO O PAÍS DE RESIDÊNCIA HABITUAL	116

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – ESTRUTURA E DINÂMICA EMPRESARIAL DA MARINHA GRANDE, 2011-2014	71
TABELA 3 – ESTRUTURA E DINÂMICA DA INDÚSTRIA TRANSFORMADORA NA MARINHA GRANDE, 2011-2014	72
TABELA 4 – MOBILIDADE GEOGRÁFICA DO EMPREGO NA REGIÃO DE LEIRIA, 2011	74
TABELA 4 – RELAÇÃO ENTRE AS LINHAS DE AÇÃO DAS PLATAFORMAS DE INOVAÇÃO DA RIS 3 DO CENTRO E OS DOMÍNIOS DIFERENCIADORES EM QUE SE PODEM INTEGRAR OS EIXOS DE ESPECIALIZAÇÃO INTELIGENTE DA EIDT-LEIRIA	77
TABELA 2 – SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE	93
TABELA 3 – CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR TIPO DE CONSUMO NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE	108
TABELA 4 – ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS POR CONCELHO DA REGIÃO DE LEIRIA	114
TABELA 5 – CAPACIDADE DE ALOJAMENTO NA REGIÃO DE LEIRIA	114
TABELA 6 – NÚMERO DE DORMIDAS NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA REGIÃO DE LEIRIA	115
TABELA 7 – NÚMERO DE HÓSPEDES NOS ESTABELECIMENTOS HOTELEIROS NA REGIÃO DE LEIRIA	115
TABELA 8 – ESTADA MÉDIA E TAXA DE OCUPAÇÃO NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE	116

Abreviaturas e acrónimos

CDRdP-IPL - Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto do Instituto Politécnico de Leiria

CENFIM - Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica

CENTIMFE - Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais e Plásticos

DGEST - Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

EIDT-Leiria - Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria

ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais

ETES - Sistema de Tratamentos dos Efluentes de Suinicultura

GAV – Gabinete de Apoio à Vítima

GEE - Gases com Efeito de Estufa

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IGT – Instrumentos de Gestão Territorial

ISDOM - Instituto Superior D. Dinis da Marinha Grande

LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil

MNCL - Mata Nacional do Casal da Lebre

MNL – Mata Nacional de Leiria

MNP - Mata Nacional do Pedrogão

PAICD - Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas

PAPERSU - Plano de Ação do PERSU2020

PARU - Plano de Ação de Regeneração Urbana

PDM - Plano Diretor Municipal

PDS - Plano de Desenvolvimento Social

PEDU - Plano de Desenvolvimento Estratégico

PGF-MNL - Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de Leiria

PNPOT - Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

POOC-OMG - Plano de Ordenamento da Orla Costeira Ovar – Marinha Grande

PROF - Plano Regional de Ordenamento Florestal

PROT-Centro – Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro

RAN – Rede Agrícola Nacional

REN – Rede Ecológica Nacional

RSI - Rendimento Social de Inserção

RSU - Resíduos Sólidos Urbanos

RTE-T - Rede Transeuropeia de Transportes

SCT - Sistema Científico e Tecnológico

TUMG - Transportes Urbanos da Marinha Grande

VAB - Valor Acrescentado Bruto

A. Nota introdutória

O presente documento diz respeito ao **Relatório técnico** de fundamentação da **Carta Estratégica de Desenvolvimento do Município da Marinha Grande**. A pertinência e oportunidade de realização deste trabalho integra-se num processo já em curso no município, de reflexão e atualização dos seus Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), em particular, o processo de Revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) da Marinha Grande. Neste contexto, considerou-se ser necessário complementar os trabalhos em curso com uma reflexão de carácter mais estratégico sobre o desenvolvimento do concelho, que pudesse orientar globalmente as opções a tomar e as apostas prioritárias nos diferentes domínios.

De modo a poder contribuir, em tempo útil, para o processo de revisão do PDM, a opção tomada foi a de desenvolver não um Plano Estratégico de carácter mais exaustivo e de execução mais prolongada, mas antes uma **Carta Estratégica**, que pudesse desde já capitalizar os resultados dos trabalhos e levantamentos realizados em sede de revisão do PDM, complementando-os e aprofundando-os nas áreas consideradas pertinentes, e que se centrasse na construção, de forma organizada, partilhada e participada, de uma visão sobre as prioridades e linhas estratégicas de desenvolvimento do território, identificando ainda um conjunto de projetos estruturantes e respetivo modelo de governação. Pretendeu-se assim **otimizar os recursos, garantir uma grande focalização na dimensão estratégica e operacionalidade e possibilitar a disponibilização pública e o começo da sua implementação ao longo do primeiro semestre de 2016**.

Destaca-se a ambição de atribuir à **Carta Estratégica do Município de Marinha Grande um carácter completo e abrangente**, reconhecido e assumido por **entidades públicas, privadas e do terceiro setor**. A existência de entidades públicas, privadas e do terceiro setor, com experiência de trabalho comprovada nas diferentes temáticas e setores de relevância estratégica, recomendou a adoção de um processo de trabalho que privilegiasse a sua mobilização e envolvimento na condução do desenvolvimento do concelho.

A valorização desta componente na metodologia e programa de trabalhos adotada é reiterada pela necessidade de, por um lado, envolver os agentes e/ou entidades que já se mostram disponíveis para promover uma discussão orientada para a assunção de uma estratégia de desenvolvimento do concelho que seja global e partilhada e, por outro lado, despoletar noutros agentes, ainda não sensibilizados para esta abordagem, a receptividade às vantagens de uma atuação conjunta e concertada.

A metodologia desenvolvida internalizou, pois, a preocupação da **Carta Estratégica da Marinha Grande** garantir uma **leitura territorial integrada**, concedendo destaque privilegiado à construção de uma estratégia que combinasse a identificação das **prioridades e linhas estratégicas de desenvolvimento eleitas como as apostas da cidade e do território**, e colocando **ênfase na participação e envolvimento** como métodos de consensualização de objetivos e de construção e definição das ações estruturantes.

Para alcançar os objetivos metodológicos definidos ao nível da participação e envolvimento dos atores foi realizado **um ciclo de auscultação para a definição estratégica**, que incluiu¹:

- **Ciclo de workshops (crescimento inclusivo, crescimento sustentável e crescimento inteligente)**, com o objetivo de discutir as temáticas identificadas como centrais para o concelho, visando simultaneamente a participação e concertação estratégica e o alargamento, qualificação e fortalecimento da rede de protagonistas. Nestes *workshops* adotou-se uma abordagem transversal e não setorializada, juntando protagonistas das diferentes dimensões: das empresas às instituições de ensino e formação, dos comerciantes às associações ambientais, de desenvolvimento local e IPSS, entidades da administração central, serviços municipais, entre outros;
- **Ciclo de entrevistas**, a atores que, pelo seu envolvimento e protagonismo no desenvolvimento do concelho, se consideraram ser de importância estratégica, incluindo, além de entidades do setor privado, todas as forças políticas eleitas com representação nos órgãos do município;
- Participação em **reunião da Comissão Municipal de Acompanhamento do PDM**, com o objetivo de reforçar a relação entre os dois processos em curso, a articulação entre os diferentes instrumentos e internalizar as observações, preocupações e aspirações manifestadas pelos membros desta Comissão;
- **Uma sessão de apresentação e debate público**, que se constituiu como mais um momento de auscultação à comunidade, já numa fase em que se apresentaram para debate algumas das principais orientações da proposta, e que foi aberta a todos os que desejassem participar.

Paralelamente à recolha de informação nas sessões participativas e ao processo de envolvimento dos atores, foi realizada uma **análise prospetiva dos documentos e estudos existentes** com pertinência para a caracterização e diagnóstico do concelho, incluindo os já referidos estudos elaborados no âmbito do processo de revisão do PDM, os IGT em vigor ou elaborados às escalas nacional, regional e municipal, os documentos de programação aprovados no corrente período de financiamento comunitário e estudos setoriais de relevo. A informação recolhida por esta via foi depois complementada e validada com uma **recolha de dados quantitativos de referência e visitas ao local**, sendo ainda confrontada com a **informação aferida em sede de participação**. O diagnóstico elaborado resultou assim da análise comparativa e interpretativa de toda esta informação, de fontes e natureza diversas, e cuja síntese descritiva e principais conclusões se apresentam no **ponto B "Diagnóstico prospetivo"**.

Com base nas conclusões do diagnóstico e na informação veiculada no âmbito dos *workshops*, entrevistas e sessão pública relativamente às prioridades e ações em curso,

¹ A listagem de todas as entidades que participaram nos *workshops* e entrevistas realizadas é apresentada no Anexo I

planeadas ou propostas por cada um dos atores, foram posteriormente identificadas três grandes **linhas estratégicas de desenvolvimento**, e as respetivas **prioridades** a que visam dar resposta, para além de uma quarta linha, transversal às primeiras, centrada no modelo de governança necessário à boa implementação das linhas definidas. Para cada uma destas linhas foram ainda identificadas as **principais ações a implementar** que, no seu conjunto, viabilizam de forma integrada o alcançar dos objetivos estabelecidos em termos de desenvolvimento territorial do concelho. As prioridades e linhas estratégicas de desenvolvimento, bem como as principais ações a implementar apresentam-se no ponto **C "Orientações estratégicas e sua operacionalização"**.

Para além do **Relatório técnico** de fundamentação que aqui se apresenta foi ainda elaborado um **documento de síntese** da **Carta Estratégica de Desenvolvimento do Município da Marinha Grande**, orientado para uma ampla divulgação pública, de carácter mais propositivo e operacional, visando facilitar a transmissão das ideias-chave propostas a um conjunto de públicos-alvo alargado, promovendo, por esta via, a participação e o envolvimento amplo dos diferentes atores na fase de implementação.

B. Diagnóstico prospetivo

B.1 Enquadramento territorial

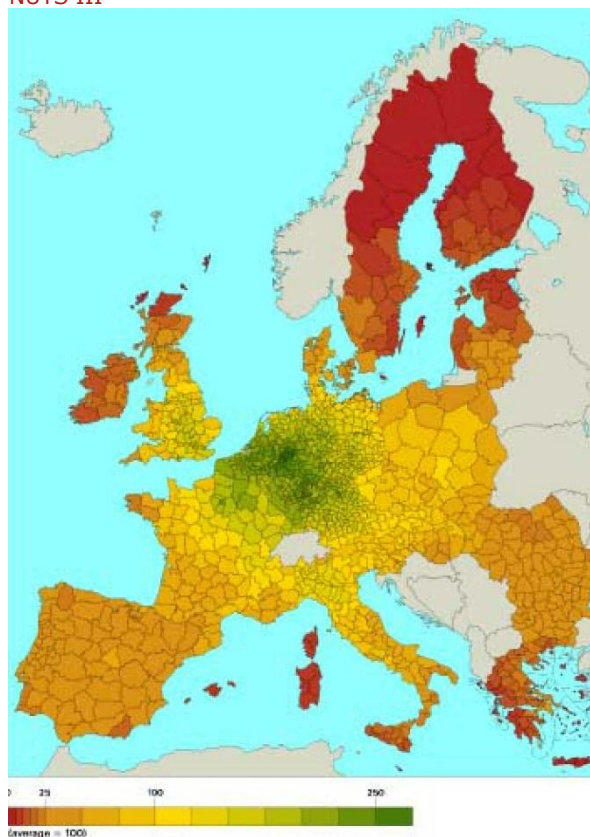
B.1.1 Localização geográfica e sistema urbano

O Concelho da Marinha Grande situa-se na região Centro de Portugal e na NUTS III Região de Leiria (anteriormente NUTS III Pinhal Litoral). Pertence ao distrito de Leiria e é limitado a Norte e a nascente pelo concelho de Leiria, a Sul pelo concelho de Alcobaça e a poente pelo Oceano Atlântico.

No quadro europeu, o Concelho da Marinha Grande ocupa uma posição geograficamente periférica e distante das áreas mais desenvolvidas do centro, o que tem claros reflexos na sua acessibilidade tanto a pessoas como aos mercados (ver Figura 1 e Figura 2).

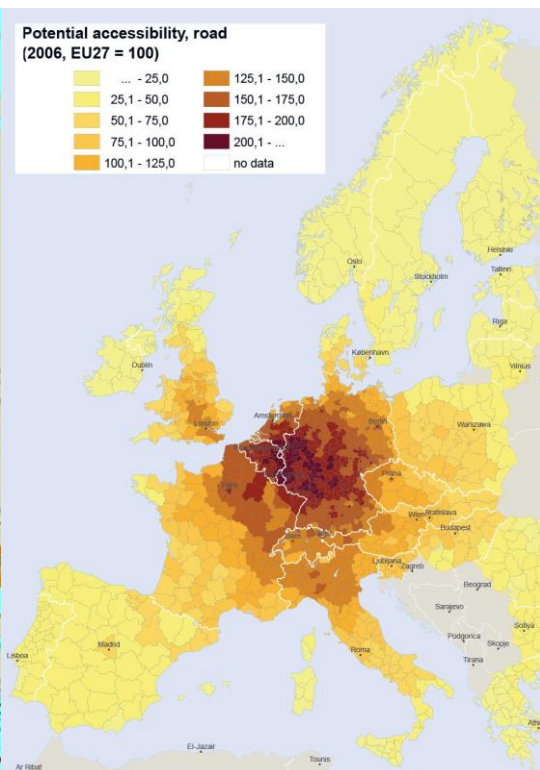
Figura 1 – Periferização relativamente à população por automóvel

NUTS III



Fonte: Carsten Schürmann, Ahmed Talaat (2000),
Towards a European Peripherality Index

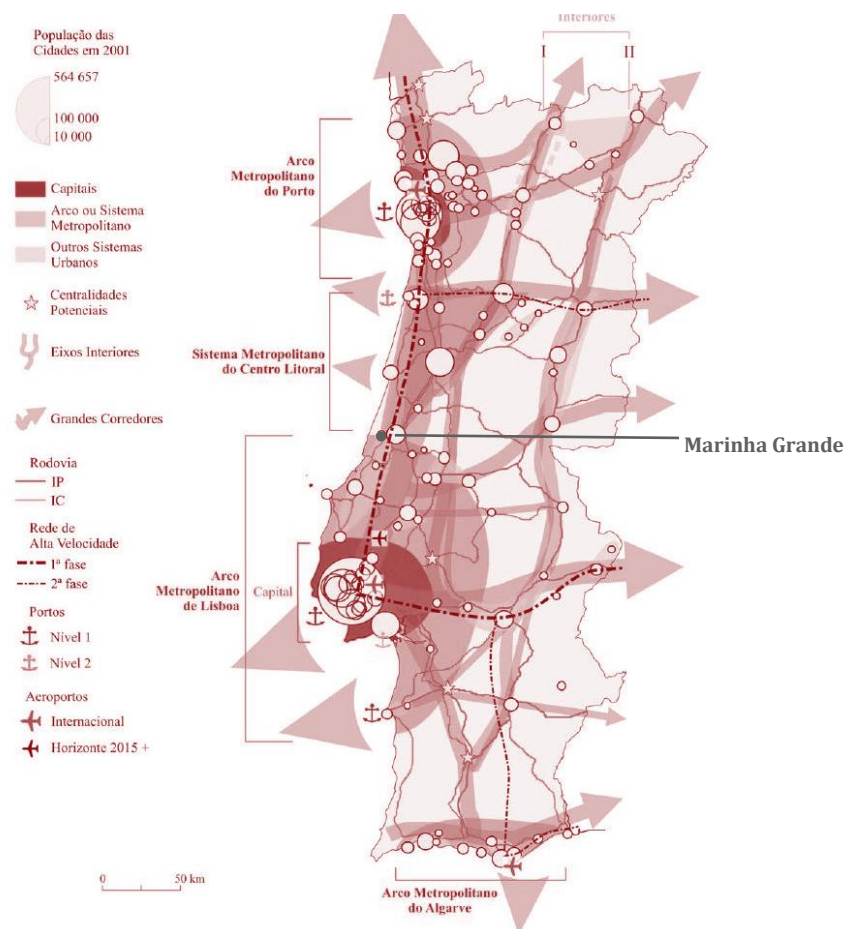
Figura 2 – Acessibilidade potencial por rodovia no espaço europeu



Fonte: ESPON (2009), Territorial Dynamics in
Europe: Trends in Accessibility

Já no panorama nacional, o Concelho da Marinha Grande tem uma posição estratégica por se encontrar na faixa litoral, entre os principais polos urbanos (Lisboa e Porto), e na charneira entre o Arco Metropolitano de Lisboa e o Sistema Metropolitano Centro Litoral (ver Figura 3), e a pouco mais de 11km da sede distrital, Leiria.

Figura 3 - Localização da Marinha Grande no âmbito do sistema urbano e acessibilidades em Portugal Continental



Adaptado de: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006), Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Tal como representado na Figura 3, de acordo com o modelo territorial para Portugal Continental, proposto no Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), os principais motores da competitividade nacional situam-se no litoral, estruturados em torno de 4 polos urbanos articulados em sistemas policêntricos, dois dos quais são, precisamente, o Arco Metropolitano de Lisboa e o Sistema Metropolitano do Centro Litoral, na charneira dos quais se localiza a Marinha Grande.

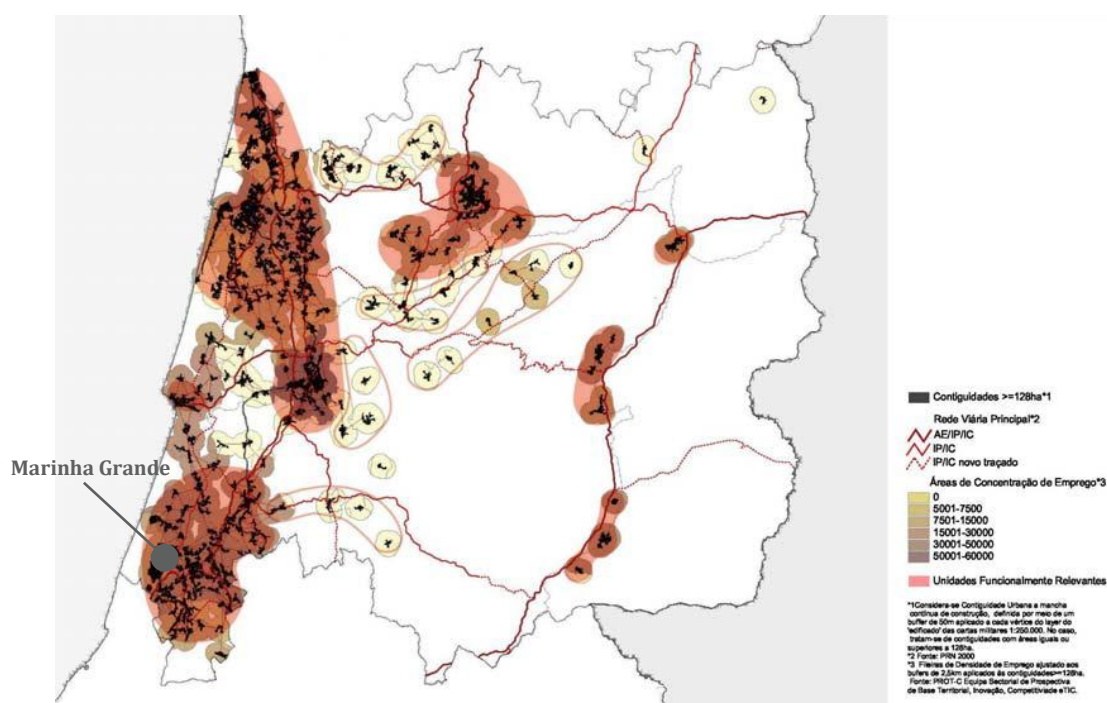
O PNPOT sublinha a importância de estruturar e reforçar o Sistema Metropolitano do Centro Litoral como polo de internacionalização, pelo que a localização do concelho da Marinha Grande, dentro deste sistema e com fortes relações ao Arco Metropolitano de Lisboa, é assim

estratégica, não só do ponto de vista da sua própria competitividade como, de forma mais ampla, da própria competitividade nacional. A este propósito, a proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro (PROT-Centro)² sublinha o forte dinamismo empresarial e demográfico deste território e chama a atenção para o facto da sua proximidade geográfica e crescente intensidade de relações com a Área Metropolitana de Lisboa exercerem nele um forte poder de atração, o que pode provocar tensões ao nível da articulação regional com os principais polos de desenvolvimento da Região Centro.

A promoção da estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando, designadamente, o eixo urbano Leiria - Marinha Grande, é também apontada pelo PNPOT como uma das principais opções de desenvolvimento do Centro Litoral. No mesmo sentido, o PROT-Centro classifica a Marinha Grande como um centro urbano estruturante, conferindo-lhe funções de articulação urbana fundamentais no reforço da conectividade urbana e, por tal, dinamizadores do policentrismo regional nomeadamente na estruturação dos subsistemas urbanos.

O modelo territorial para a região do PROT-Centro destaca a intensidade da urbanização e da concentração de atividades económicas na Beira Litoral, onde se integra o polo de desenvolvimento em redor de Leiria/Marinha Grande (Figura 4).

Figura 4 – Modelo territorial da proposta de PROT-Centro: Concentrações Residenciais e de Emprego e Rede Viária Fundamental



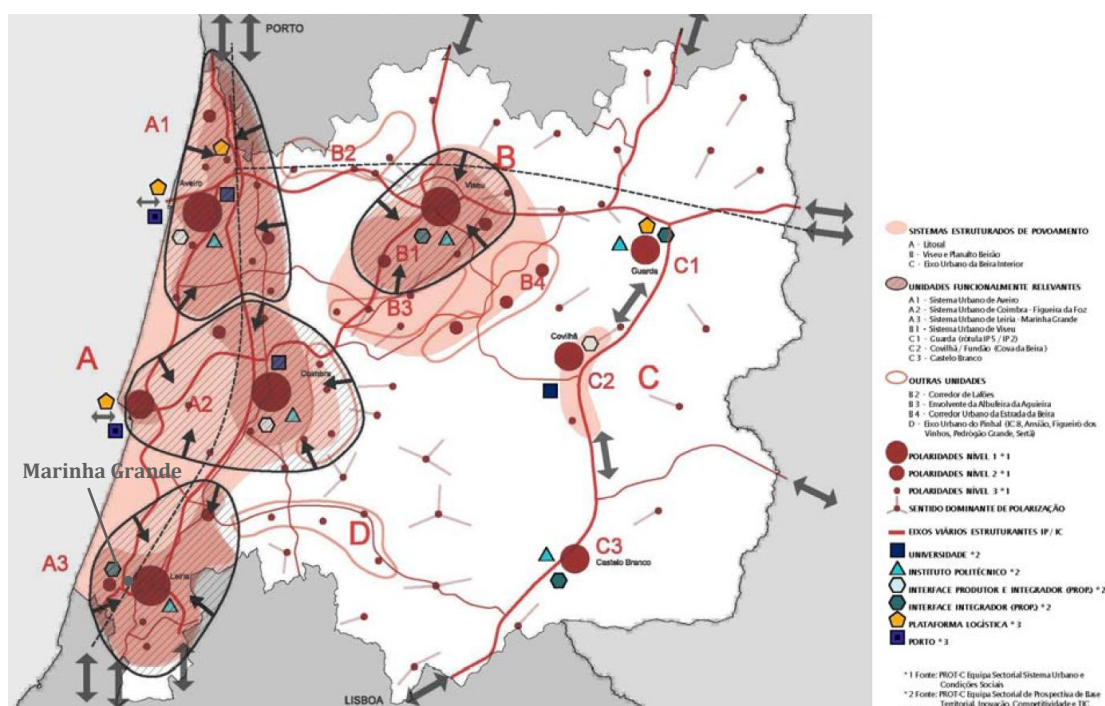
Fonte: CCDRC (2011), Proposta de PROT-Centro

² O PROT-Centro apesar de citado neste documento não se encontra em vigor uma vez que não foi ainda publicado.

Tendo em conta, além da rede urbana, uma multiplicidade de fatores de polarização, resultantes da localização de portos, aeródromos, plataformas logísticas, universidades e institutos politécnicos e instituições de inovação e transferência de tecnologia, e os principais fluxos casa/trabalho, o modelo territorial proposto no PROT-Centro identifica ainda o sistema urbano Leiria/Marinha Grande como uma unidade funcional relevante (ver Figura 5).

Relativamente ao subsistema urbano Leiria - Marinha Grande (Figura 6), o PROT-Centro destaca ainda o facto de este subsistema estar alicerçado, historicamente, num relacionamento produtivo ligado à indústria vidreira e à indústria dos moldes e a assinalável projecção e desenvolvimento do mesmo, do qual a Marinha Grande constitui o elemento-chave.

Figura 5 - Modelo territorial da proposta de PROT-Centro: Nucleações Urbanas, Relações Funcionais e Redes



Fonte: CCDRC (2011), Proposta de PROT-Centro,

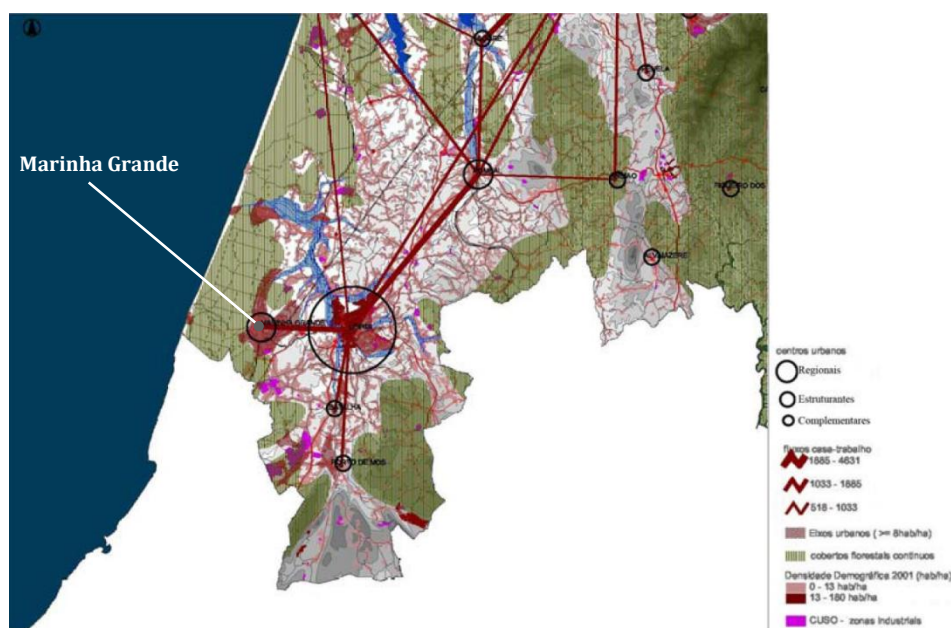
O Centro Litoral, e o subsistema urbano Leiria-Marinha Grande em particular, mantêm inter-relações com o norte da Área Metropolitana de Lisboa, particularmente com Nazaré, Alcobaça, Fátima e Tomar. Esta forte polarização resulta do papel de Leiria como centro de prestação de funções administrativas de comércio e serviços e do papel da Marinha Grande enquanto polo concentrador de emprego.

O PROT-Centro enfatiza este subsistema urbano enquanto elemento estruturador da região Centro: «A intensidade das relações funcionais na Beira Litoral, em torno de Coimbra, de Aveiro, e de Leiria/Marinha Grande. Esta teia de relações abrange uma apreciável densidade

de aglomerados urbanos nomeadamente, *Marinha Grande, Pombal, Figueira da Foz, Cantanhede, Ílhavo, Águeda e Ovar*»³. Fica assim, de novo, clara a importância da Marinha Grande e do sistema urbano em que se integra para a estruturação territorial e a competitividade da região Centro.

A cidade de Leiria, para além da especialização nas funções administrativas, no comércio e nos serviços, é ainda o aglomerado que tem uma imagem mais relevante no exterior na dimensão cultural e simbólica. No entanto, no que respeita ao emprego e dinamismo económico, a Marinha Grande tem um papel muito relevante, tanto ao nível da sua atividade económica como das relações que estabelece com Leiria. Os movimentos pendulares casa-trabalho (ver Figura 6) que se estabelecem entre estes dois núcleos são um dos reflexos deste profundo relacionamento.

Figura 6 - Modelo territorial da proposta de PROT-Centro: Sub-sistema urbano de Leiria – Marinha Grande/Pinhal Litoral



Fonte: CCDRC (2011), Proposta de PROT-Centro

B.1.2 Infraestruturas e acessibilidades

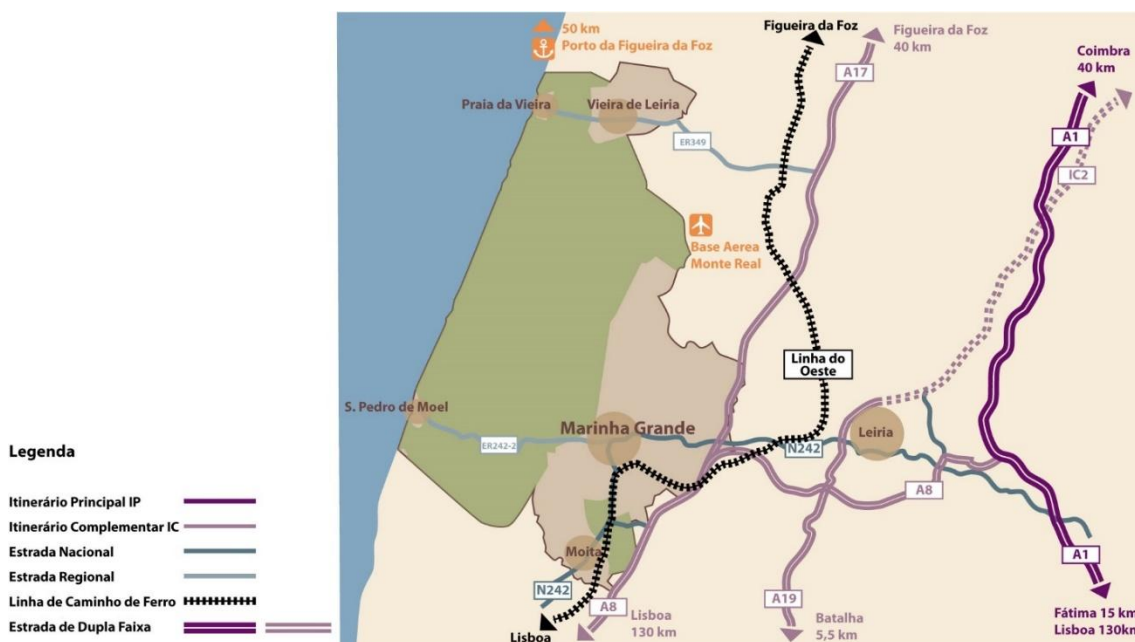
O concelho da Marinha Grande é servido por boas infraestruturas rodoviárias regionais e nacionais (Figura 7), tendo no seu limite as autoestradas A8 e A17 e estando próximo da A1, permitindo uma fácil ligação a Leiria e aos outros centros urbanos regionais (Coimbra, Fátima, Batalha, Figueira da Foz, Aveiro, entre outros), bem como ao eixo Lisboa – Aveiro/Porto e, através deste, a toda a rede rodoviária nacional. A nível europeu, apesar da sua localização periférica, o concelho está integrado no corredor Atlântico da Rede

³ Comissão de Coordenação Regional do Centro (2011), Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

Transeuropeia de Transportes (RTE-T), que liga os portos de Sines, Lisboa e Porto a Espanha, França e Alemanha.

Relativamente ao traçado das vias rodoviárias, o PROT-Centro chama a atenção para o facto destas, e seus respetivos nós de acesso, terem criado uma nova geografia de relações e de potenciais polaridades, à qual o sistema urbano Leiria/Marinha Grande não é alheio. De facto, a aglomeração urbana em torno de Leiria reforçou-se sobre o cruzamento das vias na ligação do IC1/A17 ao IP1/A1, ou seja, na direção da Marinha Grande, com «*todo o conflito e rutura de escala que significam os traçados auto-estradais e os seus nós*». Dai que de entre as propostas de consolidação do modelo territorial do PROT-Centro se inclui o controlo da pressão urbanística junto aos nós do IC1/A17 e sua relação com a orla litoral.

Figura 7 – Concelho da Marinha Grande: Redes de transportes e infraestruturas



Fonte: AM&A

O concelho é igualmente atravessado pela Linha do Oeste, troço ferroviário que liga a estação de Agualva-Cacém, na Linha de Sintra, à estação de Figueira da Foz. Esta linha, atualmente com graves necessidades de modernização, tem severos constrangimentos ao tráfego de passageiros e mercadorias, assumindo uma importância residual no sistema de transportes concelhio e do subsistema urbano Leiria/Marinha Grande.

Com efeito, a falta de investimento na modernização da Linha resultou, com o passar dos anos, numa significativa redução do transporte de passageiros, chegando mesmo a prever-se a sua desativação, permanecendo somente o transporte de mercadorias. Não obstante, o serviço ainda existe, com 5 circuitos em ambos os sentidos, que operam aos sábados e dias de semana (4 aos domingos), fazendo a ligação entre a Marinha Grande e as Caldas da Rainha e Figueira da Foz/Coimbra.

Relativamente ao transporte de mercadorias, as principais tipologias de carga transportadas são o cimento, as madeiras e os cereais, ocorrendo ainda, com carácter menos regular, o transporte de outros tipos de mercadorias, como garrafas de vidro para o porto da Figueira da Foz e areia para a estação da Fontela, com destino à vidreira do Mondego⁴.

Embora havendo ainda algum transporte regular de mercadorias e pessoas, convém sublinhar que, no âmbito das sessões participativas, os agentes económicos sublinharam por diversas vezes a desadequação desta linha nas presentes condições para o escoamento dos seus produtos e a receção de mercadorias. Foi também referido que, mesmo após uma intervenção de modernização, o transporte ferroviário não seria, no caso da indústria vidreira, o mais “amigável” para o transporte, exigindo medidas de proteção extraordinárias que minimizassem os riscos derivados da fragilidade do produto.

A falta de um terminal e ramais adequados para descarregar as mercadorias, a localizando-se da Estação Ferroviária a 1200 metros da Estação Central de Camionagem e com pouca integração com os restantes transportes públicos, os constrangimentos e obstáculos à circulação e estrutura urbana derivados do atravessamento do centro urbano da Marinha Grande pela Linha do Oeste e a desadequação desse traçado relativamente às localizações fabris foram outras das questões levantadas em sede de participação, que justificaram propostas no sentido de promover a construção de um novo terminal integrado num centro multimodal (TIR, ferrovia e transportes públicos rodoviários), a adequação dos ramais e, mesmo, o redesenho do traçado da linha, retirando-o do centro da cidade. A mesma questão foi também identificada em sede de Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU), que já contemplou, em consequência, uma proposta de criação de um “Centro de interface de transportes urbanos”.

No que respeita às propostas de intervenção nesta linha veiculadas nos instrumentos de planeamento regional e nacional, o PROT-Centro considera que a Linha do Oeste, apesar dos custos de modernização e baixa procura atual, tem um elevado potencial como meio de transporte alternativo ao transporte rodoviário. De igual modo, a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria (EIDT-Leiria) identifica esta infraestrutura como sendo um potencial fator de desenvolvimento e estruturação do Centro Litoral. Adicionalmente, o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas classifica a modernização da Linha do Oeste como investimento prioritário, tendo como objetivo central a melhoria das condições de mobilidade de mercadorias e pessoas ao longo da região do Oeste e das ligações ao restante território nacional e a Espanha, aos portos de Lisboa e da Figueira da Foz, às principais indústrias e à região da Grande Lisboa, tornando-a uma alternativa à Linha do Norte. O Plano Estratégico de Transportes e Infraestruturas avança mesmo com a previsão de conclusão desta intervenção para o segundo semestre de 2019.

Ao nível ferroviário, o PROT-Centro desenvolve ainda a questão da Rede de Alta Velocidade (RAVE), atualmente numa fase de reponderação, referindo que a *«chegada da RAVE – nova gare na Barosa – entre Leiria e a Marinha Grande, junto a um nó do IC1/A17, constituirá*

⁴ Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. III.

uma outra situação dupla de lógica urbana de proximidade (proximidade a Leiria e à Marinha Grande) e de lógica intermodal com as auto-estradas»⁵. Tal justifica que, entre as opções para a consolidação do seu modelo territorial o PROT-Centro aponte a estruturação da aglomeração urbana Leiria – Marinha Grande, tendo em conta a RAVE. No entanto, como já foi referido, este projeto encontra-se atualmente suspenso, sendo bastante incerto que venha a avançar num futuro próximo.

Ao nível das acessibilidades, constitui igualmente um elemento relevante a proximidade ao Porto da Figueira da Foz, cuja exploração estratégica e valorização da plataforma logística são também assumidas como investimentos prioritários no PROT-Centro.

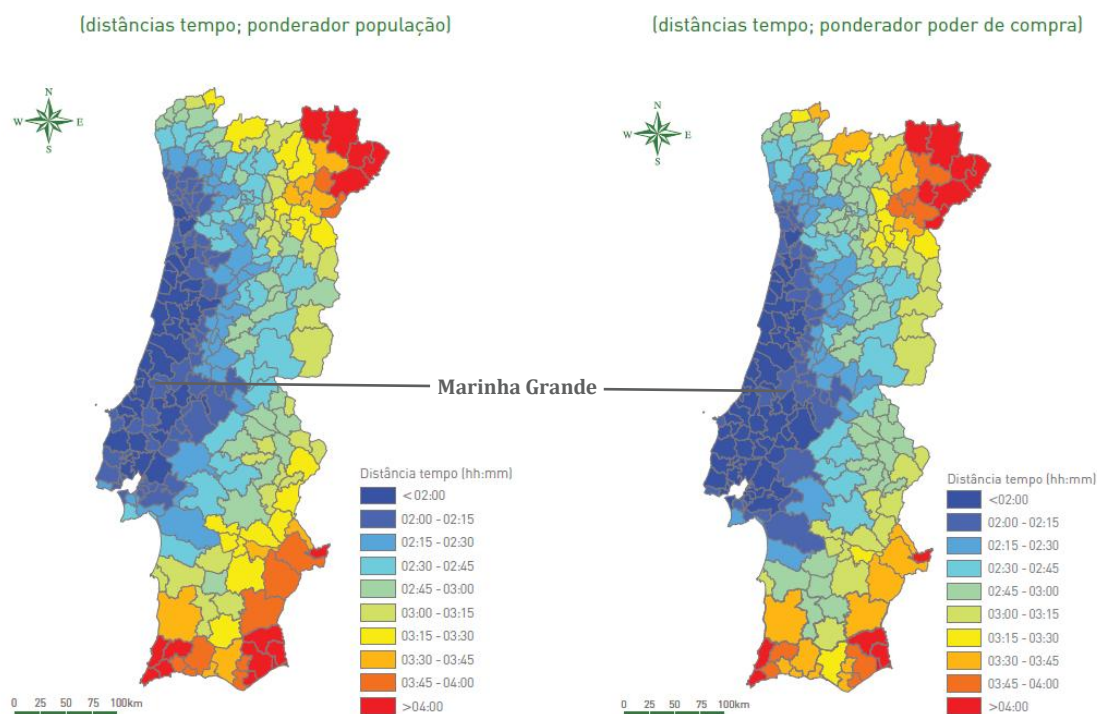
Também nas proximidades do concelho está a Base Aérea de Monte Real, apesar desta infraestrutura, sendo um aeródromo militar da Força Aérea Portuguesa, não estar aberta à aviação civil. A sua abertura à aviação civil foi referida no âmbito das sessões participativas, como sendo uma oportunidade de melhorar a acessibilidade e atratividade em particular para o turismo e negócios. A este respeito, o PROT-Centro refere que a dotação regional em matéria de aeródromos e heliportos é globalmente suficiente para o desempenho das funções atualmente desempenhadas por este tipo de infraestruturas, não colocando, no entanto, fora de questão *«a possibilidade de virem a ser criadas condições infra-estruturais e de serviço para o desenvolvimento da aviação comercial na Região Centro»*. É referida a possibilidade de serem criados dois aeroportos regionais, especificamente orientados para o segmento *low cost*, um no interior e outro no litoral, não sendo, no entanto, apontada nenhuma localização específica.

A boa acessibilidade global ao território nacional é assim uma característica determinante para este território, algo que é reconhecido na EIDT-Leiria e que fica também claramente patente na Figura 8, onde se pode verificar que o concelho da Marinha Grande se encontra no grupo dos concelhos com maior acessibilidade ao nível nacional, quer quando se privilegia as áreas de maior densidade populacional, representando basicamente as distâncias e a acessibilidade às pessoas, quer quando se dá mais peso às bolsas de maior acumulação de poder de compra, fornecendo essencialmente distâncias e acessibilidade aos mercados.

Já quando se tem em conta a acessibilidade a infraestruturas de tráfego internacional, como os aeroportos e portos, na Figura 9 podem observar-se as distâncias médias em termos de tempo de cada município aos três aeroportos internacionais do Continente, verificando-se que o concelho da Marinha Grande, apesar de não estar no intervalo superior de acessibilidade, tem ainda uma boa posição. Já quando se analisa a acessibilidade face aos portos regionais com tráfego de contentores, em termos de tempo, dos municípios da região Centro (Figura 10), verifica-se que a Marinha Grande desce mais um pouco na tabela, ficando-se por uma acessibilidade média em comparação aos restantes concelhos da região. Convém ainda referir que em ambos os casos (Figura 9 e Figura 10) os ponderadores não são a população nem o poder de compra, mas o tráfego de mercadorias.

⁵ Comissão de Coordenação Regional do Centro (2011), Proposta de Plano Regional de Ordenamento do Território do Centro.

Figura 8 – Indicadores de acessibilidade dos municípios do Continente ao território continental



Fonte: Ferreira, J. P.; Pina, R.; Ramos, P.N. (2012), Distâncias e acessibilidades na região centro e no continente português, In Centro de Portugal — Boletim trimestral”, n.º 15

A importância das acessibilidades para o desenvolvimento de toda a área do Centro Litoral é reconhecida pelo PNPOT, que refere a este propósito que uma das opções estratégicas para o seu desenvolvimento consiste em «valorizar o novo quadro de acessibilidades resultantes dos investimentos na construção, melhoramento ou conclusão de infraestruturas de transporte e logística, nomeadamente relacionados com o comboio de alta velocidade, os portos da Figueira da Foz e Aveiro (incluindo a plataforma logística em Cacia) e a A17»⁶. Esta valorização é vista ainda como forma de promover a cooperação interurbana de proximidade, para criar a escala e a integração funcional necessárias ao desenvolvimento e sofisticação dos serviços, de modo a aumentar o seu potencial de competitividade com as atividades terciárias instaladas em Lisboa e Porto.

⁶ Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (2006), Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território.

Figura 9 - Distância média dos municípios do Continente aos aeroportos

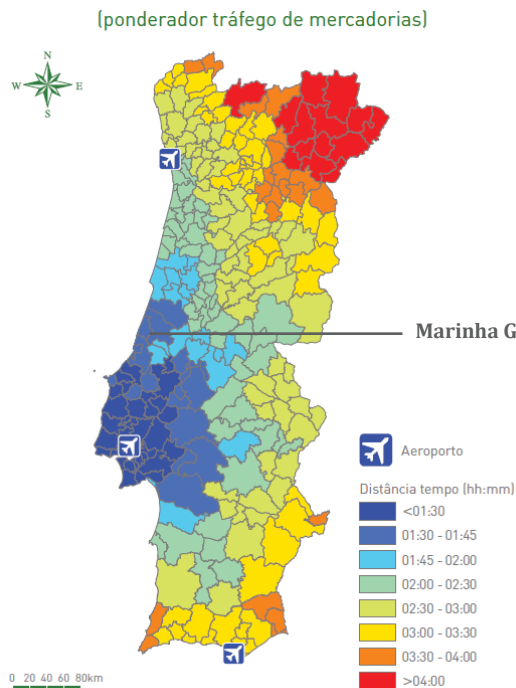
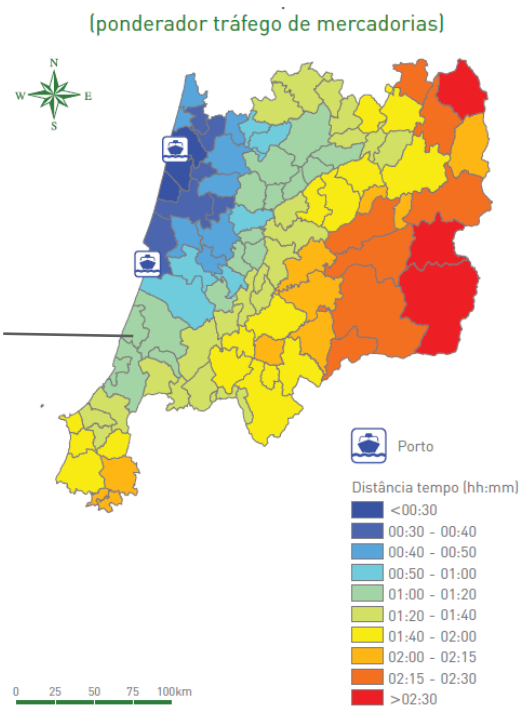


Figura 10 - Distância média dos municípios da Região Centro aos seus portos



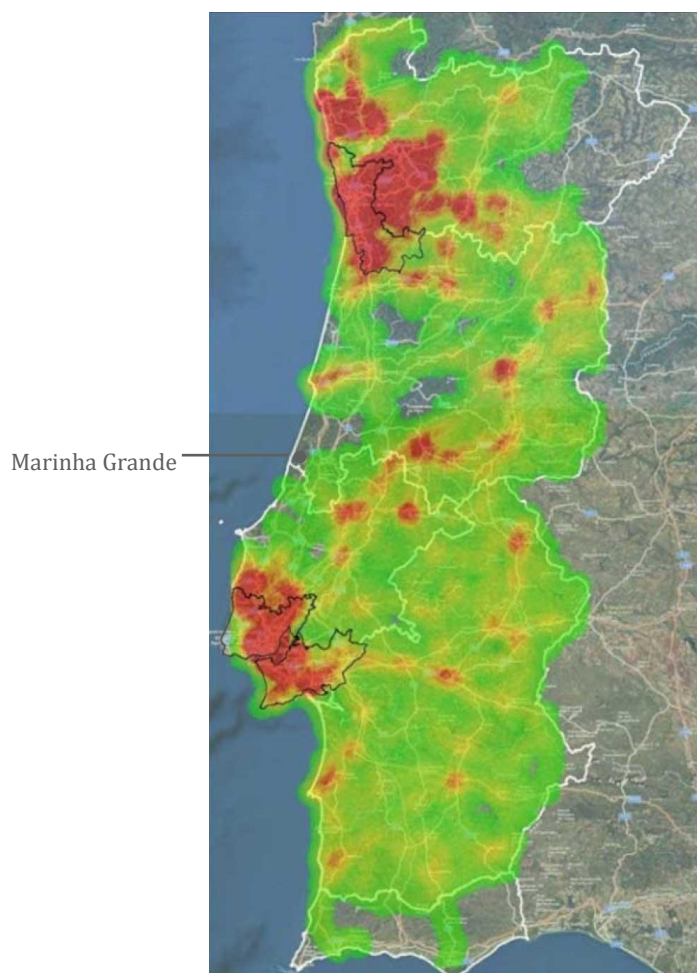
Fonte: Ferreira, J. P.; Pina, R.; Ramos, P.N. (2012), Distâncias e acessibilidades na região centro e no continente português, In Centro de Portugal — Boletim trimestral”, n.º 15

Por último, convém analisar a cobertura supramunicipal em termos de transporte público de passageiros. A este respeito, e apesar de todas as redes e infraestruturas de transportes existentes, o concelho da Marinha Grande é, segundo o Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (ver Figura 11) dos que tem menor cobertura ao nível nacional, estando a par do interior transmontano e algarvio, e uma clara exceção no panorama do litoral português.

Com efeito, além da Rodoviária Nacional, que tem várias carreiras por dia entre Lisboa e Marinha Grande, o transporte público coletivo rodoviário supramunicipal é assegurado somente pela Rodoviária do Tejo com duas carreiras regionais diárias, que ligam uma a Leria e outra à Nazaré.

No entanto, apesar de os dados recolhidos apontarem para uma escassez na cobertura de transportes públicos rodoviários, sublinhe-se que no âmbito das sessões participativas, não foram transmitidas preocupações a este nível por parte da comunidade, o que poderá indiciar ou que, apesar de reduzida, a cobertura existente dá resposta às necessidades, ou meramente refletir comportamentos enraizados de recurso automóvel privado, que reduzam significativamente a perceção das necessidades neste âmbito.

Figura 11 – Cobertura de serviços públicos de transporte de passageiros a nível nacional (2012)



Fonte: IMTT/Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras

B.1.3 A Marinha Grande no contexto nacional e regional

A Marinha Grande evidencia algumas especificidades relevantes face aos panoramas nacional, regional e sub-regional em que se insere. Para ilustrar sinteticamente o posicionamento deste município face ao seu contexto territorial supraconcelhio, apresenta-se seguidamente uma análise de alguns indicadores-chave nos domínios da demografia, educação, mercado de trabalho, área social, ambiente e cultura e desporto. Os indicadores foram escolhidos com base na sua disponibilidade para os territórios em questão, na relevância para o tema e na sua capacidade de ilustrar de forma sintética diferentes aspetos de cada domínio e a diversidade de situações em presença.

Esta análise relaciona os valores da Marinha Grande com os do país, da região Centro e suas sub-regiões, incluindo-se ainda de forma individualizada o município de Leiria dadas as fortes relações funcionais e de proximidade que mantém com a Marinha Grande. Foram utilizadas as NUTS III de 2002, em virtude de uma parte substancial dos indicadores não se

encontrarem disponíveis para a configuração atual das NUTS II. Os valores para a região Centro, o Pinhal Litoral e os municípios da Marinha Grande e Leiria estão mais evidenciados nos gráficos, dado se considerar que são os mais relevantes para a análise. No entanto, são representados também os valores para as restantes sub-regiões, de modo a dar uma ideia aproximada da dispersão dos valores na região Centro.

Os indicadores apresentam-se sob a forma de índices relativizados face ao valor médio do país⁷ que se considerou 100, para haver uma leitura mais fácil do posicionamento relativo dos vários territórios. Assim, não são apresentados os valores diretamente obtidos para cada indicador mas o seu posicionamento relativamente à média nacional. Desta forma, quando um indicador é superior a 100 tal significa que o território em questão se posiciona acima da média nacional, e, inversamente, quando o valor é inferior a 100 significa que o território se encontra abaixo da média nacional nesse indicador – o que não implica que tal seja um fator negativo para o desenvolvimento do território, isso dependerá do indicador em causa, dado que alguns dizem respeito a potenciais constrangimentos (por ex. envelhecimento populacional).

A análise que tem por base os indicadores referidos é ainda cruzada com os aspetos relevantes para o tema tratados no âmbito dos documentos de estratégia de nível supraconcelhio (PNPOT, PROT-Centro, Estratégia de Especialização Inteligente- RIS3 do Centro e EIDT-Leiria) e com as informações derivadas das sessões participativas, de modo a dar uma visão mais ampla e integrada do tratamento e propostas existente em cada tema.

B.1.3.1 População

O concelho da Marinha Grande sobressai (ver Gráfico 1) como um dos concelhos com maior densidade populacional da região Centro, somente ultrapassado pelo concelho de Leiria e sub-região do Baixo Vouga⁸. O valor absoluto que apresenta (206,7hab/km²) é de facto muito superior à média nacional (113,1 hab/km²) e da região Centro (80,9 hab/km²), onde muitas das sub-regiões (em particular as mais interiores) são de baixa densidade.

Maior relevância ainda apresenta o valor para a taxa de crescimento efetivo, que, apesar de se estimar que já fosse ligeiramente negativo em 2013 (-0,02%) está distante dos valores apontados para Portugal (- 0,57%) e se distancia ainda mais face ao território regional, que se encontra na sua maioria em franca perda. O concelho de Leiria (-0,29) e o Pinhal Litoral (-0,37%) também apresentam um decréscimo menos acentuado que a média nacional, embora comparativamente afastado do registado na Marinha Grande.

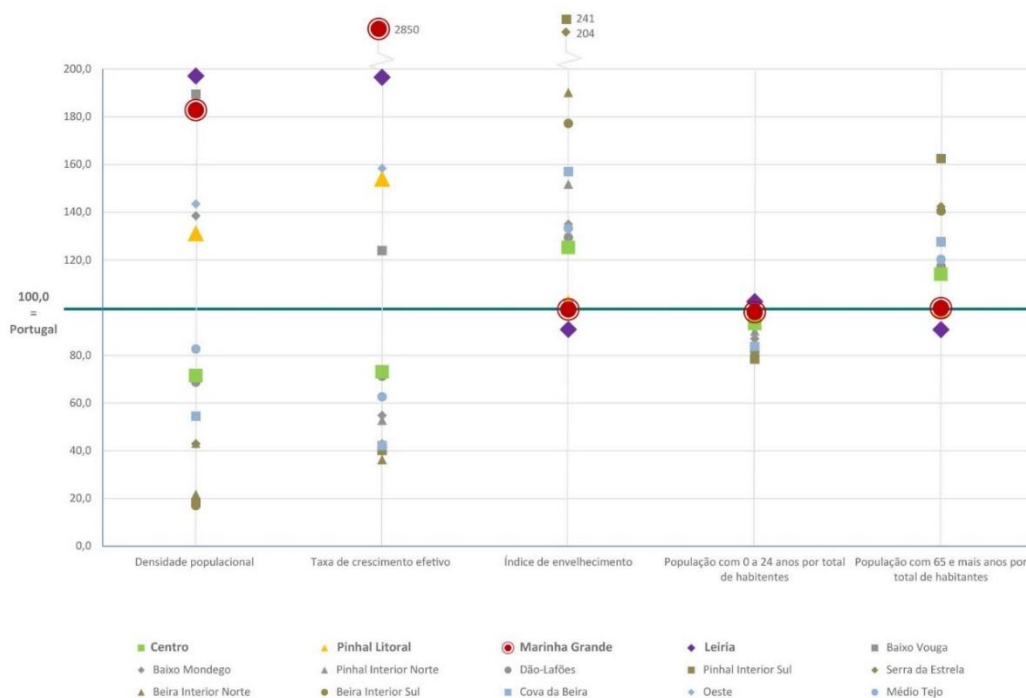
A este respeito, a EIDT-Leiria sublinha as duas dinâmicas diferenciadas que se registam na sub-região entre o litoral e o interior. O saldo migratório positivo nos concelhos de Batalha, Leiria, Marinha Grande, Pombal, Porto de Mós, Ansião e Pedrógão Grande e, por outro lado, o saldo migratório negativo nos restantes municípios. No âmbito do litoral sub-regional, o

⁷ Exceto para os dados relativos ao mercado de trabalho que são relativos ao Continente.

⁸ Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

concelho da Marinha Grande destaca-se como sendo o que apresenta uma dinâmica positiva é mais forte (ver Figura 12).

Gráfico 1 – Indicadores de população

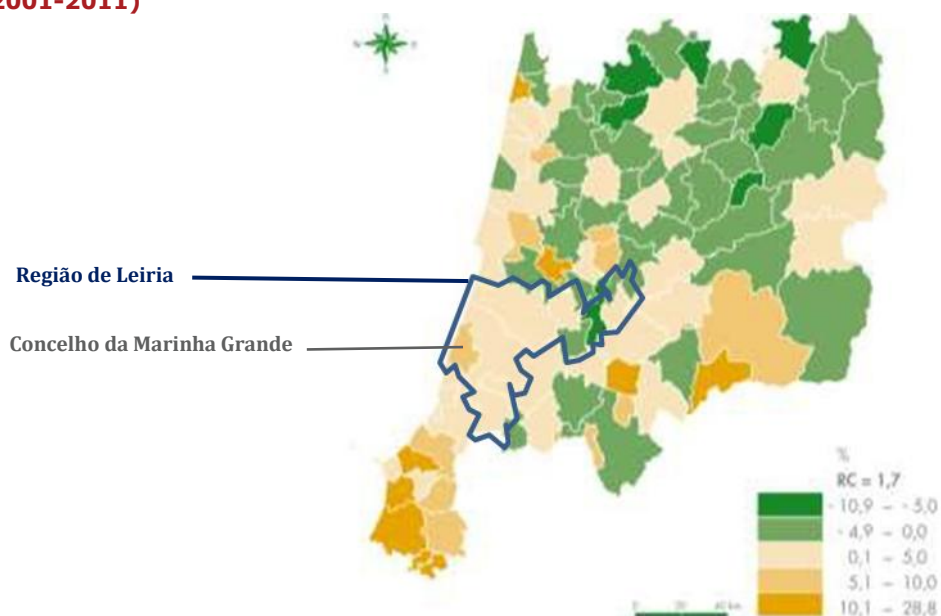


Fonte: INE, I.P., Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População Residente, In Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013

Para os restantes indicadores demográficos analisados, mais relacionados com a estrutura etária da população, o concelho da Marinha Grande tem um desempenho semelhante à média do país, seguido muito próximo pelo concelho de Leiria, mas estes dois concelhos são uma exceção no panorama regional, onde todas as sub-regiões estão bastante mais envelhecidas que a globalidade do país.

Analisando os indicadores no seu conjunto, o concelho da Marinha Grande destaca-se claramente pela positiva, mesmo quando comparado com a capital distrital – Leiria - em particular no que se refere à capacidade de atratividade populacional, embora não se possa afirmar que a situação seja satisfatória. Com efeito, embora no período intercensitário não tenha havido decréscimo populacional, os dados do Anuário Estático de 2013 apontam já para um ligeiríssimo decréscimo. Adicionalmente, o facto de a estrutura etária da população ser semelhante à do país, embora seja um cenário bastante mais favorável do que o da generalidade da região, é claramente preocupante dado o forte envelhecimento populacional registado (135). Neste contexto, é importante que a Marinha Grande seja capaz de reforçar a sua capacidade de fixação e rejuvenescimento populacional.

**Figura 12 – Saldo migratório por município
(2001-2011)**



Fonte: Região de Leiria (2015), Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria

B.1.3.2 Ensino

Relativamente à escolarização, o concelho da Marinha Grande não difere significativamente da média nacional no que concerne à taxa bruta de escolarização para o ensino básico (ver Gráfico 2), apresentando ainda uma taxa de retenção e desistência inferior à do país. Já no que respeita ao ensino secundário, a taxa bruta de escolaridade é superior à do país e da região, sendo o valor somente ultrapassado pela sub-região Dão-Lafões.

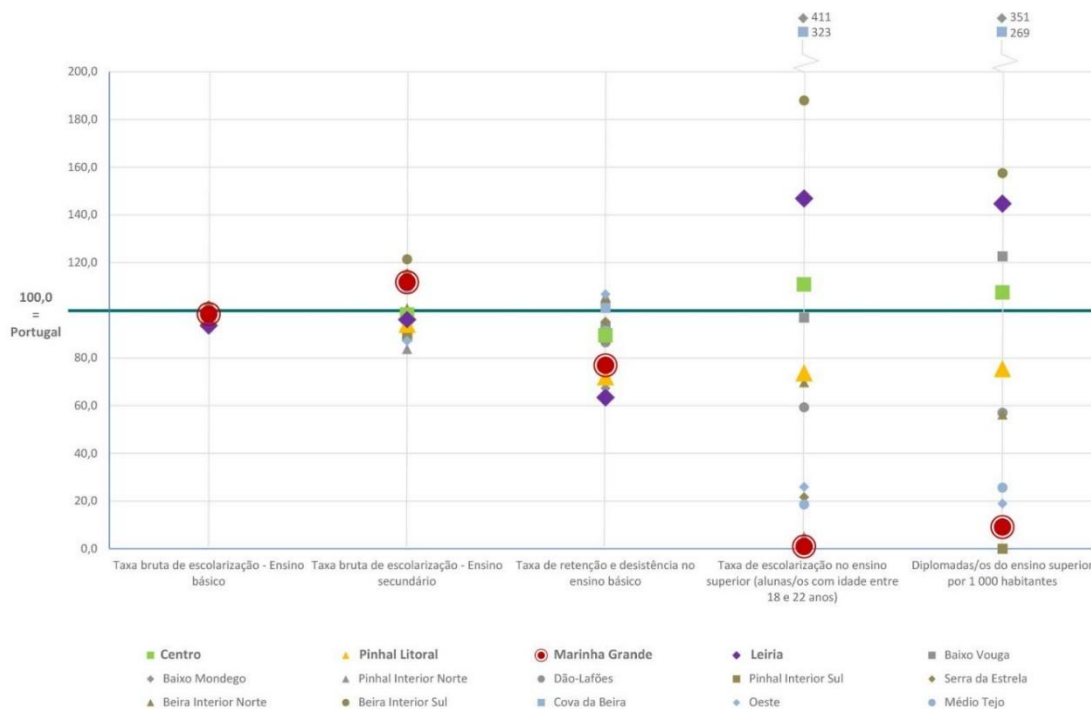
No entanto, quando se analisa a situação ao nível do ensino superior, o concelho da Marinha Grande destaca-se substancialmente por a relação percentual entre o número de alunos matriculados em cursos de formação inicial do ensino superior, com idade entre 18 e 22 anos, e a população residente dos mesmos níveis etários (2012/2013 e 2013/2014) ser quase nula (0,3%) e por o número de diplomados do ensino superior por mil habitantes ser de 7,3, o que é surpreendentemente baixo, sendo que só o Pinhal Interior Sul tem um valor inferior. Com efeito, o baixo nível de qualificação superior é assinalado pela EIDT-Leiria como um dos pontos fracos da sub-região, sendo que mesmo neste contexto territorial a Marinha Grande se destaca pela negativa.

Este aspeto é ainda mais surpreendente quando se tem em conta a proximidade do Instituto Politécnico de Leiria, e os valores elevados de frequência e conclusão do ensino superior nesse concelho vizinho. Apesar da grande proximidade entre as duas cidades e das fortes relações funcionais que se estabelecem entre estas, os dados revelam que o perfil educacional da população é claramente diverso.

Convém ainda sublinhar a este respeito que outras sub-regiões com instituições de ensino superior, nomeadamente Baixo Mondego, Cova da Beira e Beira Interior Sul, apresentam

valores acima da média nacional, embora grande parte da região Centro fique aquém do mesmo. Não obstante, mesmo tendo em conta somente o panorama regional, o concelho da Marinha Grande apresenta-se como claramente deficitário.

Gráfico 2 – Indicadores de educação



Fonte: Ministério da Educação e Ciência - Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência, In Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013

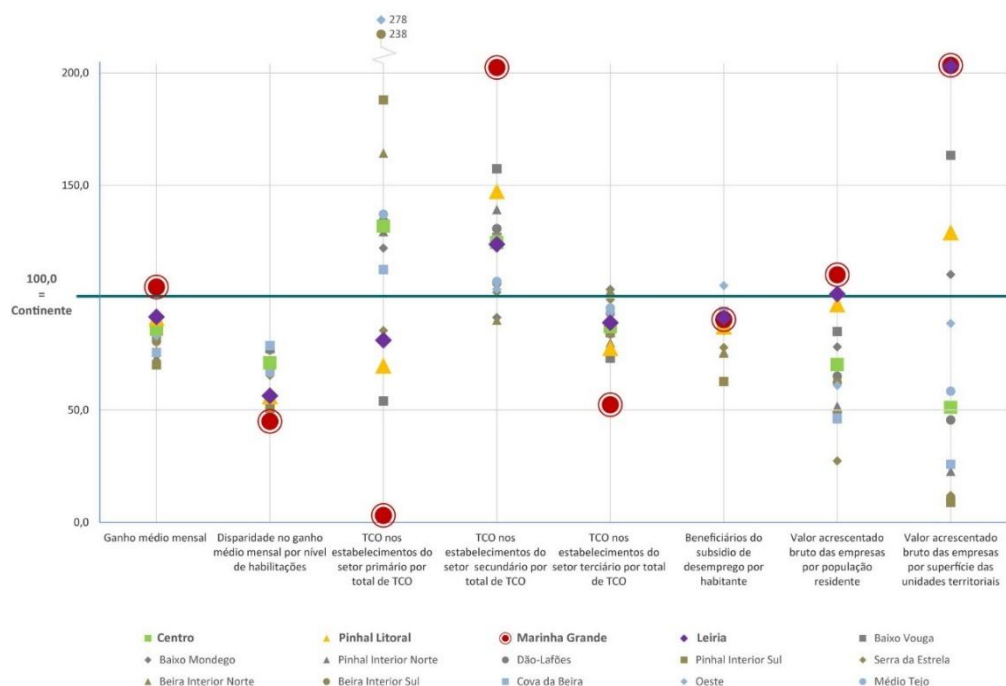
No âmbito das sessões participativas foi bastante reforçada pelos agentes territoriais, em particular os ligados à atividade empresarial, a falta de atratividade que este concelho tem para os recursos humanos altamente qualificados, o que se traduz numa redução da competitividade empresarial. Este aspeto pode justificar a escassez de pessoas diplomadas a residir no concelho, mas não explica a pouca frequência deste nível de ensino pelos jovens residentes. O que poderá talvez ajudar a explicar este fenómeno são algumas das características do mercado de trabalho, que se analisam seguidamente.

B.1.3.3 Economia e mercado de trabalho

Relativamente ao mercado de trabalho, o concelho da Marinha Grande tem um nível salarial superior à média nacional, regional e sub-regional, e um número em média menor de beneficiários do subsídio de desemprego (ver Gráfico 3). A este respeito, e embora a média sub-regional seja inferior à nacional, a EIDT-Leiria identifica como um dos pontos fortes da sub-região a “prosperidade social”, pois o «*ganho médio mensal (945,2€) é superior à média da região Centro (864,4€), apresentando município da Marinha Grande uma diferença*

substancial - 1 034,2€»⁹. Embora se considere que dificilmente pode ser considerado de “prosperidade social” um valor médio salarial inferior à média do país, que é o que na realidade auferem em média a população da sub-região, o concelho da Marinha Grande destaca-se de facto como um município com um posicionamento francamente positivo face ao contexto em que se insere.

Gráfico 3 – Indicadores económicos e de mercado de trabalho



Fonte: Ministério da Economia, Quadros de Pessoal; Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Instituto de Informática, I.P.; INE, I.P., Sistema de Contas Integradas das Empresas, Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População Residente; Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia - Direção-Geral do Território, a partir da Série Cartográfica Nacional à escala 1:50 000 e Carta Administrativa Oficial de Portugal - CAOP 2013; In Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013

No entanto, não são estas as características mais marcantes do concelho. Com efeito, o que claramente distingue a Marinha Grande o seu grande dinamismo económico e o grande peso do setor secundário.

É ainda de notar que a Marinha Grande apresenta menores assimetrias salariais face ao nível de habilitações, o que reflete o carácter altamente especializado da mão-de-obra. Pode estar ainda aqui pelo menos parte da explicação relativamente à pouca frequência do ensino superior no concelho, dada a oferta de empregos com remunerações elevadas face ao nível de habilitações, disponível para quadros especializados mas sem qualificação superior.

⁹ Região de Leiria (2015), Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria.

O dinamismo económico da Marinha Grande fica claramente patente quando se analisa o Valor Acrescentado Bruto (VAB) das empresas. Com efeito, tanto por habitante como por superfície (km²), a Marinha Grande apresenta valores superiores à média nacional e regional, bem como face às várias sub-regiões do Centro e mesmo ao município de Leiria (que ocupa a segunda posição). Tendo em conta o VAB por habitante, tanto a média da região Centro como das suas sub-regiões são inferiores à nacional, destacando-se somente os concelhos da Marinha Grande e Leiria com valores acima da média.

A este respeito é interessante verificar que as áreas identificadas na EIDT-Leiria como apresentando maiores necessidades de melhoria no que respeita ao crescimento inclusivo – ou seja, as principais vulnerabilidades ao nível da inclusão social – são áreas onde a Marinha Grande tem um desempenho francamente positivo, designadamente, o grau de assimetrias salariais e os valores médios dos salários. Este aspeto, quando lido em conjunto com a baixa taxa de retenção e desistência no ensino básico e a posição favorável em termos de indicadores sociais do concelho (ver próximo ponto), também estes considerados aspetos vulneráveis na sub-região, pode-se concluir que a Marinha Grande tem uma posição bastante mais favorável em termos sociais que o contexto territorial em que se insere.

No que respeita ao desenvolvimento económico e competitividade, a caracterização no âmbito do PNPOT do Centro Litoral, onde se insere o concelho da Marinha Grande, reforça claramente a importância estratégica do concelho no desenvolvimento económico deste território. A força económica do Centro Litoral, em particular no que respeita ao setor industrial, é amplamente reconhecida, nomeadamente, o eixo de grande dinamismo industrial entre Leiria e Aveiro, onde se localiza a Marinha Grande, reconhecendo-se a importância do seu crescimento económico a longo prazo ser superior à média nacional e a sua grande vocação para a internacionalização, com uma quota de exportações em crescimento. Atribui-se mesmo a coerência do Centro Litoral à sua forte presença industrial, na qual se incluem, explicitamente, as áreas de atividade onde a Marinha Grande é líder, a saber, vidro, moldes e plástico.

De forma similar ao que já foi referido especificamente para o caso da Marinha Grande, o PNPOT identifica o insuficiente desenvolvimento dos serviços no Centro Litoral como um dos grandes problemas deste território. Com efeito, apesar de algumas unidades empresariais, em particular em Coimbra e Aveiro, se terem vindo a afirmar em domínios inovadores e intensivos em conhecimento (telecomunicações, a produção de soluções informáticas, as tecnologias da saúde e o desenvolvimento de novos produtos e de novos materiais), o dinamismo do segmento é ainda caracterizado como frágil, e insuficiente para que o VAB terciário cresça mais rapidamente que a média nacional.

Os serviços avançados são vistos como uma das áreas com maior potencialidade de reforço do peso no VAB industrial do país, sendo por tal considerado fundamental a criação de políticas ativas de desenvolvimento e sofisticação dos serviços. Acrescenta-se ainda que o crescimento industrial deverá operar-se com base em ganhos elevados de produtividade, sendo de admitir que no horizonte de 2020 se venha a registar uma diminuição significativa do emprego na indústria transformadora. Neste contexto, a primeira opção preconizada no PNPOT para o desenvolvimento do Centro Litoral é o reforço das dinâmicas industriais que

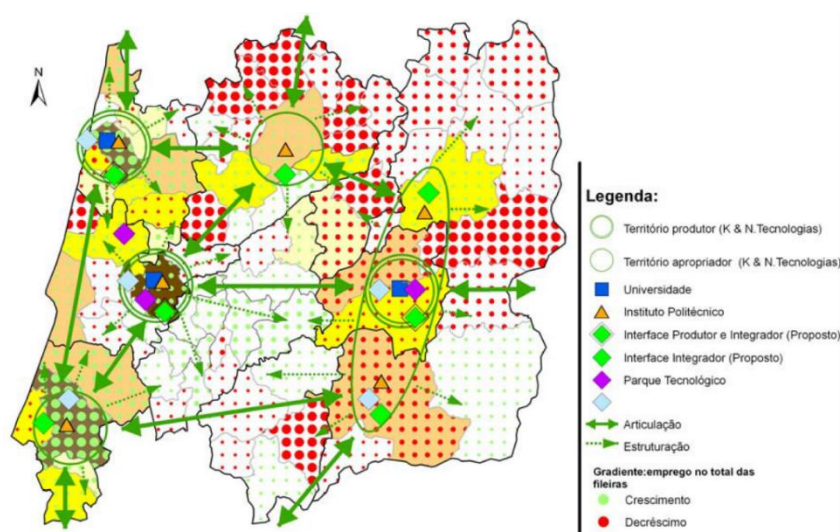
valorizem competências em sectores de alto valor acrescentado e suscetíveis de elevados ganhos de produtividade.

A promoção da estrutura policêntrica dos sistemas urbanos do litoral, reforçando, designadamente, o eixo urbano Leiria - Marinha Grande, é também apontado pelo PNPOT como uma das principais opções de desenvolvimento do Centro Litoral. Adicionalmente, e como já foi referido, é ainda indicada como estratégica a cooperação interurbana de proximidade, de modo a criar a escala e a integração funcional necessárias ao desenvolvimento e sofisticação dos serviços, necessárias para concorrer com as atividades terciárias instaladas em Lisboa e Porto. Defende-se que esta promoção deve ser alcançada, entre outras formas, por meio da valorização e melhoria das acessibilidades inter-regionais e de proximidade.

O PNPOT sublinha ainda que as dinâmicas industriais devem poder beneficiar de um reforço do eixo de ensino, ciência e inovação tecnológica de Aveiro – Coimbra – Leiria, como elemento fundamental para sustentar dinâmicas de competitividade e inovação territorial. A presença na Marinha Grande de um Centro para o Desenvolvimento Rápido e Sustentado do Produto do Instituto Politécnico de Leiria (CDRdP-IPL), integra este concelho no referido eixo, e de forma claramente orientada para o apoio à indústria e à inovação, sendo assim um passo importante na persecução desta opção de desenvolvimento.

Já na estratégia da proposta de PROT-Centro em termos de economia e inovação (ver Figura 13), caracteriza-se o território onde a Marinha Grande se integra como tendo essencialmente aptidão para apropriação de conhecimento e de novas tecnologias, apesar de ser também produtor de conhecimento e novas tecnologias em áreas específicas - devido à presença de uma rede de Institutos Politécnicos e outros elementos Sistema Científico e Tecnológico (SCT).

Figura 13 – Estratégia PROT-Centro: prospetiva económica e inovação



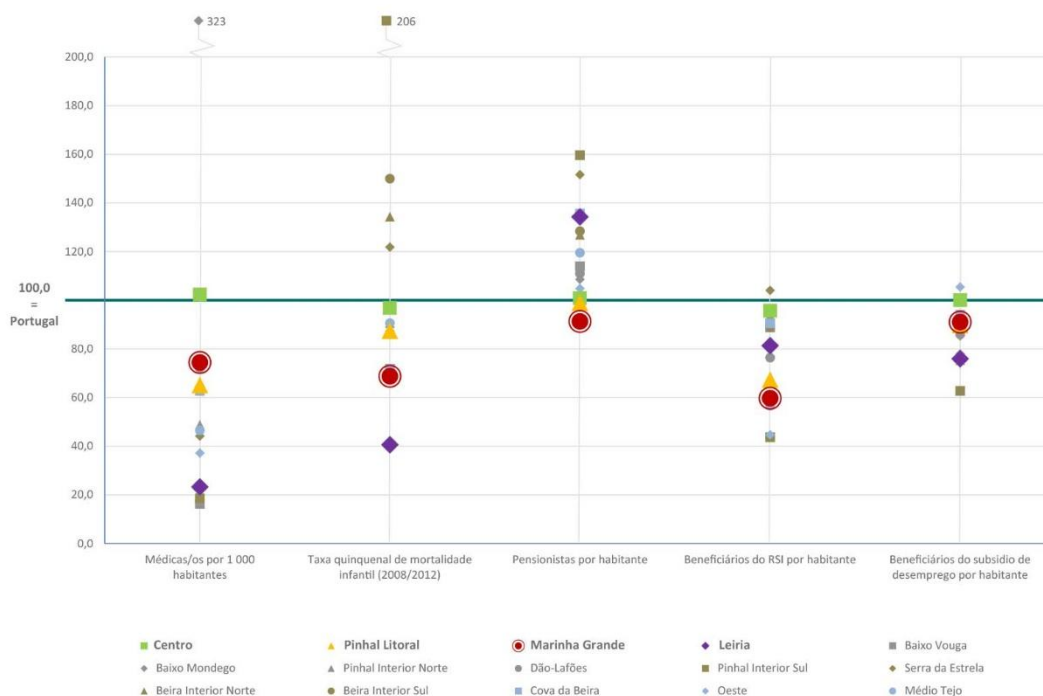
Fonte: CCDRC (2011), Proposta de PROT-Centro

Propõe-se assim aprofundar a articulação deste território com os centros urbanos produtores de conhecimento na região, designadamente, Aveiro, Coimbra e eixo Guarda-Covilhã-Castelo Branco, bem como reforçar os centros tecnológicos existentes e melhorar a disseminação de conhecimento e tecnologia pela estrutura empresarial, alimentando o empreendedorismo, fundamentalmente de base tecnológica, e estimulando a capacidade de atração de Investigação e Desenvolvimento (I&D).

B.1.3.4 Sociedade, cultura e desporto

Ao nível dos indicadores sociais (ver Gráfico 4), o número de médicos por mil habitantes não só no concelho da Marinha Grande como na larga maioria das sub-regiões do Centro, está abaixo da média nacional e regional. Este é, com efeito, juntamente com a escassez de consultas e valências do centro de saúde, um dos aspetos que mais têm sido veiculados, no âmbito das sessões participativas, como afetando negativamente a população. Não obstante, refira-se que o outro indicador de saúde analisado, designadamente a taxa quinquenal de mortalidade infantil, é uma das mais baixas tendo em conta o país, região Centro e suas sub-regiões, sendo somente inferior no município de Leiria.

Gráfico 4 – Indicadores sociais



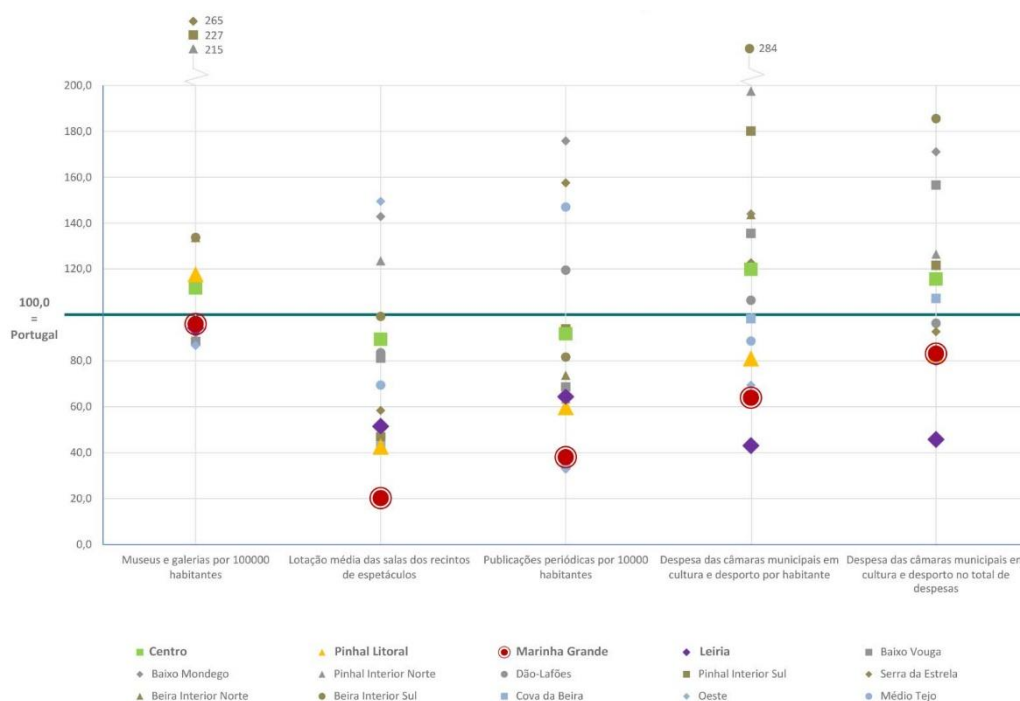
Fonte: INE, I.P., Estatísticas do Pessoal de Saúde, Óbitos por Causas de Morte, Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Instituto de Informática, I.P., In Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013

Relativamente aos pensionistas e beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) e subsídio de desemprego, estes têm um menor peso na população do que a média nacional e regional, bem como da larga maioria das sub-regiões do Centro, refletindo uma comparativamente menor incidência de vulnerabilidades sociais no concelho da Marinha

Grande. Refira-se ainda a este respeito que a EIDT-Leiria chama a atenção para o facto de haver uma grande heterogeneidade na sub-região em termos de pensões e mecanismos redistributivos, distinguindo-se a Marinha Grande com o valor médio anual das pensões mais elevado da sub-região e mesmo face à média regional e nacional. Com efeito, a EIDT-Leiria aponta como um dos pontos fortes da sub-região a sua posição favorável face à região e ao país em termos de beneficiários de mecanismos redistributivos, como o subsídio de desemprego e o RSI. Relativamente ao subsídio de desemprego, a Marinha Grande também apresenta o valor médio anual mais elevado da sub-região, superando a média regional, mas radicando-se um pouco abaixo da média nacional.

Quando se analisam os indicadores relacionados com a cultura e o desporto (ver Gráfico 5), verifica-se que o concelho da Marinha Grande é dos que dedica uma menor parcela da despesa à cultura e ao desporto, tanto no total de despesa como por habitante, sendo que somente o município de Leiria apresenta valores inferiores. A este respeito convém notar que a região Centro apresenta nas duas categorias - total de despesa e por habitante - valores superiores à média nacional, bem como algumas das suas sub-regiões, sendo clara a disparidade do município da Marinha Grande a este nível.

Gráfico 5 – Indicadores de cultura e desporto



Fonte: INE, I.P., Estatísticas da Cultura, In Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013

Nos outros indicadores ligados à cultura, designadamente, número de museus e galerias, publicações periódicas por mil habitantes e lotação média das salas de espetáculos, os valores registado para o concelho da Marinha Grande são sempre inferiores à média nacional e regional, bem como face à larga maioria das sub-regiões do Centro. Estes são assim, claramente, setores em que se verifica ainda algum subdesenvolvimento do concelho, e onde

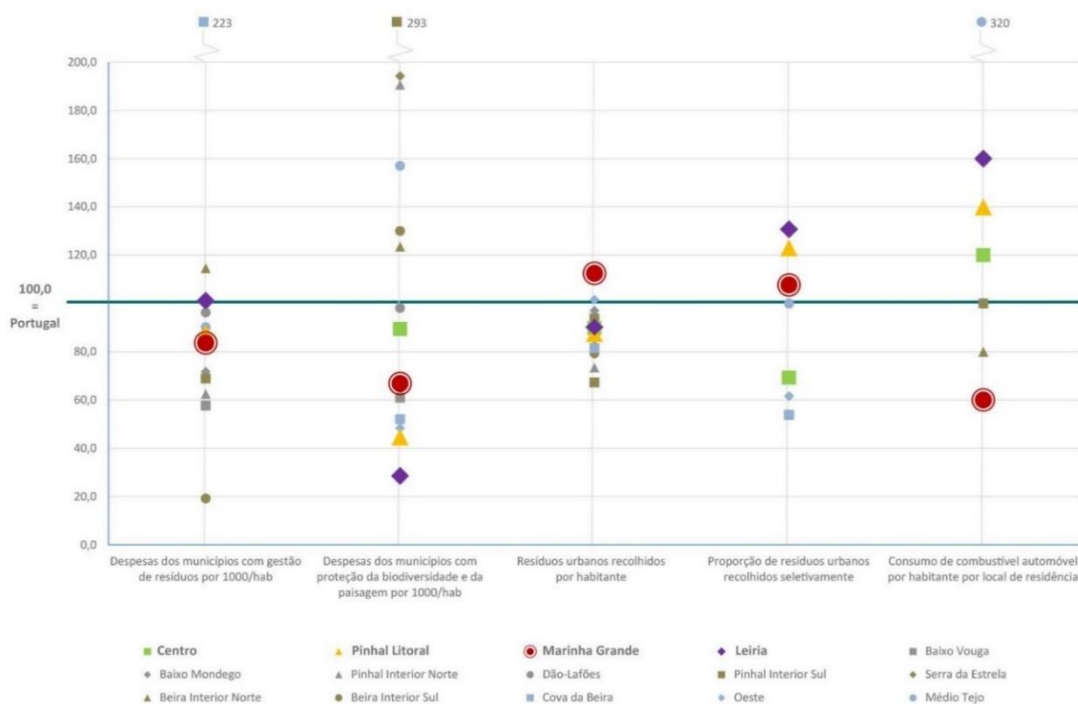
será preciso reforçar a atuação com vista a, pelo menos, igualar o peso que estes setores têm noutros territórios.

No âmbito das sessões participativas estes aspetos também foram referenciados, tendo sido referido que, apesar de se considerar haver alguma melhoria, em particular na área da oferta cultural, esta era ainda insuficiente para as aspirações da população. Foi também sinalizado que por vezes mais do que a escassez é a divulgação que ainda é desadequada a par com a falta de articulação entre a programação dos agentes culturais. No que respeita ao desporto, foram também assinaladas várias lacunas, mas que serão tratadas no ponto relativo aos equipamentos (ver ponto B.3.2).

B.1.3.5 Ambiente

Relativamente à recolha de resíduos, e apesar de o concelho da Marinha Grande depender menos verbas por mil habitantes que a média nacional na sua gestão (ver Gráfico 6), a quantidade de resíduos urbanos recolhidos e, destes, a percentagem recolhida seletivamente, são superiores à média nacional. A este respeito, refira-se ainda que o Plano de Ação do PERSU2020 (PAPERSU), da Valorlis, empresa responsável pela valorização e tratamento dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) da Alta Estremadura, a que pertence o concelho da Marinha Grande, prevê um incremento da atividade da recolha seletiva e da exploração da unidade de tratamento mecânico e biológico. No entanto, a quantidade de resíduos produzidos indicia a necessidade de uma aposta em paralelo na mudança de comportamentos sociais.

Gráfico 6 - Indicadores ambientais



Fonte: INE, I.P., Inquérito aos municípios - Proteção do ambiente; Estatísticas dos Resíduos Municipais, In Instituto nacional de Estatística (2014), Anuário Estatístico da Região Centro 2013; Direcção-Geral de Energia e Geologia

No que concerne às despesas com a proteção da biodiversidade e da paisagem, a Marinha Grande despende menos por mil habitantes que a média nacional e regional. Sendo que cerca de dois terços do território do concelho são Mata Nacional, não estando a sua gestão na alçada do município, a este valor acrescerá o despendido pelo ICNF na preservação da dita Mata. No entanto, o termo de comparação não é a despesa por área territorial mas por mil habitantes, o que parece apontar para haver de facto algumas lacunas em termos de investimento municipal.

Por último, refira-se que, apesar de quase não haver, presentemente, alternativas à circulação rodoviária, o indicador relativo ao consumo de combustível por mil habitantes, por área de residência, é o mais baixo registado, tendo em conta não só o país e a região mas todas as sub-regiões do Centro.

Ainda relativamente às questões ambientais, o PNPOP aponta como uma das opções estratégicas do desenvolvimento do Centro Litoral, onde o concelho da Marinha Grande se integra, a valorização dos recursos hídricos e a conclusão do projeto de despoluição integrada da bacia do Liz, que se encontra atualmente em curso. Refere-se para tal, nomeadamente, a criação e exploração de um Sistema de Tratamentos dos Efluentes de Suinicultura (ETES) da Região do Lis, e a implementação de um modelo de gestão e de uma solução técnica provisória de mitigação dos impactes ambientais da carga poluente das explorações suínícolas na bacia do Lis, que operem até à conclusão do sistema final de tratamento daqueles efluentes.

Embora a generalidade dos suinicultores envolvidos pertençam aos concelhos de Batalha, Porto de Mós, Leiria e Pombal, dado a foz do Lis se encontrar no concelho da Marinha Grande, junto a um dos seus principais destinos balneares – a Praia de Vieira –, este é claramente um objetivo e um projeto importante e com benefícios claros para a qualificação ambiental do concelho.

O PROT-Centro refere também como uma das propostas de consolidação do seu modelo territorial a qualificação ambiental do sistema hidrológico do Lis, controlando a poluição difusa com origem nas suiniculturas e nos efluentes domésticos e industriais. A este respeito, convém recordar que os sectores, além da pecuária, que mais têm contribuído para o agravamento da poluição hídrica no rio Lis são a indústria e o sector doméstico. A contaminação doméstica tem origem, sobretudo, na cidade de Leiria, sendo que a indústria se localiza, genericamente, entre Leiria e a Marinha Grande, destacando-se algumas unidades de produção de papel e cartão, e a indústria vidreira característica da Marinha Grande.

O PROT-Centro também sublinha algumas outras questões ambientais relevantes para o concelho da Marinha Grande, designadamente, classifica a Praia de Vieira e São Pedro de Moel como zonas de suscetibilidade elevada à erosão costeira. Já a cidade da Marinha Grande é identificada como um dos centros urbanos onde é necessário intervir no sentido de diminuir as emissões dos transportes, além das emissões das grandes fontes industriais.

A EIDT-Leiria identifica a poluição dos recursos hídricos e o risco de contaminação dos lençóis freáticos e as lacunas ao nível da cobertura em baixa do serviço de recolha e

drenagem de efluentes domésticos como alguns dos problemas que necessitam ainda de serem trabalhados. Também identifica a redução do consumo energético nos setores industriais e domésticos como objetivos a ter em conta, nomeadamente, no caso do setor doméstico, mediante a aposta na melhoria da eficiência energética.

Das áreas em que se identifica a necessidade de melhorias em termos sub-regionais destacam-se:

- Forte dependência energética de combustíveis fósseis;
- Risco de incêndio e dificuldade de controlo e prevenção de fogos florestais que contribuem para a emissão de Gases com Efeito de Estufa (GEE);
- Poluição e má qualidade da água do Rio Lis e dos meios hídricos que lhe estão associados e forte risco de contaminação dos lençóis freáticos;
- Baixa eficiência energética dos edifícios;
- Escassa produção no distrito de Leiria de energias renováveis.

Relativamente às energias renováveis, a EIDT-Leiria aponta ainda como um projeto com potencial para promover a sua produção a entrada em funcionamento da zona teste de energia das ondas, situada em São Pedro de Moel.

B.2 Caracterização territorial do concelho

B.2.1 Enquadramento geral do concelho

O concelho da Marinha Grande tem uma área total de 187,2 Km² e é composto por três freguesias: Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita, que passou a integrar o concelho em 2001. A maior freguesia é a da Marinha Grande, com 13583,4 ha, seguindo-se a de Vieira de Leiria, com 4300,9 ha e a da Moita, com 840,8 ha (ver Figura 14). Segundo as Estatísticas Demográficas e Estimativas Provisórias da População Residente do INE, em 2013, a Marinha Grande tinha uma população residente de 38.700 habitantes, resultando numa densidade populacional de 206,7hab/km², sendo um dos concelhos mais densos da sub-região de Leiria, destacando-se também no contexto nacional e regional.

Segundo os Estudos de Caracterização e Diagnóstico desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM da Marinha Grande, em termos climáticos, a Marinha Grande enquadra-se no clima temperado, mediterrâneo com forte influência atlântica, com temperaturas moderadas – média anual de 14°C -, alternando entre um Verão quente e seco e um Inverno suave e chuvoso. O solo é constituído na sua quase totalidade por formações de areias e materiais arenosas e as zonas de aluvião são limitadas aos vales aluvionares das principais linhas de água. Topograficamente, é um território muito pouco acidentado, composto na sua generalidade por terras baixas e com declive inferior a 5%, sendo por tal bastante propenso à implementação de modelos de mobilidade suave. As áreas de maior declive encontram-se essencialmente no sistema dunar a poente e nas margens da Ribeira de São Pedro. Convém ainda referir a este propósito que nas áreas de maior declive há risco de erosão acentuado e que a exposição das encostas é na sua generalidade a norte, recebendo pouca radiação solar em parte significativa do ano.

Localizando-se no litoral, com uma linha de costa de 17,7km o concelho ocupa a margem esquerda do rio Lis. Cerca de dois terços do seu território é ocupado pela Mata Nacional, sendo os seus agregados mais significativos as sedes de concelho – Marinha Grande, Vieira de Leiria e Moita – e duas estâncias balneares – a Praia de Vieira e São Pedro de Moel.

Tendo em conta a caracterização da ocupação do solo feita na Carta de Ocupação do Solo de 2007, verifica-se que 84,13% do solo do concelho está na classe das florestas e meios naturais e seminaturais, sendo inferior a 11% os territórios artificializados. As áreas agrícolas e agroflorestais (4,87%) e corpos de água (0,2%) representam uma percentagem pouco significativa do concelho (ver Figura 15).

De entre os territórios artificializados, destaca-se o tecido urbano (75,1%) e as áreas industriais (20,1%), sendo que os espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer e zonas históricas ocupam somente 2,68% dos territórios artificializados.

Analisando a distribuição da ocupação do solo pelas freguesias, a Freguesia da Marinha Grande tem uma percentagem ligeiramente superior de territórios artificializados, seguida de perto pela Moita; as florestas e meios naturais e seminaturais também têm um peso ligeiramente superior na freguesia da Marinha Grande, embora ocupem sempre mais de 80% do território em todas as freguesias; as áreas agrícolas e agroflorestais têm maior representação em Vieira de Leiria, estando a Moita em segundo lugar; e os corpos de água marcam presença somente na freguesia de Vieira de Leiria.

Atualmente, o Concelho da Marinha Grande não contempla nenhuma área protegida e/ou sítio da Rede Natura 2000. No entanto, 84,13% do solo do concelho está na classe das florestas e meios naturais e seminaturais e cerca de 17 km são orla costeira de natureza rochosa e dunar. Descurar estes aspetos pode ocasionar significativos impactes negativos nos sistemas ambientais. Desta forma a autarquia tem um compromisso com a preservação da biodiversidade que deve ser exercido de acordo com as suas competências, através de uma contribuição direta e indireta para a conservação destes valores naturais e paisagísticos.

Figura 14 – Concelho da Marinha Grande: divisão das freguesias e principais aglomerados

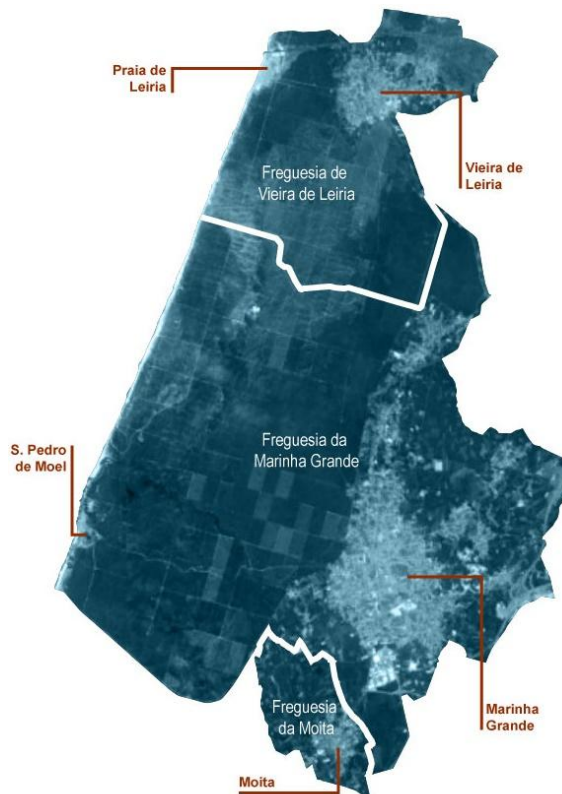
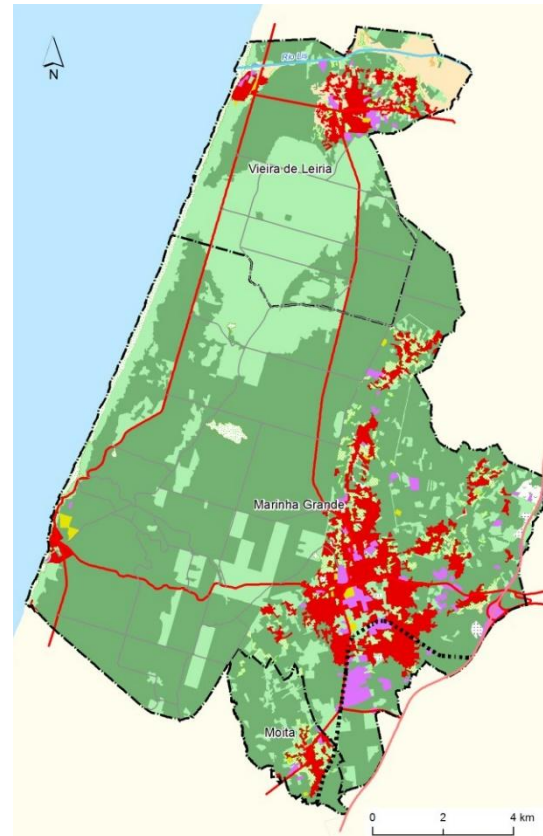


Figura 15 – Ocupação do solo



Ocupação do Solo: COS 2007 - Nível 2

Territórios artificializados

- Tecido urbano
 - Indústria, comércio e transportes
 - Áreas de extração de inertes, áreas de deposição de resíduos e estaleiros de construção
 - Espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer, e zonas históricas
- Áreas agrícolas e agro-florestais
- Culturas temporárias
 - Culturas permanentes
 - Pastagens permanentes
 - Áreas agrícolas heterogêneas

Fonte:AM&A

Florestas e meios naturais e semi-naturais

- Florestas
- Florestas abertas e vegetação arbustiva e herbácea
- Zonas descobertas e com pouca vegetação

Corpos de água

- Águas interiores
- Águas marinhas e costeiras

Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande 2015,
Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de
Caracterização e Diagnóstico, Vol. III

B.2.2 Espaços naturais, florestais e agrícolas

No que respeita à linha de costa, a orla litoral do concelho da Marinha Grande caracteriza-se por um sistema dunar específico composto por dunas com cerca de 50 metros de altura, constituindo a Mata Nacional de Leiria (MNL) o principal agente modelador e protetor da

paisagem. As arribas e as praias arenosas possuem uma diversidade e riqueza natural ímpares e são extremamente sensíveis aos processos erosivos e aos impactos decorrentes da intervenção humana.

As areias que compõem esta zona costeira apresentam grandes potencialidades hidrológicas que alimentam várias nascentes, sendo formações com grande permeabilidade, destacam-se as áreas mais produtivas junto a São Pedro de Moel, onde os caudais máximos atingem cerca de 30 litros/segundo.

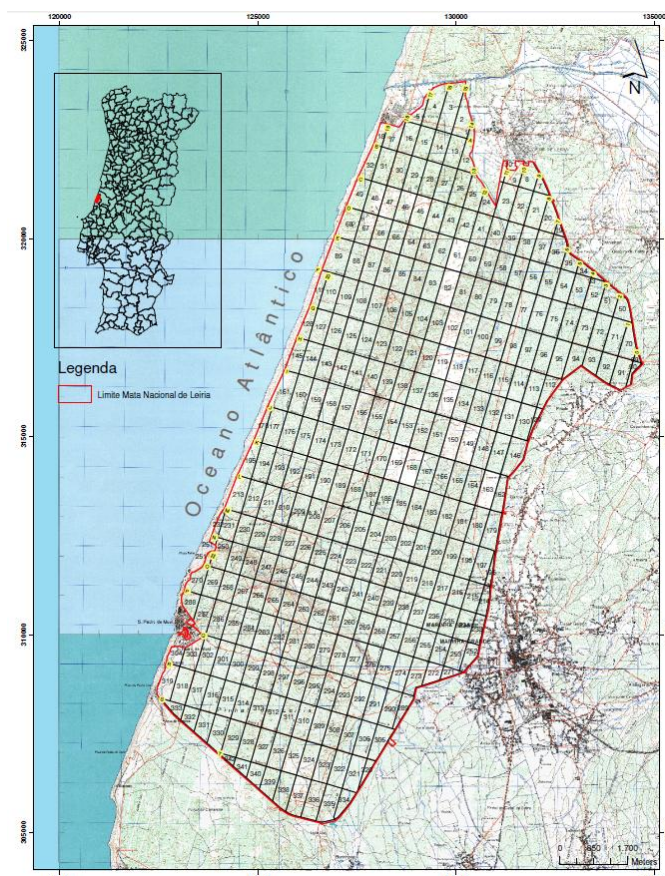
Como já foi referido, no litoral situam-se dois núcleos urbanos – São Pedro de Moel e Vieira de Leiria - que apresentam alguma pressão antroposófica sobre os sistemas naturais em causa. É somente sobre o equilíbrio entre a estrutura urbana, vivência humana, turística e de visitação, e as características ecológicas deste território, que se pode sustentar o seu desenvolvimento, sendo que é fundamental ter presente a elevada necessidade de manutenção dos valores naturais em causa.

Relativamente florestas e meios naturais e seminaturais, o PDM em vigor, de 1995, subdivide os espaços florestais em espaços florestais de produção (87,5%) e espaços florestais de proteção (12,5%). Da totalidade dos espaços florestais existentes, 95,53% fazem parte da MNL (ver Figura 16), que, do ponto de vista da tutela, pertence ao domínio privado do Estado Português, sendo administrada pelo Ministério do Ambiente através do ICNF. A MNL encontra-se sujeita ao regime florestal total e a sua gestão é realizada diretamente pelo ICNF.

A MNL é uma floresta litoral constituída maioritariamente por pinheiro-bravo. Compreende uma área de 11.062 ha, sendo, a larga maioria desta área produtiva. Com efeito, a MNL é geradora da maior receita florestal pública¹⁰ e a mais importante do país sob o ponto de vista da produção de pinho de elevada qualidade. A MNL integra ainda uma faixa costeira de proteção com 3.154 ha de extensão, constituída por dunas fixadas pelo homem nos finais do séc. XIX. Esta faixa, sendo improdutiva sob o ponto de vista florestal mas com um conjunto de espécies e habitats naturais e seminaturais classificados, fundamentais por funcionarem como uma barreira litoral de proteção à área florestal de produção, constitui importante elemento de proteção da orla costeira e dos sistemas dunares.

¹⁰ «No período de 2000 a 2011, foram investidos € 1 756 697 em ações de controlo de vegetação, de desramações, bem como na realização de desbastes e de cortes culturais, tendo sido intervencionados cerca de 7 208 hectares. Quanto às receitas (para o período de 2000 a 2011) obtidas com a comercialização de material lenhoso, o seu valor foi de € 20 627 176. A venda de outros produtos lenhosos e não lenhosos resultou em € 277 412 euros. A resina é um produto secundário que aqui é apenas explorado nos últimos três anos antes do corte final.» Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (2012), Estratégia para a Gestão Das matas nacionais: Relatório.

Figura 16 - Mata Nacional de Leiria: Carta de localização e inserção administrativa



Fonte: Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2010), Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de Leiria

O seu primeiro ordenamento da MNL, da autoria de Bernadino Barros Gomes, data de 1892, e divide-a em 342 talhões com áreas similares, rondando os 35 ha. Estes talhões encontram-se divididos por caminhos de areia, denominados de aceiros¹¹ quando perpendiculares ao mar ou arrifes se paralelos ao mar¹² (ver Figura 16).

A MNL insere-se atualmente no Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Centro Litoral, sub-região homogénea “Gândaras Sul”. São definidas hierarquicamente 3 funções para a mesma, que incluem, para além das funções de “produção” e de “proteção” já referidas, a função de “receio e estética da paisagem”.

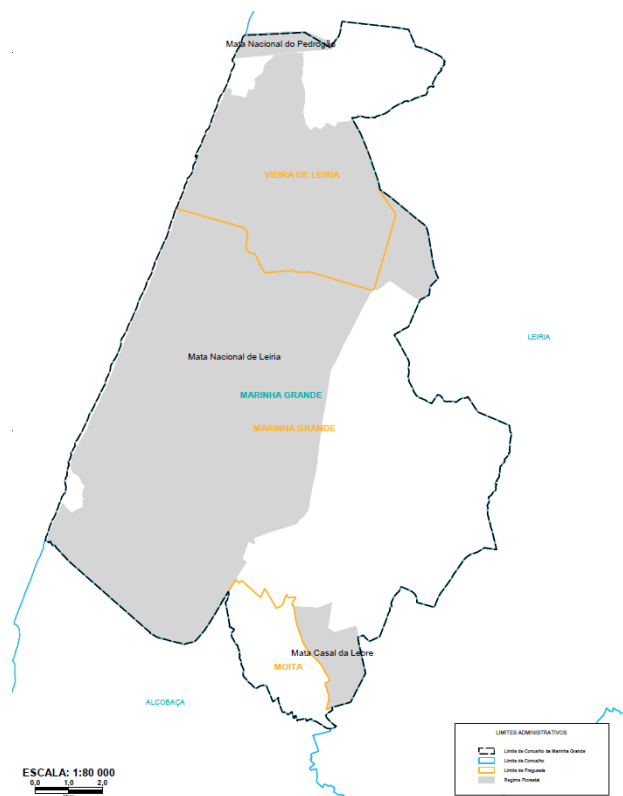
Para além da MNL, existem mais duas matas nacionais no concelho (ver Figura 17): a Mata Nacional do Casal da Lebre (MNCL) e a Mata Nacional do Pedrogão (MNP), ambas incluídas

¹¹ Identificados pelas letras de A a T, de norte para sul.

¹² Identificados pelos números de 0 a 22, de este para oeste.

na mesma sub-região do PROF Centro Litoral e com as mesmas três funções¹³ que a MNL, e igualmente geridas pelo ICNF.

Figura 17 - Mapa das áreas protegidas, Rede Natura 2000 e regime florestal do concelho da Marinha Grande



Fonte: IGP (2008), DGRF (2008), Câmara Municipal da Marinha Grande (2009)

A MNCL localiza-se a sudeste do concelho, na freguesia da Marinha Grande junto ao limite desta com a freguesia da Moita. Ocupa uma extensão de 370 ha, estando 76% desta área arborizada, tendo como espécie principal o pinheiro-bravo, sendo a restante área ocupada por folhosas diversas, em particular junto aos caminhos e linhas de água. Está desde 1907 na posse do Estado, tendo sido doada pela Real Fábrica de Vidros da Marinha Grande.

No último século foram retiradas diversas parcelas à mata, que viu a sua área reduzida em cerca de 104 ha (23%), 70 ha dos quais para a instalação da Zona Industrial da Marinha Grande no período de 1989-1994. Outras desafetações deveram-se à construção da A8 e passagem do gasoduto. Recentemente, em 2013, foram desafetos mais 13,69 ha para ampliação dessa mesma Zona Industrial, após um processo longo e complexo de negociações com o ICNF. No âmbito do acordo alcançado, a Câmara Municipal da Marinha Grande entregou ao Estado pelos 13,69ha, 53,48ha de terreno no Pinhal do Concelho/Pinhal

¹³ Produção, proteção e recreio e estética da paisagem, embora tenham uma hierarquia diferente na MNCL: 1ª produção; 2ª recreio e estética da paisagem; 3ª proteção.

da Boa Esperança, o que ilustra bem as dificuldades e limitações municipais em matéria de gestão territorial concelhia.

Já a MNP situa-se nas freguesias de Coimbrão, concelho de Leiria, e Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande, sendo que somente uma pequena parcela da mesma se localiza no concelho da Marinha Grande. É constituída por um conjunto de propriedades que se foram agrupando na posse do Estado ao longo dos tempos, vindo a constituir-se como MNP em 1950, a saber: Pinhal do Concelho, o Pinhal do Pedrógão, as Dunas do Liz, o Pinhal das Sesmarias e as Dunas do Pedrógão. Possui uma área total de 1.806 ha, tem quase 90% de superfície arborizada, na sua maioria por pinheiro-bravo, embora ao longo das linhas de água existam diversas espécies de folhosas.

Como foi referido, além das funções de produção e proteção, as três matas desempenham, tanto no âmbito do PROF Centro Litoral como na sua vivência efetiva, uma função de recreio. Com efeito, ao longo de todo o ano mas com especial incidência na época de primavera-verão, estas são também espaços de lazer e de ocupação de tempos livres, com áreas de merendas, roteiros a pé ou de bicicleta. A Ribeiro de São Pedro, os parques do Tremelgo e do Engenho e a Formosa são dos locais mais procurados para estas atividades.

No entanto, este potencial de recreio está ainda em grande parte por otimizar, havendo um amplo espaço para programação de atividades e articulação entre entidades gestoras do território e entidades turísticas. Alguns passos já foram dados, com a assinatura do protocolo de parceria entre a Câmara Municipal da Marinha Grande, a Autoridade Florestal Nacional e o Instituto de Museus e Conservação, com vista à recuperação e conservação do espólio do futuro Museu Nacional da Floresta, a localizar na Marinha Grande, e à definição de dois percursos pedestres para fins recreativos. Foi ainda realizada a construção de algumas ciclovias que permitem passeios de bicicleta junto à costa e na área florestal e o ICNF tem promovido algumas atividades e visitas pedagógicas e de sensibilização para públicos diferenciados, incluindo público especializado internacional. Não obstante, a este nível está-se verdadeiramente ainda no início, e projetos como o do Museu ainda não arrancaram verdadeiramente.

O desenvolvimento do potencial em termos recreativos e paisagísticos das matas nacionais poderá não só contribuir para aumentar a qualidade de vida da população residente e a atratividade para visitantes, como para combater a sazonalidade das atividades recreativas (hoje essencialmente balneares) e para a conservação destes espaços, mediante a regulação e controle das atividades que nesta ocorrem, evitando a ocupação indevida.

Com efeito, as atividades a desenvolver terão sempre de conseguir compatibilizar-se com os requisitos derivados da segurança face ao risco de incêndio, nomeadamente, no que respeita à articulação entre épocas e tipos de atividades e restrições de segurança. As atividades de recreio e turismo ambiental, se não forem bem planeadas e controladas, podem constituir uma ameaça, em particular nos locais de elevada vulnerabilidade geológica e biológica. Por exemplo, o intenso pisoteio e a prática descontrolada de todo-o-terreno no interior das zonas dunares pode representar uma ameaça à conservação destes valores naturais, ou mesmo a permanência na floresta em alturas de forte risco de incêndio pode, além de por em causa a segurança das pessoas, potenciar esse mesmo risco se as atividades praticadas não o

acautelarem. Impõe-se assim uma estreita articulação e compatibilização entre os objetivos de conservação e de aproveitamento turístico e de recreio de modo a otimizar a fruição da área florestal sem por em questão os seus valores e a sua própria existência.

O Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de Leiria (PGF-MNL), de 2010, visa concretizar os objetivos e as metas do PROF, delineando uma nova estratégia de gestão a implementar, que visa alcançar a certificação da MNL, cumprindo quer os critérios Pan-Europeus para a Gestão Florestal Sustentável, quer os Princípios e Critérios do *Forest Stewardship Council*.

Com efeito, a MNL é considerada uma floresta nacional modelo, por se tratar de um espaço florestal de elevado interesse para o desenvolvimento de modelos de silvicultura para as matas das dunas e areias litorais, quer na sua função produtiva, quer nas de conservação da natureza e recreio, e um «*exemplo de sustentabilidade florestal, pelo equilíbrio estabelecido durante séculos entre a conservação dos recursos naturais e a produção de madeira de excelente qualidade*».¹⁴

Não alheio a este aspeto é o facto de decorrem na MNL diversos projetos de investigação, ligados aos variados centros universitários e de investigação florestal, e esta ser um dos principais centros de formação e divulgação das técnicas florestais. Adicionalmente, o pinheiro de Leiria, considerado de qualidade e crescimento superior, tem servido de base a programas de arborização com pinheiro-bravo realizados noutros países¹⁵, bem como ao programa nacional de melhoramento genético desta espécie desde a década de 1960.

Tendo em conta estes aspetos, nas sessões participativa foi sublinhada a importância de informar, comunicar e divulgar as valias da MNL, para que esta possa ser valorizada por todos os cidadãos, e, paralelamente, atrair um público especializado, técnico, interessado nas questões florestais, uma vez que este é considerado um bom exemplo de gestão e exploração florestal, tanto na perspetiva da produção, como da conversação e valorização. A representação do Turismo do Centro sublinhou ainda, a este propósito, que no Plano de Marketing desta instituição para 2015-2017 dos quatro vetores de desenvolvimento turístico¹⁶, a Marinha Grande é considerada como tendo potencial para dois destes, a saber, turismo de “Bem-estar e Natureza” e “Científico e Tecnológico”. Neste contexto, a MNL surge como um recurso que pode potenciar de forma integrada ambos os vetores.

Por estas razões, o valor da MNL ultrapassa em grande medida o seu valor produtivo, tendo esta um grande potencial em termos de investigação científica, educação ambiental e cooperação internacional, abrangendo públicos muito diferenciados, como especialistas e investigadores, população escolar, turismo-ambiental, e, acima de tudo, a população local. Com efeito, dar a conhecer o património florestal material e imaterial existente no concelho da Marinha Grande, como por exemplo, o papel que o homem desempenhou para a fixação e

¹⁴ S. Guerra [et al.], Habitats naturais da orla costeira da mata nacional de leiria ameaças e potencialidades, In I Congreso Iberoamericano de Gestión Integrada de Áreas Litorales (2012), Mejorando la gestión de las áreas litorales de iberoamérica: Libro de comunicaciones, pág. 283.

¹⁵ Em especial na Austrália, mas também na África do Sul e Nova Zelândia, entre outros.

¹⁶ “Cultura, História e Património”, “Bem-estar e Natureza”, “Científico e Tecnológico” e “Residencial”.

arborização das dunas do litoral - algo praticamente desconhecido para a generalidade das pessoas -, irá aumentar o seu potencial turístico-ambiental e promover uma maior relação identitária por parte das populações locais, promovendo assim, por esta via, um maior conhecimento, proximidade e relação da população com a MNL e a sensibilização para os valores ambientais em geral, o que contribuirá para aumentar o respeito e promover comportamentos adequados por parte da população face à conservação da mesma.

No entanto, estas tarefas são bastante complexas já que, além de terem de compatibilizar funções diversas - produção, conservação, recreio e paisagem -, com objetivos que podem ser conflitantes. Convém relembrar a este propósito que as matas nacionais estão submetidas ao Regime Florestal total, que abrange 76,3% da área total do concelho. Este regime, que visa contribuir para o fomento florestal do país e a gestão florestal de terrenos do próprio Estado ou de outras entidades públicas, de baldios e de terrenos privados, é uma servidão administrativa à qual o ordenamento do território municipal está submetido. Adicionalmente, a delimitação da Rede Ecológica Nacional para a área do município da Marinha Grande, aprovada em 1996, ocupa 63,3% da área total do concelho (11.850,3ha), e, sendo uma restrição de utilidade pública, também condiciona a ocupação, uso e transformação do solo concelhio.

Assim, a gestão e a estratégia de aproveitamento do território municipal abrangido por estes recursos têm de ser desenvolvidas em cooperação e articulação por mais do que uma entidade, das quais se destacam, o ICNF, responsável pela gestão direta das matas nacionais, e a Câmara Municipal da Marinha Grande, responsável pela gestão do território do concelho. Neste contexto, vive-se uma dicotomia entre as duas principais entidades gestoras deste território. Se por um lado administrativamente compete à autarquia gerir e planear todas as áreas do concelho, por outro lado, do ponto de vista setorial, é responsabilidade do ICNF gerir os espaços florestais do Estado, tendo atribuições diretas na formulação e execução da política florestal nacional. A capacidade de cooperação entre estas duas entidades é assim fundamental, mais ainda tendo em conta o peso dos espaços florestais no concelho. Com efeito, as limitações ao uso do solo e ao ordenamento do território por parte da autarquia derivadas da presença destes espaços são tão grandes como o papel que estes podem desempenhar no desenvolvimento futuro do município, que nunca deve negligenciar a sua dimensão ambiental e de sustentabilidade. Considera-se assim que a coexistência das duas vertentes de pensar o território são profícuas, embora existam situações específicas no passado em que estas entidades não têm conseguido cooperar no sentido de um rumo partilhado, algo que, para bem do futuro do município deverá de ser ultrapassado.

Relativamente ao setor primário e as áreas agrícolas e agroflorestais, como já foi referido, estes têm uma importância reduzida no concelho, não ocupando mais de 4,87% do território, mas desempenham uma importante função de rendimento complementar para a população do concelho, parte considerável da qual, em particular nas zonas menos urbanas, pratica atividades agrícolas de subsistência. Neste contexto, a delimitação da Reserva Agrícola Nacional (RAN), aprovada em 1992, e que implica que os solos devem ser afetos à atividade agrícola e são áreas *non aedificandi*, ocupa 4,1% da área total do concelho (759,4ha).

B.2.3 Territórios artificializados e parque edificado

Além da forte presença florestal e da localização litoral, o concelho caracteriza-se territorialmente pela grande contenção dos tecidos artificializados, fruto em grande medida dos condicionalismos ao uso do solo impostos pela presença da Mata. Com efeito, contrariando a tradicional dispersão urbana patente no litoral centro e norte do país, a Marinha Grande destaca-se positivamente pela contenção dos territórios artificializados em áreas restritas e claramente delimitadas, não obstante a existência de áreas sem ocupação definida entre os vários aglomerados contíguos. Decorrendo mais das servidões e restrições de utilidade pública¹⁷ do que de uma opção de planeamento municipal, tal não deixa de ser um fator bastante positivo e excecional em termos do ordenamento do território litoral regional.

Reflexo bastante claro desta concentração de pessoas e atividades não-florestais no território é o valor da densidade populacional nos territórios artificializados, que é de 1912,5 hab/km², um valor quase dez vezes superior ao obtido quando se considera a totalidade do território do concelho, que já se destacava como denso no panorama nacional e regional, apesar de ser constituído em mais de 84% por áreas florestais. O esforço necessário de consolidação e qualificação da malha urbana é assim facilitado neste concelho face à realidade com que se deparam muitas outras autarquias do litoral.

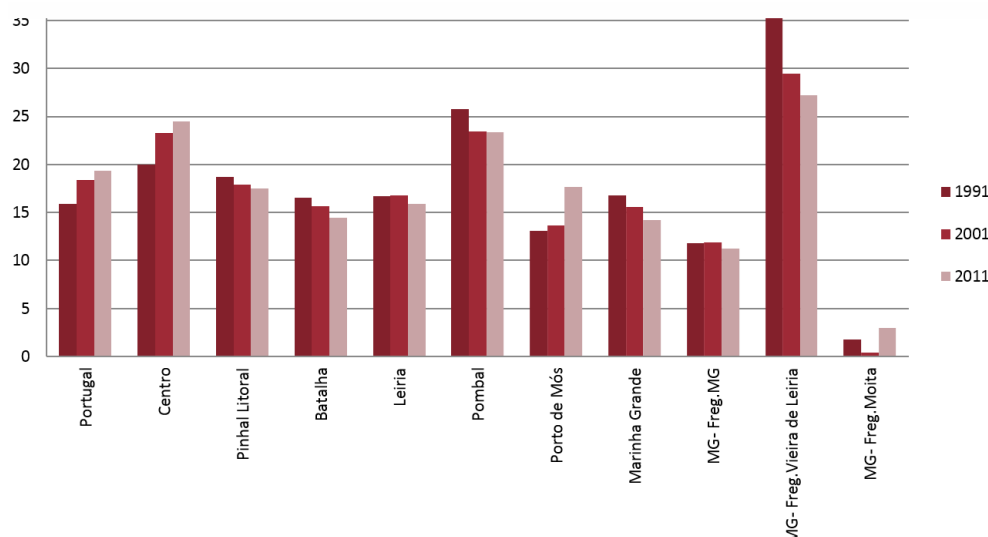
O município tem um carácter fortemente residencial, predominando as tipologias unifamiliares¹⁸. Embora cerca de 70% do parque residencial tenha carácter de residência permanente, a freguesia de Vieira de Leiria acusa um comportamento distinto, contendo uma expressiva proporção de residência secundária, superior à da região e do país (ver Gráfico 7).

O município conjuga no seu tecido indústrias e habitação, assistindo-se a uma gradual perda de outros usos, como o comércio. Esta situação é acentuada pela implementação de grandes superfícies nos centros urbanos envolventes, resultando no definhamento continuado do setor local. Por outro lado, esta convivência entre habitação e indústria acarreta desafios complexos, quer relativos às condições de habitabilidade, ao conforto e qualidade ambiental quer ao nível da sobrecarga das infraestruturas derivada da grande afluência de transportes rodoviários de mercadorias no tecido urbano, sendo necessário resolver as incompatibilidades existentes.

¹⁷ Regime florestal e REN.

¹⁸ Exclusivamente residenciais- 94,24% e unifamiliares -87,52%.

Gráfico 7 - Percentagem de alojamentos familiares clássicos de uso sazonal



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

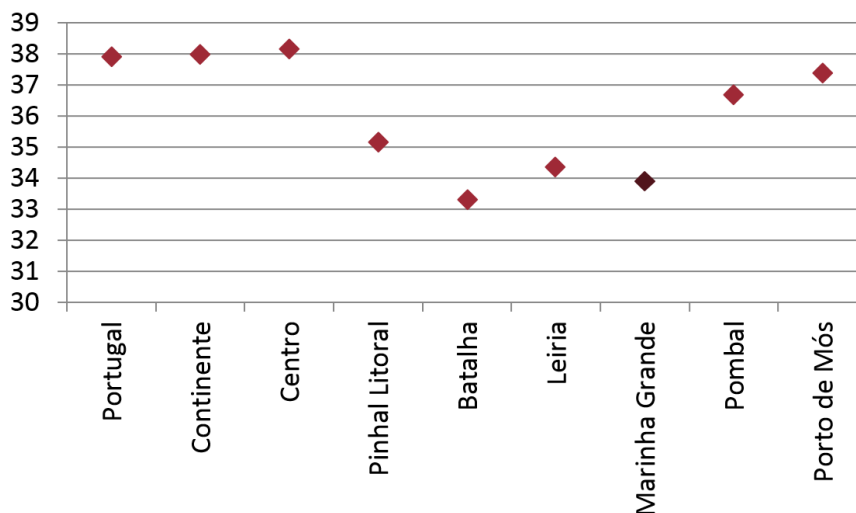
O tecido edificado é relativamente jovem (ver Gráfico 8), destacando-se por ter um parque habitacional em média mais recente a região e o país, sendo apenas superado no contexto da sub-região pelo município da Batalha. Esta condição tem por base um desenvolvimento urbano mais expressivo nos últimos 30/40 anos, o que se reflete numa média de idade do parque edificado de 33,89 anos.

O mercado de arrendamento (ver Gráfico 9) tem maior expressão no concelho face ao seu contexto regional (Marinha Grande - 15,1%, região Centro - 12,5%, em 2011), sendo este fator ainda mais distintivo quando se analisa apenas a cidade da Marinha Grande, onde o arrendamento atinge os 24%.

A dinâmica urbanística da Marinha Grande é marcada na última década censitária por um aumento moderado do número de edifícios (9,0%, face a 12,1% do Centro), concentrando o 3.º maior parque edificado concelhio do Pinhal Litoral, com 13,3% do total de edificações. Não obstante, e como em outras zonas do país, o crescimento do parque habitacional superou as necessidades da evolução demográfica municipal¹⁹, resultando num excedente por solucionar. Neste contexto, o número de alojamentos vagos é considerável, tendo uma expressão muito preocupante na cidade da Marinha Grande, onde atinge os 19,2%.

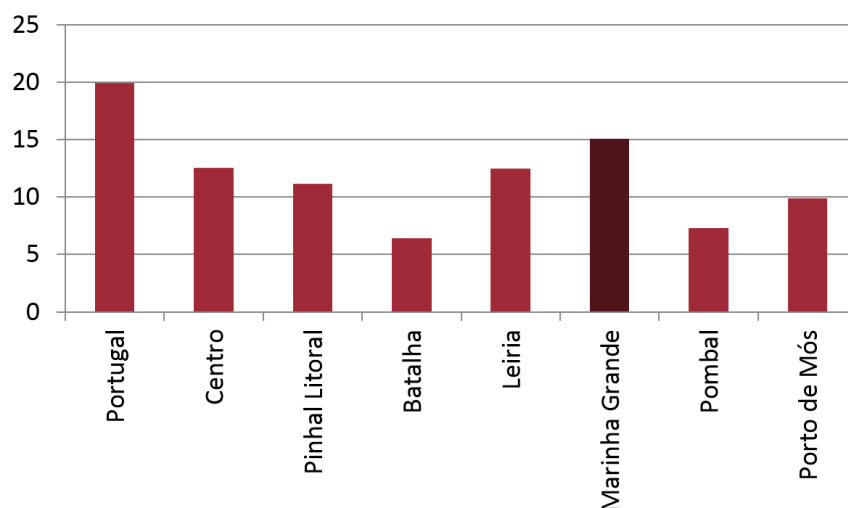
¹⁹ Na última década censitária, o crescimento do parque habitacional foi de 17,82% e o crescimento populacional de 8,74%.

**Gráfico 8 - Idade média dos edifícios
(anos, 2011)**



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Gráfico 9 - Percentagem de alojamentos familiares clássicos arrendados ou subarrendados (2011)



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

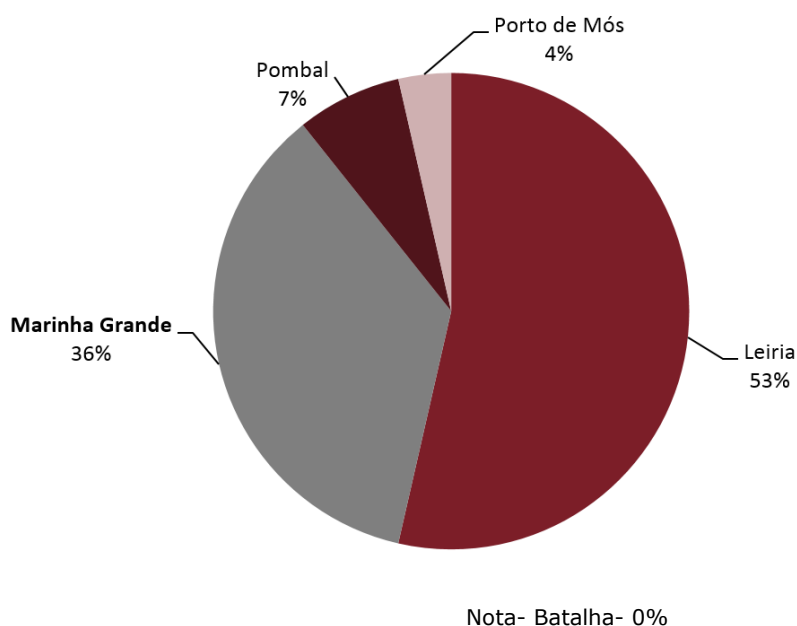
A vertente da oferta formativa competitiva e a densidade industrial e empresarial, com projeção internacional, que a Marinha Grande tem, gera movimentações temporárias de pessoas que acedem à cidade para usufruir desta especificidade, sendo uma oportunidade a existência de um mercado de arrendamento superior ao da região e de um conjunto vasto de alojamentos vagos. O desafio de fazer da cidade um núcleo multifuncional atraente e que capte talentos (residentes ou não) pode assim beneficiar com a regeneração do núcleo

tradicional da cidade, associada à dinamização de animação urbana e cultural que possam alavancar uma identidade reinventada para o futuro do território.

Relativamente à habitação social, convém sublinhar que existe no concelho um grupo populacional com alguma expressão que vive com dificuldades diversas, recorrendo nomeadamente aos apoios sociais para a habitação. Esta questão tem sido uma preocupação constante no município da Marinha Grande, sobretudo nos últimos anos.

Num contexto em que o desemprego tem vindo gradualmente a aumentar (embora aquém dos níveis nacionais) e onde esse desemprego se caracteriza por ser de longa duração, a questão da habitação social encontra bastante expressão na Marinha Grande, sendo que é aqui que se concentra 36% da totalidade destes bairros do Pinhal Litoral (ver Gráfico 10). Os alojamentos sociais são na generalidade arrendados, com regime de renda apoiada ou social. Gradualmente, o Município tem vindo a transferir esse património para os arrendatários, num esforço de autonomização que implica também responsabilização.

Gráfico 10 - Distribuição dos bairros sociais existentes no Pinhal Litoral (2002)



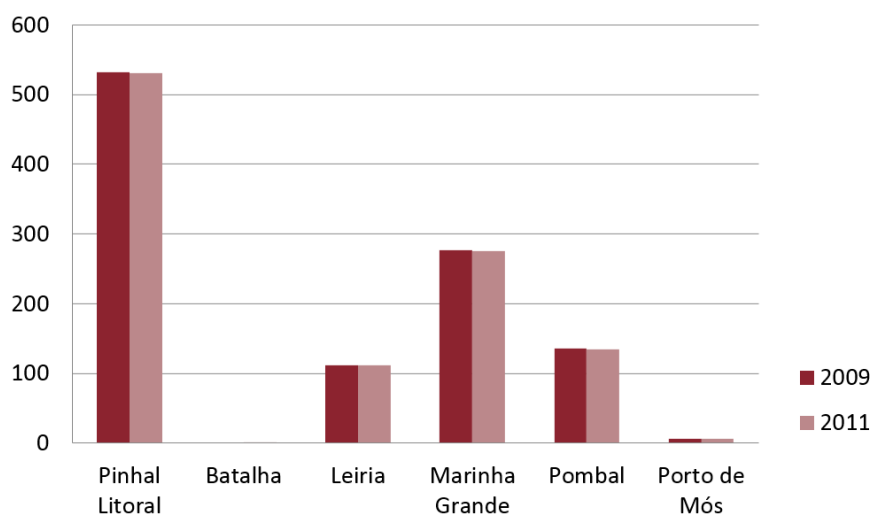
Nota- Batalha- 0%
Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Tendo em conta os dados do Inquérito à Caracterização da Habitação Social do INE, os pedidos de habitação são recorrentes, idênticos aos do município de Leiria, e representam metade dos da totalidade da sub-região Pinhal Litoral. O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) da Marinha Grande 2010-2015 refere como uma das suas prioridades a «*necessidade de criar mais fogos de habitação social*»²⁰, face ao «*aumento do número de munícipes a necessitar de habitação por força da sua incapacidade de fazer face às despesas dos*

²⁰ Rede Social – Concelho da Marinha Grande (2010), Plano de Desenvolvimento Social.

empréstimos bancários de habitação própria e rendas mais elevadas; aumento dos pedidos de apoio para obras em habitações particulares»²¹. Muita desta população está no limiar das situações para as quais já existem apoios estruturados, não os conseguindo alcançar, sendo difícil encontrar uma base mais alargada que os inclua também. Este quadro gera um mercado de arrendamento informal, de baixas condições de habitabilidade, localizados sobretudo na cidade da Marinha Grande.

Gráfico 11 - Evolução do número de fogos de habitação social (2009-2011)



Fonte: INE, Inquérito à Caracterização da Habitação Social

Outro desafio pertinente é a beneficiação do estado de conservação desses fogos e edifícios, que se encontram bastante degradados, a integração de novas atividades socioeconómicas nos pisos térreos, e ainda a valorização do espaço público envolvente.

A configuração de uma mudança comportamental mais direcionada para a participação e (co)responsabilização constitui um desafio à qualificação destas zonas. A mudança terá já sido iniciada através da candidatura do PEDU Marinha Grande 2020, nomeadamente na componente Plano de Ação Integrado para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), que abrangeu o Bairro do Casal de Malta, mas pode alargar a sua abrangência, integrando outras vertentes como a formalização de condomínios. Ainda neste contexto, têm sido desenvolvidas diversas iniciativas que procuram apoiar os grupos sociais mais vulneráveis como as vítimas de violência doméstica cujo apoio carece de espaço físico adequado para alojamento temporário (casas abrigo).

Paralelamente, a existência de um conjunto alargado de atores e instituições sociais conscientes destas problemáticas é um fator positivo que deve ser incorporado.

²¹ Ibidem.

Novas tipologias de respostas podem ser concebidas, nomeadamente associando de forma integrada uma resposta ao gradual isolamento das populações seniores e a carência habitacional das populações mais vulneráveis, sendo uma oportunidade implementar residências partilhadas, sobretudo para famílias com dificuldades “provisórias”.

Por fim, não existe registo de habitação social com certificação energética na sub-região, podendo esse investimento revelar-se como um projeto distintivo.

Refira-se ainda que, relativamente às opções preconizadas no PNPOT para o desenvolvimento do território do Centro Litoral relevantes para o ordenamento do território da Marinha Grande, se destacam as seguintes:

- Compatibilizar o modelo de urbanização e de industrialização difusas com a preservação e valorização do potencial de desenvolvimento das atividades agropecuárias, dos sectores da pesca e da aquicultura e do turismo e com a salvaguarda dos valores ambientais, patrimoniais e paisagísticos;
- Favorecer o reordenamento industrial, sobretudo nas áreas do Pinhal Litoral e do Baixo Vouga, no sentido de criar espaços de localização empresarial que contribuam para o reforço da estrutura policêntrica do sistema urbano e que promovam fatores potenciadores da inovação e do desenvolvimento tecnológico;
- Promover a valorização integrada dos recursos do litoral e gerir a pressão urbano-turística na zona costeira, de forma a assegurar a exploração sustentável dos recursos naturais, a qualificação da paisagem e a adequada prevenção dos riscos.

No que se refere às infraestruturas, importa salientar algumas questões relativas à rede de água, saneamento, tratamento de resíduos e telecomunicações. Quanto à água, com a aplicação, em 2007, do normativo europeu no controlo da qualidade da água para o abastecimento público, a Câmara Municipal de Marinha Grande defrontou-se com o incumprimento dos parâmetros de avaliação da qualidade da água, que até então estavam dentro dos limites legais nacionais. Para cumprir com o novo quadro legal teve de realizar obras que permitissem melhorar a qualidade da água. Em sequência dos investimentos realizados, atualmente, o sistema público de abastecimento de água cobre mais de 99,7% do concelho, verificando-se apenas casos pontuais de habitações antigas e isoladas servidas por sistemas de abastecimento autónomos.

O concelho da Marinha Grande apresentou em 2013 valores de qualidade da água segura de 98,38%, o que representa um aumento qualitativo substancial nesta última década, dado que em 2004 tinha valores de 80,40%. Embora se reconheça uma evolução na qualidade do serviço, com relação direta no aumento da qualidade da saúde pública do concelho, ainda não foi possível garantir o valor de referência $\geq 99\%$ para a percentagem de água segura, conforme estipulado no Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (2007-2013) - PEAASAR II.

Nas sessões de participação, foi referido que existem diversos pontos fracos no sistema de abastecimento de água nomeadamente, degradação da rede, perdas de água no sistema, necessidade de aplicação de telegestão do sistema e o facto de a rede estar assente em

apenas um adutor, o que condiciona o serviço, uma vez que, caso haja algum problema o abastecimento poderá estar em causa. Por outro lado, foi também referido como ponto forte a existência de uma grande capacidade do aquífero, verificando-se uma elevada riqueza hidrológica neste território, o que reduz alguns constrangimentos da ampliação do sistema, bem como a qualidade da água.

Relativamente ao saneamento de águas residuais, atualmente, 85% da totalidade dos alojamentos existentes no concelho encontram-se abrangidos pelo serviço, facto que permite concluir a conformidade com o objetivo definido na Estratégia Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013), relativamente ao nível de atendimento desejável em cada sistema integrado de saneamento, que está estipulado em pelo menos 70% da população abrangida. Nos locais não servidos por rede de recolha e tratamento de águas residuais, a recolha dos efluentes é assegurada com recurso a camiões cisterna de despejo de fossas.

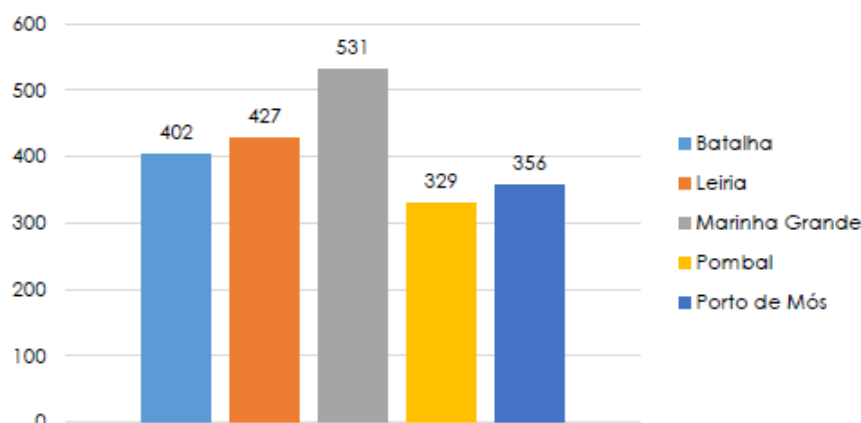
Ao nível de estações de tratamento, o concelho sofreu, desde 1995, bastantes alterações sendo que, atualmente existem cinco Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR). O destino final dos efluentes tratados são, na sua grande maioria, as linhas de água próximas, à exceção da ETAR de São Pedro de Moel, cujos efluentes se infiltram em solo agrícola, em trincheiras de infiltração. O destino final das lamas após tratamento é o aterro sanitário e a utilização agrícola.

Tal como no sistema de abastecimento de água, foram tecidas algumas considerações nas sessões participativas a respeito do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais. Assim, foi considerado que não existe razão para que atualmente hajam locais não servidos por este sistema, tendo sido identificada também alguma dificuldade na interação do município com a Simlis. A falta de rede separativa foi ainda referida como um ponto fraco, sendo que a orografia do concelho é um constrangimento neste contexto.

No que respeita aos resíduos, no ano de 2011 cada munícipe da Marinha Grande produziu aproximadamente 1,45 kg/dia. Considerando a população residente, de 38.681 habitantes²², conclui-se que houve uma produção anual de resíduos sólidos urbanos superior a 20 mil toneladas. Da totalidade dos concelhos pertencentes à antiga sub-região do Pinhal Litoral, o concelho da Marinha Grande é o que apresenta maior produção de resíduos urbanos por habitante (ver Gráfico 12), valor também superior à média do país. Relembre-se que, como nota positiva e como já foi referido no ponto B.1.3.5, a recolha seletiva de resíduos na Marinha Grande é também superior à média nacional (ver Gráfico 6).

²² Dados dos Censos de 2011.

Gráfico 12 - Resíduos urbanos recolhidos por habitante (kg/hab.)



Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Também como já foi referido, a recolha, tratamento e valorização dos resíduos sólidos urbanos na Marinha Grande está a cargo da Valorlis, cujo Plano de Ação do PERSU2020 prevê um incremento da atividade da recolha seletiva e da exploração da unidade de tratamento mecânico e biológico. No entanto, a quantidade de resíduos produzidos indicia a necessidade de uma aposta em paralelo na mudança de comportamentos sociais, o que tem levado a Câmara Municipal e a Valorlis a apostar na dinamização de campanhas de sensibilização, por forma a atingir os seus objetivos.

Esta empresa assegura também a recolha seletiva e a valorização dos resíduos orgânicos no concelho da Marinha Grande, sendo que esta recolha é assente em infraestruturas e equipamentos que se encontram territorialmente em Leiria, compondo um sistema de soluções integradas: Central de Valorização Orgânica, Unidade de Triagem Automatizada, Aterro Sanitário e Ecoparque. De acordo com o estabelecido no PERSU II (2007) a Valorlis desenvolve ainda a promoção da compostagem doméstica.

Na sequência da auscultação aos atores, a empresa informou que a próxima fase deste processo assentará numa mudança de filosofia de proximidade com a comunidade e incluirá a aposta na recolha direta junto do comércio e de IPSS, sendo que em alguns locais o sistema de recolha aplicado será o "porta a porta". A Valorlis pretende ainda continuar a apostar na sensibilização e educação ambiental da população, para o que pretende melhorar a sua comunicação. Foi ainda identificado um constrangimento que condiciona a atividade de recolha dos RSU, que se relaciona com questões de acessibilidade às instalações da própria Valorlis, junto ao acesso da A8.

Por fim, no que respeita às redes de telecomunicações, é importante referir que, de acordo com os Estudos de Caracterização e Diagnóstico²³ realizados no âmbito da revisão do PDM da Marinha Grande, a cobertura atual da rede de fibra ótica somente abarca 30% da população. Aumentar esta cobertura é, de acordo com a PT Comunicações, a prioridade de atuação no concelho, o que pode reforçar os fatores competitivos locais tanto para empresas de serviços avançados como para a atração de população altamente qualificada.

B.2.4 Breve caracterização territorial das freguesias

B.2.4.1 Freguesia da Marinha Grande

A freguesia da Marinha Grande é a maior freguesia do concelho, com cerca de 73% da superfície concelhia. Ocupa a área central do concelho e faz fronteira a norte com a freguesia de Viera da Leiria, a este com o concelho de Leiria, a sul com a freguesia da Moita e o concelho Alcobaça e a oeste com o oceano atlântico.

Esta freguesia polariza a larga maioria da população e do povoamento urbano do concelho, nela se concentrando 78,3% do território urbanizado e 81,2% da população. Dado que parte significativa (85,2%) do território desta freguesia é ocupado por florestas e meios naturais e seminaturais, a população residente, o território artificializado e as atividades que nele se desenvolvem, concentram-se em áreas territoriais bastante limitadas, com uma concentração ligeiramente superior à das restantes freguesias.

O parque edificado desta freguesia é o mais expressivo (74.2% da totalidade do concelho), sendo maioritariamente constituído por edifícios unifamiliares ou bifamiliares, de 1 a 2 pisos, exclusivamente residenciais, com cerca de 100/200m². A maioria dos alojamentos são ocupados pelo proprietário, sendo 21% arrendados. Os alojamentos vagos correspondem a 14,8% da totalidade, enquadrando-se ligeiramente acima da média regional e nacional, constituindo este um grande desafio no centro tradicional da cidade, como se tratará mais adiante.

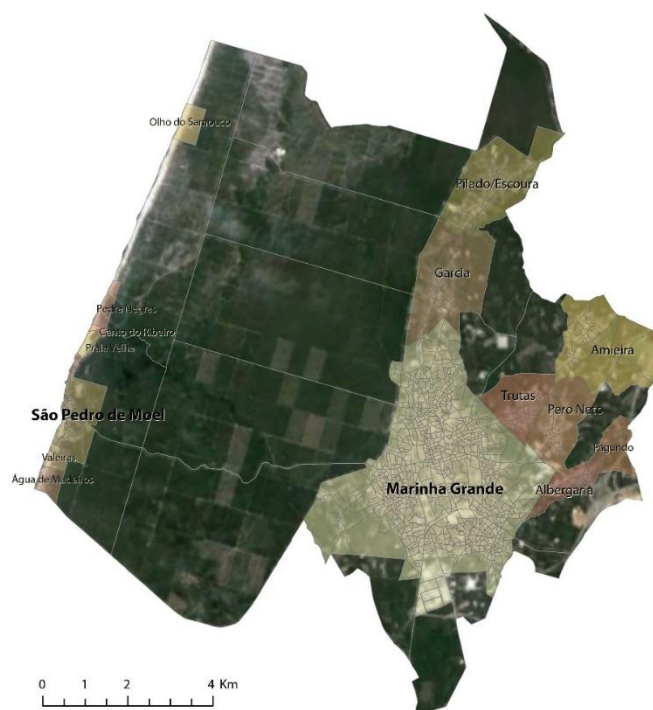
No que se refere aos aglomerados existentes, o Plano Diretor Municipal, de 1995, classificou como aglomerados urbanos na freguesia da Marinha Grande: o centro concelhio da Marinha Grande; o centro urbano-turístico de São Pedro de Moel; e, na categoria de outros, os aglomerados de Garcia, Pilado/Escoura, Trutas, Amieira, Pero Neto e Albergaria, todos estes na continuidade do tecido urbano da Marinha Grande (ver Figura 18). De entre estes aglomerados urbanos destacam-se, no interior do território, o centro concelhio da Marinha Grande, e, na orla costeira, o centro urbano-turístico de São Pedro de Moel.

Estes dois aglomerados urbanos têm características bastante diferenciadas em termos de ocupação do território. A cidade da Marinha Grande, principal centro concelhio, teve como motor do seu desenvolvimento a implantação de importantes unidades industriais vidreiras, tendo a sua expansão iniciado ao redor destes complexos e ao longo das principais vias de

²³ Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. II.

comunicação. Numa fase posterior o tecido urbano foi-se adensando, com a implantação de novas indústrias e de áreas urbanas habitacionais adjacentes. Já numa fase mais recente o aglomerado expandiu-se ao redor do núcleo inicial, privilegiando a urbanização ao longo dos principais acessos, mas sempre contido pelas condicionantes à urbanização impostas, sobretudo, pela presença da MNL.

Figura 18 – Freguesia da Marinha Grande



Fonte: AM&A

Apesar de ter um perímetro bastante contido face à área total do concelho, o aglomerado da Marinha Grande não apresenta uma grande coesão e coerência internas, em parte devido à implantação central no tecido urbano de várias unidades industriais, hoje em muitos casos desativadas, bem como ao facto de a expansão urbana ter absorvido outros locais industriais que hoje se encontram lado a lado com habitações e outras funções urbanas.

Como já foi referido, o crescimento da cidade da Marinha Grande desenvolveu-se em função da localização das unidades industriais, num modelo polinucleado no qual os espaços intersticiais se foram colmatando gradualmente. Baseada nesse modelo, a cidade estendeu-se ao longo dos eixos de acessibilidade, nomeadamente da EN242-2/Estrada de Leiria (este-oeste) preferencialmente no sentido de Leiria e da Estrada dos Guilhermes/Estrada da Garcia (sul-noroeste). Esta extensão proporcionou a absorção de pequenos lugares próximos e a tendencial “conexão/união” com Pero Neto, Amieira, Albergaria e ainda Picassinos. Os espaços vazios, deixados pelas grandes áreas industriais devolutas ou por terrenos expectantes, cria alguma fragmentação e falta de coerência e continuidade no tecido urbano, sendo clara a necessidade de consolidar e cerzir muitos destes espaços. A eliminação ou minimização dos conflitos existentes entre as várias funções

presentes no território, em particular, indústria e habitação, bem como a sobrecarga inerente nas infraestruturas urbanas é outro dos problemas que afeta o aglomerado. O atravessamento do mesmo pela Linha do Oeste, criando mais uma barreira à continuidade, é também uma área sensível que necessita de resolução.

Adicionalmente, o centro urbano tradicional, onde se implantaram as primeiras indústrias, reflete as origens particulares da Marinha Grande, sendo marcado pelo caráter industrial e operário. Diferentemente de outros centros, ditos históricos, que, sendo de origem medieval, são marcados geralmente pela sua implantação em altitude, ruas sinuosas e vielas estreitas, arquitetura religiosa, defensiva ou apalaçada monumental, e casario com grande valor histórico, na Marinha Grande temos um centro tradicional bastante mais recente, implantado numa planície, e cujo tecido urbano é marcado essencialmente pelos complexos industriais antigos, as residências dos principais industriais e o modesto casario operário. Sem espaços públicos com escala e funções de representação significativos, muitos dos complexos industriais e casas operárias abandonadas, e a substituição recente de parte do edificado por imóveis sem grande qualidade arquitetónica, o centro tradicional, embora ainda seja o repositório da memória da comunidade, encontra-se hoje esvaziado de funções e sem uma imagem marcante e emblemática que possa ser catalisadora da identidade e autoestima dos marinhenses. Refira-se, a este propósito, que do total de superfície artificializada da freguesia, somente 2,7% é destinada a espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer ou zonas históricas.

Com efeito, os esforços empreendidos pelo município no reforço da rede de espaços verdes coletivos do seu tecido urbano, na requalificação do espaço público e na requalificação de parte do património industrial que ali se concentra de forma mais expressiva não conseguiram até à data reverter a vulnerabilidade deste espaço.

Não obstante, é claro o valor de alguns dos complexos industriais existentes, alguns dos quais recentemente reabilitados, bem como de alguns espaços verdes criados, para além do potencial existente para a revitalização deste espaço, dadas as suas características particulares. Com efeito, tanto as tipologias, caracterizadas por grandes áreas e vãos amplos, de parte dos edifícios industriais existentes, como a maior liberdade de intervenção que deriva de uma menor presença de património com valor arquitetónico e/ou histórico, abre a oportunidade para a possibilidade de se enveredar por um projeto de revitalização mais ousado e interventivo do que seria aconselhável e desejável na maioria dos centros históricos do país.

No que respeita à indústria, como já foi referido muitas destas unidades encontram-se dispersas pelo território, e, se existem alguns casos em que foram, com o tempo, deslocalizadas do centro para a periferia do centro urbano, ou mesmo abandonadas, outros casos há em que se encontram em funcionamento imersas no tecido urbano, sem grandes possibilidades de poderem vir a ser deslocadas. Esta situação gera vários problemas ao nível do ordenamento do território, derivados de incompatibilidades entre funções, como já foi referido, e de serem mais uma razão de fragmentação e falta de coerência do tecido urbano.

Para além das unidades dispersas pelo território, existem também áreas industriais delimitadas já no PDM de 1995, designadamente a Zona industrial da Marinha Grande

(76,57ha), Expansão da Zona Industrial da Marinha Grande (75,24ha) e a Área industrial da Marinha Pequena (61,25ha). Estas áreas representam 13,4% do território artificializado da freguesia.

A Zona Industrial da Marinha Grande, localizada como referido anteriormente na MNCL, está hoje perfeitamente consolidada, não existindo atualmente nenhum lote disponível para alienação. Por esta razão, o município empreendeu esforços para a sua ampliação tendo, após 12 anos de negociações, conseguido em 2013, por via de um acordo com o ICNF, uma parcela de terreno de 13,69 ha para este fim retirada ao perímetro da MNCL (ver Figura 19). No entanto, no âmbito das sessões participativas, os agentes do território reforçaram bastante a ideia que esta expansão era insuficiente para as necessidades de ampliação das indústrias existentes e de implementação de novas indústrias, sendo a limitação de espaço disponível para estes fins apontada como um dos principais problemas da Marinha Grande. A reduzida dimensão dos lotes (cerca de 2.000 m²) foi também apontada como um fator crítico ao não permitir a fixação de um conjunto alargado de indústrias dadas as suas reduzidas dimensões.

Figura 19 – Zona industrial da Marinha Grande e área de ampliação



Adaptado de : Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande:
Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. II

Relativamente à área delimitada no PDM de 1995 como Expansão da Zona Industrial da Marinha Grande, não foi desencadeado nenhum Plano de Pormenor para a sua concretização, não tendo sido implementada até à data.

A Área industrial da Marinha Pequena, por seu lado, embora já concentre alguma indústria, ainda não está consolidada, e não tem plano de pormenor aprovado, havendo assim uma clara oportunidade de otimização desta área para fins industriais. Para além deste espaço, a otimização e racionalização da implantação industrial dispersa é outro domínio onde poderá haver alguma oportunidade para melhorar o ordenamento industrial.

Refira-se ainda que se encontra em elaboração um plano de pormenor para o aglomerado de Garcia, que se propõe criar uma “Área Reservada para Atividades Económicas”, com 2,09 ha.

Relativamente ao aglomerado de São Pedro de Moel, este tem características substancialmente diferentes da sede concelhia. Localizado na orla costeira, a sul da foz da Ribeira de Moel, e outrora um porto com movimento, São Pedro de Moel foi assumindo um carácter de lugar de veraneio, em particular de famílias privilegiadas. A sua atratividade era suportada por um conjunto de valências que oferecia às famílias que ali acorriam sazonalmente atividades de recreio e animação. É caracterizado pela sua vocação balnear, de repouso e veraneio, com vários equipamentos de suporte a estas atividades, como parques de campismo, equipamentos hoteleiros, restauração, campo de ténis, ciclovias, e um complexo de piscinas, que neste momento não se encontra em funcionamento.

Rodeado pela MNL e pela orla costeira, este aglomerado tem uma localização privilegiada em termos naturais. Adicionalmente, o seu interessante plano urbanístico, do arquiteto José Lima Franco, inspirado no modelo da cidade jardim, a malha urbana fortemente marcada por habitações unifamiliares de dimensões generosas e, na sua maioria, de assinalável qualidade arquitetónica – com alguns exemplares verdadeiramente notáveis –, acrescenta a qualidade da intervenção humana à beleza do entorno natural (ver ponto B.5.1.3). Considera-se assim que a qualidade deste aglomerado justifica que sejam implementadas medidas com vista à proteção dos valores em presença, que preservem o seu carácter distintivo e a qualidade urbanística e arquitetónica existentes, bem como o seu enquadramento paisagístico.

Apesar da sua qualidade intrínseca, funcionalmente o aglomerado tem vindo a perder importância, estando a procura a diminuir e muitos dos seus equipamentos a fechar, resultando num processo de declínio que interessa inverter. Este aspeto foi claramente reforçado no âmbito das sessões participativas, tendo os agentes turísticos referido uma quebra acentuada de dormidas, um aumento da sazonalidade – maiores períodos sem procura –, e um efeito de reforço mútuo das dinâmicas de declínio geradas pela redução da procura e pelo encerramento de equipamentos. Foi também sinalizada a necessidade de renovação dos espaços de recreio e lazer existentes e a dinamização do parque hoteleiro como formas de combater a tendência instalada, sendo para tal necessário resolver alguns conflitos entre funções, que agravam este declínio, nomeadamente, entre a habitação e funções de recreio/lazer, em particular, no que respeita aos eventos no espaço público. A pouca articulação com os recursos naturais envolventes, em particular, a MNL, foi ainda apontada como negativa, e a sua inversão como uma oportunidade de reforçar a atratividade e reduzir a sazonalidade da procura turística.

Para tentar dar resposta a estes desafios, entre 2009 e 2011 o município implementou o Plano de Valorização Ambiental e Turística de São Pedro de Moel, com o qual se pretendeu promover o ordenamento e requalificação de áreas que se apresentavam degradadas e

desajustadas, adequando-se o espaço a um local de visita constante dos habitantes e turistas. Foi realizado um conjunto de intervenções integradas, nomeadamente, um vasto número e diversificado de operações de reconstrução de infraestruturas de valorização turística e ambiental, ações de divulgação e desenvolvimento de atividades de lazer relacionadas com o turismo permitiu concretizar uma estratégia eficaz de atração turística. A sua implementação permitiu a reabilitação de 32.000m² de área ambientalmente degradada. Os passeios pedestres implementados no seu âmbito continuam a realizar-se, principalmente, para os alunos da rede escolar do concelho da Marinha Grande, de forma a fomentar a atividade física, o contacto com o meio ambiente e sensibilizar para a proteção do ambiente. No entanto, este foi somente um primeiro passo, demonstrando os dados recolhidos e as sessões participativas que o processo de declínio instalado ainda não foi revertido, nem todo o potencial existente aproveitado, havendo a necessidade de dar continuidade a políticas que visem a sua regeneração.

B.2.4.2 Freguesia de Vieira de Leiria

A freguesia de Vieira de Leiria ocupa 23% da superfície concelhia e localiza-se a norte do concelho. Faz fronteira a norte e nascente com o concelho de Leiria, a nascente e sul com a freguesia da Marinha Grande e a oeste com o oceano atlântico.

Esta freguesia é atravessada a norte pelo rio Lis e o território centro-sul é ocupado pela MNL, estando os aglomerados urbanos localizados a norte, junto ao rio Lis. Esta é a freguesia que tem uma maior parcela do seu território dedicada a atividades agrícolas e agroflorestais (9,8%), localizando-se estas áreas na sua maioria na proximidade à várzea do Lis, nos lugares de Boco e da Passagem. Tem por tal um carácter mais ruralizante, carácter este que transparece até nos aglomerados urbanos. No entanto, como já foi referido no ponto B.1.3.3, o setor primário tem muito baixo peso económico no concelho (somente 5 trabalhadores por conta de outrem), sendo a maior parte da prática agrícola de subsistência e para autoconsumo.

Com o intensificar do setor industrial no contexto territorial envolvente, sobretudo nos anos 60 e 70, Vieira de Leiria transformou-se. O crescimento que esse desenvolvimento industrial potencializou estendeu-se numa estrutura radial limitada a norte pela estrada de Leiria, a Sul e Este pela Avenida Lúcio Thomé Feteira. A partir destes eixos, o aglomerado torna-se menos denso, numa estrutura mais dispersa que acompanha os arruamentos principais. Esta expansão urbana acabou por agregar vários lugares como Casal da Anja, Barqueiro, Casal dos Lobos, Outeiro da Passagem e Oureiros da Vieira.

O parque edificado desta freguesia representa 29,5% da totalidade do concelho, sendo maioritariamente constituído por edifícios unifamiliares ou bifamiliares, de 1 a 2 pisos, exclusivamente residenciais, com cerca de 100/200m², ocupados pelo proprietário. Os alojamentos vagos correspondem a 20,5% da totalidade, o que é bastante superior à média do município, da região e do país. A existência do dobro de alojamentos relativamente ao número de agregados familiares reflete-se claramente na alta representação dos alojamentos sazonais nesta freguesia (ver Gráfico 12). Os grandes espaços intersticiais que este tipo de crescimento originou são desafios ao seu desenvolvimento urbano e sustentável

que importa considerar, assim como a compatibilização entre esse crescimento e espaços ambientalmente mais sensíveis como a várzea do Lis.

No que se refere aos aglomerados existentes, o Plano Diretor Municipal, de 1995, classificou como aglomerados urbanos na freguesia de Vieira de Leiria: o centro subconcelhio de Vieira de Leiria; o centro urbano-turístico de Praia de Vieira; e, na categoria de outros, os aglomerados de Casal de Anja, Passagem e Boco, todos estes na continuidade do tecido urbano de Vieira de Leiria. De entre estes aglomerados urbanos destacam-se, no interior do território a sede da freguesia, Vieira de Leiria, e, na orla costeira, o centro urbano-turístico de Praia de Vieira (ver Figura 20)

Figura 20 – Freguesia de Vieira de Leiria



Fonte: AM&A

Na freguesia de Vieira de Leiria reside cerca de 15,1% da população do concelho, numa área que totaliza 23% do mesmo. Tem uma densidade populacional menor que a Marinha Grande (135,9 hab/km² e 231,3 hab/km² respetivamente), e tem tido um ritmo de expansão urbana na última década superior à populacional, tendo presentemente duas vezes mais fogos que famílias residentes²⁴.

Esta é a freguesia com menor peso de territórios artificializados do concelho, representando somente cerca de 8% do território. Tal como na freguesia da Marinha Grande, de entre os espaços artificializados somente uma pequena parte (2,6%) é destinada a espaços verdes urbanos, equipamentos desportivos, culturais e de lazer ou zonas históricas. Acresce a este facto uma qualidade inferior de muitos dos espaços públicos, existindo, por exemplo, vias

²⁴ Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. III.

sem passeios para peões. A qualificação do ambiente urbano, em particular dos espaços públicos assume assim particular importância neste aglomerado.

Sem grandes elementos arquitetónicos e urbanísticos de referência, o tecido urbano foi-se desenvolvendo ao longo das principais vias de acesso, sendo que 93,5% das construções edificadas da freguesia são habitacionais²⁵. O comércio e serviços representam, respetivamente, pouco mais de 2% das construções, sendo que, em conjunto com a indústria, ocupam 14,1% do território artificializado da freguesia.

A Área Industrial de Vieira de Leiria tem uma superfície de 13,8ha, encontrando-se nesta fase já consideravelmente consolidada, existindo somente 2 lotes disponíveis para alienação. Embora esta fosse a única área industrial da freguesia delimitada no PDM de 1995, foi considerado pelo município que a escassez de espaços para estas funções justificava a expansão desta área industrial, tendo sido despoletada a elaboração de um plano de pormenor para este fim, que não foi ainda aprovado. Refira-se ainda que a área abrangida pelo plano de pormenor é mais de duas vezes superior à da atual área industrial.

Com funções predominantes distintas, o aglomerado da Praia de Vieira, localizado na orla costeira, tem um claro caráter balnear. Tendo origem num povoado piscatório, tendo tido um porto relevante, este legado da "Arte Xávega" ainda hoje está presente no aglomerado e em algumas das suas construções – casas palafíticas -, sendo marcadamente distinto do caráter mais erudito de São Pedro de Moel. Não apresentando a mesma qualidade arquitetónica e urbanística, mas tendo uma identidade cultural e etnográfica mais forte, ainda presente em parte das atividades e da cultura local, este aglomerado é um repositório signficante de parte da identidade e memória concelhias.

Embora já não tenha a importância de outros tempos, a atividade piscatória ainda está viva neste aglomerado, existindo, no verão de 2012, seis companhias a operar (Lusitano, Viking, Deus Te Salve, Princesa do Liz, Eu Só e a Senhora da Luz), sendo que em cada uma delas laboram perto de trinta pescadores, oriundas da Praia e da vila da Vieira de Leiria²⁶. Também em funções como o comércio de pescado e a restauração tendo por base os produtos do mar esta marca permanece, tendo recentemente o arroz de marisco da Praia de Vieira sido galardoado com a classificação de "Maravilha gastronómica de Portugal". As atividades ligadas à Arte Xávega são também um fator de atratividade para visitantes, que vêm ver a faina, aproveitar para comprar peixe fresco ou almoçar num dos restaurantes locais.

A Praia de Vieira tem alguns equipamentos de apoio à atividade turística, em particular, hotelaria, restauração e um parque aquático. No entanto, tal como no caso de São Pedro de Moel, a atratividade turística deste aglomerado está a perder relevância, notando-se já algum declínio mesmo ao nível dos equipamentos existentes, sendo importante encontrar vias para a sua revitalização.

²⁵ Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. III.

²⁶ Rodrigues, Hélia Carla Amado (2013), Arte xávega na comunidade da Praia de Vieira de Leiria: a sua patrimonialização.

B.2.4.3 Freguesia da Moita

A freguesia da Moita só passou a integrar o concelho da Marinha Grande em 2001. É a menor freguesia do concelho, com cerca de 840,8ha (ver Figura 21). Localiza-se a sul do concelho, fazendo fronteira a norte e nascente com a freguesia da Marinha Grande, numa pequena extensão a nascente com o concelho de Leiria, e a sul e poente com o concelho de Alcobaca.

Figura 21 – Freguesia da Moita



Fonte: AM&A

Embora com menor expressão que no caso da freguesia de Vieira de Leiria, na freguesia da Moita há alguma representação de áreas agrícolas e agroflorestais, que ocupam cerca de 8% do território. Tal como no caso anterior, trata-se sobretudo de agricultura para autoconsumo, sendo mínimo o seu peso na economia local. O carácter rural da freguesia é ainda marcado pela existência de espaços para agricultura e pecuária contíguos às habitações.

O parque edificado representa 17,8% da totalidade do concelho, sendo maioritariamente constituído por moradias unifamiliares ou bifamiliares, de 1 a 2 pisos exclusivamente residenciais, com cerca de 100/200m², ocupadas pelo proprietário. Os alojamentos vagos correspondem a 14,3% da totalidade, enquadrando-se ligeiramente acima da média da região e do país, mas ligeiramente abaixo da média do município (16%). Os grandes espaços intersticiais, a persistência de unidades industriais no seu tecido urbano (em atividade ou não) e a pendularidade são desafios ao desenvolvimento urbano da Moita, sobretudo se observados na ótica do crescimento sustentável. A estes acresce a tendência de envelhecimento da sua população, mais relevante do que em Vieira de Leiria, e que agrava as problemáticas associadas ao isolamento da população e da sua dependência.

A freguesia da Moita é a única freguesia da Marinha Grande sem linha de costa, as relações da população desta freguesia sempre foram essencialmente voltadas para o centro urbano

da Marinha Grande, que chegou a empregar parte significativa da população. Destaca-se, assim, por ter uma dinâmica algo distinta de Vieira de Leiria, estando na influência quer da proximidade das várias unidades industriais existentes (nomeadamente na zona industrial da Marinha Grande), quer da própria cidade da Marinha Grande, com as suas funções centrais.

Tal como nos dois casos anteriores, a indústria representa o principal motor económico, e embora neste caso não exista uma área industrial delimitada, as áreas ocupadas por indústria, comércio e transportes ocupam cerca de 14,3% dos territórios artificializados. Tendo em conta as construções erigidas entre 2001 e 2011, a indústria representa 7,6% das mesmas, o que reflete a importância deste setor na freguesia.

A área urbanizada da freguesia centra-se essencialmente no aglomerado urbano da Moita. O desenvolvimento deste aglomerado ocorreu, tal como nos casos anteriores, mediante uma expansão que privilegiou as principais vias de acesso, tendo-se progressivamente densificando. Residem nesta freguesia 3,7% da população, sendo a que teve menor crescimento populacional da última década (0,35%). No entanto, e não obstante não ter PDM em vigor desde 2001, entre 2001 e 2011 o parque habitacional cresceu 28,18%. Este crescimento pode ter tido, em parte, como razão de fundo carências habitacionais existentes, dado que o rácio entre número de famílias e fogos é o mais baixo do concelho²⁷.

²⁷ Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. III.

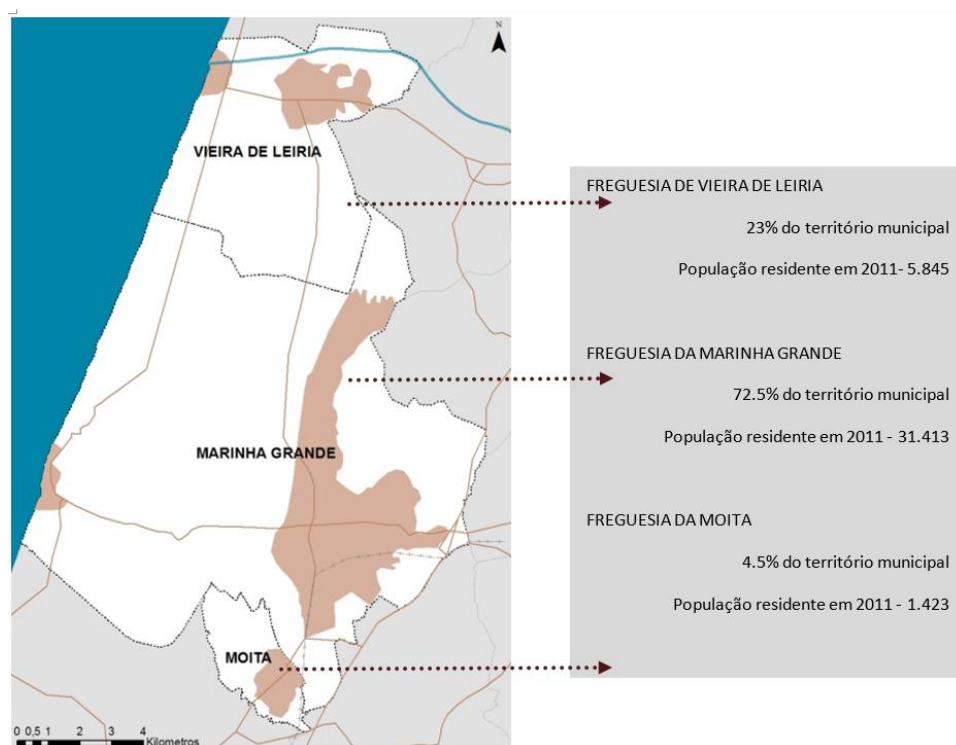
B.3 Coesão social e qualidade de vida

B.3.1 Caracterização das dinâmicas demográficas e sociais

B.3.1.1 Uma população jovem e em crescimento

Como foi referido, o território municipal da Marinha Grande é composto por 3 freguesias, sendo a freguesia da Marinha Grande, com a cidade homónima, a que detém maior relevância no seu contexto demográfico, económico e urbano (ver Figura 22). Com cerca de 2/3 do município coincidentes com a Mata Nacional de Leiria (situada nas freguesias de Marinha Grande e de Vieira de Leiria), este território tem uma leitura distinta do seu contexto regional que, a par com uma densidade habitacional superior à média nacional e regional, se traduz numa distribuição populacional mais concentrada do que a característica na sua região.

Figura 22 – Concelho da Marinha Grande: superfície e população das freguesias



Fonte: AM&A

O território municipal é fortemente polarizado pela cidade da Marinha Grande (com as suas extensões para norte através da Estrada da Garcia, para noroeste e ligeiramente para sul, no sentido da Moita), existindo, como referido a propósito da caracterização territorial, outros lugares com relativa importância, nomeadamente: Vieira de Leiria (com a sua extensão para Este), Moita, São Pedro de Moel e Praia de Vieira.

Marcado pelo forte carácter industrial, este território tem tido a capacidade de aumentar continuamente a sua população desde o ano 1900, o que revela um perfil consistente, mesmo perante as variações diversas que o seu contexto regional e nacional foi sofrendo. Atualmente atravessa uma desaceleração desse crescimento, sendo no entanto positivo, com +8.74%. A freguesia da Marinha Grande foi a que revelou maior capacidade de atratividade (+10,72% população), seguida de Vieira de Leiria (+1,11%) e por fim da Moita (+0,35%). Esta última revela uma desaceleração maior do seu crescimento (em cerca de menos 8%), sendo sinal de uma tendencial alteração do seu comportamento demográfico. Apesar destes valores de crescimento demográfico, ao analisarmos o espaço mais privilegiado do município - a cidade da Marinha Grande - é possível perceber uma elevada perda de população no contexto do seu núcleo tradicional, reveladora da perda de atratividade que este espaço tem vindo a evidenciar.

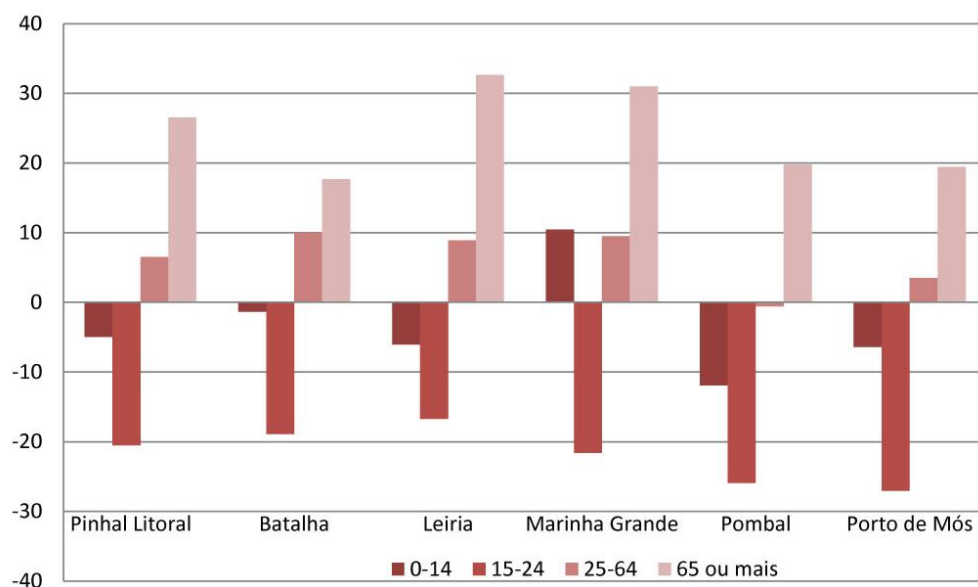
Tal como em todo o país, o perfil das famílias na Marinha Grande encontra-se em transformação, sendo cada vez mais significativas as famílias de pequena dimensão (na Marinha Grande é de 2,5 indivíduos por família) ou unipessoais (21.35%) constituídas por indivíduos seniores (cerca de 45% da totalidade dessas famílias). Esta alteração envolve a transformação das necessidades habitacionais e permite identificar a oportunidade de reajustar o parque habitacional (tipologias, repartição de áreas, etc.). A tendência para a existência de pessoas seniores a viverem isoladamente tem maior impacto na sede do concelho e gera desafios sociais e do parque habitacional que exigem também o repensar das respostas sociais existentes e que podem beneficiar de uma maior articulação entre os diversos atores.

A população existente no município é relativamente jovem, destacando-se do seu contexto regional (ver Gráfico 13), e tendo como fator competitivo o facto do peso da população etária mais nova (0-14 anos) ter aumentado no último período censitário. Este constitui uma importante oportunidade para a renovação geracional. A freguesia da Moita destaca-se por ser a mais jovem (maior índice de juventude no município com 88,35 em 2011), por oposição a freguesia mais envelhecida é a Vieira de Leiria com uma proporção de 22,3% seniores (ver Gráfico 14).

Não obstante, a tendência sugere alguma perda de jovialidade que, embora não seja tão preocupante como a média regional, representa um desafio importante. O município, reconhecendo esta tendência associada à quebra de natalidade, tem promovido incentivos (nomeadamente o Regulamento de incentivo à natalidade e apoio à família no concelho da Marinha Grande de 2014). Apesar desse esforço, a força de atratividade do município tem vindo a enfraquecer, tendo o saldo migratório vindo a decair, tendo sido negativo em 2014, embora com menor intensidade do que a região em que se insere.

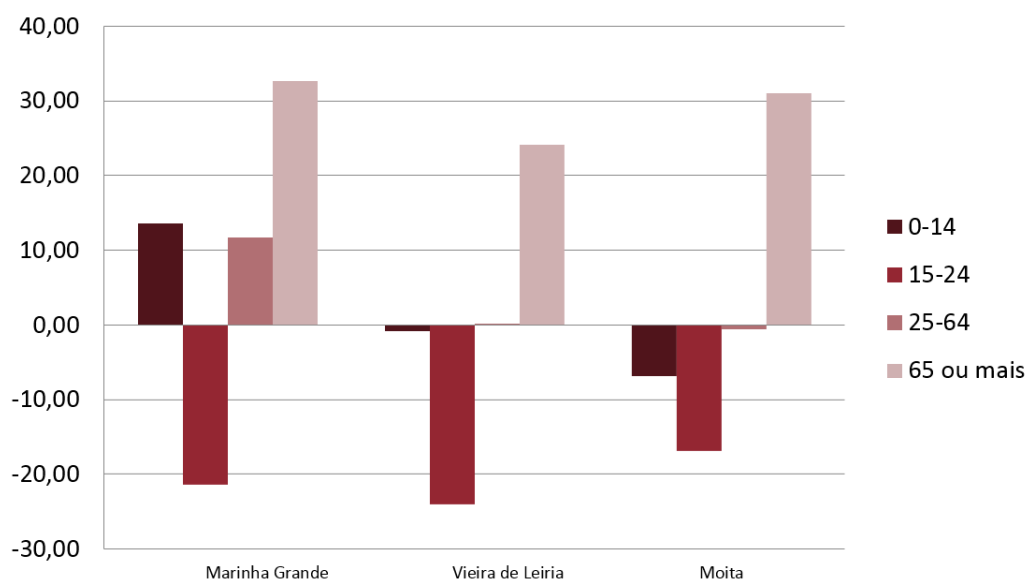
O gradual envelhecimento da sua população impõe desafios diversos relacionados com a saúde, o envelhecimento ativo, apoio social e adequação do espaço construído e público. Estes desafios, associados às características dimensionais e fisiográficas da Marinha Grande, permitem equacionar um espaço competitivo para a qualidade de vida da população sénior. A existência de valores naturais e culturais no contexto territorial pode beneficiar este eixo, promovendo turismo local e acessível.

Gráfico 13 - Evolução da população residente segundo grupos etários no Pinhal Litoral (2001-2011)



Fonte: INE, Quadros de apuramento dos Censos 2011, Quadro resumo

Gráfico 14 - Evolução da população residente segundo grupos etários no concelho da Marinha Grande, por freguesia (2001-2011)



Fonte: INE, Quadros de apuramento dos Censos 2011, Quadro resumo

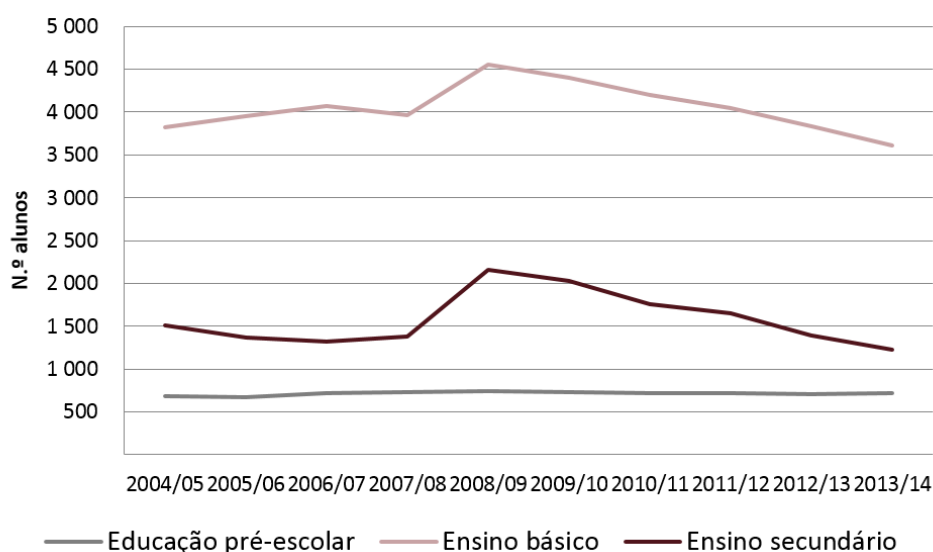
O contexto empresarial em que a Marinha Grande se enquadra, envolve dinâmicas internacionais, pelo que constitui um desafio interessante, sinalizado também na fase de auscultação dos atores, o aproveitamento e captação de população residente de

nacionalidade estrangeira. Embora esta seja ainda incipiente (3%) e semelhante aos valores médios da região, tem vindo timidamente a aumentar.

B.3.1.2 Capital humano com qualificações técnicas específicas

A educação é um dos vetores essenciais para alcançar um tecido social de futuro, resiliente e dinâmico, tendo por base a igualdade de oportunidades, por forma a fomentar a coesão social. O acesso ao conhecimento é a forma mais direta de alavancar inovação e empreendedorismo, e o garante de um território participado e ativo. Neste âmbito, a Marinha Grande integra-se no enquadramento nacional²⁸, no qual se assiste a um aumento generalizado dos níveis escolares completos e uma redução da taxa de analfabetismo (ver Gráfico 15). Não obstante, tem alguns fatores distintivos, os quais importa considerar.

Gráfico 15 - Evolução do número de alunos matriculados no município da Marinha Grande, segundo nível de educação/ensino (2004-2014)



Fonte: Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

Como fator competitivo refira-se que a oferta formativa do território da Marinha Grande inclui todos os níveis formativos, nomeadamente do ensino superior, garantindo uma base de conhecimento essencial ao desenvolvimento e inovação.

Como sinal positivo, verifica-se que a quebra consistente que se tem vindo a verificar no número de alunos inscritos (considerando todos os níveis de ensino desde o pré-escolar até a ensino secundário) é mais moderada na Marinha Grande, sendo até crescente o número de alunos no pré-escolar e no 2.º ciclo do ensino básico.

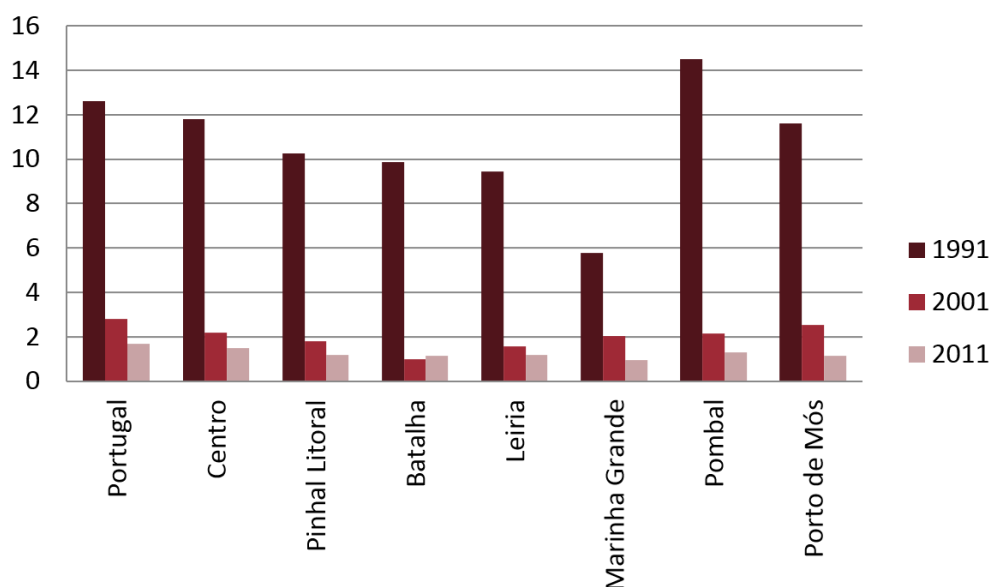
²⁸ O nível de instrução da população tem aumentado nas últimas décadas, sendo que quase toda a população residente tem algum nível de escolaridade (88,4% em 2011), e destacando-se freguesia da Moita como aquela onde a qualificação mais evoluiu.

Por outro lado, a quebra dos alunos do secundário é mais elevada na Marinha Grande do que na média da região de Leiria. Esta estará talvez associada ao peso dos cursos técnico profissionais no ensino secundário que atinge 25% dos alunos desse ciclo em 2013/14, constituindo um fator distintivo. Tratando-se de uma modalidade de ensino dirigida à ligação com o mundo profissional, em articulação com o sector empresarial local, esta tendência é também um sinal positivo sobre a apetência do tecido empresarial local para este tipo de formação. A simbiose existente na Marinha Grande entre educação profissional e setor económico é uma especificidade que torna o território muito competitivo, sendo uma das suas principais forças. Esta é uma relação que deve ser continuada, onde o desafio passa sobretudo pela existência de uma fraca proporção de população residente com ensino superior. Esta proporção, embora esteja a aumentar gradualmente, fica ainda aquém da média nacional e regional, o que constitui um desafio a equacionar. Numa crescente tendência para que a indústria seja cada vez mais tecnológica e inovadora, será essencial ampliar os níveis de instrução superior de forma a garantir um futuro baseado no conhecimento e assim mais resiliente.

A distribuição da população licenciada acusa uma maior concentração de residentes na freguesia da Marinha Grande do que nas restantes freguesias, denotando assim a cidade como espaço privilegiado e de oportunidade para população qualificada. O desafio de continuar e cativar cada vez mais este tipo de pessoas passa também pela oferta habitacional e pelos aspetos de urbanidade que a cidade pode oferecer, nomeadamente através de uma agenda cultural dinâmica e tecido comercial ativo e diferenciador.

Paralelamente, a taxa de abandono escolar apresenta uma clara tendência decrescente desde 1991, tendo valores inferiores à média do país e da região Centro (ver Gráfico 16). A freguesia da Moita apresenta mesmo uma taxa de abandono escolar nula.

Gráfico 16 – Evolução da taxa de abandono escolar (percentagem, 1991-2011)



Fonte: INE, Recenseamento da População e Habitação

Por outro lado, na fase de auscultação dos atores, foi também sinalizado o aumento das crianças com dificuldades de aprendizagem, sendo um importante desafio oferecer apoio especializado que deve ser estendido também às suas famílias.

Embora a taxa de analfabetismo seja inferior à da região e do país²⁹, a existência de disparidade entre sexos neste âmbito é muito acentuada, distribuindo-se entre 24% para os homens contra os 76% para as mulheres, configurando um quadro significativo de desigualdade que torna menos coeso o seu tecido social. Ainda neste âmbito, e apesar do crescimento de população com instrução ser superior aos das restantes freguesias, a Moita destaca-se negativamente, tendo uma taxa de analfabetismo (6,58%) superior ao da região (6,38%) e do país (5,22%).

A formação profissional, numa ótica de renovação profissional e de revalorização pessoal, apresenta-se muito forte, sendo que a exigência de contínua evolução tecnológica na engenharia de produto implica necessidades permanentes às quais a Marinha Grande responde com grande agilidade. Neste âmbito, a existência de um conjunto de centros de formação profissionais, dos quais se destaca o Centro de Formação Profissional da Indústria Metalúrgica e Metalomecânica (CENFIM), permite reunir um capital humano de qualificações técnicas especializadas únicas, que confere um grau de competitividade muito elevado à Marinha Grande. Apesar desta tendência, foi sinalizado na fase de auscultação dos atores, que os cursos do Centro Emprego e Formação Profissional de Leiria, dirigidos ao mesmo tipo de público-alvo, e respetivas saídas profissionais, não têm o mesmo sucesso, acabando muitas vezes por não terem sequer o número de alunos suficiente para abrir os referidos cursos. Esta é uma ambiguidade que merece atenção, implicando um grau de articulação e complementaridade maior para que atinja o real alargamento da formação técnica profissional da população.

A existência ainda de oferta formativa para seniores permite contribuir para o envelhecimento ativo, o que consolida a qualidade de vida das populações. Esta concretiza-se através da Universidade Sénior, localizada na Marinha Grande, que, através de uma bolsa de voluntários, tem tido elevado grau de adesão e sucesso. Este tipo de iniciativas pode ser ampliado, uma vez que, conforme foi referido na auscultação prévia aos atores envolvidos, a procura é bastante superior à oferta existente.

B.3.1.3 População ativa e empreendedora

Com uma taxa de atividade de 47,6% (Censos 2011), o município enquadra-se nos valores sub-regionais, sendo ligeiramente superior à região Centro (45,38%). Vieira de Leiria é a freguesia com menor taxa de atividade (42,7%) no município e a da Marinha Grande a de maior (48,61%). A percentagem de população sem atividade económica (37,38%) está associada ao envelhecimento da população, sendo a população reformada aquela com maior representatividade (66,24%).

²⁹ Em 2011, a taxa de analfabetismo no município é de 4,85%, inferior à da Região Centro (6,39%), à da sub-região do Pinhal Litoral (6,03%) e ainda à do continente (5,20%).

O setor económico da Marinha Grande tem demonstrado vivacidade e robustez, sendo por isso natural que o desemprego neste território seja inferior ao dos níveis regional e nacional. Não obstante, existem sinais de que esta situação enfrenta desafios, tendo o desemprego aumentado ligeiramente em 2011, atingindo os 11.1% (ao nível nacional radicou-se nos 12,7%). Este desafio é mais preocupante dado estar relacionado em boa parte com situações de longa duração (48% são desempregados de longa duração). A ideia sinalizada na fase de auscultação prévia dos atores sobre o interesse de promover uma escola de 2.ªs oportunidades salienta bem a perceção dos agentes territoriais face às vulnerabilidades existentes na reintegração desta população, com idade mais avançada, menos instruída e menos motivada.

Neste município, reconhecido pela sua indústria³⁰, o setor secundário (indústria transformadora) é ainda um grande empregador da população ativa, com 47% da totalidade da população residente empregada do município.

A existência de um conjunto de incubadoras e espaços dirigidos ao apoio às empresas e ao empreendedor - nomeadamente o OPEN, CENFIM, CDRdP-IPL -, demonstram o dinamismo do setor empresarial aqui presente.

A Marinha Grande contém assim um capital humano que proporciona conhecimento técnico ao seu tecido económico, sendo este um fator distintivo e competitivo face à concorrência nacional e internacional. Não obstante, numa era em que a indústria se torna cada vez mais tecnológica, o desafio passará por ampliar a qualificação da população (níveis de instrução), afirmando talentos que podem alavancar uma economia baseada no conhecimento.

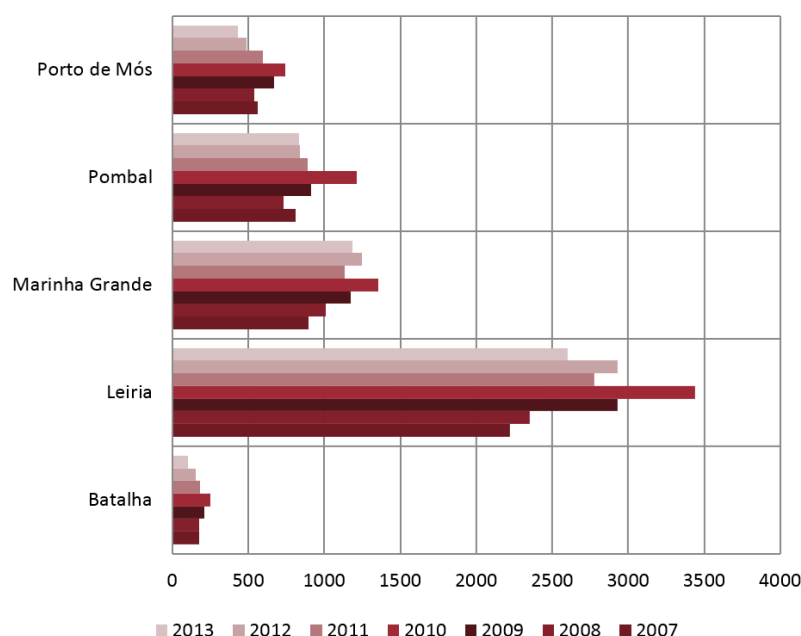
B.3.1.4 Existência de grupos vulneráveis

Embora o contexto económico do município seja favorável e se encontre bem posicionado, identificam-se algumas situações de população mais vulnerável, relacionado com dificuldades gerais dos agregados familiares, grupos de risco e minorias étnicas com necessidades de integração específicas.

No contexto do Pinhal Litoral, a população carenciada da Marinha Grande tem alguma expressão representando, em 2011, 20,3% do total dos beneficiários do RSI desta região (ver Gráfico 12). Outros programas de apoio social existentes (como o Programa de Ajuda Alimentar – FEAC, do Fundo de Auxílio Europeu às Pessoas mais Carenciadas, que, em 2014, ajudava 1.724 pessoas no município) evidenciam a relevância deste grupo de população. Atento a esta situação, o Plano de Desenvolvimento Social da Marinha Grande 2010-2015 (PDS), cuja implementação que se encontra em fase de conclusão, elencou como prioridades: idosos, infância e juventude; saúde, habitação, cultura; toxicodependência, ambiente, violência doméstica, deficiência e emprego.

³⁰ O ditado popular local “Quem não sopra, já soprou” é um reflexo desta tradição tão intrincada. Atualmente é a indústria dos moldes que tem representatividade.

Gráfico 17 - Evolução do n.º de beneficiárias/os do rendimento social de inserção



Fonte: INE, Instituto de Informática, I.P.

A existência de população com problemáticas específicas, como a toxicod dependência³¹, a prostituição³² e os sem-abrigo³³, uma realidade comum ao território nacional, gera respostas sociais de instituições e associações que procuram melhorar a qualidade de vida de forma alargada a toda a população. A resposta social às famílias que se encontram em situações de dificuldade, mas que ainda não reúnem as condições para aceder a apoios específicos, é outra das grandes preocupações a este respeito, sinalizada no âmbito da auscultação dos atores.

Neste âmbito, identificam-se ainda problemas crescentes de violência doméstica no concelho, situação esta que é reconhecida pelas instituições da região, nomeadamente, o Gabinete de Apoio à Vítima (GAV) de Coimbra, como sendo uma das mais problemáticas e com tendência de agravamento.

Focado nestas preocupações o município, através da candidatura do Plano de Desenvolvimento Estratégico (PEDU) da Marinha Grande 2020, está a desenvolver esforços no sentido de viabilizar algumas operações que têm como objetivo geral reformular as

³¹ Segundo os estudos de caracterização e diagnóstico da Revisão do PDM, existem, na freguesia da Marinha Grande, 3 entidades, às quais estão afetas, atualmente, 511 pessoas, que se encontram em situação de dependência.

³² Segundo os estudos de caracterização e diagnóstico da Revisão do PDM, o Projeto NIX - Associação Novo Olhar II procura dar resposta a situações de prostituição, estando na atualidade afetas a este projeto 77 pessoas.

³³ Em 2009, o diagnóstico social sinalizava o elevado número de pessoas sem-abrigo presentes neste concelho.

respostas sociais do concelho, contribuindo para a melhoria das condições de vida da população mais vulnerável, e que inclui a implementação de um Espaço Comunitário, que congrega o projeto Loja Social e Cantina Social, e a Casa Abrigo, destinada a acolher temporariamente mulheres vítimas de violência doméstica, em situação de risco.

A existência de população pertencente a minorias étnicas (etnia cigana) levanta desafios transversais relacionados com a pouca integração social, o abandono escolar das crianças e jovens e a exclusão socioterritorial dos bairros sociais de residência. Esta questão encontra-se concentrada essencialmente na cidade da Marinha Grande, e foi já identificada no Diagnóstico Social, sendo apontada como uma das vias possíveis para contribuir para a resolução do problema a criação de um “parque habitacional de inserção da comunidade”. Também neste tema o município tem demonstrado a sua preocupação, tendo integrado na candidatura do PEDU da Marinha Grande 2020 a reabilitação dos espaços edificados (públicos e privados) e a reabilitação dos espaços públicos do Bairro do Casal de Malta e da Praceta da Liberdade, que integram grande parte da comunidade cigana da Marinha Grande.

Apesar do conjunto de problemáticas em presença, a existência de um conjunto alargado de entidades e associações que operam na área social deste território é um fator positivo, que beneficiará de um modelo de governação mais articulado e cooperativo. Com efeito, o desejo e a necessidade de aprofundar o trabalho em rede e a cooperação e complementaridade entre as várias entidades foi um dos aspetos focados pelos agentes sociais nas sessões participativas. O desenvolvimento de um quadro mais articulado e permanente de respostas sociais permitirá reforçar a coesão deste tecido mais vulnerável e garantir maior equidade, convergindo para maior qualidade de vida de toda a população do município.

Adicionalmente, foi também referida a necessidade de aumentar as respostas sociais que, em muitos casos, são ainda insuficientes, bem como a necessidade de inovar a este nível, especificamente, mediante a criação de respostas mais integradas, o que poderá ganhar muito com o aprofundamento do trabalho em rede. Por último, foi ainda focado o problema derivado do funcionamento “a prazo” de muitos projetos, que têm somente funcionamento garantido pela duração do programa de financiamento que os viabiliza, o que impede a possibilidade de ter uma abordagem estratégica e prospetiva aos problemas em presença, e inibe o alcançar de um quadro de ação consistente, constante e mais eficiente.

B.3.2 Equipamentos e respostas sociais

B.3.2.1 Equipamentos educativos e formativos dirigidos a todos os níveis de ensino, com forte predomínio da oferta profissionalizante

Na Marinha Grande, os equipamentos educativos encontram-se relativamente dispersos pelo território municipal. Tratando-se de um município cuja dimensão não é extensa, as operações previstas na EIDT constituem uma oportunidade importante de concentração da rede escolar, nomeadamente através da criação de um centro escolar. Na generalidade, os

projetos submetidos no âmbito da EIDT³⁴ visam alcançar uma melhor qualidade na aprendizagem e conforto aos alunos. Paralelamente, a Carta Educativa do município encontra-se em desenvolvimento, o que poderá contribuir para essa otimização e valorização dos equipamentos. Nesta revisão será oportuno integrar desafios como o alargamento da oferta educativa, nomeadamente no que respeita ao ensino de línguas estrangeiras e de preparação para o mundo empresarial, que permita dar resposta às expectativas de uma população altamente qualificada nacional e internacional, consolidar o capital humano qualificado para poder aprofundar intercâmbios internacionais e para preparar a próxima geração de empresários.

Durante a fase de auscultação, os agrupamentos escolares referiram o aumento de alunos subsidiados a recorrer às cantinas e dos alunos com necessidades educativas especiais.

O ensino básico e secundário é atualmente ministrado em diversos estabelecimentos públicos e num privado, localizado na cidade da Marinha Grande. O papel do estabelecimento privado é importante pela maior flexibilidade que tem, o que lhe permite um ajustamento dirigido à compatibilização entre os horários laborais e escolares e enriquecimento curricular. Este é um ponto importante, uma vez que uma das vulnerabilidades apontadas na fase de auscultação dos atores foi a necessidade de maior ajustamento entre os horários escolares e laborais, dado que o tecido económico específico da Marinha Grande implica muitas vezes trabalho por turnos, causando grandes dificuldades à gestão familiar.

A oferta formativa da Marinha Grande inclui todos os níveis, incluindo a vertente técnico profissional e o ensino superior abrangendo os domínios das tecnologias, artes, contabilidade, administração e gestão. O Instituto Superior D. Dinis da Marinha Grande (ISDOM) insere-se na via de ensino politécnico não integrado e tem como oferta formativa: Curso Técnico Superior Profissional (CTSP), Licenciaturas (1.º Ciclo), Pós-Graduações e Cursos Livres.

A existência de várias unidades de investigação e formação com tradição e sucesso como o CENFIM, a Escola Profissional e Artística da Marinha Grande, o Centro Tecnológico da Indústria de Moldes, Ferramentas Especiais (CENTIMFE) e o CDRdP-IPL, constitui um fator muito competitivo e distintivo, uma vez que revela uma densidade de conhecimento elevada que permite alavancar um território de inovação e conhecimento com projeção internacional.

No caso do CENFIM, que gere com grande eficiência a sua oferta formativa em conciliação com o tecido industrial da região, nomeadamente o de moldes³⁵, o seu núcleo da Marinha

³⁴ Projetos previstos: construção do centro escolar da Marinha Grande, construção do centro escolar de Vieira de Leiria e reabilitação de equipamentos e infraestruturas do ensino básico e pré-escolar; EB Guilherme Stephens.

³⁵ «Atualmente, os fabricantes portugueses de Moldes encontram-se entre as principais empresas de vanguarda na utilização de sistemas CAD/CAE/CAM bem como de tecnologias produtivas de alto desempenho destinadas ao projeto e ao fabrico de moldes metálicos para a transformação de materiais plásticos. A Região de influência do Núcleo é hoje em dia das mais competitivas a nível nacional, apostando no seu desenvolvimento tecnológico, no correto planeamento da produção e controle da

Grande foi o primeiro a iniciar a atividade num organismo que tem hoje grande projeção. Aquando da auscultação dos atores foi referida como a sua principal limitação a escassez de espaço físico de que dispõe, o que origina uma gestão mais complexa dos meios disponíveis e dos cursos lecionados e uma redução das possibilidades de oferta.

Relativamente a todos os estabelecimentos de ensino, foi referida, no âmbito das sessões participativas, a necessidade de melhorar a sua articulação com a oferta em termos de serviço de transportes públicos.

B.3.2.2 Oferta desportiva diversificada e geradora de dinâmicas urbanas e sociais

A oferta desportiva tem impacto na saúde da sua população, na qualidade de vida e na animação de um território. A sua diversidade e consistência permitem robustecer a coesão social de um território e a melhorar a sua atratividade.

De acordo com os estudos de caracterização efetuados no âmbito da revisão do PDM, existem 108 instalações desportivas no concelho da Marinha Grande, o que permite a prática de ampla diversidade de modalidades. Estas instalações distribuem-se por todos os principais lugares do concelho, com maior intensidade na freguesia da Marinha Grande e apresentam-se em condições de conservação regulares/razoáveis. Muitas das atividades desportivas estão diretamente relacionadas com o desporto escolar, outras com associações ou coletividades locais e outras ainda com oferta de privados.

Na fase de auscultação dos atores foi sinalizada a inativação do complexo de piscinas de São Pedro de Moel, que gera um empobrecimento forte da dinâmica e animação desse lugar, fragilizando a sua atratividade. Também foi apontada a falta de pavilhões gimnodesportivos e a incapacidade de resposta da piscina municipal, nomeadamente no âmbito do desporto de competição. Esta é, aliás, uma situação que preocupa o executivo municipal há algum tempo.

A efetiva articulação entre a rede de transportes públicos e os equipamentos é outro dos desafios que permite a otimização do acesso às várias instalações e consequentemente às várias modalidades, garantindo a equidade social.

Numa ótica de apoiar o surgimento de talentos desportivos e de competição o desafio encontra-se na possibilidade de ampliar a diversidade de modalidades e na requalificação de alguns equipamentos de forma a possibilitar competições.

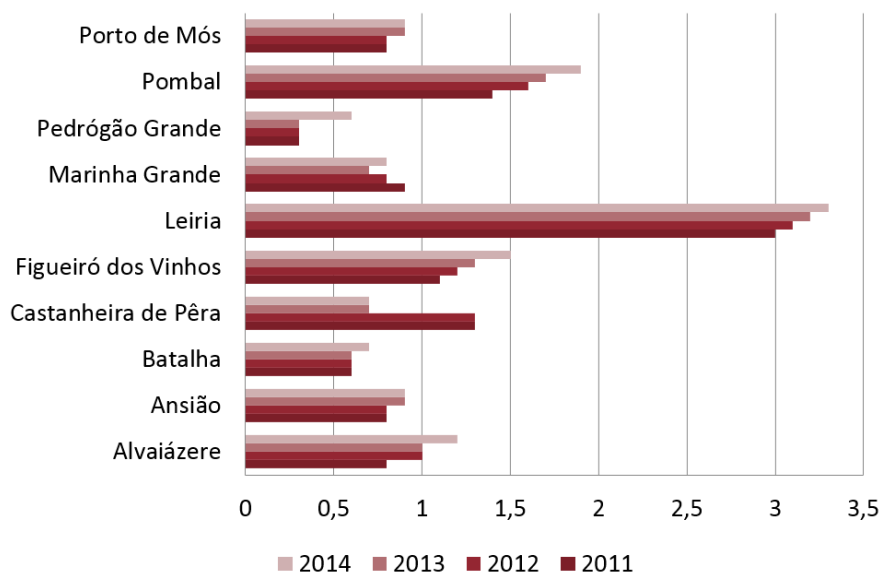
B.3.2.3 Setor da saúde vulnerável

A qualidade, eficiência e acesso aos equipamentos de saúde é essencial como fator competitivo de um território. Neste âmbito a Marinha Grande apresenta algumas vulnerabilidades preocupantes, existindo uma importante escassez de médicos face à

qualidade, na modernização constante dos equipamentos e na formação profissional.» Fonte: www.cenfim.pt

população existente (ver Gráfico 18), o que leva à procura de outros locais ou de meios privados.

Gráfico 18 - Evolução do número de médicas/os na região de Leiria (por 1000 hab., 2011-2014)



Fonte: INE, Estatísticas do Pessoal de Saúde

Os equipamentos de saúde estão centralizados nas sedes de freguesia, sendo o centro de saúde da Marinha Grande aquele que tem maior oferta de valências, embora ainda aquém das expectativas da população. Os restantes são extensões ativas e contêm desafios de acessibilidade como falta de estacionamento próprio e maior articulação com os serviços de transportes públicos³⁶. Por outro lado, as condições físicas do Centro de Saúde da Marinha Grande levaram a integrar na candidatura EIDT o projeto da sua requalificação.

O aumento dos casos de doença mental e da taxa de deficiência têm constituído desafios no setor da saúde que foram sinalizados como muito preocupantes por parte dos atores envolvidos, durante a fase de auscultação. Segundo os Estudos de Caracterização da Revisão do PDM, os equipamentos destinados à reabilitação e integração de pessoas com deficiência respondem a 218 pessoas. O terceiro setor tem tentado dar resposta a estas situações, embora com grandes dificuldades, sendo necessário o seu reforço.

A existência da delegação distrital de Leiria da Associação Portuguesa de Doentes de Parkinson na Marinha Grande, onde acolhe um grupo de 40 pessoas, a existência do Projeto Laços – Associação Novo Olhar II, com serviço destinado a pessoas infetadas pelo VIH e suas famílias, com mais de 230 pessoas³⁷ são sinais de problemáticas de saúde específicas que

³⁶ Fonte: <http://www.min-saude.pt>, consultado em dezembro de 2015.

³⁷ Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico.

têm respostas construídas na Marinha Grande, embora algumas também com desafios de sobrelotação.

B.3.2.4 Respostas sociais diversificadas, pouco articuladas e algumas aquém do necessário

Com recursos dirigidos às várias idades, embora com maior enfoque nos extremos (crianças e seniores) a Marinha Grande contém um conjunto de equipamentos sociais que procuram responder às necessidades da sua população.

As creches e os centros de atividades de tempos livres dirigidos às populações mais jovens acusam a necessidade de adaptação às rotinas familiares específicas deste território, num desafio que beneficiará com o apoio ao emprego por turnos, nomeadamente. Face às tendências populacionais da Marinha Grande, será necessário reforçar a oferta de centros de atividades de tempos livres, podendo incorporar fórmulas mais adaptadas à realidade local. A candidatura EIDT que integrava a Recuperação e qualificação Colónia Férias Afonso Lopes Vieira São Pedro Moel é um exemplo a prosseguir.

O aumento das problemáticas que afetam as famílias provoca a crescente instabilidade do contexto familiar, que origina um conjunto de questões paralelas que afetam as crianças e os jovens, os seniores e ampliam o peso da negligência e exposição a modelos comportamentais desviantes. Neste âmbito, a oferta dirigida quer ao acolhimento de crianças e jovens em situação de risco quer aos serviços para a família e comunidade (cantinas sociais, lojas sociais, atendimento/acompanhamento social, etc.) tem vindo a ser cada vez mais solicitada, sendo um desafio relevante o reforço das suas respostas.

Com o aumento do índice de envelhecimento, verifica-se um crescente desafio relacionado tanto com o isolamento da população sénior, como com o envelhecimento ativo e ainda com o apoio domiciliário ou residencial. Atualmente, os lares e o apoio domiciliário estão no limiar das suas capacidades³⁸.

Neste âmbito, e como nota positiva, identifica-se a existência da Universidade Sénior, que promove com sucesso o envelhecimento ativo, partindo de uma forte base de voluntariado.

Um modelo de governação integrada que envolva o terceiro setor é um desafio fundamental na resolução das questões sociais, de forma a otimizar os recursos físicos e humanos numa área onde há tantas carências. Por outro lado, a existência de um parque habitacional desocupado confere oportunidades de refuncionalização que podem incluir equipamentos sociais e que se localizam muitas vezes nos núcleos tradicionais, mais compactos e de maior potencial de interação social.

³⁸ Ibidem.

B.3.2.5 Terceiro setor diversificado

A existência de um tecido associativo significativo por todo o município é um fator competitivo, pese embora a articulação e cooperação entre todos ainda seja um desafio complexo.

Muitas destas associações e coletividades têm um importante papel de ajuda social e humana, que reforça as respostas institucionais. Por outro lado, são geralmente grupos de proximidade, que usufruem de graus de confiança que as outras instituições podem não alcançar, sendo fundamentais para a coesão social. Por fim, proporcionam animação à vida urbana, procurando construir uma agenda cultural própria ou complementando com valências de recreio ou desportivas que ampliam o desenvolvimento social pessoal. Estes são ainda canais de participação pública privilegiados que podem fomentar uma governação mais partilhada.

Muitas destas associações ou coletividades têm meios e recursos próprios que, conforme foi salientado durante a fase de auscultação dos atores, podem ser articulados garantindo a sua otimização/maximização, através de plataformas de sinergias com um alcance muito maior.

B.4 Dinâmica empresarial e especialização produtiva

A Marinha Grande apresenta no contexto da região e do país uma estrutura e dinâmica empresarial muito singular com forte relevância do setor industrial e com unidades empresariais de dimensão e produtividade superior à média da região de Leiria e do conjunto da Região Centro. Em 2014, a Marinha Grande representava, respetivamente, 12,6% do número de empresas, 14,1% do pessoal ao serviço e 18,5% do VAB da Região de Leiria. Note-se, igualmente que entre 2011 e 2014 o concelho reforça a sua relevância relativa na região de Leiria, quer em termos de pessoal ao serviço quer em termos de VAB.

Tabela 1 – Estrutura e dinâmica empresarial da Marinha Grande, 2011-2014

	Empresas (número)		Pessoal ao Serviço (número)		VAB (10 ³ Euros)	
	2011	2014	2011	2014	2011	2014
Portugal	1 112 702	1 127 317	3 627 639	3 445 226	79 158 333	75 825 294
Centro	241 433	244 445	675 197	641 529	12 458 506	11 936 707
Região de Leiria	34 706	33 585	107 449	100 280	2 093 038	2 122 819
Alvaiázere	763	828	1 953	1 965	28 477	27 824
Ansião	1 491	1 364	3 977	3 364	70 284	59 577
Batalha	1 887	1 860	7 863	6 865	143 168	127 438
Castanheira de Pêra	260	257	611	620	7 070	7 366
Figueiró dos Vinhos	612	613	1 104	1 052	14 871	10 794
Leiria	15 782	15 278	50 252	46 444	987 592	1 000 331
Marinha Grande	4 428	4 215	13 983	14 139	317 629	391 754
Pedrógão Grande	406	401	879	871	9 427	8 516
Pombal	6 306	6 107	18 668	17 283	351 773	328 713
Porto de Mós	2 771	2 662	8 159	7 677	162 747	160 507
Peso Relativo						
Marinha Grande na Região de Leiria	12,8%	12,6%	13,0%	14,1%	15,2%	18,5%
Marinha Grande na Região Centro	1,8%	1,7%	2,1%	2,2%	2,5%	3,3%

Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das empresas

A vocação industrial do concelho fica bem evidenciada no facto do concelho representar cerca de 49,3% do pessoal ao serviço na indústria transformadora e 61,2% do VAB industrial da região de Leiria. A especialização industrial da Marinha Grande encontra-se muito concentrada em torno de três setores particulares, ou seja, a fabricação de plásticos, moldes metálicos e fabricação de vidro e artigos de vidro que, no seu conjunto, representam mais de 80% do VAB e do pessoal ao serviço na indústria transformadora do concelho.

Tabela 2 – Estrutura e dinâmica da indústria transformadora na Marinha Grande, 2011-2014

	Marinha Grande	Região de Leiria	Centro	Portugal	MG na Região de Leiria	MG na Região Centro
	1	2	3	4	5=1/2	6=1/3
Pessoal ao Serviço (nº)					%	
Total	14 139	100 280	641 529	3 445 226	14,1%	2,2%
C: Indústrias transformadoras	6 974	28 432	165 166	650 628	24,5%	4,2%
22: Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	1 673	4 691	8 976	24 200	35,7%	18,6%
23: Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	847	4 927	21 094	38 652	17,2%	4,0%
25: Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	3 247	7 761	29 865	77 947	41,8%	10,9%
Pessoal ao Serviço (% do total)						
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
C: Indústrias transformadoras	49,3%	28,4%	25,7%	18,9%		
22: Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	24,0%	16,5%	5,4%	3,7%		
23: Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	12,1%	17,3%	12,8%	5,9%		
25: Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	46,6%	27,3%	18,1%	12,0%		
VAB (10 ³ euros)					%	
Total	391 754	2 122 819	11 936 707	75 825 294	18,5%	3,3%
C: Indústrias transformadoras	239 896	849 193	4 465 736	17 433 828	28,2%	5,4%
22: Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	55 678	144 103	302 609	1 077 546	38,6%	18,4%
23: Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	35 059	189 818	594 587	1 139 444	18,5%	5,9%
25: Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	116 658	248 967	758 110	1 886 295	46,9%	15,4%
VAB (% do total)						
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%		
C: Indústrias transformadoras	61,2%	40,0%	37,4%	23,0%		
22: Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	23,2%	17,0%	6,8%	6,2%		
23: Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	14,6%	22,4%	13,3%	6,5%		
25: Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	48,6%	29,3%	17,0%	10,8%		

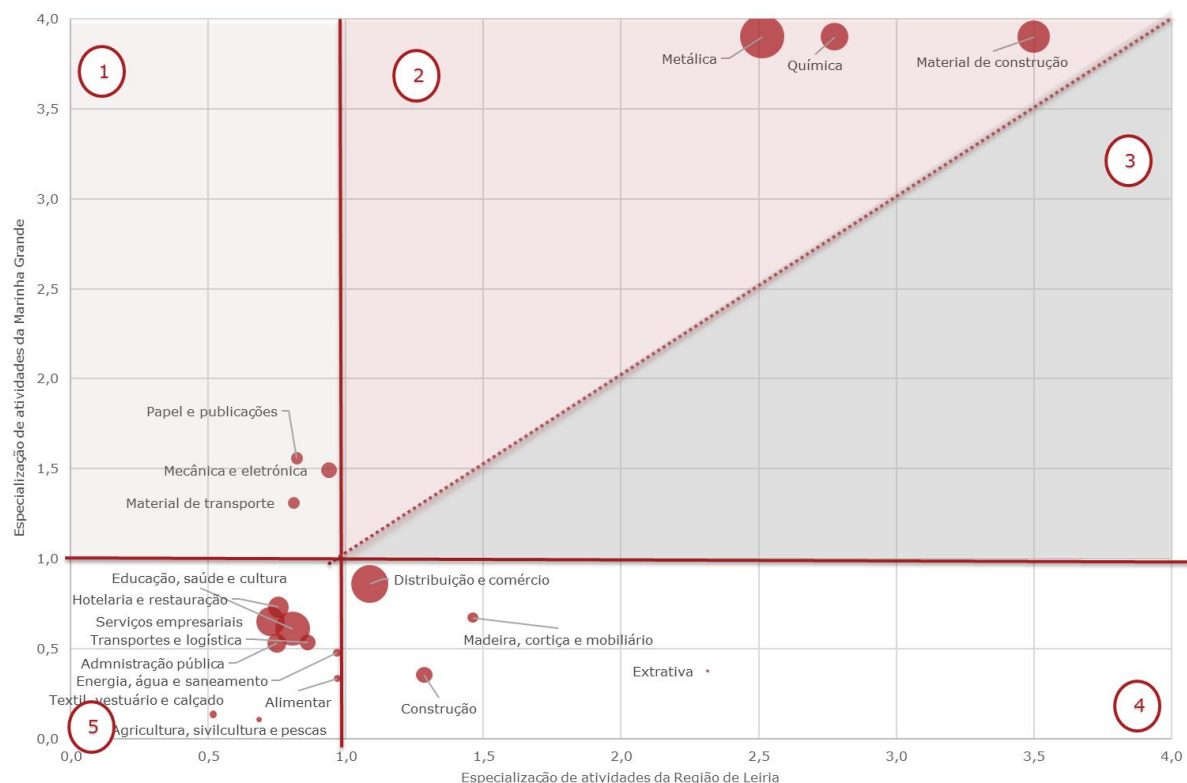
Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das empresas

Estas características distintivas do perfil de especialização da Marinha Grande é bem expresso no gráfico seguinte que, tendo por base os valores do emprego efetivo³⁹, evidencia as características industriais e a presença dos três segmentos setoriais acima identificados, realçando a forte especialização da Marinha Grande quer no contexto da Região Centro quer, igualmente, no contexto da região de Leiria.

Este perfil de especialização da Marinha Grande tem por base um conjunto setores que alicerçam na diferenciação do produto e na inovação os elementos chave da respetiva competitividade, permitindo uma forte capacidade competitiva nos mercados internacionais fazendo com que a Marinha Grande seja responsável por 1/3 das exportações da Região de Leiria, valor que representa mais do dobro da relevância do concelho em termos de valor acrescentado.

³⁹ A informação utilizada, tem por base os Censo do INE, considerando o local de emprego do pessoal ao serviço e não a informação referente ao local de residência. Neste sentido, tem-se uma base de análise completa e corrigida dos efeitos dos movimentos pendulares por motivos laborais.

Gráfico 19 – Especialização produtiva do concelho da Marinha Grande e da Região de Leiria no contexto da região Centro



Legenda: 1- Setores de especialização da Marinha Grande sem especialização da Região de Leiria 2- setores de especialização da Marinha Grande e da Região de Leiria com maior intensidade na marinha grande 3- setores de especialização da Marinha grande e da Região de Leiria com maior intensidade na região de leiria 4 - setores de especialização da Região de Leiria sem especialização da Marinha Grande 5 – setores de não especialização da marinha grande nem da região de leiria

Fonte: AM&A, com base em INE, Censos da população

A vocação e dinâmica empresarial do concelho é igualmente evidenciada pelo facto da Marinha Grande, conjuntamente com o concelho de Leiria, apresentarem, no contexto da Região de Leiria, movimentos pendulares diários por motivos laborais, com forte relevância e com saldos líquidos positivos, afirmando o concelho como um espaço de atratividade empresarial e de local de trabalho.

Estas características do tecido e da dinâmica empresarial da Marinha Grande constituem o motor e um dos pilares fundamentais da estratégia e do modelo económico proposto na Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial construída para a Região de Leiria que reconhece a existência de um conjunto de atividades industriais suportadas em fatores competitivos avançados, nas quais a região, e a Marinha Grande em particular, têm um posicionamento extremamente favorável, superior à média nacional e regional.

Reconhece-se ainda a especialização, em particular na área dos moldes, das entidades de apoio à investigação e desenvolvimento e inovação de referência presentes no território - centros tecnológicos, incubadoras, associações empresariais e laboratórios -, grande parte dos quais se localiza na Marinha Grande. Adicionalmente, é em grande medida em setores

com forte presença na Marinha Grande - vidro, veículos automóveis (incluindo peças e ferramentas) e o plástico e suas obras - que se reconhece maior capacidade de conquistar quotas de mercado a nível internacional (ver Figura 23).

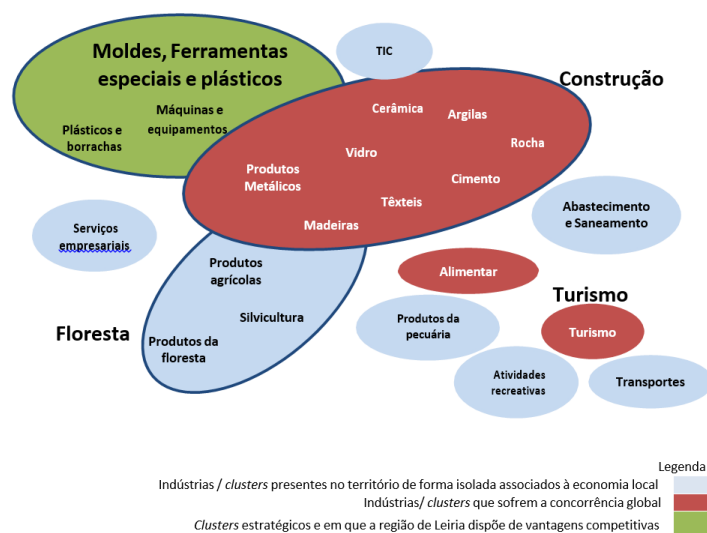
Tabela 3 – Mobilidade geográfica do emprego na Região de Leiria, 2011

Concelho	População residente empregada (Indiv. residentes com emprego dentro ou fora do concelho) (1)	Entradas (Indivíduos que trabalham no concelho com residência noutro concelho) (2)	Saídas (Indivíduos que residem no concelho mas que trabalham noutros concelhos) (3)	Saldo dos movimentos pendulares (4)=(2)-(3)	Emprego concelhio (Indivíduos com empregos no concelho) (5)=(1)+(4)
Batalha	7 151	3 069	2 946	123	7 274
Leiria	57 777	13 310	10 857	2 453	60 230
Marinha Grande	16 375	4 125	4 017	108	16 483
Pombal	21 430	4 531	5 280	-749	20 681
Porto de Mós	10 471	1 904	3 678	-1 774	8 697
Alvaiázere	2 370	549	748	-199	2 171
Ansião	4 839	965	1 591	-626	4 213
Castanheira de Pêra	1 000	246	232	14	1 014
Figueiró dos Vinhos	2 050	388	702	-314	1 736
Pedrógão Grande	1 201	303	354	-51	1 150

Concelho	Taxa bruta de saída % da população residente empregada que sai do concelho para trabalhar) (6) = $[(3)/(1)]*100$	Taxa bruta de entrada (% da pop residente empregada preenchidos por população não residente) (7) = $[(2)/(5)]*100$	Taxa de atração/repulsão (taxa de repulsão, se negativo; taxa de atração, se positivo) (8) = $[(5)/(1)]-1$	Grau de localização do emprego (%Indivíduos que trabalham e residem no concelho) (9) = $[(1)-(3))/(1)]*100$	Grau de "abertura" do emprego (% do emprego composta por não residentes no concelho) (10) = $[(1)-(3))/(1)]*100$
Batalha	41,2%	42,9%	1,7%	58,8%	42,2%
Leiria	18,8%	23,0%	4,2%	81,2%	22,1%
Marinha Grande	24,5%	25,2%	0,7%	75,5%	25,0%
Pombal	24,6%	21,1%	-3,5%	75,4%	21,9%
Porto de Mós	35,1%	18,2%	-16,9%	64,9%	21,9%
Alvaiázere	31,6%	23,2%	-8,4%	68,4%	25,3%
Ansião	32,9%	19,9%	-12,9%	67,1%	22,9%
Castanheira de Pêra	23,2%	24,6%	1,4%	76,8%	24,3%
Figueiró dos Vinhos	34,2%	18,9%	-15,3%	65,8%	22,4%
Pedrógão Grande	29,5%	25,2%	-4,2%	70,5%	26,3%

Fonte: AM&A, com base em INE, Censos da população

Figura 23 – EIDT-Leiria: Portefólio de indústrias e *clusters*



Fonte: Região de Leiria (2015), Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria

Sublinhe-se que a visão da EIDT-Leiria para a sub-região tem essencialmente por base o desenvolvimento económico, catalisado por empresas de base tecnológica, em interação com o ensino superior e com recursos humanos qualificados, e abertas aos mercados globais, seja em termos de exportações e turismo, seja em termos de atração de investimento estrangeiro. Ou seja, fundamenta a sua visão para a sub-região essencialmente na competitividade, inovação e internacionalização, embora não deixe de referenciar a necessidade de uma aposta na coesão/inclusão e na sustentabilidade.

No que respeita à especialização inteligente, a EIDT-Leiria identifica quatro eixos de especialização estratégica para a sub-região:

- **Moldes, ferramentas especiais e plásticos** – único *cluster* de facto existente, o mais competitivo e aquele onde a Marinha Grande é claramente um território-chave. Para este eixo o objetivo central proposto é “Consolidar o posicionamento do *cluster* dos moldes a nível global, e promover a sua diversificação para outras áreas relacionadas, seja em termos horizontais ou verticais, procurando contornar situações de dependência excessiva”;
- **Materiais para o habitat** – não existe como *cluster* no território, mas identifica-se a presença de empresas que, caso estabeleçam ligações entre si e reforcem a sua atividade, podem ter potencial de desenvolvimento, muito embora limitado a um posicionamento de partida desfavorável na respetiva cadeia de valor. Entre estas empresas apontam-se setores presentes na Marinha Grande, como os vidros e a metalurgia. Para este eixo o objetivo central proposto é “Implementar uma iniciativa de construção do *cluster* dos materiais para o habitat na região de Leiria, através da agregação das indústrias em torno do desenvolvimento de sistemas integrados para o habitat sustentável, beneficiando do capital de conhecimento da iniciativa de *cluster* nacional”;
- **Floresta** – é um dos recursos com larga presença na sub-região, e no concelho da Marinha Grande em particular. No entanto, a fileira florestal alberga um conjunto de

atividades de importância económica ainda incipiente na região de Leiria, pelo que a EIDT-Leiria considera que a exploração deste recurso deve estar no centro das opções de desenvolvimento das partes interessadas regionais. No entanto, convém recordar que, no que concerne ao concelho da Marinha Grande, os recursos florestais têm a sua gestão a cargo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), pelo que qualquer atuação neste domínio só está ao alcance do município na medida em que seja em colaboração com esta entidade responsável. Para este eixo o objetivo central proposto é “Promover a valorização das diversas atividades associadas à floresta, de forma a melhorar o contributo económico e superar constrangimentos onerosos para a economia e sustentabilidade regional”;

- **Turismo** – reconhece-se que este setor tem um escasso aproveitamento na região de Leiria, mas justifica-se a sua afirmação como área prioritária como resultado da constatação da capacidade de contribuir para o PIB regional, a partir de necessidades relativas de investimento. Para este eixo o objetivo central proposto é “Valorizar a diversidade concentrada e realizar o potencial turístico do território nas suas múltiplas facetas – turismo cultural e paisagístico, de bem-estar, de natureza e de negócios, no sentido do acréscimo no seu reconhecimento como um destino atrativo e de qualidade na nível nacional e internacional”.

No que se refere ao turismo, acrescenta-se ainda que os objetivos específicos do eixo proposto na EIDT-Leiria, de forma resumida, apostam: na criação de redes sub-regionais (cultural e paisagista, de bem-estar, de natureza e de negócios) e na promoção nacional e internacional em torno da marca “Maravilhas”⁴⁰ e da complementaridade a destinos estratégicos como Fátima e Coimbra; valorizar e promover os produtos endógenos e locais de qualidade e a gastronomia regional; e consolidar a oferta e qualificar os serviços de apoio ao turismo, tais como alojamento, restauração, indústrias de animação, eventos culturais, mobilidade, comércio tradicional, etc..

Refira-se ainda, a propósito do turismo, que o concelho da Marinha Grande se localiza na proximidade do que o PROT-Centro designa como o “Polo de Desenvolvimento Turístico de Leiria – Fátima”, caracterizado por possuir recursos turísticos relevantes como: o Santuário de Fátima; o Mosteiro de Batalha, património da humanidade; o Mosteiro de Alcobaça e a Rota do Vidro. Considera-se ainda no PROT-Centro que este polo, pela sua posição de charneira, é um importante fator de articulação inter-regional, e que o desenvolvimento deste polo se deve articular, numa perspetiva integrada no sector, com destinos turísticos vizinhos, como seja o Pólo de Desenvolvimento Turístico do Oeste. Propõe-se ainda a potenciação da articulação com o Médio Tejo, onde o Convento de Cristo, em Tomar, constitui uma âncora importante do *touring*.

Tendo em conta a RIS3 do Centro de Portugal - Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente, verifica-se que os quatro eixos de especialização inteligente

⁴⁰ Uma das “Maravilhas da Gastronomia” localiza-se no concelho da Marinha Grande, e três das “Maravilhas de Portugal” - mosteiros da Batalha e Alcobaça e Castelo de Óbidos – e uma das “Maravilhas Naturais” - Grutas de Mira de Aire – na sua proximidade.

propostos na EIDT-Leiria se integram em 4 dos 12 domínios diferenciadores propostos para a região Centro, a saber, Produtividade industrial sustentável, Materiais, Floresta e Turismo.

Para as quatro plataformas de inovação da RIS3 são propostas linhas de ação específicas. A Tabela seguinte apresenta a relação entre estas linhas de ação e os domínios de especialização em que se podem integrar os eixos de especialização inteligente propostos na EIDT-Leiria, de modo a que se possa perceber em maior detalhe quais as áreas específicas em que a região Centro se propõe apostar em cada eixo.

Tabela 4 - Relação entre as linhas de ação das plataformas de inovação da RIS 3 do Centro e os domínios diferenciadores em que se podem integrar os eixos de especialização inteligente da EIDT-Leiria

DOMÍNIOS DE DIFERENCIACÃO	PLATAFORMAS DE INOVAÇÃO	LINHAS DE AÇÃO
FLORESTA PRODUTIVIDADE INDUSTRIAL SUSTENTÁVEL	Soluções industriais sustentáveis	Desenvolvimento de processos, materiais e sistemas sustentáveis de maior valor acrescentado para a região Uso eficiente de recursos e redução do impacto ambiental nos processos produtivos Avaliação da sustentabilidade de processos, produtos e sistemas Desenvolvimento do conceito "Produção centrada no ser humano" Valorização de resíduos nos processos, produtos e sistemas Valorização de tecnologias avançadas e/ou emergentes nos processos, produtos e sistemas eco- inovadores de maior valor acrescentado
	Valorização de recursos endógenos naturais	Preservação e sustentabilidade dos recursos naturais endógenos Monitorização e gestão integrada dos recursos naturais endógenos Desenvolvimento de produtos, processos e serviços com vista à dinamização das cadeias de valor associadas aos recursos naturais endógenos
	Tecnologias para a qualidade de vida	Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores de prevenção em saúde Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores que facilitem o diagnóstico precoce em saúde Desenvolvimento de novos tratamentos e terapias (e.g. celular, genética, biológica, farmacológica, regenerativa, entre outras) Desenvolvimento de ações e sistemas inovadores que promovam o envelhecimento ativo e saudável, indutores de uma vida autónoma (<i>independent living</i>), que cruzem as diferentes redes de cuidado (formais e informais) Adoção de plataformas de promoção à interoperabilidade entre sistemas Promoção de ações que permitam reforçar a aposta no Turismo de Saúde e Bem-Estar
	Inovação territorial	Promoção e dinamização de projetos de inovação rural Criação de soluções inovadoras para a baixa densidade Promoção de cidades sustentáveis, criativas e inteligentes Desenvolvimento de propostas inovadoras para a qualificação do turismo da Região
MATERIAIS		
TURISMO		

Fonte: CCDRC (2014), Matriz de referência para avaliar o alinhamento dos projetos com a RIS3 do Centro; Região de Leiria (2015), Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Região de Leiria

B.5 Paisagem, recursos naturais e culturais e sustentabilidade

B.5.1 Recursos naturais e culturais

B.5.1.1 Elementos paisagísticos e naturais distintivos

Os elementos paisagísticos e naturais no concelho de Marinha Grande, em termos geográficos, representam uma significativa parte do território, sendo por isso, estruturantes para o seu desenvolvimento. Muitos são os atores que operam sobre estes elementos condicionando em certa medida o desenvolvimento e as ações a levar a cabo, tanto no sentido da sua valorização e proteção, como no sentido da sua promoção e do seu usufruto.

Destes elementos identificam-se os que foram considerados mais singulares, pela sua beleza, valor ecológico ou paisagístico, potencial ou risco que estes possam acarretar para o território. Assim, os elementos paisagísticos e naturais a destacar são:

- Matas Nacionais;
- Orla Costeira;
- Rio Lis;
- Ribeiro de São Pedro;
- Ribeira das Bernardas;
- Aquífero;
- Lagoa da Saibreira.

Matas Nacionais

Como já foi referido no ponto B.2.2, a representatividade das matas nacionais no território do concelho da Marinha Grande é inquestionável, uma vez que ocupam aproximadamente de 76,3% da área do mesmo. Do conjunto das matas nacionais e perímetros florestais do litoral português destaca-se, pela sua importância histórica e económica, a Mata Nacional de Leiria, conhecida também por outras designações, tais como, Pinhal de Leiria, Pinhal do Rei ou Pinhal da Marinha.

A origem da MNL é, seguramente, anterior ao reinado de D. Dinis, e nesta predominava o pinheiro manso. No entanto, ficou sempre associada a este rei pelas grandes sementeiras com pinheiro-bravo que efetuou. Considerando-a como “Mata da Coroa”, D. Dinis estabeleceu as primeiras regras com vista à sua administração, dando-lhe para este efeito um primeiro regimento.

Com esta intervenção D. Dinis visava essencialmente a fixação das areias do litoral, possibilitando assim a atividade agrícola e protegendo os povoados, e a produção de madeira de qualidade para as necessidades da construção naval. Posteriormente, com a revolução industrial, além da produção de madeira e derivados, como a resina, a MNL esteve também na origem da fixação da indústria vidreira, que catapultou o desenvolvimento da cidade da

Marinha Grande. Atualmente, e como foi referido no ponto B.2.2, as funções primordiais da MNL são a função “produtiva”, de “proteção” e “receio e estética da paisagem”.

A flora e fauna da MNL é bastante variada. A fauna caracteriza-se predominantemente pela presença de coelhos e lebres, existindo também lontras, ouriços, raposas, texugos, toirões, saca-rabos, corvos, gralhas, felosas e melros. Quanto à flora, há uma predominância do pinheiro-bravo (ver Figura 24), que ocupa 73% da área da Mata, sendo a restante área florestada ocupada por pinheiro-manso, acácias, eucaliptos, carvalhos, sobreiros e outras folhosas e resinosas. Também estão presentes as urzes brancas, fetos arbustivos, lentisco-bastardo, urzes rosadas e rosmaninho.

Figura 24 - Mata Nacional de Leiria



Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Dada a importância dos habitats naturais em presença, estão a ser efetivados esforços no sentido de apresentar uma proposta para a classificação da zona dunar de proteção da MNL (incluída na Diretiva Habitats de criação de áreas protegidas de âmbito local). Já com a classificação de interesse público encontram-se diversos exemplares e maciços arbóreos da MNL, designadamente: «*pinheiros-bravos, eucaliptos (algumas das mais altas árvores do País) e samoucos, para além de formações vegetais espontâneas e espécies endémicas (por exemplo, a única pequena árvore endémica de Portugal continental, o Juniperus navicularis).* As formações rochosas que ocorrem na MNL, em particular os diversos tipos de sistemas dunares, apresentam um elevado valor geológico.»⁴¹

Na globalidade o concelho da Marinha Grande tem 33 exemplares classificados como Arvoredo de Interesse Nacional, 32 dos quais localizados na MNL – dois outros foram derrubados pelo temporal. Nas outras duas matas nacionais não se encontram atualmente exemplares classificados – o que existia na MNCL foi derrubado –, mas em plena cidade da Marinha Grande está também classificado um sobreiro com uma idade aproximada de 100 anos.

⁴¹ Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território (2012), Estratégia para a Gestão Das matas nacionais: Relatório, pág. 100.

Para além dos valores naturais presentes na mata, em termos de paisagem, fauna, flora e ecossistemas, existem ainda outros valores que importa preservar e potenciar. Com efeito, a sua função de proteção da paisagem e do território, fixando as areias e sendo o principal agente modelador e protetor da paisagem é em si mesmo um importante valor a preservar, sem esquecer a própria técnica secular utilizada para a criação de dunas. Adicionalmente, o valor da gestão exemplar da MNL (ver ponto B.2.2) e a qualidade do pinheiro de Leiria, reconhecida internacionalmente, são recursos essenciais, que têm valor intrínseco para além do seu papel crítico na preservação da própria mata.

Orla litoral

Com uma relação de simbiose com as matas, a orla litoral do concelho de Marinha Grande é caracterizada por um sistema dunar específico, composto por dunas com cerca de 50 metros de altura, sendo o pinhal, como já referido, o principal agente modelador da paisagem. Tem uma extensão de cerca de 17,71 km, que se estendem desde a Praia de Vieira, a norte, a Água de Madeiros, a sul.

Destacam-se, devido às suas características naturais e paisagísticas, as arribas de São Pedro de Moel e as praias arenosas, a norte do Penedo do Cabo até à Praia de Vieira, onde está incluído o cordão dunar. O cordão dunar tem uma largura média entre 10 e 15 metros, podendo em alguns casos atingir os 20 metros de largura. Este tem como origem a intervenção humana, com a construção de um ripado (paliçada) entre o final do século XIX e o início do século XX, com 2 a 3 metros de comprimento, que visava limitar a deslocação de areias para o interior, protegendo por esta via os pinheiros jovens dos ventos marítimos. Com a erosão que foi ocorrendo ao longo dos anos, atualmente são visíveis vestígios do antigo ripado, localizados no flanco ocidental.

Também paralelo à linha de costa, mas a 2,5 km para o interior, regista-se a presença do mais imponente cordão do sistema dunar, que atinge, no seu ponto mais alto, os 147 metros⁴² de altitude, no Ponto de Vigia do Facho, limite sul da MNL, prolongando-se depois para norte. Mais para o interior podem também encontrar-se vestígios de outros dois cordões dunares, mas já muito afetados pela erosão.

A vegetação que se fixa neste sistema dunar é muito específica, tendo de se adaptar a um habitat salino, arenoso, com escassez de água, nutrientes e sombra, e sujeita a fortes ventos. No entanto, é o coberto vegetal e arbóreo que assegura a fixação e consolidação das areias e a proteção dos terrenos e plantas para o interior. Conta-se, entre a rica vegetação presente, as comunidades herbáceas típicas da praia alta, as plantas resistentes a areias móveis da duna primária e as espécies mais complexas e diversificadas, presentes nas areias consolidadas da duna secundária⁴³.

⁴² André, J. N.; Rebelo, F.; e Cunha, P.P (2001), Morfologia dunar e movimentação de areias entre a lagoa da Ervedeira e o limite sul da Mata Nacional de Leiria, In Territorium (8.2001).

⁴³ Município da Marinha Grande (2010), Guia da Natureza: São Pedro de Moel.

No que respeita a espécies arbóreas, destacam-se os “pinheiros serpente”, plantados pelos serviços florestais no início do século XX, e que têm uma forma contorcida – também por tal chamados de “pinheiros serpente” -, derivada da ação dos ventos salinos. Este sistema alberga ainda um conjunto de habitats (13 habitats naturais e seminaturais) extremamente vulneráveis ao impacto humano.

Tanto o sistema dunar como a vegetação que o povoa e fixa, além de serem elementos marcantes da paisagem, são elementos essenciais para a preservação da própria MNL e para a proteção dos terrenos e povoados do interior do concelho.

Toda a linha de costa, que inclui as Praias da Vieira, das Pedras Negras, Velha, de São Pedro de Moel, da Concha, das Valeiras e de Águas de Madeiros, é abrangida pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Ovar – Marinha Grande, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 142/2000, de 20 de outubro.

As arribas de São Pedro de Moel e as praias arenosas a norte do Penedo do Cabo (ver Figura 25 e Figura 26) possuem uma diversidade e riqueza natural ímpares e são extremamente sensíveis aos processos erosivos e aos impactos decorrentes da intervenção humana.

Figura 25 - Arribas de São Pedro de Moel



Figura 26 - Praia Velha



Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Entre as comunidades vegetais presentes nas arribas calcárias de São Pedro de Moel destacam-se os endemismos, flor-da-saudade, Limonium e o funcho-marítimo e a erva-traqueia, que no conjunto definem o Habitat natural 1240 “Arribas com vegetação das costas mediterrânicas com Limonium spp. endémicas”⁴⁴. Existem também plantas invasoras, designadamente, o bálsamo que forma extensos tapetes de cobertura superficial⁴⁵.

Sublinhe-se também a presença de recifes, que ficam expostos durante a maré baixa, e que são locais de desova para espécies de mar alto e refúgios para o crescimento de peixes juvenis. Têm um valor ecológico, estético e paisagístico considerável.

⁴⁴ Município da Marinha Grande (2010), Guia da Natureza: São Pedro de Moel.

⁴⁵ Ibidem.

Além de uma grande diversidade de animais exclusivos destes habitats (anémonas, as esponjas e as ascídeas), e podem encontrar-se outros que são povoadores frequentes dos recifes, como mariscos (como o mexilhão, navalheira, lapas, percebes, etc.) e cefalópodes, como o polvo, entre outras espécies. Esta fauna rica e diversa propiciou bastantes atividades humanas, como a apanha do marisco e a gastronomia daí derivada, que ainda hoje marca forte presença na região.

Neste contexto, a orla costeira que o concelho de Marinha Grande constitui uma grande valia para este território, sendo um elemento distintivo e de grande valor ecológico. Embora não possa ambicionar ser uma estância de praia de referência a nível nacional, possui a nível regional, uma posição de destaque, pela sua biodiversidade, que conjuntamente com as matas lhe dá um cariz singular, para além da cultura e tradições associadas, que se referem no ponto B.5.1.3. Em toda a extensão da orla costeira, desde os locais mais conhecidos até aos elementos mais singulares e escondidos, são diversificadas as experiências que é possível vivenciar. Associando estes fatores à orografia do território concelhio, o seu potencial sai reforçado, dada a adequação dos meios de mobilidade suave como veículo de fruição da costa e das matas.

Rio Lis

O Rio Lis (ver Figura 27) tem a sua insurgência em pleno Parque Nacional da Serra de Aire e Candeeiros, no lugar de Fontes, concelho de Leiria, a 400 metros de altitude, percorrendo cerca de 39,5 km até atingir a sua foz, na Praia de Vieira de Leiria, concelho da Marinha Grande. Limitada pelas características dos solos predominantes na bacia hidrográfica, a ocupação do solo revela uma forte aptidão florestal, tendo tanto a norte como a sul duas das matas nacionais (MNP e MNL respetivamente). É no fundo dos vales, locais com solos mais férteis, que a ocupação agrícola é mais frequente.

Figura 27 - Rio Lis



Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico

A relação do Rio Lis com a Praia de Vieira é histórica, dada a influência que este tinha na povoação. Com efeito, o Rio Lis tem a particularidade de ter visto a sua foz mudar de local sistematicamente ao longo do tempo, como resultado de, a cada Inverno, esta ficar obstruída pelas areias depositadas pelo vento e pelo mar, reabrindo somente quando a força da cheia era tal que empurrava, em locais variáveis, as areias depositadas, voltando a fluir para o mar. Esta situação tinha graves consequência na povoação da Praia de Vieira, que por diversas vezes viu as suas casas de madeira serem arrastadas pela corrente, tendo inclusivamente levado a que esta muda-se a sua localização para se proteger do rio.

Para além da Praia de Vieira, o fenómeno de obstrução da foz do Lis e consequentes cheias traziam grandes prejuízos aos campos e povoações a montante – o antigo leito de cheia do Lis tem cerca de 1000m de largura, podendo em certos locais chegar aos 2000m –, numa extensão de 20 km, que ficavam submersos até a cheia desobstruir a foz. Estes graves prejuízos levaram a que houvessem tentativas de estabilização da foz desde o século XVIII, algo que foi somente alcançado na segunda metade do século XX⁴⁶.

Com efeito, na segunda metade do século XX foram realizadas obras significativas na foz – construção de dois molhes em enrocamento –, e nas margens do rio – construção de motas⁴⁷ nas duas margens – o que permitiu fixar a foz e evitar que o rio inunde os campos agrícolas a montante.

No entanto, os molhes foram responsáveis pela alteração do trânsito normal das correntes de deriva, o que, juntamente com a existência de uma extração de areia junto do molhe norte, implicou que o declive sedimentar entre a povoação e a praia e fosse acentuando, chegando a ser superior a 10 metros e originando mais perdas de habitações. Na sequência, foi construído em 1959 um paredão com cerca de 100m – posteriormente ampliado a toda a frente urbana da povoação – para proteger a Praia de Vieira, e, no final da década de setenta, para prevenir as consequências nefastas da alteração do trânsito da deriva, os molhes do Lis foram cortados e proibida a extração das areias da praia.

Atualmente, o rio Lis tem dois terços do seu curso completamente emparedado por motas com cerca de 8 metros de altura⁴⁸. O seu estuário ocupa hoje uma extensão de 4 km, tendo a sul a MNL e a norte a MNP. Pela importância hídrica do Rio Lis, foi implementado o Perímetro de Rega do Vale do Lis, que ocupa 272,5 ha, cuja infraestrutura marca os campos com canais e açudes de rega. Nestes campos, de solos férteis, as principais culturas são o milho, horticultura diversa e pomares.

Em grande medida devido à grande intervenção humana que as margens do rio sofreram ao longo do tempo, tanto em resultado das obras de contenção das inundações, como das atividades e ações humanas levadas a efeito sem planeamento, o corredor ribeirinho do Rio Lis foi bastante descaracterizado, chegando ao século XXI com acentuada degradação e

⁴⁶ André, J.N.; Cordeiro, M.F.N. (2002), Evolução do troço terminal do Rio Lis, In *Territorium* (9.2002).

⁴⁷ Construção de uma faixa de aterro, em cada margem, ao longo da linha de água, que visa a diminuição da ocorrência de cheias nos terrenos adjacentes.

⁴⁸ André, J.N.; Cordeiro, M.F.N. (2002), Evolução do troço terminal do Rio Lis, In *Territorium* (9.2002).

descaracterização. Adicionalmente, este era, no virar do século, um dos rios mais poluídos do país, tendo a poluição origem, como referido no ponto B.1.3.5, maioritariamente nas explorações de suinicultura, sem qualquer tratamento de efluentes, e, em menor grau, nos resíduos industriais e domésticos.

Apesar de todos estes problemas, o Rio Lis consegue ainda possuir uma densidade de espécies assinalável, em particular pela combinação entre o seu ecossistema com forte presença de humidade e da proximidade das matas. Ao longo do seu curso podem encontrar-se caniços, freixos e salgueiros, para além de se poderem observar diversas espécies de aves. Não obstante, este continua a ser um dos sistemas biofísicos mais sensíveis do concelho e cuja requalificação inspirar maiores cuidados.

Estas razões levaram a que se desenvolvessem esforços no sentido de despoluir o rio e requalificar as suas margens, dos quais se destacam a criação do Sistema de Tratamentos dos Efluentes de Suinicultura (ETES) da Região do Lis, e o Acordo de Parceria assinado entre a Administração da Região Hidrográfica do Centro, IP e o município da Marinha Grande, em 2010, para a “Reabilitação do Sistema Estuarino do Rio Lis e Praia de Vieira de Leiria”, que incluiu, entre outras ações, a requalificação e valorização do património natural, o ordenamento e infraestruturação dos espaços (estacionamento, ciclovias, parque temático do Pinheiro Manso), a requalificação dunar e construção de passadiços e a minimização do risco de inundações. Apesar destas ações, a poluição no rio Lis é um fator que continua a preocupar a população, facto que ficou bem patente nas sessões participativas efetuadas, bem como as construções sobre a bacia hidrográfica e o assoreamento do rio⁴⁹. As ações de valorização e interpretação ambiental do seu estuário, onde coexiste uma importante biodiversidade e a possibilidade de afirmar um espaço de grande riqueza e beleza paisagística, poderiam enriquecer o seu usufruto por visitantes e habitantes, quer numa vertente mais educativa, lúdica ou desportiva.

Ribeiro de São Pedro

O outro curso de água estruturante para o concelho de Marinha Grande, o Ribeiro de São Pedro de Moel, é um elemento de destaque, não só pela sua extensão, como pela sua importância ecológica, dada a biodiversidade das espécies florísticas e faunísticas que lhe estão associadas. O seu vale estende-se por cerca de 7km, no seio da MNL, e desaguando na Praia Velha de São Pedro de Moel.

Uma das características distintivas deste ribeiro face a outras bacias hidrográficas de pequena dimensão da região, é o facto de ter uma abundância de água corrente ao longo de todo o ano, em parte devido às nascentes que pontuam as suas margens. Tanto a água do ribeiro como a dos seus afluentes é límpida, e o ambiente húmido e desprovido de poluição atmosférica propicia a presença do feto-real, do polipódio, e das mais variadas espécies de musgos e líquenes.

⁴⁹ Convém recordar que este foi um rio com navegabilidade, chegando a ser possível o alcançar a cidade de Leria por mar, e sendo que, no século XIX ainda se mantinha navegável no troço final.

As espécies arbóreas que ladeiam as margens do ribeiro são essencialmente de folha caduca, formando em certas partes um bosque bastante denso, e destacando-se a sua mancha do pinhal envolvente. Este coberto contribui para a retenção da humidade e a para limitar os raios de sol que chegam ao solo, fatores importantes para a proliferação das espécies de ambientes húmidos referidas anteriormente. Confere também a este ribeiro um ambiente muito particular, de luz coada, vegetação luxuriante e jogos de cores, luz e sombra, que o tornam muito atrativo para a permanência e usufruto humano.

De entre a riqueza de espécies arbóreas marcam presenças algumas características dos corredores ribeirinhos e outras introduzidas pelos serviços florestais, bem como espécies não nativas de Portugal. Destas últimas têm algum destaque o eucalipto e várias espécies de acácias, sendo que estas últimas incluem várias espécies legalmente reconhecidas em Portugal como invasoras. No entanto, felizmente ainda não são reconhecíveis formações arbustivas significativas, fora algumas bolsas isoladas, o que se deverá em parte, certamente, à ação continuada de controlo humano. De entre as espécies nativas e de elevado interesse para a conservação contam-se o loureiro, o ulmeiro, o amieiro e o carvalho-negral.

A fauna é rica e diversa, e tem particularidades que a distinguem da região, como a presença da rã-ibérica, limitada a este pequeno território na região, e característica das áreas montanhosas do norte do país. O Ribeiro alberga ainda espécies ameaçadas em Portugal, como a lampreia-de-rio – criticamente ameaçada -, ou a panjorca e a enguia, ambas com estatuto de perigo. Marcam ainda presença muitas outras espécies, como a libelinha, o esquilo-comum, o guarda-rios, a alvéola, chapins, entre muitas outras. O facto de a galeria ripícola do Ribeiro de São Pedro se encontrar inserida na MNL permite assim a coexistência de espécies características de habitats ripícolas com outras próprias de áreas florestais densas.

Convém ainda referir que a riqueza do Ribeiro de São Pedro de Moel, no que respeita a briófitas, líquenes e mamíferos, foi estudada e as espécies identificadas no âmbito do projeto do Museu Nacional da Floresta.

Por todas estas características, o valor ecológico do Ribeiro de São Pedro é bastante significativo para o concelho, e a preservação do seu ecossistema é crucial para a conservação das espécies e habitats que aí se radicam. No entanto, existem algumas ameaças que pressionam este Ribeiro, das quais se destaca a presença humana que, sendo mais forte nos meses de verão, tem efeitos negativos, como o depósito de lixo e dejetos no solo, perturbação de animais, pisoteio da vegetação nas margens, entre outros.

Ribeira das Bernardas

A Ribeira das Bernardas é uma linha de água, que tem início no lugar da Comeira e término no lugar da Garcia, atravessando o aglomerado urbano da Marinha Grande. Esta ribeira foi alvo de uma intervenção de requalificação, entre 2001 e 2010, numa extensão de 1300 metros, sendo que parte da intervenção foi realizada no âmbito do programa POLIS.

Com a realização desta intervenção a ribeira foi recuperada, intersetando dois parques urbanos, o Parque Urbano da Cerca e o Parque Mártires do Colonialismo, e foram criadas

novas áreas verdes, de desporto e de lazer, incluindo percursos pedonais e cicláveis com uma extensão de cerca de 2 km.

Serão instaladas espécies arbóreas de linha d'água, com destaque para os amieiros, freixos, choupos negros e ulmeiros. Ao nível do revestimento do solo procedeu-se à instalação de relvados e reservou-se uma área para plantadas herbáceas. O restante material vegetal consiste em espécies como lódãos, cedros do Buçaco, amoreiras brancas, carvalhos roble e tílias.

Atualmente é um importante espaço verde, de estar, desporto e de lazer da cidade, que contribui de forma inegável para a qualidade de vida dos marinhenses. Por todos os valores que encerra, é uma área da MNL atualmente protegida, onde só são cortadas as árvores mortas, e mesmo, para não danificar a floresta no seu transporte, muitas das árvores mortas são deixadas ficar no local. Recentemente a zona de proteção foi alargada consideravelmente.

Aquífero

Ainda no que respeita aos recursos hídricos que abrangem o concelho de Marinha Grande, destaca-se o aquífero Vieira de Leiria-Marinha Grande, que é alimentado pelas bacias hidrográficas do Lis, ribeiras do Oeste e Costa, envolvendo o território de mais três municípios, Alcobaça, Leiria e Nazaré, numa extensão de 320 km². Tem como formações dominantes as dunas e as areias de duna, bem como os depósitos do plio-plistocénico indiferenciado. De acordo com os dados do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos⁵⁰ este é um sistema poroso, multicamada, com espessuras bastante variáveis que chegam a atingir os 194 m na zona da Marinha Grande. Tem produtividade mediana, ocorrendo a recarga das camadas mais profundas essencialmente por infiltração direta, sendo que a descarga faz-se para a rede hidrográfica e diretamente para o mar.

A partir dos dados disponíveis⁵¹ podem-se considerar as águas deste sistema aquífero como de boa qualidade para consumo humano. Embora não se tendo uma perceção paisagística da sua presença, este sistema aquífero constitui um elemento natural muito importante para o concelho de Marinha Grande, uma vez que constitui uma relevante fonte de água para consumo humano e para uso agrícola. No entanto, este é bastante vulnerável a contaminações, pelas características hidrogeológicas que o compõem e, provavelmente, devido à redução dos níveis freáticos na região.

A contaminação de alguns furos tem levado a que o volume global de água captado tenha vindo a reduzir anualmente, sendo que a redução do número de captações com boa qualidade pode, tal como sublinhado nas sessões participativas, vir a tornar-se num problema, que poderá levar à existência de falhas no abastecimento de água, sobretudo para a população da freguesia de Vieira de Leiria. A existência de uma única adutora nos picotes

⁵⁰ Instituto da Água (2000), Sistemas Aquíferos de Portugal Continental. Sistema Aquífero de Vieira de Leiria-Marinha Grande (O12).

⁵¹ Ibidem.

foi também referida como uma debilidade, que poderia ser resolvida mediante uma diversificação das fontes de captação de água e a melhoria da qualidade da água captada.

Lagoa da Saibreira

Por fim, o último elemento paisagístico que se destacou, a Lagoa da Saibreira localiza-se no talhão 53 da MNL. Esta possui este nome devido ao facto de na década de 50 do século XX, ter sido feita nesse local a extração de saibro para ser utilizado na construção das novas estradas florestais. Após a conclusão destas estradas, este local foi abandonado, e com o decorrer do tempo, ocorreu a acumulação de águas pluviais que originaram esta pequena Lagoa. Mesmo sendo uma lagoa artificial, a sua presença foi motivo para a concentração de fauna e flora própria que aproveitou as condições que a lagoa lhes dava, valorizando assim a biodiversidade da MNL. Dado constituir constitui um espaço distinto dentro da MNL e com um elevado potencial paisagístico e de biodiversidade, seria interessante possibilitar e promover a observação e interpretação.

Segundo o PDM vigor, a Lagoa da Saibreira está identificada como espaço natural, e elevada sensibilidade, sob o ponto de vista ecológico, paisagístico, ambiental, dispondo-se que o seu uso, ocupação e transformação, incluindo respetivas faixas de proteção *«ficam dependentes do plano de ordenamento a desenvolver nos termos da legislação vigente. É proibida a descarga de efluentes não tratados, a construção de edifícios e de infraestruturas, alteração do relevo circundante e destruição da vegetação não integrada nas técnicas normais de produção vegetal até à realização do referido plano»*⁵². Não tendo este plano sido elaborado até à data, as restrições referidas no PDM mantêm-se em vigor nos últimos vinte anos.

Dado que a água da Lagoa deriva essencialmente das chuvas, nas sessões participativas foi ainda referido como sendo um fator acrescido de vulnerabilidade a perda de água que se tem verificado na Lagoa, e que pode por em causa o ecossistema em presença.

B.5.1.2 Infraestruturas e equipamentos ambientais

Num território com duas vertentes ambientais muito marcantes - orla costeira e matas nacionais - existe um conjunto de infraestruturas e equipamentos ambientais que permitem afirmar um potencial importante. Não obstante, este conjunto encontra-se, nalgumas vertentes, pouco valorizado, sendo no entanto reconhecível o esforço do município em ampliar a oferta que permita, de uma forma mais direta, melhorar a qualidade de vida da sua população.

A ampliação e requalificação da oferta de espaços verdes em todo o território nos últimos anos é evidente, sendo paradigmático o Parque Urbano da Cerca⁵³ ou a requalificação do tradicional Parque Urbano Mártires do Colonialismo, ambos na sede de concelho⁵⁴. Para além

⁵² Câmara Municipal da Marinha Grande (1995), Plano Diretor Municipal.

⁵³ A importância deste parque como espaço ambiental é tal que, tendo por base a limpeza da ribeira das Bernardas, originou o aparecimento de lontras na cidade.

⁵⁴ Estes projetos tiveram como objetivo central a consolidação de uma estrutura ecológica urbana da cidade da Marinha Grande contínua e decorreram do Programa Polis, tendo como eixo a Ribeira das

destes contam-se ainda outros parques urbanos distribuídos pelo território, como o Parque das Bernardas, o Parque do Engenho ou o Parque Urbano do Vale do Ribeiro de São Pedro de Moel. Estes constituem espaços privilegiados onde a população pode usufruir de momentos de lazer e recreio mais ou menos ativo, e constituem o contraponto à massa edificada do restante lugar, contribuindo de forma relevante para o equilíbrio ambiental dos aglomerados urbanos. Destaca-se ainda de entre estes o Parque do Engenho, que albergou vários serviços relacionados com a MNL (nomeadamente fornos de destilação de resinosos, engenho de serração de madeira movido a vento e serrações mecânicas) e para o qual esteve programada a instalação do Museu Nacional da Floresta, valorizando assim a sua história e recursos, mas cujo processo tem estado estagnado⁵⁵.

A orla costeira representa uma mais-valia importante, com a existência de várias praias de ambientes diversos - nomeadamente as praias rochosas entre o Penedo do Cabo e Água de Madeiro ou as praias de areia a norte do Penedo do Cabo -, uma riqueza biofísica e geológica bastante elevada e um valor cénico significativo. No entanto, a instabilidade das arribas de São Pedro de Moel e a elevada sensibilidade do sistema dunar a norte do Penedo do Cabo são suscetibilidades importantes que devem ser acauteladas. Algumas das praias balneares (Praia de Vieira Norte, Praia de Vieira, Praia das Pedras Negras, Praia Velha, Praia da Concha, Praia de São Pedro de Moel, Praia das Valeiras)⁵⁶ estão equipadas com apoios de praia, mais ou menos qualificados. O POOC Ovar-Marinha Grande, que esteve recentemente em discussão pública, prevê a regularização desses apoios de praia, acessos e áreas de estacionamento, e ainda a requalificação de algumas das áreas dunares. Estas intervenções permitirão afirmar a qualificação da oferta, garantindo maior conforto e segurança. Não obstante, a orla costeira constitui um espaço de elevada sensibilidade ecológica, que tem sofrido com os processos erosivos naturais e com o impacto gerado pela presença humana, sendo essencial a minimização da pressão e a salvaguarda dos valores naturais que permitam a manutenção da atratividade que estes espaços oferecem.

Ainda a propósito das praias, refira-se que as praias da Vieira e de São Pedro de Moel receberam o galardão de “Praia Acessível”, atribuído pela Administração da Região Hidrográfica do Centro e pela ARH do Tejo, respetivamente, em 2015. Para a Praia de São Pedro de Moel esta foi a primeira vez que obteve o galardão, sendo que a Praia de Vieira já o tinha recebido em anos anteriores. Este foi um reconhecimento das intervenções desenvolvidas pela Câmara Municipal para garantir a acessibilidade universal destas praias. Já as Pedras Negras e a Praia Velha receberam a bandeira “Qualidade de ouro 2015”, atribuída pela Quercus, distinção que atesta a qualidade da água e daquelas praias.

Assim, relacionado com a orla costeira, identificam-se algumas infraestruturas e/ou equipamentos ambientais:

- **Farol de São Pedro de Moel**, ou Farol do Penedo da Saudade – localiza-se na saída para norte de São Pedro de Moel, possui uma torre de 32 metros de altura com a tradicional escada em caracol de pedra. Em funcionamento desde 1912;

Bernardas - Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2014), Delimitação da ARU do Centro da Marinha Grande.

⁵⁵ Ver ponto B.5.1.4.

⁵⁶ Sessão de debate do POOC Ovar-Marinha Grande - Câmara Municipal da Marinha Grande (2009), Avaliação da implementação do Plano no concelho da Marinha Grande.

- **Piscinas oceânicas de São Pedro de Moel** - inauguradas em 1967, com investimento de um conjunto alargado de habitantes da Marinha Grande que veraneava em São Pedro de Moel, consistem num complexo que inclui, além das piscinas, um conjunto de edifícios e equipamentos de recreio e lazer. Localizado partitamente na praia, a recuperação deste complexo tem hoje de cumprir um conjunto de requisitos ambientais, o que está a atrasar o processo. Encontrando-se encerradas desde 2013, as piscinas e edifícios adjacentes estão atualmente em processo de degradação e numa situação expectante quanto ao seu futuro.

Refira-se que, nas sessões participativas, a desativação das piscinas oceânicas de São Pedro de Moel e dos equipamentos a estas associados, bem como a necessidade recolocar em funcionamento este complexo, foram aspetos fortemente sublinhados. Não só se referiu que a sua desativação contribuiu para o declínio da vivência que se verifica neste aglomerado, como se reconheceu o potencial que o conjunto pode ter na inversão desta tendência de declínio.

Entre a costa atlântica e as sedes de freguesia da Marinha Grande, implanta-se a MNL⁵⁷. Dado o seu já referido e reconhecido valor natural, produtivo e paisagístico, dentro da sua área existem diversas infraestruturas e/ou equipamentos ambientais, dos quais se destacam:

- **Observatório Astronómico Pinhal do Rei**, Alto dos Picotos, São Pedro de Moel – no talhão 284 da MNL localiza-se um observatório astronómico que ali funcionou durante alguns anos e que, nos dias de hoje, se encontra abandonado. A sua implantação foi promovida pela Associação Nacional de Observação Astronómica⁵⁸, no âmbito do Projecto uCROA (unidade de Controlo Remoto de Observação Astronómica) que consistiu na construção de um observatório controlado remotamente via Internet e onde decorreram algumas atividades, por vezes associadas ao centro de ciência viva. O edifício acolheu o maior telescópio robotizado do país e foi inaugurado no ano 2000, estado atualmente abandonado;
- **Casas dos guardas florestais** – existem ainda na MNL várias desenhadas de casas para vigilância e alojamento pessoal dos guardas florestais, cujo início da construção remonta a 1790. Na sua maioria encontram-se hoje desocupadas, não obstante algumas ainda servirem de alojamento e outras alberguem associações. A sua localização é, regra geral, privilegiada, algumas encontrando-se mesmo no meio de paisagens idílicas na MNL. Com a sua desocupação o estado de conservação agravou-se, bem como a sua vulnerabilidade ao vandalismo, havendo muitos exemplares em estado avançado de degradação. Elementos arquitetónicos modestos mas representativos de diferentes épocas, o seu potencial para aproveitamento turístico e ambiental foi por diversas vezes reconhecido no âmbito das sessões participativas;

⁵⁷ «Catedral verde e sussurrante, aonde / a luz se ameiga e se esconde / e aonde, ecoando a cantar, / se alonga e se prolonga a longa voz do mar», in “Pinhal do Rei” de Afonso Lopes Vieira, www.cm-mgrande.pt.

⁵⁸ Fonte: <http://planeta.ip.pt/~ip224640/anoa.htm>, consultado em jan.2016.

- **Postos de vigia** (Boavista, Crastinha, Facho e Ponto Novo) – três destes postos localizam-se no interior da MNL e um, o da Boavista, na cidade da Marinha Grande. Tendo por função vigiar as matas essencialmente na época de verão para prevenir incêndios, estes postos, inicialmente em madeira, foram sofrendo alterações ao longo do último século até chegarem à sua forma atual. Além da função que desempenham, têm ainda valor como pontos de observação e disfrute da paisagem, oferecendo vistas deslumbrantes aos visitantes, e são elementos arquitetónicos icónicos e de referência na paisagem;
- **Pombal do rei** - estrutura de pombal cuja proveniência ainda é alvo de especulações, havendo teorias que defendem que tenha sido um pombal do rei D. Dinis, estrutura para recolha do guano dos pombos, construção clandestina, abrigo para pombos-correio, entre outras mais ou menos fantasiosas. Registos fotográficos demonstram que em 1927 a construção ainda se conservava em bom estado, algo que não acontece atualmente, dado o seu avançado estado de ruína, com a cobertura já em colapso;
- **Conjunto de infraestruturas ligadas à água**, sobretudo fontes e poços⁵⁹, construídas pelos serviços florestais desde o início do século XX, tanto para servirem dos trabalhadores do pinhal como forneciam água para venda por aguadeiras nos aglomerados principais, e das quais algumas ainda existem;
- **Parques de merendas** – nos espaços das matas nacionais existem vários parques de merendas (Portela, Samouco, Água Formosa, etc.) que são utilizados pela população, em particular nos meses de primavera-verão;
- **Parques de campismo** – Atualmente existem 3 parques de campismo no concelho, que servem tanto as praias como a MNL, e que são: o Parque de Campismo da Orbitur, inaugurado em 1961 e o Parque de Campismo do Inatel, de 1982, ambos em São Pedro de Moel; e o Parque de Campismo da Praia de Vieira, na localidade com o mesmo nome. Nas sessões participativas foi referido pelos agentes que exploram estes equipamentos que a procura estava a passar por um momento de forte retração, registando-se uma quebra superior a 50%. Esta tendência de declínio, associada a uma forte sazonalidade, estariam a por em causa a viabilidade dos referidos parques.

Apesar muitos destes equipamentos estarem desativados, em declínio e/ou em avançado estado de degradação, e embora a utilização da MNL como espaço de recreio e lazer seja limitada⁶⁰, estes elementos podem potencializar a descoberta e usufruto de um espaço icónico no país. Reconhecendo o potencial deste espaço, a Federação Portuguesa de Orientação encontra-se aqui sediada, ocupando antigas casas de guardas florestais.

⁵⁹ Fonte do Tromelgo, Fonte Férrea, Fonte da Felícia, Fonte do Sardão, Fonte das Canas, Poço dos Sete.

⁶⁰ Existem limitações relacionadas sobretudo com a época de incêndios.

Com efeito, estas infraestruturas e equipamentos, associadas aos recursos naturais que as originaram, podem potenciar a prática de atividades na natureza, de observação de aves e de flora, desportos de orientação, provas desportivas, entre outras.

No entanto, e como já foi referido no ponto B.5.1.1, a defesa da floresta e da orla costeira, quer no que se refere a incêndios ou pragas, a poluição, nomeadamente, das linhas de água /recursos hídricos, e à erosão por ação natural ou humana, são suscetibilidades importantes que devem ser acauteladas. Dando como exemplo as atividades desportivas, refira-se que a prática de todo terreno, tanto em mota como em jipe, tem provocado visíveis e preocupantes estragos nas dunas.

Tendo por base um suporte fisiográfico favorável, a Marinha Grande chegou a ser conhecida como o território das bicicletas, tendo sido em tempos o principal veículo dos operários que ali acediam. Atualmente o paradigma é outro, e procura-se (re)construir uma mobilidade sustentável, tendo sido desenvolvido um importante esforço na definição de uma rede ciclável bastante abrangente (mais de 35km distribuídos por 14 ciclovias, que permitem a ligação da cidade ao mar, bem como a mobilidade urbana dentro da cidade da Marinha Grande), que permita o usufruto da beleza natural do seu território. Este esforço teve continuidade na candidatura do PEDU MG 2020, a qual tem como objetivo a continuidade dos percursos urbanos cicláveis e a eliminação dos obstáculos e inseguranças, prevendo a construção de três troços que fazem a ligação entre: a zona industrial de Marinha Grande e a zona desportiva; o Parque da Cerca e a ER242-2 – Estrada de São Pedro de Moel; a estrada da Praia de Vieira e o núcleo urbano da Vieira.

A rede ciclável é complementar aos percursos pedestres existentes, nomeadamente, aos 4 percursos definidos em conjunto com o ICNF, equipados com sinalética universal e material de apoio acessível aos utilizadores:

- **PR1 – Trilho da Antiga Linha do Comboio de Lata** (6,4km): inicia-se no Parque Vale do Ribeiro de São Pedro de Moel, e desenvolve-se no antigo ramal da linha do comboio de lata;
- **PR2 – Da Orla Costeira às Pedras Negras** (8,5km): inicia-se no Parque Vale do Ribeiro de São Pedro de Moel;
- **PR 3 – Da Orla Costeira ao Ribeiro de São Pedro** (11,7km): inicia-se no Parque Vale do Ribeiro de São Pedro de Moel desenvolvendo-se até ao interior da Mata Nacional;
- **Percurso Pedestre – PR1 MGR - Percurso da Praia de Vieira** (Praia de Vieira): Percurso homologado pela Federação de Campismo e Montanhismo de Portugal⁶¹.

Embora existam estes percursos pedestres, na auscultação dos atores foi referida a falta de um roteiro que fosse simultaneamente um guia de reconhecimento da Mata, permitindo ao visitante uma exploração e aprendizagem sobre a Mata que lhe acrescente mais valor. A existência de percursos pedestres permite a salvaguarda dos recursos naturais existentes e, em simultâneo, a sua fruição. É um fator que potencia também a recuperação e valorização do parque edificado relacionado com a atividade florestal, nomeadamente, as casas dos guardas florestais.

⁶¹ Câmara Municipal da Marinha Grande 2015, Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. III.

Adicionalmente, a Estrada Atlântica, não sendo uma infraestrutura ambiental, é um dos canais mais privilegiados para a observação e desfrute da paisagem e dos recursos naturais da zona oeste do concelho.

Um outro elemento que, não sendo também uma infraestrutura ambiental, tem sido apontado como um elemento a recuperar e reativar para usufruir do eixo Marinha Grande-Costa Atlântica é o Comboio de Lata. Outrora terá existido como meio de transporte (denominado carinhosamente como o Comboio de Lata por ser um pequeno comboio) que circulou entre a MNL e a cidade da Marinha Grande, numa linha que chegou a ter cerca de 30km e que funcionou entre 1923 a 1965. Tratava-se de um sistema alimentado a lenha, para transportar os materiais pesados como madeiras, pedras e areias e pertencia à Administração das Matas. Atualmente há quem defenda que, reformulado, poderia ser um transporte turístico para as praias, podendo ser interpretado como elemento de atratividade.

B.5.1.3 Elementos patrimoniais e culturais distintivos

Nota introdutória

Embora com ocupação humana e atividade económica com séculos de história, o património edificado do concelho da Marinha Grande data essencialmente dos séculos XIX e XX, sendo este um território em que o maior desenvolvimento dos aglomerados humanos é recente. Neste contexto, mais do que núcleos urbanos centenários, como é frequente encontrar em muitas das cidades portuguesas, com valor de arquitetónico e histórico de conjunto, no concelho da Marinha Grande o património cultural construído encontra-se essencialmente ao nível de edifícios ou construções arquitetónicas isoladas, ligadas na sua maioria às origens industriais da Marinha Grande, piscatórias e marítimas do litoral, ou à atividade florestal. A única exceção diz respeito ao núcleo de São Pedro de Moel, esse sim com valor de conjunto, além do valor singular de muitos dos edifícios que o compõem.

De igual modo, o património imaterial de maior relevo encontra-se ligado às atividades que estiveram na origem do desenvolvimento dos aglomerados concelhios – produção vidreira, atividades marítimas e piscatórias e exploração florestal -, que ainda hoje marcam de forma clara a cultura, saberes e identidade do concelho.

Ao nível do património cultural podem assim destacar-se quatro grandes tipologias que se analisam seguidamente:

- Património arqueológico;
- Imóveis classificados;
- Outros elementos arquitetónicos e urbanísticos distintivos;
- Património imaterial e etnográfico.

Património arqueológico

Tal como já identificado nos Estudos de Caracterização e Diagnóstico do PDM62, existem no concelho da Marinha Grande dezasseis sítios arqueológicos (ver Tabela 5), dez dos quais

⁶² Câmara Municipal da Marinha Grande 2015, Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. III.

localizados na freguesia da Marinha Grande e seis na freguesia de Vieira de Leiria. Destes 16 sítios refira-se que seis relacionam-se com a atividade marítima (vestígios de naufrágios e porto natural), cinco a vestígios de povoadamentos do paleolítico, um da época romana, e três ligados à indústria vidreira e siderúrgica.

Tabela 5 - Sítios Arqueológicos do concelho da Marinha Grande

DESIGNAÇÃO	TIPO DE SÍTIO	FREGUESIA
"Marianna" (1787) - Vieira	Naufrágio	Vieira de Leiria
"San Miguel" (séc. XIX) - Vieira de Leiria	Naufrágio	Vieira de Leiria
Naufrágio (1883) - Praia de Vieira	Naufrágio	Vieira de Leiria
Paredes	Achado(s) Isolado(s)	Vieira de Leiria
Ternas	Achado(s) Isolado(s)	Vieira de Leiria
"Madame Colette" (1824) - São Pedro de Moel	Naufrágio	Marinha Grande
São Pedro de Moel	Achado(s) Isolado(s)	Marinha Grande
Casal Velho da Ordem	Vestígios Diversos	Marinha Grande
Casal do Fagundo	Habitat	Marinha Grande
Fagundo 2	Habitat	Marinha Grande
Fornos dos Pedreanes	Forno	Marinha Grande
Fábrica Irmãos Stephens/Museu do Vidro	Complexo Industrial	Marinha Grande
Naufrágio (s.d.) - Marinha Grande	Naufrágio	Marinha Grande
Vale da Neta 1	Mancha de Ocupação	Marinha Grande
Vale da Neta 2	Mancha de Ocupação	Marinha Grande
Vale da Neta 3	Mancha de Ocupação	Marinha Grande

Adaptado de: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt>

De entre estes sítios, destacam-se pela sua visibilidade e presença no território, os de raiz industrial, em grande medida porque os restantes dizem respeito, na sua maioria, a achados móveis, alguns dos quais nem sequer estão depositados no concelho. De entre o património arqueológico industrial destaca-se a Fábrica Irmãos Stephens, em cujo perímetro se insere o edifício que foi residência dos irmãos Stephens (ver ponto seguinte), classificado como Imóvel de Interesse Público. Os elementos classificados como património arqueológico dizem respeito à fábrica vidreira do século XVIII, um dos marcos originários da cidade da Marinha Grande, e um dos bens patrimoniais mais referenciados no âmbito das sessões participativas. O recinto da fábrica está muito próximo e provavelmente relacionado funcionalmente - espaço de armazenagem inserido na mesma propriedade⁶³ - com o sítio Casal Velho da Ordem⁶⁴, o segundo dos três bens classificados como património arqueológico com cariz industrial.

Já os Fornos dos Pedreanes⁶⁵ estão ligados à produção siderúrgica, designadamente, o ferro. O complexo foi inaugurado em 1866, correspondendo a um empreendimento siderúrgico implementado pela antiga Companhia das Minas de Ferro e Carvão de Portugal, que embora tenha laborado durante um período muito curto, foi uma das mais importantes produtoras de ferro do século XIX. Tem na sua envolvente outros fornos, designadamente de cal, cujo

⁶³ Direção Geral do Património Cultural:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=2157233>

⁶⁴ Direção Geral do Património Cultural:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=2097086>

⁶⁵ Direção Geral do Património Cultural:

<http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/index.php?sid=sitios.resultados&subsid=2122118>

interesse patrimonial e necessidade de reconhecimento e proteção foram também aflorados no âmbito das sessões participativas.

Imóveis classificados

Existem três imóveis classificados e um em vias de classificação do concelho da Marinha Grande, localizando-se todos na capital concelhia e ilustrativos da forte presença da atividade industrial vidreira no centro da cidade, que esteve na origem da mesma. Embora os imóveis classificados não esgotem, de modo algum, os elementos arquitetónicos com valor no concelho, o seu número reduzido é indiciador da limitada representatividade deste tipo de património na Marinha Grande, em particular, no que respeita a tecidos urbanos coerentes e com valor histórico/arquitetónico. Estes imóveis são os seguintes:

- **Fábrica Lusitana de Vidros Angolana**, classificado como Monumento de Interesse Público, em 2014⁶⁶ - A "Fábrica Lusitana de Vidros Angolana" insere-se já num segundo momento o desenvolvimento industrial da Marinha Grande, que se deu entre 1889 e 1930, e que corresponde à fase de transformação profunda da indústria vidreira da Marinha Grande, *«nomeadamente com a instalação de inúmeras unidades fabris, o melhoramento do sector dos fornos, e a utilização da eletricidade, enquanto se assistia, paulatinamente, a uma certa especialização geográfica. Fundada em 1920 pela "Sociedade Vidreira Lusitana", a fábrica é constituída por um conjunto de estruturas distribuídas consoante as funções técnicas e produtivas atribuídas a cada uma delas, erguidas em tijolo, alvenaria e madeira, tendo produzido cristalaria, nomeadamente chaminés para candeeiros a petróleo, notabilizando-se pelo fabrico de lustres de estilo austríaco.»*⁶⁷. Esta fábrica deixou definitivamente de produzir vidro nos anos cinquenta do século XX, tendo funcionado como armazém vidreiro e oficina de restauro de objetos destinados ao Museu do Vidro até ter ficado devoluta. Foi classificada recentemente por conter importantes estruturas industriais da primeira metade do século XX. Atualmente, sendo inegável a qualidade e interesse do conjunto edificado, este encontra-se em estado avançado de degradação, aproximando-se da ruína, sendo esta uma das preocupações mais sublinhadas ao nível do património cultural em sede das sessões participativas.
- **Edifício que foi residência de Guilherme e João Diogo Stephens**, com os seus jardins, classificado como Imóvel de Interesse Público, em 1967⁶⁸ - Guilherme Stephens é uma personalidade de destaque no surgimento da indústria do vidro na Marinha Grande, razão pela qual é incontornável na história do concelho. Com efeito, a fábrica vidreira que este ergueu, com o apoio do Marquês de Pombal, que chegou a ceder a lenha do pinhal de Leiria, é um elemento fundador da cidade e da sua identidade. A antiga residência de Guilherme e João Diogo Stephens inscrevia-se no

⁶⁶ Portaria n.º 306/2014, DR n.º 92, de 14/05/2014.

⁶⁷ Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/69767>

⁶⁸ Decreto n.º 47 508, DG, n.º20, de 24/01/1967 e ZEP com Portaria n.º 1069/94, DR n.º 282, de 7/12/1994.

perímetro da fábrica, «da qual faziam parte diversas oficinas ligadas ao fabrico do vidro, outros equipamentos lúdicos, como um teatro ou as escolas, e os jardins, um situado à frente da casa e outro atrás, de âmbito reservado»⁶⁹. O edifício é de fachada neoclássica, da segunda metade do século XVIII, e divide-se em três corpos, separados por pilastras, sendo de especial interesse o corpo central. Na segunda metade do século XX surge a vontade de instalar no complexo um museu do vidro, através do qual a estrutura foi transformada em Fábrica Escola Irmãos Stephens, sendo que somente no final dos anos noventa foi inaugurado o espaço museológico, que atualmente exhibe não apenas a história da evolução do vidro, mas também todos os aspetos tecnológicos e culturais que lhe são inerentes⁷⁰.

- **Casa Taibner de Morais Santos Barosa** ou “Palácio dos Barosa”, classificada como Imóvel de Interesse Municipal, em 1997⁷¹ - Este é um edifício do final do século XIX, onde residiu a família Santos Barosa, ligada à fabricação vidreira. Foi recuperado pelo município da Marinha Grande, acolhendo, desde 1997 o espólio do escultor Joaquim Correia, que nasceu na cidade em 1920, estando este acervo em exposição aberta ao público. Este é assim um edifício que, atualmente, é testemunho não só das origens ligadas à indústria do vidro da cidade como de uma das personalidades máximas ligadas à arte e à cultura, da mesma⁷².
- **Casa alpendrada no Largo Ilídio de Carvalho**, em vias de classificação, homologado como Imóvel de Interesse Municipal⁷³ - Esta é uma habitação unifamiliar, com um alpendre centralizado com pequeno portão em ferro e 2 colunas lisas suportando arquitrave em madeira, representativa de um tipo de arquitetura civil do Centro Litoral. Foi homologada como Imóvel de Interesse Municipal em 1980, e atualmente tem função habitacional e comercial⁷⁴.

Outros elementos arquitetónicos distintivos

Os bens arquitetónicos e arqueológicos classificados não esgotam os valores arquitetónicos urbanísticos dos territórios. O concelho da Marinha Grande, apesar de não ser dos mais prolíferos em património construído erudito, monumental ou histórico, não é exceção, reunindo um conjunto de elementos que, apesar de não estarem classificados, têm um inegável interesse e são uma referência distintiva do concelho, fazendo parte da sua imagem e identidade.

⁶⁹ Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/71808>

⁷⁰ Ibidem. Ver ponto B.5.1.4.

⁷¹ Decreto-Lei n.º 67/97, DR n.º 301, de 31/12/1997.

⁷² Direção Geral do Património Cultural: <http://www.patrimoniocultural.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70960>

⁷³ Despacho de 27 agosto 1980.

⁷⁴ Direção Geral do Património Cultural:
http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=1835

Estes elementos incluem construções isoladas e conjuntos urbanos, sendo que, ao nível das construções isoladas, salienta-se um conjunto de construções ligadas às atividades marítimas e florestais, designadamente, as casas dos guardas florestais, o farol e o pombal, já referidos mais em detalhe no ponto B.5.1.2.

Deve ainda, a este propósito, haver referência à memória das antigas casas típicas da Praia de Vieira, construções de madeira sobre estacas (“palheiros” ou “paliçadas”), com varandas e cores distintivas. As primeiras casas em madeira sobre estacas, implantadas sobre as dunas de areia na zona que hoje corresponde, genericamente à Praia de Vieira, remontam aos finais do Séc. XVIII, início do Séc. XIX, sendo a sua tipologia semelhante a todo o litoral central. No entanto, as várias inundações que ocorreram até à estabilização definitiva do rio Lis e construção das infraestruturas de proteção costeira levaram a que estas construções fossem frequentemente destruídas e posteriormente reconstruídas, não existindo nenhum exemplar que remonte ao núcleo original. No entanto, este tipo de construção ainda estava presente no aglomerado na segunda metade do século XX. Foi somente com o 25 de Abril que pescadores e operários derrubaram os últimos exemplares destas construções, pelas ligações simbólicas que tinham com a pobreza e a miséria que queriam deixar para trás. O testemunho arquitetónico do modo de vida piscatório da arte xávega foi assim destruído há quarenta anos na Praia de Vieira, restando hoje somente, como memória, um conjunto de reproduções em pequenas bancas comerciais no aglomerado, ao contrário do que acontece noutras localidades do litoral central, como a Costa Nova, onde ainda hoje podem ser apreciadas.

À escala urbana, ganha especial relevo no concelho a povoação de São Pedro de Moel, à qual o planeamento e desenvolvimento urbanístico conferiu qualidades singulares. Tendo origens remotas, que alguns chegam a reportar aos fenícios, São Pedro de Moel começou a ter um maior desenvolvimento a partir do século XVIII, altura em que ficou sob a alçada da Administração Geral das Matas do Reino, e que correspondeu a uma crescente importância das matas nacionais. Primeiramente, o seu desenvolvimento esteve ligado à atividade das matas, em particular ao armazenamento e transporte marítimo de madeira. Já no século XIX é a localização privilegiada do aglomerado, junto à praia, matas e cursos de água, que impulsionou uma nova fase de crescimento, agora associada ao veraneio, sendo os seus frequentadores provenientes, essencialmente, da Marinha Grande e de Leiria. Recebendo visitantes de verão, São Pedro de Moel continuou no entanto a estar bastante isolado e caracterizar-se por uma quebra populacional acentuada de inverno.

Com a pressão exercida pelos que em São Pedro queriam ter casas de férias, a administração florestal elaborou em 1860 um “plano das edificações a erigir”, que deu início à construção da estrada que iria ligar esta localidade à Marinha Grande e impulsionar o seu crescimento. Nos anos vinte do século XX, São Pedro de Moel passou para a administração da Câmara da Marinha Grande, que em 1924 elaborou o “plano ou projeto de traçado da povoação”. Com base neste plano iniciou-se a construção do Bairro Novo, hoje, Bairro dos Naturais ⁷⁵.

⁷⁵ Quinta, Emmanuella Silva da (2010), “São Pedro de Moel: Um Refúgio Moderno”.

No entanto, foi em 1947, com o antepiano de urbanização da autoria do arquiteto Lima Franco, e a sua ampliação em 1962, que se fixou em grande medida o carácter atual do povoado (ver Figura 28 e Figura 29). O modelo de traçado é radiocêntrico, inspirado na “cidade-jardim”, e privilegia a moradia unifamiliar isolada, circundada por um jardim «*que, na maior parte das vezes, aproveitava a vegetação já existente nos terrenos ou no qual se plantava o mínimo de três árvores, como se anunciava na memória descritiva do antepiano de urbanização*»⁷⁶.

Figura 28 - Ante Plano de Urbanização de S. Pedro de Muel, Lima Franco (1947)

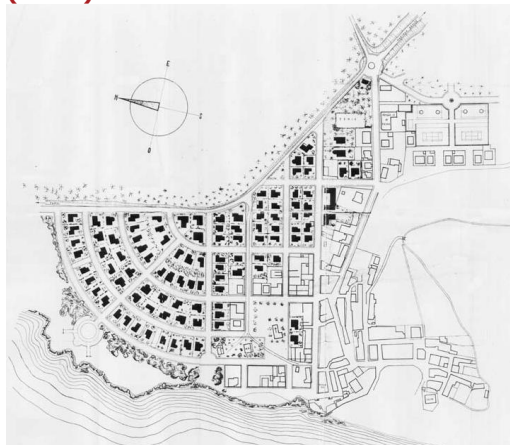


Figura 29 - Ante Plano Urbanização de S. Pedro de Muel, Lima Franco (1962)



Fonte: Quinta, Emmanuella Silva da (2010), “São Pedro de Moel: Um Refúgio Moderno”.

Devendo o seu crescimento, em grande medida, aos veraneantes endinheirados da Marinha Grande, Leiria e Coimbra, São Pedro de Moel ilustra, com significativa qualidade, o fenómeno da casa de férias ou de fim-de-semana, em particular da segunda metade do século XX, já com alguns apontamentos modernistas. O facto de, com a escassez de terrenos, no final do século XX ter ocorrido uma mudança na tipologia dos alojamentos, passando a surgir alguns blocos de habitação coletiva, não foi suficientemente expressivo para descaracterizar o povoado, quer mantém até aos dias de hoje considerável coerência, equilíbrio e qualidade urbanística.

Com efeito, o núcleo urbano de São Pedro de Moel no seu conjunto conseguiu manter uma qualidade urbanística digna de nota, criando espaços aprazíveis e característicos de uma dada fase do planeamento do século XX que se articula e relaciona fortemente com a paisagem envolvente. Por estas razões, considera-se ser este um valor a preservar no seu conjunto, não só como memória mas como a base do futuro desenvolvimento do aglomerado, que deve ter por base este seu carácter distintivo e de excelência.

A acrescentar ao valor urbanístico, tem ainda de ser referenciada a qualidade arquitetónica de muitas das habitações unifamiliares de São Pedro de Moel. Muitas destas habitações

⁷⁶ Ibidem.

apresentam clara influência do estilo modernista e um interesse arquitetónico considerável. As próprias regras e condicionantes do antepiano ajudaram a promover uma ocupação de baixa densidade e em que as construções se articulavam de forma próxima com a natureza: *«Os espaços que constituem os logradouros de frente e laterais serão obrigatoriamente ajardinados, não sendo neles permitida qualquer construção. Em cada talhão é obrigatória a plantação de, pelo menos, três árvores.»*⁷⁷

Apesar de não estarem classificadas, a qualidade individual e de conjunto de muitos destes edifícios é evidente e significativa no panorama arquitetónico nacional, sendo aconselhável que se criem instrumentos para a sua salvaguarda e valorização. O levantamento e registo deste património, a sua proteção, a identificação dos principais valores em presença e, até mesmo, a proposta de classificação dos exemplares mais relevantes é assim algo que poderá contribuir em muito para a preservação da qualidade ambiental, urbanística e arquitetónica do aglomerado – e, por essa via, para a qualidade de vida dos seus habitantes –, bem como para o reconhecimento e valorização dos seus fatores distintivos e de competitividade.

Património imaterial e etnográfico

O território de Marinha Grande é fortemente marcado pelas atividades que estiveram na origem do seu povoamento – exploração florestal, fabrico do vidro e pesca – que, embora algumas estejam a perder importância, todas ainda marcam presença, não só na qualidade de atividades económicas como na cultura, saberes e modos de vida marinhenses. Estas atividades e as manifestações delas derivadas são parte central do património cultural do concelho, e apresentam em alguns casos uma singularidade e carácter distintivo que importa reconhecer, valorizar e divulgar, também como fator de desenvolvimento e competitividade. Neste contexto destacam-se as atividades ligadas à arte-xávega, ao trabalho artesanal do vidro e à gestão florestal e domínio da paisagem.

A **arte-xávega** representa ainda hoje um elemento marcante na freguesia de Vieira. Diz respeito a um tipo de pesca de cerco e alar para terra, característico de todo o litoral central português, que teve origem nas costas francesa e espanhola do mediterrâneo no século XVIII, havendo já notícia do seu uso na região de Aveiro em 1751 e em Buarcos em 1758⁷⁸.

Na Praia de Vieira a atividade ligada à arte-xávega teve início em data incerta, entre finais do século XVIII e início do século XIX, na sequência das obras de regularização da foz do Lis, sendo assim contemporânea das primeiras construções que deram origem ao núcleo que corresponde hoje à Praia de Vieira. As origens do povoado estão assim absolutamente interligadas ao surgimento da arte-xávega, que é, ainda hoje, parte muito significativa do seu património simbólico e identitário.

No final do século XIX há um novo impulso nesta atividade, com a substituição da força humana pelo gado na alagem das redes e com o aumento das características embarcações

⁷⁷ Franco, Lima (1947), Câmara Municipal da Marinha Grande: Urbanização de S. Pedro de Moel: ante-plano: regulamento das construções, artigo 16.º.

⁷⁸ Município da Marinha Grande (2015), Guia história e natureza: Praia de Vieira.

coloridas que passam a medir 15 metros e a comportar 40 pescadores. No entanto, a vida piscatória era muito dura, tendo passado um período ainda mais austero durante o Estado Novo, obrigando a deslocações sazonais de parte desta população para o Tejo no inverno, fixando-se em aldeias palafíticas e ficando conhecidos por Avieiros.

A entrada em decadência deste tipo de atividade piscatória ocorreu a partir de meados do século XX. O processo de crescimento reverteu-se, com a extinção das grandes companhas, a redução do tamanho dos barcos e o retorno à força braçal em vez da animal na alagem. Na década de noventa existiam somente na Praia de Vieira 3 ou 4 embarcações de pequena dimensão. No entanto, a entrada no novo século assistiu a um pequeno ressurgimento: as companhas ainda presentes voltaram a utilizar embarcações de maior porte e adotaram a tração mecânica para a alagem⁷⁹.

Para além da sua relação com a origem do povoado, a arte-xávega marca ainda hoje presença na cultura e modo de vida da Praia de Vieira, persistindo, ainda que de forma menos relevante, como **atividade económica**, e marcando presença clara na **linguagem**, onde muitas expressões correntemente utilizadas derivam desta arte, na **gastronomia**, em receitas com base nos frutos do mar, como o carapau seco⁸⁰, ou o arroz de marisco da Praia de Vieira, galardoado recentemente com a classificação de “Maravilha gastronómica de Portugal”, ou **artes e ofícios** como o fabrico de miniaturas de barcos de pesca, realizadas frequentemente por antigos pescadores.

Por todas estas razões, a arte-xávega é, claramente, parte importante do património cultural do concelho da Marinha Grande, com uma importância que ultrapassa ainda hoje a sua dimensão identitária e simbólica, marcando presença no quotidiano da população, nas suas atividades e manifestações artísticas, linguísticas e etnográficas, e um recurso diferenciador e com potencial de atratividade para visitantes.

Outra das atividades que se destaca é a **arte de produzir e trabalhar o vidro manualmente**. Como já foi referido, o próprio surgimento da cidade da Marinha Grande está ligado à fabricação do vidro, que tem aqui uma tradição de mais de dois séculos. Para além do interesse de que se revestem muitas das atividades tradicionais manuais hoje em desaparecimento, a arte de trabalhar o vidro reveste-se de um interesse particular, dada a beleza estética e carácter “quase mágico” de parte do processo, em particular na fase em que o vidro se encontra na fase incandescente e dúctil, assumindo diferentes formas numa dança ao ritmo do soprador. Além desta etapa, normalmente a mais conhecida e fotografada, «*A produção vidreira estende-se por diferentes fases, envolvendo um conjunto de funções específicas. Se de início o vidro era produzido manualmente, hoje encontramos processos manuais, semiautomáticos e automáticos. Na Marinha Grande ainda se encontram*

⁷⁹ Município da Marinha Grande (2015), Guia história e natureza: Praia de Vieira.

⁸⁰ Amanhado na lota da Praia de Vieira, lavado, passado por água e sal grosso, sendo posteriormente aberto e escalado, estendido nos peneiros onde fica exposto ao sol durante 1 a 3 dias.

*artefatos cujas funções representam diferentes fases do processo produtivo, como é o caso do maçariqueiro.»*⁸¹

Esta arte já tem um espaço próprio no concelho, o Museu do Vidro que se encontra instalado no Palácio Stephens, e no qual, para além de ser possível observar peças de qualidade e beleza assinaláveis em vidro, é também possível ver trabalhar o vidro de forma artesanal numa oficina.

Embora a produção e fabrico do vidro não seja hoje, como noutros tempo, o principal motor económico e de desenvolvimento do concelho, este não deixa de estar intrinsecamente associado às origens e imagem da Marinha Grande. Adicionalmente, sendo um processo que, na sua forma artesanal, constitui um património cultural imaterial em risco de extinção, e que, ainda hoje, fascina a assistência, independentemente da idade, considera-se essencial dar continuidade ao investimento na sua preservação, bem como na sua promoção, valorização e divulgação, tanto do ponto de vista interno, como valorização de competências intrínsecas destes território, como do ponto de vista externo de promoção das valias que Marinha Grande tem para oferecer.

Por último, é importante referir a dimensão imaterial de alguns dos recursos referidos ao nível do património natural, mas concretamente, os saberes, técnicas e ofícios ligados à prática e aperfeiçoamento ancestral da **gestão florestal** da MNL e da **transformação da paisagem** no que se refere à construção dos cordões dunares de proteção territorial. Embora exista um reconhecimento internacional, em particular no círculo de técnicos e peritos, da qualidade e interesse do conhecimento e práticas instaladas ao nível da gestão florestal da MNL, no âmbito do universo mais alargado do público em geral, mesmo o nacional e local, o conhecimento sobre estas atividades, técnicas e saberes, bem como sobre o seu valor e impacto, ainda hoje no território e no seu desenvolvimento são ainda muito escassos. Uma atuação que promova o (re)conhecimento, valorização e divulgação deste património cultural iria claramente contribuir para uma maior sensibilização face à sua proteção, para a aproximação da comunidade a estes valores naturais e culturais e para a afirmação do carácter único e distintivo do concelho da Marinha Grande.

B.5.1.4 Infraestruturas e equipamentos culturais

No que se refere a infraestruturas e equipamentos culturais, existe um conjunto de recursos no concelho da Marinha Grande a assinalar, dos quais se destacam:

- **Casa da Cultura - Teatro Stephens** – reaberto ao público em 2014, após obras de requalificação, o Teatro Stephens, rebatizado como Casa da Cultura – Teatro Stephens, localiza-se no centro da cidade na Marinha Grande, junto ao complexo da Fábrica Escola Irmãos Stephens, e oferecendo atualmente uma agenda cultural reforçada e diversificada à população do concelho;

⁸¹ Guia Turístico da Marinha Grande, Câmara Municipal de Marinha Grande.

- **Museu do Vidro** – localizado no centro da cidade da Marinha Grande, no Palácio Stephens, este é o único museu público em Portugal orientado especificamente para o estudo, conhecimento, valorização e divulgação da arte, artesanato e indústria vidreira. O seu acervo é testemunho da atividade vidreira portuguesa desde meados do século XVII/XVIII até aos dias de hoje, incluindo não só peças de vidro de valor patrimonial, histórico e artístico significativo, como máquinas e ferramentas utilizadas no processo ao longo dos tempos.
- **Núcleo de Arte Contemporânea do Museu do Vidro** – localizado no volume conhecido como “cubo de vidro”, no Edifício da Resinagem, este é um espaço com forte imagem e linguagem contemporânea, onde o vidro assume um papel de relevo na sua materialização, em consonância com a sua função dedicada à arte contemporânea, em complementaridade ao Museu do Vidro. Estão em exposição neste espaço obras do acervo do Museu do Vidro, representativas da expressão plástica contemporânea realizado em Portugal e uma seleção de obras em vidro de artistas internacionais.
- **Museu Santos Barosa** – este é um museu privado, propriedade da empresa vidreira Santos Barosa, inaugurado em 1989 nas suas instalações. Sendo a empresa vidreira portuguesa mais antiga em termos de atividade continuada e com uma produção diversificada ao longo do tempo, o seu espaço museológico inclui um conjunto de memórias, produtos e equipamentos que documentam e ilustram a história da indústria vidreira portuguesa. Sendo, até a abertura do Museu do Vidro, o único espaço museológico dedicado exclusivamente ao vidro em Portugal, passou, desde essa data, a receber visitantes apenas por marcação.
- **Coleção Visitável da Indústria dos Moldes** – inaugurada em 2013, no Edifício da Resinagem, este é um espaço é o primeiro passo de um projeto mais amplo, de iniciativa conjunta da Câmara Municipal da Marinha Grande e da CEFAMOL – Associação Nacional da Indústria de Moldes, que visa criar no centro tradicional da cidade um espaço de exposição dedicado ao estudo, preservação e divulgação da história e do património da indústria dos moldes: o futuro “Museu da Indústria de Moldes”.
- **Museu Joaquim Correia** – instalado na Casa Taibner de Moraes Santos Barosa (“Palácio dos Barosa”) este espaço museológico, inaugurado em 1997, é dedicado ao estudo, conservação e divulgação da vida e vasta obra do escultor marinhense Joaquim Correia. Além desta vocação, o espaço é ainda ativo na promoção e divulgação das artes plásticas, mediante o apoio a artistas e projetos diversos, do âmbito local ao internacional.
- **Galeria Municipal** – inaugurada em 2006 e situada no Edifício dos Arcos, conjunto patrimonial da Fábrica Escola Irmãos Stephens, este espaço é dedicado à promoção da cultura às artes, e inclui uma sala exclusiva para organização de exposições e outros eventos artísticos e culturais.

- **Biblioteca Municipal** - inaugurada em 2001, no complexo da Fábrica Escola Irmãos Stephens, junto ao Museu do Vidro, a Biblioteca Municipal da Marinha Grande integra a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, e assume-se como um polo de acesso à cultura, à informação, à educação e ao lazer de acesso livre.
- **Casa-Museu 18 de janeiro de 1934** – localiza-se no largo com o mesmo nome, no lugar de Casal Galego, Marinha Grande, e foi inaugurada a 18 de janeiro de 2008. Este é um espaço que visa a preservação e divulgação do património memorial e histórico ligado às lutas operárias, em particular, a greve geral de 18 de janeiro de 1934, que se opunha ao governo de Salazar, e que na Marinha Grande levou a que os operários vidreiros tomassem o poder por algumas horas, tendo tido a sua maior expressão nacional nesta cidade. O evento ficou conhecido como a revolta dos trabalhadores vidreiros. O espaço agora ocupado pela Casa-Museu – uma modesta habitação operária o século XX - desempenhou um papel relevante nesta revolta, tendo sido por tal preservado e dedicado à perpetuação da memória deste evento.
- **Casa Museu Afonso Lopes Vieira** – localizada em São Pedro de Moel, numa casa de férias que foi propriedade da família e, mais tarde, do próprio escritor Afonso Lopes Vieira, este espaço, inaugurado em 2005, está aberto ao público interessado em conhecer mais de perto a vida e obra do escritor. Tem como característica de particular interesse a relação entre muitos elementos construídos e decorativos e a obra e atividade do poeta, que deixou a sua marca expressiva na arquitetura da casa.
- **Biblioteca de Instrução Popular** – localizada em Vieira de Leiria, foi fundada em 1932, sendo uma das primeiras bibliotecas privadas do país. Foi criada por uma associação privada sem fins lucrativos com vista ao combate ao analfabetismo na freguesia, desenvolve ainda outras atividades, não só ligadas à promoção da leitura e da literacia como de âmbito cultural e recreativo.

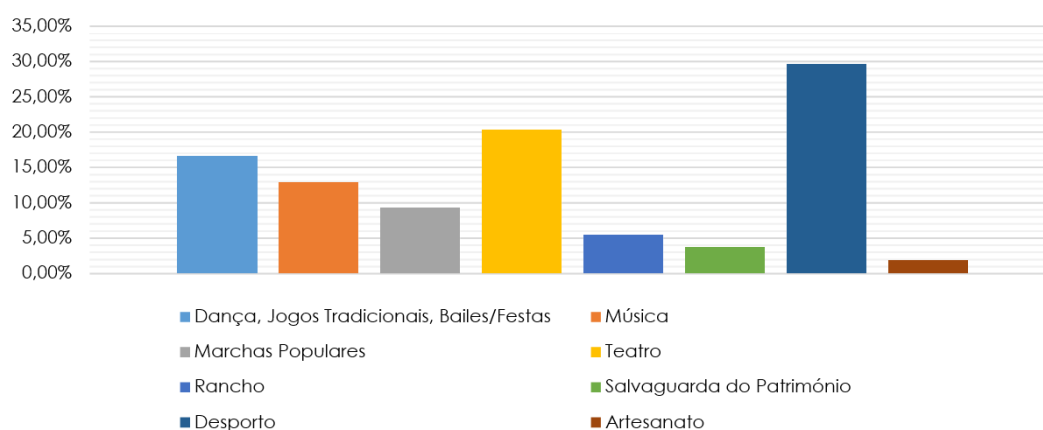
Para além destes equipamentos de maior relevo, existem ainda outros espaços vocacionados para a cultura no município, como por exemplo: o Cine-Teatro Actor Álvaro, em Vieira de Leiria; o Auditório António Campos, na Praia de Vieira; as fonotecas da Moita e da Vieira e várias mediatecas escolares.

Convém ainda referir neste âmbito o projeto para o Museu Nacional da Floresta, a ser instalado no Parque do Engenho, cujo planeamento começou a ser desenvolvido há já alguns anos atrás pela Câmara Municipal, a Autoridade Florestal Nacional e o Instituto dos Museus e da Conservação, e que foi alvo de assinatura de um protocolo em 2011, entre a Câmara Municipal e a Secretaria de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural, com vista a assegurar a transferência para a Marinha Grande do espólio existente sobre o Pinhal do Rei e assegurar a sua recuperação e conservação no âmbito do projeto mais alargado da instalação do museu. No entanto, apesar do interesse e da pertinência da instalação deste museu no concelho, o processo não teve evoluções significativas nos últimos anos, encontrando-se estagnado. A necessidade de retomar este processo e promover a definitiva instalação no concelho do Museu Nacional da Floresta foi um dos temas abordados nas sessões participativas, em particular articulado com outras ações que visem tirar partido da

forte relação que o território tem com as matas nacionais e a conservação, valorização e divulgação do património cultural e natural relacionado com a exploração florestal no concelho.

As infraestruturas e equipamentos referidos anteriormente não esgotam os recursos culturais e recreativos do concelho. Com efeito, na Marinha Grande existe uma forte dinâmica ligada à cultura, recreio e desporto impulsionada pela sociedade civil, contando com cerca de oito dezenas de instituições, entre clubes, associações e coletividades. Para além da oferta cultural e recreativa ou desportiva que estas promovem, mais de metade destas instituições têm instalações próprias, o que muito acrescenta aos recursos e à oferta cultural do concelho (ver Gráfico 20).

Gráfico 20 - Valências culturais das associações existentes no concelho



Fonte: Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico

Não obstante, apesar da existência atualmente do referido conjunto de equipamentos e oferta cultural e do dinamismo associativo do concelho, durante as sessões participativas foi referido recorrentemente que a oferta era insuficiente, desajustada ou mal divulgada, havendo consenso geral quanto à vontade de alargar a diversidade e disponibilidade de eventos e espaços culturais, tornando-o a oferta atrativa para diferentes públicos, garantindo uma constância ao longo de todo o ano, e tornando-a num fator de aumento da qualidade de vida da população e da atratividade residencial.

Foi também referido com frequência que era necessário promover uma articulação entre as agendas culturais das diferentes entidades, de modo a que estas pudessem reforçar entre si a oferta disponível à população, em vez de entrarem em concorrência entre si. Ao nível dos equipamentos, infraestruturas e espaços, foi ainda reconhecido que seria bastante proveitoso que se promovesse a sua otimização, fomentando a partilha e o máximo aproveitamento dos recursos das diferentes entidades, num espírito colaborativo e de apoio mútuo.

B.5.2 Principais constrangimentos e riscos ambientais

B.5.2.1 Acessibilidade e mobilidade

Outro fator essencial na promoção da sustentabilidade, e que pode ser gerador de constrangimentos ambientais, é a acessibilidade e mobilidade.

Analisando os dados dos Censos 2011 relativos aos fluxos pendulares com origem e destino no concelho da Marinha Grande, verifica-se que os movimentos diários de saída do concelho, por motivos de trabalho ou estudo, são bastante semelhantes ao fluxo de entradas - 13,3% e 12,5% respetivamente. Ainda assim, verifica-se que, embora o município da Marinha Grande tenha uma atividade económica dinâmica, tal ainda não é suficiente para contrabalançar os movimentos de saída, algo que pode ser, pelo menos em parte, justificado pelo facto de haver algumas atividades – serviços administrativos, ensino superior, comércio qualificado, etc. – que são essencialmente desenvolvidas fora do concelho, mais especificamente e na sua generalidade, em Leiria.

Os hábitos de deslocação dos residentes são fundamentalmente concentrados no transporte rodoviário individual, sendo que, no contexto regional, a Marinha Grande é o concelho que apresenta menos utilizadores do transporte coletivo rodoviário (5,4%). Estes dados parecem confirmar os disponibilizados pelo Sistema de Informação Geográfica de Gestão de Carreiras do Instituto da Mobilidade e dos Transportes (ver ponto B.1.2 e

Figura 11) que apontam o concelho da Marinha Grande como um dos que tem menor cobertura ao nível nacional, estando a par do interior transmontano e algarvio, e uma clara exceção no panorama do litoral português.

Para além da cobertura supraconcelhia, referida no ponto B.1.2, ao nível dos transportes coletivos rodoviários concelhios, a Marinha Grande possui um serviço de transporte público coletivo assegurado pela empresa Transportes Urbanos da Marinha Grande (TUMG), ao longo de cinco linhas de circuitos urbanos. É ainda assegurando no município o transporte escolar para os alunos que residam a mais de 1 km do estabelecimento de ensino que frequentam, por meio de três autocarros da TUMG e outros três alugados à Rodoviária do Tejo. Apesar do número reduzido de veículos da TUMG, a disponibilização destes serviços veio melhorar imenso a oferta de transporte público concelhia e assegurar um grau de cobertura espacial bastante razoável em termos de serviço de transportes urbano à escala da cidade. Esta solução mais amiga do ambiente visa minimizar a dispersão de áreas funcionais, cujas distâncias e tempos de deslocação são incompatíveis com deslocações pedonais e proporcionar uma menor dependência do automóvel e um maior conforto nas deslocações urbanas. Este esforço mereceu já o reconhecimento público, tendo o Município sido galardoado com a Bandeira de Ouro da Mobilidade.

Todavia, apesar de os dados recolhidos apontarem para uma escassez na cobertura de transportes públicos rodoviários e na sua utilização, sublinhe-se que, no âmbito das sessões participativas, não foram transmitidas grandes preocupações relativamente às ligações supraconcelhia por parte da comunidade, tendo até sido dado destaque à importância da Rede Expressos no transporte de passageiros. Já no que se refere ao serviço interno ao concelho, foi apontada como debilidade a necessidade de melhorar ainda o acesso aos transportes, havendo alguma desadequação dos horários e percursos à procura e uma cobertura ainda abaixo do desejável. Foram referidos alguns constrangimentos que se considera necessário resolver, tais como, a duração de alguns percursos, que é considerada excessiva, dada a necessidade de troca de linhas e a fraca sustentabilidade financeira do sistema, uma vez que representa um investimento do município de cerca de 600 milhões de €/ano. No entanto, foi sempre referido que a existência do serviço prestado pela TUMG era uma clara melhoria face à situação precedente e foi sempre reconhecida a sua função social enquanto elemento facilitador da mobilidade urbana e promotor de maior inclusão e coesão social.

Convém ainda referir a este propósito, que o público que se considerava poder mais recorrer a este tipo de transporte e face às necessidades do qual se defendia serem equacionadas as referidas melhorias de serviço eram essencialmente as crianças e os idosos, refletindo que, mesmo pelos participantes que demonstraram maior preocupação com este tema o transporte coletivo não era visto como um meio de transporte que poderia desempenhar uma papel relevante nas deslocações casa-trabalho da população ativa, o que poderá refletir a existência de comportamentos enraizados de recurso automóvel privado, que reduzam significativamente a perceção das necessidades e aspirações neste âmbito.

Numa perspetiva de integração modal e acessibilidade dos utentes, a estação de camionagem apresenta uma localização relativamente central no contexto da cidade. No entanto, esta infraestrutura não dispõe das condições mínimas necessárias para a segurança

e comodidade dos utilizadores, sendo urgente a sua realocação para local com melhores infraestruturas de apoio, criando um centro de interface de transportes urbanos tal como também foi assumido no PEDU e já referido no ponto B.1.2. Da auscultação dos atores resultou que seria fundamental que este centro multimodal permitisse uma ligação direta à Linha do Oeste, tivesse serviços de apoio aos camionistas e estacionamento para transportes TIR, assegurando não só a sua adequação para o transporte de passageiros como de mercadorias.

O fato do crescimento da cidade se ter dado em redor dos complexos industriais, incluindo três grandes estruturas fabris que se mantêm em funcionamento, a norte, provoca grandes pressões de circulação e transporte, tanto na perspetiva da facilidade de circulação e segurança para a população, como do ponto de vista da adequada receção de matérias-primas e escoamento dos produtos das fábricas. Esta é uma situação que além de criar focos repulsores na cidade, prejudica gravemente a fluidez de circulação e qualidade de vida da população, e exerce uma sobrecarga e desgaste sobre as infraestruturas viárias difíceis de resolver e que deteriora fisicamente e ambientalmente o espaço público. No sentido de atenuar este constrangimento foi discutida, nas sessões participativas, a necessidade de executar uma variante à cidade – que está prevista no PDM de 1995 –, sendo que foi também referido que seria importante beneficiar a ligação Marinha Grande – Leiria, aumentando o número de faixas de rodagem. Foi ainda referido que parte desta circular podia ser a A8, sendo para tal necessário que as portagens fossem eliminadas para quem fizesse somente este trajeto.

A mudança do traçado da linha do Oeste na zona da cidade da Marinha Grande foi também referida como uma forma de melhorar a circulação na cidade e a logística industrial, aproximando-o da autoestrada, por forma a eliminar a grande barreira que esta infraestrutura representa no tecido urbano, permitindo um redesenho da estrutura viária mais fluido, que reduzisse os constrangimentos que se verificam ao nível dos fluxos viários de pesados na cidade e melhor servindo a população e as empresas inseridas no tecido urbano. Quanto às alterações que se pretende que sejam implementadas relativamente à circulação de pessoas e mercadorias na linha do Oeste, estas foram já abordadas no ponto B.1.2.

O outro problema relacionado com o congestionamento de tráfego que foi referido nas sessões participativas diz respeito às deslocações que se realizam ao fim-de-semana, principalmente mas não exclusivamente na primavera e verão, que têm por destino os aglomerados costeiros de São Pedro de Moel e Praia de Vieira, e que são feitas, essencialmente, através das ER 242-2 e 349 respetivamente. A necessidade de criar percursos alternativos, que minimizem as dificuldades de deslocação para estes destinos, que reduz a sua atratividade e o potencial de fruição por parte da população e de visitantes foi assim outro dos aspetos focados.

Ao nível dos modos suaves, a principal debilidade no domínio da mobilidade ciclável encontrada na Marinha Grande está relacionada com a necessidade de criar percursos em espaço urbano, que permitam a circulação em continuidade, atendendo às zonas de maior procura ou de frequência de utentes mais predispostos a aderir a este meio de transporte.

Tal como referido anteriormente, e assumido no PEDU, é essencial apostar na melhoria da rede de ciclovia através do reforço dos percursos urbanos, colmatando as discontinuidades existentes e eliminando obstáculos que tornam os circuitos pouco atrativos e pouco seguros, implementando parques de bicicletas. Será também fundamental investir na integração desta rede com rede pedonal que carece também de melhorias, potenciando assim a mobilidade sustentável, que é uma aptidão natural da Marinha Grande pela sua orografia.

Considerando que o modo a pé é utilizado por 13% da população nos seus percursos pendulares, verificam-se alguns constrangimentos à mobilidade na estrutura urbana não só da cidade como dos restantes aglomerados do concelho, relativos não só à acessibilidade universal como mesmo à existência de passeios e à sua manutenção em condições adequadas, que devem ser resolvidos ou, pelo menos, atenuados no âmbito de ações de requalificação do espaço público.

B.5.2.2 Consumo de energia

A necessidade de reduzir o consumo de energia à escala global dita a necessidade de cada território ser responsável por planear e gerir o setor da energia de forma cada vez mais consciente, apoiando-se nas políticas e programas nacionais e europeus, que preconizam medidas de eficiência energética, a utilização de energia proveniente de fontes endógenas renováveis e a necessidade de reduzir custos.

De acordo com dados da Agência para a Energia, o consumo global de energia em Portugal tem vindo a sofrer um ligeiro decréscimo no período de 2005 a 2012, seguindo as orientações e metas definidas pelas políticas deste setor. A indústria (32,5%) e os transportes (35,7%) são destacadamente os setores de atividade que mais contribuem para esta fatura, representando em conjunto 68,2% da totalidade de consumo energético final.

Sendo a Marinha Grande um território com fortes características industriais esta é uma questão essencial para o desenvolvimento sustentável deste território. Em 2013 a Marinha Grande assumia, no panorama nacional, o 26.º lugar dos concelhos com maior consumo de energia elétrica, sendo que Leiria assumia a 20.ª posição⁸².

Analisando os consumos energéticos no concelho de Marinha Grande, verifica-se a inversão da tendência nacional, tendo-se registado na última década um aumento global de cerca de 44% (ver Tabela 6), contrariando as orientações e metas que têm vindo a ser definidas para o setor da energia. A atividade que apresenta maior peso no consumo energético é, sem grande surpresa, a indústria, representando cerca 77,5% do consumo total.

Refira-se a este propósito que, segundo os dados dos Censos 2011, o concelho da Marinha Grande se destacava consideravelmente ao nível do consumo industrial de energia elétrica face aos restantes municípios do Pinhal Litoral Sul, apresentando valores 4 vezes superiores ao concelho de Leiria, que era o segundo com maior consumo. Analisando os dados de consumo por habitante, a perspetiva continua a ser preocupante, dado que os valores para o

⁸² Fonte: Pordata.

concelho da Marinha Grande são 12.399 kWh, quase três vezes superiores aos registados para a média do continente (4.731 kWh). Analisando por tipo de consumo, verifica-se se os valores da Marinha Grande não divergem muito da média nacional nos consumos doméstico e não-doméstico, são bastante inferiores no que respeita ao consumo agrícola e do setor público (iluminação das vias e edifícios do Estado), sendo o consumo industrial o principal responsável pela grande disparidade verificada no total dos consumos.

Tabela 6 - Consumo de energia elétrica por tipo de consumo no concelho da Marinha Grande

	2001	2013
Doméstico	40 400 238 kWh	51 054 267 kWh
Não-doméstico	29 795 070 kWh	48 297 430 kWh
Indústria	255 288 286 kWh	370 643 730 kWh
Agricultura	1 214 185 kWh	731 719 kWh
Iluminação das vias públicas	3 242 229 kWh	4 496 284 kWh
Edifícios do estado	640 064 kWh	3 195 748 kWh
Total	330 580 072 kWh	478 419 178 kWh

Fonte: Pordata

Neste cenário considera-se que este é um domínio em que se revela essencial intervir por forma a promover o desenvolvimento sustentável do município. Embora seja claro que a principal atuação deve ser junto do setor industrial, não se deve negligenciar as melhorias que é possível alcançar em setores como o privado promovendo o aumento da eficiência energética do edificado e a sensibilização para consumos de energia responsáveis, e também no setor público, mediante a melhoria da gestão da iluminação pública e da eficiência energética dos edifícios.

B.5.2.3 Riscos ambientais e humanos

A gestão dos riscos naturais associados ao desenvolvimento territorial tem vindo a adquirir uma importância crescente à medida que se detém uma maior consciência dos efeitos do desenvolvimento nos territórios que afeta. Neste contexto, aborda-se seguidamente os principais riscos que afetam o território da Marinha Grande, identificando as suas vulnerabilidades e condicionadores do desenvolvimento com vista à sustentabilidade e resiliência do concelho.

A vulnerabilidade das zonas costeiras às ações energéticas do mar é bastante conhecida, em particular os resultados das alterações marítimas, desde galgamentos, inundações e perdas irreversíveis de bens materiais, vidas e culturas, ou mesmo de território. Como já foi referido a propósito do impacto das obras de estabilização da foz do Rio Lis na povoação da Praia de Vieira (ver ponto B.5.1.1), a orla costeira do concelho da Marinha Grande tem sido alvo de acontecimentos - extração de areias, construção de molhes e outros elementos de proteção da costa, alteração de cursos de rio, etc. - que alteraram ao longo do tempo o trânsito normal das correntes de deriva, ora protegendo numas áreas, ora acentuando noutras áreas a erosão costeira e os riscos de inundação que naturalmente já se verificavam.

Com efeito, muitas foram as obras realizadas ao longo dos séculos no concelho para reduzir o risco de inundação e tentar controlar a ação do mar sobre a costa, mas tal não impediu que, ainda hoje, a orla costeira onde se insere a linha de costa da Marinha Grande seja considerada pelo POOC-OMG como de «*elevada fragilidade geológica, constituído por formações dunares baixas, e por estruturas geológicas de origem sedimentar, com predominância de falésias, igualmente sensíveis. Esta fragilidade geológica, associada a um clima de agitação marítima com um leque de rumos muito aberto e elevada energia associada, e a uma diminuição da adução de sedimentos à costa, tem motivado um processo erosivo de grande intensidade, conducente a elevadas taxas de recuo da orla costeira*»⁸³.

O facto da Marinha Grande ser um território costeiro e com um relevo muito pouco acentuado, também o torna especialmente vulnerável a inundações e a uma eventual subida do nível das águas em consequência das alterações climáticas, ou a eventos e catástrofes naturais que possam vir a ocorrer, como maremotos. O risco aumenta ainda pelo facto dos dois principais aglomerados do concelho a seguir às sedes de freguesia – São Pedro de Moel e Praia de Vieira -, serem aglomerados costeiros. A este respeito convém ainda referir o risco para a segurança de pessoas que advém das atividades marítimas praticadas nestes aglomerados, que ao longo dos anos têm sido responsáveis por muitas perdas de vida por acidente marítimo.

O cordão dunar, também já referido no ponto B.5.1.1, construído artificialmente com vista a proteger o território do alastramento das areias por ação do vento, é ele próprio vulnerável à ação do vento e também à erosão mecânica, derivada, nomeadamente, pela circulação de veículos de todo terreno nas dunas e, mesmo, de pessoas a pé nas áreas mais sensíveis. A proteção destas estruturas é assim essencial não só para a sua preservação como para garantir que estas continuam a cumprir a função de proteção face aos ventos para as quais foram construídas.

A situação das pressões urbanas, industriais e agrícolas sobre os recursos hídricos e suas bacias provoca constrangimentos tanto ao nível humano como ecológico, sendo inúmeros os exemplos no território da Marinha Grande, mas dos quais se destacam as construções em leito de cheia, os problemas de poluição e assoreamento do rio Lis – e a necessidade de “murallar” o seu curso para libertar espaço para culturas e assentamentos humanos. Convém referir a este propósito que a poluição dos rios e aquíferos não pode ser vista de forma isolada dada a sua capacidade de alastramento dos problemas, tanto à poluição marítima, como de solos, como de contaminação de água de consumo e ameaça à saúde humana. Neste campo, e como foi já referido no ponto B.1.3.5 e nas sessões participativas, a despoluição do Rio Lis é uma das prioridades do concelho, cujo processo já iniciado deve prosseguir com rapidez. A construção nos leitos de cheia conjugada com a orografia plana, que dificulta a drenagem das linhas de água, torna o território bastante vulnerável a inundações, aspeto que é acentuado pelo facto de as linhas de água, após a nascente, atravessarem as áreas urbanas e prosseguirem depois para a área florestal.

⁸³ Câmara Municipal da Marinha Grande 2015, Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. I.

Ainda no que diz respeito aos recursos hídricos, segundo um estudo do Laboratório Nacional de Engenharia do Civil (LNEC)⁸⁴ que analisou qual o risco associado a entrada de água do mar no sistema aquífero, seja devido a cenários associados a alterações climáticas e à progressiva subida do nível do mar, seja por sobre-exploração dos sistemas aquíferos, este território é particularmente sensível às consequências das alterações climáticas no seu sistema aquífero. No caso do sistema aquífero de Vieira de Leiria - Marinha Grande verifica-se *«uma faixa que acompanha o litoral em que se registam valores vulnerabilidade máxima à intrusão marinha, e que aumenta para o interior com o incremento do nível do mar. Esta variação de espessura desta faixa para o interior regista-se essencialmente na área Norte do sistema»*⁸⁵.

No entanto, o principal risco em termos de catástrofes naturais ou por ação humana a que o concelho da Marinha Grande está sujeito é o risco de incêndio. Com cerca de dois terços do seu território coberto por floresta, a vulnerabilidade a este tipo de fenómeno é clara. Segundo o PGF-MNL, *«cerca de 50% da MNL possui um grau de perigosidade que vai de baixo (25%; 2792,20 ha) a médio (25%; 2813,81 ha), sendo que 23% da área tem perigosidade alta (2514.84 ha), 18% apresenta uma perigosidade muito alta (1985,10ha) e apenas 9% (939,33 ha) é que apresenta um grau muito baixo de perigo de incêndio»*.⁸⁶ Convém referir a este propósito que, estando rodeadas de matas, as povoações são as áreas que apresentam maior risco de incêndio, dado que este é calculado tendo em conta a vulnerabilidade e o valor económico associado à ocupação do solo, logo, é nas áreas urbanizadas que os danos provocados pelos incêndios causarão mais prejuízos económicos e sociais nos bens da população.

Neste âmbito, as operações de silvicultura preventiva: *«limpeza de matos, criação de faixas de gestão de combustíveis e a utilização do fogo controlado com o objetivo de criar mosaicos de descontinuidade vão influenciar a perigosidade de incêndio florestal, reduzindo-a significativamente»*⁸⁷. A gestão das atividades permitidas e da permanência nas matas durante as épocas de risco mais elevado, juntamente com a vigilância, fiscalização e sensibilização, são outros aspetos que podem contribuir fortemente para a redução do risco.

A proximidade entre indústria, matas e zonas habitacionais também é um fator de aumento do risco de incêndio e de outros riscos derivados de eventos meteorológicos adversos, como por exemplo, a queda de árvores, corte de estradas e isolamento de aglomerados. A desertificação do centro tradicional da Marinha Grande é outro fator que pode potenciar o risco de incêndio, em particular pela redução da vigilância e alerta, pela degradação do edificado e pela maior oportunidade para comportamentos e atividades ilícitas e potencialmente perigosas. No que se refere à poluição, a maioria das indústrias do concelho

⁸⁴ Laboratório Nacional de Engenharia do Civil (2011), Caracterização da vulnerabilidade à intrusão marinha dos sistemas aquíferos da região hidrográfica do Centro.

⁸⁵ Idem.

⁸⁶ Ministério da Agricultura do Desenvolvimento Rural e das Pescas (2010), Plano de Gestão Florestal da Mata Nacional de Leiria.

⁸⁷ Idem.

não apresentam grandes problemas de emissões, mas há algumas com risco acrescido dado trabalharem com materiais como borracha ou metais pesados. Refira-se a este propósito que as grandes garrafeiras localizadas em área urbana têm nos últimos anos investido consideravelmente em prevenção, possuindo atualmente sistemas de alarme e segurança internos com grande autonomia.

Relativamente ao território das matas, este é bastante vulnerável, e não sendo entendido e valorizado por todos, vai sofrendo diversas ações ofensivas que resultam em graves constrangimentos ao seu equilíbrio ecológico, sendo a deposição de resíduos ilegais, o corte ilegal e o desenvolvimento de atividades com forte impacto – como o todo-o-terreno - alguns dos problemas mais prementes.

Os impactes negativos ao nível da biodiversidade nas Matas estão relacionados, em grande medida, com a não reflorestação da área incendiada em 2003 e a excessiva remoção e limpeza do substrato arbustivo que, com a argumentação das medidas preventivas contra incêndios e com o novo mercado da biomassa, vão devastando o subcoberto florestal, reduzindo drasticamente a biodiversidade, aumentando o risco de suscetibilidade a pragas e doenças, e promovendo ainda a forte erosão e o empobrecimento dos solos.

Existem ainda nas matas os riscos derivados de pragas, doenças e proliferação de espécies invasoras, dos quais se destacam no concelho da Marinha Grande, os ataques de insetos, doenças provocadas por fungos, presença de espécies infestantes (silvão, feto, etc.) e de espécies invasoras, como a acácia e a robínia.

Por último, uma das ameaças às matas é, sem dúvida, a pressão da expansão urbanística, que, no caso do concelho da Marinha Grande, se tem feito, historicamente, sacrificando área anteriormente ocupada por mata nacional. Com efeito, este é um aspeto crucial para o concelho, o de conseguir equilibrar as justas e legítimas expectativas e aspirações sociais e económicas da população com os valores naturais e culturais em presença no território, promovendo, por essa via, um desenvolvimento territorialmente sustentável.

A sensibilização e a promoção de uma maior consciência sobre os riscos junto da população é um fator essencial para a sua mitigação, dado que contribui para a prevenção em particular dos riscos derivados de ação humana. Adicionalmente, uma correta resposta e reação da população face a uma catástrofe reduz consideravelmente o seu impacto, logo, o risco que esta representa, em particular em termos humanos e socioeconómicos. Neste sentido, para além de ações especificamente dirigidas aos recursos que podem ser afetados (matas, orla costeira, recursos hídricos, indústria, áreas urbanas, etc.) é muito importante uma atuação em prol da educação para a segurança o que gerará maior resiliência.

B.5.3 Dinâmicas turísticas

B.5.3.1 Recursos turísticos

A essência do potencial turístico deste território tem uma relação muito direta com a promoção da qualidade de vida da população residente e trabalhadora/estudante, numa perspetiva rumo ao desenvolvimento sustentável, com consideração pelo potencial dos

recursos, mas também respeitando a sua preservação e vulnerabilidades, sendo uma consequência natural o aumento da sua atratividade para turistas e visitantes. Neste contexto de potenciar o turismo por via da promoção da atratividade deste território para ser desfrutado pelos residentes, trabalhadores e estudantes, identificam-se como principais recursos com potencial turístico da Marinha Grande os seguintes elementos:

- A **orla costeira**, incluindo não só as praias como os aglomerados com vocação balnear - **São Pedro de Moel e Praia de Vieira** -, bem como a história e as evidências materiais da transformação paisagística efetuada pelo homem - **cordão dunar**;
- As **matas nacionais**, encarando de forma integrada o potencial de fruição dos espaços e o património imaterial ligado à sua história e **boas práticas de gestão** internacionalmente reconhecidas, e sem esquecer os **elementos construídos** de interesse que detém;
- A **indústria**, não só na sua vertente histórica, ligada à **indústria do vidro** e traduzida no **património construído** e nos **saberes e ofícios** ainda presentes, como na sua vertente atual, de aposta na **modernidade** e **internacionalização**;
- A **arte-xávega**, pela sua história e marcas ainda patentes na **cultura, gastronomia** e como **atividade piscatória tradicional**;
- Os **espaços naturais** com características distintivas e potencial recreativo e natural, como o **Ribeiro de São Pedro**, a **Lagoa da Saibreira** ou o **Rio Lis**;
- As **infraestruturas e equipamentos ambientais e culturais**, com grande potencial em termos bem-estar, de recreio e lazer, e sem esquecer as **associações, coletividades e clubes** que promovem, juntamente com o município, a **oferta de atividades culturais, desportivas e recreativas**;
- O contexto territorial, em particular, o **“Polo de Desenvolvimento Turístico de Leiria – Fátima”**.

Relativamente aos aglomerados balneares, um ponto bastante forte a seu favor é o forte carácter distintivo que ambos os aglomerados possuem, que não só os distingue entre si como da restante oferta regional. De facto, as características materiais e imateriais destes aglomerados são bastante distintas, mas ambos têm fatores de interesse que devem ser potenciados, designadamente:

- a qualidade urbanística, arquitetónica e paisagística de São Pedro de Moel, que lhe confere características muito singulares e um potencial de oferta não só turística como residencial de alta qualidade e pouco massificada;
- a relação da Praia de Vieira com a arte xávega, e as marcas históricas, linguísticas, culturais que esta incutiu nas suas gentes, com um inegável interesse etnográfico, para além das suas manifestações ao nível da gastronomia e mesmo da prática desta atividade piscatória, que têm um claro potencial de atratividade para

visitantes, mantendo, ainda hoje, o carácter popular que esteve na origem do seu desenvolvimento.

Neste contexto, a preservação e valorização destes fatores distintivos tem de estar na base de qualquer estratégia de revitalização destes aglomerados, sendo um fator estruturante da sua competitividade e atratividade. No entanto, além da valorização dos pontos fortes é necessária uma atuação que permita minimizar os pontos fracos e promover uma inversão das dinâmicas de declínio instaladas.

B.5.3.2 Alojamento turístico

Embora, como já foi visto, parte significativa dos visitantes e turistas que frequentam o concelho da Marinha Grande não recorram a alojamento turístico, ou porque são proprietários de casas de férias (casos mais predominantes em São Pedro do Sul) ou porque são visitantes com curta permanência (como ocorre regularmente com os passeios de fim-de-semana à zona costeira, principalmente Praia de Vieira, por parte de residentes no concelho ou em áreas próximas), a análise da oferta e da procura de alojamento turístico não deixa de se revestir de interesse na medida em que continua a desempenhar um papel importante na capacidade de atração e na análise das dinâmicas de procura de um território.

De acordo com os Estudos de Caracterização e Diagnóstico desenvolvidos no âmbito da revisão do PDM, o município da Marinha Grande possui 15 unidades de alojamento turístico licenciadas, 6 das quais são unidades de alojamento local - 4 estabelecimentos de hospedagem e 2 *hostel* -, 8 são empreendimentos turísticos e um corresponde a uma unidade de alojamento em processo de licenciamento. No concelho da Marinha Grande existem ainda 3 parques de campismos, dois em São Pedro de Moel e um na Praia de Vieira.

Ainda segundo os mesmos estudos, com dados relativos a 2014 da Câmara Municipal da Marinha Grande e do Turismo do Centro, da capacidade de alojamento total do concelho, excluindo os parques de campismo, que totaliza 898 camas, a oferta dos hotéis representa 82,52% da capacidade, sendo que os estabelecimentos de hospedagem contribuem com 11,02% e os *hostel*, com 6,46%. Relativamente à oferta em Parques de Campismo, o Parque de Campismo e Caravanismo Orbitur e INATEL em São Pedro de Moel e o Parque de Campismo da Praia de Vieira têm uma lotação de 2500, 1500 e de 840 campistas respetivamente, o que, no total, representa mais do quádruplo da oferta total dos restantes tipos de alojamento.

Analisando a distribuição da oferta por aglomerado, conclui-se que, sem grande surpresa é na Praia de Vieira e em São Pedro de Moel que se localiza a grande maioria da oferta de alojamento (329 e 390 camas respetivamente ou, somando a oferta em campismo, 1.169 e 4.329 respetivamente). A cidade da Marinha Grande tem também alguma oferta, com 139 camas disponíveis, e em Vieira de Leiria podem ainda encontrar-se 40 camas.

Analisando a evolução recente da oferta, e agora segundo os dados do INE, o número de estabelecimento hoteleiros do concelho tem-se mantido praticamente constante no período de 2009 a 2013 (ver Tabela 7), embora tenha crescido consideravelmente nas décadas anteriores. No contexto da sub-região, o concelho da Marinha Grande está em segundo lugar

em número de estabelecimentos hoteleiros, mas, ainda assim, com menos de metade dos disponíveis em Leiria.

Tabela 7 - Estabelecimentos hoteleiros por concelho da Região de Leiria

	2009	2010	2011	2012	2013
Batalha	4	5	5	5	7
Leiria	21	23	22	22	22
Marinha Grande	10	9	9	9	10
Pombal	5	5	4	5	7
Porto de Mós	2	2	2	2	5
Alvaiázere					1
Ansião	1	1	1	1	2
Castanheira de Pêra	1	1	1	1	2
Figueiró dos Vinhos					4
Pedrogão Grande	1	1	1	1	3
Total	45	47	45	46	63

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria

No entanto, a capacidade de alojamento na Região de Leiria ao longo do período 2009-2013 sofreu um decréscimo de 194 camas (ver Tabela 8). Os concelhos da Batalha e de Leiria têm tido um comportamento inverso, sofrendo um aumento do número de camas em 156 camas e 134 camas, respetivamente. Já o concelho da Marinha Grande ao longo deste período perdeu sensivelmente 109 camas. Mesmo assim, mantém-se em segundo lugar em termos de oferta concelhia sub-regional, atrás do concelho de Leiria.

Ao nível da oferta, nas sessões participativas foi referida a sensibilidade quanto à sua redução. No entanto, foi referido que mesmo com a quebra verificada, a ocupação dos estabelecimentos disponíveis estava longe de ser satisfatória, havendo por conseguinte, uma quebra ainda maior na procura que punha em questão a viabilidade económica dos estabelecimentos e que estaria, por tal, na origem do seu encerramento. Foi ainda referido, pela representante do Turismo do Centro, que a oferta disponível era insuficiente para dar resposta a eventos de alguma dimensão, pelo menos para determinados públicos que não se alojam em parques de campismo. Foi ainda referido que havia um claro *deficit* de qualidade de oferta, não havendo, por exemplo, um estabelecimento hoteleiro com qualidade suficiente para alojar o turismo de negócios ou segmentos mais seletivos da procura.

Tabela 8 - Capacidade de alojamento na Região de Leiria

	2009	2010	2011	2012	2013
Batalha	245	442	415	415	401
Leiria	1750	2072	1961	1877	1884
Marinha Grande	1172	1036	1036	1063	1063
Pombal	283	283	264	0	0
Porto de Mós	32	37	41	0	0

Alvaiázrere	0	0	0	0	0
Ansião	18	18	18	0	0
Castanheira de Pêra	43	43	43	0	0
Figueiró dos Vinhos	0	0	0	0	0
Pedrogão Grande	23	23	24	24	24
Total	3566	3954	3802	3379	3372

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria

Relativamente à procura, na Região de Leiria entre 2009 e 2013 as dormidas aumentaram em 61.807 dormidas (ver Tabela 9). Contribuíram essencialmente para este aumento o concelho de Leiria e da Batalha, com um acréscimo de 38.433 dormidas e 30.930 dormidas respetivamente. Já o concelho da Marinha Grande teve um comportamento inverso, uma vez que, ao longo deste período de cinco anos, viu o número de dormidas reduzir em 22.241 dormidas, o que perfaz uma perda de 20%, perfazendo 27% do total da sub-região em 2013, conta os 41% que detinha em 2009.

Tabela 9 - Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros na região de leiria

	2009	2010	2011	2012	2013
Batalha		27682	38255		30930
Leiria	129252	169763	155768	148453	167685
Marinha Grande	112601	111288	-	83114	90360
Pombal	28242	0	28848	32441	34734
Porto de Mós	-	-	-	-	4348
Figueiró dos Vinhos	-	-	-	-	3869
Pedrogão Grande	2224	2156	2483	-	2200
Total	272319	310889	225354	264008	334126

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria

Esta perda no número de dormidas tem reflexo direto na quebra do número de hóspedes, tem também vindo a decrescer ao longo dos anos 2009-2013 (ver Tabela 10). Sendo que nos restantes concelhos, como se viu atrás, se verifica uma tendência inversa.

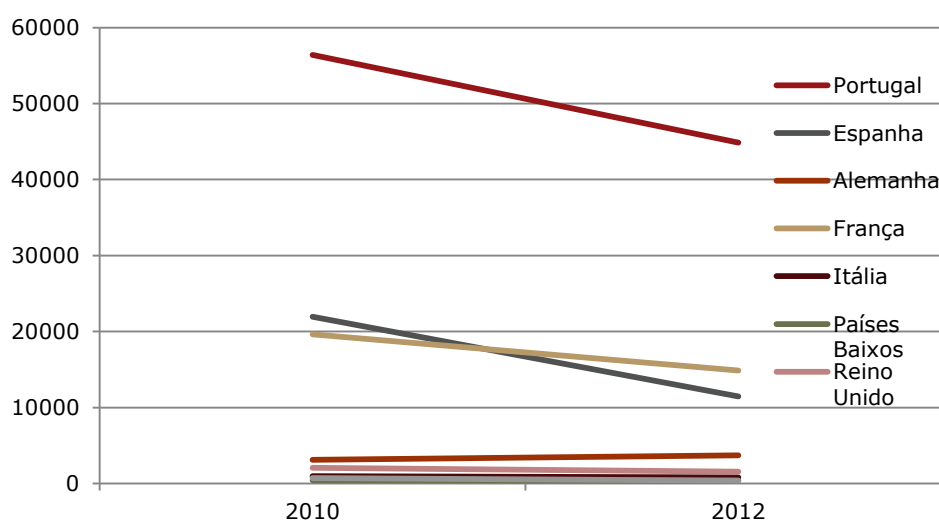
Tabela 10 - Número de hóspedes nos estabelecimentos hoteleiros na Região de Leiria

	2009	2010	2011	2012	2013
Batalha		119,50	137,27	128,27	121,35
Leiria	50,41	61,69	64,03	59,32	59,89
Marinha Grande	108,58	106,99	-	90,34	92,45
Pombal	36,92	0,00	42,68	-	46,55
Porto de Mós	-	-	-	-	12,65
Figueiró dos Vinhos	-	-	-	-	39,03
Pedrogão Grande	50,17	27,18	33,46	37,76	37,00
Total	246,09	315,36	277,43	315,68	408,92

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria

No que respeita à nacionalidade da procura (ver Gráfico 21), para o concelho da Marinha Grande, no ano de 2012, os indicadores apontam para uma predominância do turista nacional (44.851 hóspedes), seguindo-se dos franceses (14.582 hóspedes), espanhóis (11.445 hóspedes) e alemães (3.707 hóspedes). Na Região de Leiria, o concelho da Marinha Grande é um dos concelhos que se destaca face ao alojamento de hóspedes estrangeiros, com cerca de 27,8% de hóspedes estrangeiros, seguindo o concelho da Batalha com 27,85% e do concelho de Leiria com 23,96%.

Gráfico 21 - Número de dormidas nos estabelecimentos hoteleiros segundo o país de residência habitual



Fonte: INE, Anuários Estatísticos da Região Centro 2010,2011 e 2012.

Em 2013, os hóspedes que se alojaram no concelho da Marinha Grande tiveram uma estada média de 2,5 noites, valor inferior aos anos de 2009 e 2010. Na Região de Leiria, o concelho da Marinha Grande surge em primeiro lugar como sendo o território com maior estada média, seguido de Leiria (2,0 noites) e Batalha (1,6 noites). A permanência no concelho da Marinha Grande quase duplica o valor médio para a Região de Leiria (1,2 noites), sendo no entanto inferior ao registado para Portugal com 2,9 noites.

Verifica-se que os hóspedes estrangeiros no concelho da Marinha Grande permaneceram em média mais noites nos alojamentos turísticos do que os turistas nacionais (Tabela 11), podendo este fator estar relacionado com a forte componente internacional da indústria da região.

Tabela 11 - Estada média e taxa de ocupação no concelho da Marinha Grande

Ano	Estada média no estabelecimento	Esta média de hóspedes estrangeiros	Taxa de ocupação-cama (líquida)
2009	2,7	3,5	26,7
2010	2,7	3,7	29,9
2011	-	-	-

2012	2,4	3,2	22,3
2013	2,5	3,5	24,2

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes e outros dados na hotelaria

A taxa de ocupação nos alojamentos hoteleiros, que se radicou em valores muito baixos, confirma a sensibilidade veiculada nas sessões participativas, que sublinhava o facto de, apesar da diminuição da oferta, a procura estar bastante abaixo do necessário para assegurar a viabilidade dos estabelecimentos. Com efeito, em 2013, a taxa de ocupação-cama, no concelho da Marinha Grande foi de 24,2%, sendo inferior em 2,5% à taxa alcançada em 2009, valor muito abaixo da média nacional (39,5%).

Esta quebra na procura é representativa da perda de atratividade que se tem verificado neste território e foi bastante sublinhada nas sessões participativas, em que o declínio da procura turística foi identificado como uma das principais ameaças ao desenvolvimento do setor em geral, e dos aglomerados de São Pedro de Moel e da Praia de Vieira em particular. Foi referido, como exemplo, o caso particular do parque de campismo de São Pedro de Moel, que em tempos acolheu cerca de 6000 dormidas no mês de agosto e que atualmente acolhe 600, para além de uma crescente sazonalidade que afeta não só este equipamento, como os restantes estabelecimentos turísticos do concelho.

B.5.3.3 Restauração

Segundo os dados apurados pelos Estudos de Caracterização e Diagnóstico⁸⁸ realizados no âmbito da revisão do PDM, existiam em 2011 no concelho da Marinha Grande 108 estabelecimentos de restauração e similares, o que representa uma redução de 38% relativamente a 2009. Esta redução de 150 para 108 estabelecimentos em dois anos é indicadora de uma forte tendência de declínio do setor, que reflete a tendência verificada ao nível dos alojamentos mas com maior intensidade.

Para além da diminuição no número de estabelecimentos – e, consequentemente, do emprego no setor –, foi ainda bastante sublinhado, no âmbito das sessões participativas, o *deficit* existente no setor no que se refere a uma oferta de alta gama, com qualidade de referência, orientada para públicos diferenciados e seletivos. Este *deficit* é especialmente referenciado como tendo um impacto negativo na imagem e competitividade do concelho, afetando o turismo de negócios bem como a atratividade para a fixação de população altamente qualificada.

⁸⁸ Câmara Municipal da Marinha Grande (2015), Revisão do PDM da Marinha Grande: Estudos de Caracterização e Diagnóstico, Vol. II.

B.6 Síntese do diagnóstico

B.6.1 Grandes números

	Freguesias			Concelho Marinha Grande	Região Centro	Portugal Continental
	Marinha Grande	Vieira de Leiria	Moita			
Área (km²)	136	43	8	187	28.199	89.102
População residente (n.º)	31.413	5.845	1.423	38.681	2.327.755	10.047.621
Densidade populacional (hab/km²)	231	136	178	207	83	113
Territórios artificializados (%)	12	8	11	11	5	5
Áreas agrícolas e florestais (%)	3	10	8	5	30	44
Florestas e meios naturais e seminaturais (%)	85	81	81	84	64	50
Corpos de água (%)	0	0,9	0	0,2	1	1
Densidade de alojamentos (N.º/km²)	125	103	72	117	51	63
Edifícios construídos (variação 2001-2011, %)	10	0,2	20	8	11	11
Edifícios com necessidades de reparação (%)	27	23	29	27	29	29
Alojamentos clássicos de uso sazonal (%)	11	27	3	14	24	20
Alojamentos vagos (%)	15	20	14	16	14	13
Alojamentos familiares só com pessoas com 65 ou mais anos (%)	-	-	-	24	27	26
Índice de envelhecimento	118	159	113	123	163	131
Índice de sustentabilidade potencial	3,8	2,9	3,8	3,6	2,9	3,4
População residente com pelo menos uma dificuldade (%)	20	24	25	20	21	18
Fogos de habitação social por mil habitantes (n.º)	-	-	-	7	3	11
Taxa de abandono escolar (%)	1	1	0	1	2	2
População residente com pelo menos o ensino secundário completo (%)	32	25	24	31	29	32
Diplomadas/os do ensino superior por 1.000 habitantes 201/2012 e 2013/2014 (n.º)	-	-	-	7	87	84
Médicas/os por 1000 hab.	-	-	-	2	6	6
Taxa de atividade da população (%)	49	43	46	48	45	48
Taxa de desemprego (%)	11	11	12	11	11	13
Ganho médio mensal (€)	-	-	-	1.148	942	1.096
Disparidade no ganho médio mensal por nível de habilitações (%)	-	-	-	17	27	38
Densidade de empresas (n.º/km²)	-	-	-	23	8	11
Densidade de estabelecimentos (n.º/km²)	-	-	-	24	9	12
Valor acrescentado bruto das empresas por habitante (milhares de euros.)	-	-	-	8,1	5,1	7,3
Volume de negócios das empresas das indústrias transformadoras por habitante (milhares de euros)	-	-	-	17	8	8
Despesa total das câmaras municipais em atividades culturais e criativas por habitante (€)	-	-	-	17	43	36
Despesa total das câmaras municipais em atividades e equipamentos desportivos por habitante (€)	-	-	-	22	30	25
Despesa das câmaras municipais em cultura e desporto no total de despesas (%)	-	-	-	7	10	9
Despesas dos municípios com proteção da biodiversidade e da paisagem por habitante (€)	-	-	-	8	10	11
Despesas dos municípios com gestão de resíduos por habitante (€)	-	-	-	37	37	44
Utilização do automóvel nas deslocações (%)	77	71	75	76	70	62
Consumo de energia elétrica por consumidor (kWh)	-	-	-	21.049	7.765	7.438
Consumo de energia elétrica por consumidor na indústria (kWh)	-	-	-	975.638	224.270	193.554
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh)	-	-	-	1.233	1.191	1.239
Capacidade de alojamento por 1000 habitantes (n.º)	-	-	-	28	21	29
Hóspedes por habitante (n.º)	-	-	-	0,9	1,0	1,4
Dormidas entre julho-setembro (%)	-	-	-	55	39	41
Estada média no estabelecimento (n.º de noites)	-	-	-	2,5	1,8	2,6
Taxa de ocupação-cama, líquida (%)	-	-	-	24	25	38

B.6.2 Análise SWOT

B.6.2.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, ACESSIBILIDADES E LOGÍSTICA

Forças

- Localização estratégica face ao território nacional, na faixa litoral e na charneira entre o Arco Metropolitano de Lisboa e o Sistema Metropolitano Centro Litoral
- Proximidade ao Porto da Figueira da Foz e à Base Aérea de Monte Real
- Servido pelo corredor Atlântico da RTE-T
- Boas acessibilidades rodoviárias regionais e nacionais, tanto aos centros urbanos como aos mercados
- Acessibilidade razoável às infraestruturas de tráfego internacional (aeroportos e portos) tendo em conta o tráfego de mercadorias

Fraquezas

- Localização periférica no espaço europeu, face a mercados e áreas mais desenvolvidas
- Falta de alternativas à circulação rodoviária
- Funcionamento deficitário da Linha do Oeste tanto ao nível do transporte de passageiros como de mercadorias
- Forte atravessamento da cidade por Transportes Internacionais Rodoviários (TIR), provocando congestionamentos viários, falta de lugares de estacionamento, desgaste das infraestruturas, insegurança viária e dificuldade na receção e escoamento dos produtos e mercadorias
- Existência de movimentos pendulares, com maior expressão nos de saída do concelho e na freguesia de Vieira de Leiria
- Congestionamentos derivados dos movimentos pendulares (em particular, Marinha-Leiria) e, ao fim-de-semana e época alta balnear, no acesso às praias
- Traçado da Linha do Oeste na cidade da Marinha Grande constitui uma barreira e não é o mais adequado para potenciar o descongestionamento urbano ao nível do transporte de mercadorias

Oportunidades

- Fortalecimento do policentrismo e reforço da complementaridade e cooperação no âmbito do sistema urbano Leiria-Marinha Grande
- Importância estratégica do concelho para o desenvolvimento económico do Centro Litoral
- Modernização da Linha do Oeste com projeto prioritário ao nível nacional (conclusão 2019) e existência de ramais ferroviários para as indústrias

- Criação de um centro multimodal (TIR, ferrovia, rodoviária, TUMG) e aproveitamento das oportunidades de financiamento do PAMUS para esse fim
- Criação de circular rodoviária que desvie parte do tráfego viário do aglomerado da Marinha Grande
- Criação de ligação entre os nós autoestradais e a Estrada Atlântica, facilitando o acesso às praias

Ameaças

- Projeto de modernização da Linha do Oeste não avançar
- Dificuldade de localização centro multimodal ou, mesmo, de um parque TIR ou terminal ferroviário
- Dificuldade de concretização da circular rodoviária e da ligação entre a autoestrada e a Estrada Atlântica a curto ou médio prazo
- Aumento dos congestionamentos e redução da qualidade de vida e do ambiente urbano
- Dificuldade na alteração dos hábitos de transporte automóvel/rodoviário tanto para passageiros como mercadorias
- Perda de competitividade derivada de más condições logísticas e de transporte de mercadorias

B.6.2.2 TERRITÓRIO, MOBILIDADE E SUSTENTABILIDADE

Forças

- Ocupação do solo por floresta e meios naturais e seminaturais largamente predominante (84,1%), sendo na sua maioria Mata Nacional (2/3 território concelhio)
- MNL geradora da maior receita pública florestal do país e a mata mais importante em termos de produção de pinho de elevada qualidade
- Linha de costa com 17,7 km
- Grande riqueza em termos de biodiversidade e qualidade paisagística
- Contenção dos tecidos urbanizados, em grande medida fruto dos condicionalismos à ocupação do solo
- Proximidade entre funções (equipamentos, serviços, habitação e emprego)
- Existência de espaços verdes qualificados
- Existência de grande diversidade de equipamentos desportivos
- Qualidade urbanística e arquitetónica de São Pedro de Moel
- Parque habitacional mais recente que a média da região e do país
- Mercado de arrendamento mais representativo que no contexto regional
- Existência de um mercado de arrendamento informal pouco qualificado

- Existência de oferta em termos de habitação social (36% da totalidade da oferta do Pinhal Litoral)
- Existência do serviço de transporte coletivo municipal TUMG com grau de cobertura razoável
- Rede ciclável com mais de 35 km
- Qualidade da água distribuída e cobertura quase total da rede de água
- Percentagem de resíduos recolhida seletivamente elevada
- Valores de consumo de energia elétrica para fins públicos (edifícios e iluminação) por habitante inferiores à média nacional
- Forte investimento recente das indústrias vidreiras em sistemas de prevenção de riscos

Fraquezas

- Assimetrias territoriais e grande polarização pela sede do concelho, que concentra a larga maioria da população e das atividades
- Fortes condicionantes ao ordenamento territorial e uso do solo
- Moita sem PDM em vigor desde 2001
- Centro tradicional da Marinha Grande degradado e em declínio
- Declínio económico e funcional dos aglomerados balneares
- Perda de funções à exceção da indústria e habitação, atingindo especialmente o comércio
- Fragmentação de parte do tecido urbano, com espaços vazios deixados pelas indústrias devolutas e terrenos expectantes
- Pouca disponibilidade de espaços para fixação de empresas nas zonas industriais
- Existência de alguns espaços públicos com necessidade de qualificação, em particular em termos de garantir uma acessibilidade pedonal qualificada e inclusiva
- Central de camionagem com condições deficientes
- Dificuldade de deslocalização das vidreiras para fora do perímetro urbano
- Conflitos entre usos (habitação/indústria/logística na Marinha Grande e habitação/lazer São Pedro de Moel)
- Falta de atratividade residencial para população altamente qualificada
- Desequilíbrio forte em alguns aglomerados entre o número de agregados familiares e o número de alojamentos
- Excedente de alojamento, forte presença de alojamentos vagos (especialmente na freguesia de Vieira de Leiria) e de edifícios industriais abandonados
- Existência de bairros sociais degradados e de carências habitacionais
- Forte cultura de deslocação em automóvel individual

- Fraca cobertura em termos de transporte público rodoviário ao nível supramunicipal e muito pouca utilização deste meio de transporte por parte da população
- Existência de algumas perdas e necessidade de modernização da rede de abastecimento de água
- Lacunas na cobertura da rede de saneamento e na separação das águas pluviais e de saneamento
- Dependência de uma única adutora
- Grande produção de resíduos urbanos
- Forte dependência energética de combustíveis fósseis e aumento significativo do consumo de energia elétrica na última década
- Consumo de energia elétrica por habitante para fins industriais muito superiores à média nacional e crescimento acentuado do consumo doméstico
- Baixa eficiência energética dos edifícios
- Escassa produção no distrito de energias renováveis
- Fraca cobertura da rede de fibra ótica
- Poluição e má qualidade da água do rio Lis e recursos hídricos associados
- Valores da despesa municipal orientada para a proteção da biodiversidade e da paisagem por habitante inferior à média nacional e regional
- Pouca articulação e comunicação entre entidades com responsabilidade de gestão do território
- Município sem controlo sobre a gestão de parte muito significativa do território

Oportunidades

- Centro tradicional da Marinha Grande com uma densidade de património histórico, arquitetónico e monumental menor que a maioria dos centros urbanos e com menores condicionalismos à sua requalificação derivados dos requisitos de preservação do património histórico e arquitetónico
- Criação de uma nova imagem marcante e emblemática para o centro da cidade catalisadora da identidade e autoestima da população
- Existência de alojamentos disponíveis para absorver nova população e de tipologias de edifícios abandonados com áreas e tipologias interessantes para acolher âncoras funcionais
- Existência de património reabilitado subaproveitado
- Implementação do PARU e novos incentivos à reabilitação de edifícios como catalisador de um processo de regeneração do centro tradicional
- Mudança de atitude da nova geração face ao centro tradicional
- Oportunidade de financiamento para apoio às comunidades desfavorecidas no âmbito da candidatura ao PAICD

- Conjunto alargado de atores e entidades que operam no domínio social
- Construção de novas respostas sociais com base no reforço da integração, complementaridade e da parceria entre instituições
- Novos espaços para fixação de empresas em fase de planeamento de pormenor
- Qualificação das áreas industriais existentes e a criar
- Otimização e racionalização da implantação industrial dispersa
- Revisão do PDM como oportunidade para reestruturar os fluxos urbanos e concelhios e reordenar o território
- Aperfeiçoamento do serviço da TUMG em termos de cobertura, frequência e horários, tendo em especial atenção as necessidades da população estudantil e idosa e o acesso aos diversos equipamentos (sociais, saúde, desportivos, culturais e recreativos)
- Relevo pouco acidentado e com declives suaves facilitador de implementação de um modelo de mobilidade suave
- Aproveitamento das oportunidades de financiamento em sede de PAMUS para melhoria da mobilidade suave e inclusiva
- Aproveitamento das oportunidades de financiamento no âmbito do PAMUS para a melhoria das infraestruturas de apoio ao transporte coletivo e de promoção da mobilidade sustentável
- Criação de percursos cicláveis em espaço urbano, em particular, na cidade da Marinha Grande, e eliminar os obstáculos e descontinuidades da rede existente
- Capacidade de diversificação das fontes de captação de água
- Aproveitamento das oportunidades de financiamento existentes para apoio à eficiência energética
- Projeto de aproveitamento energético das ondas, com zona de teste situada em São Pedro de Moel
- Conclusão do projeto de despoluição integrada da bacia do Lis
- Forte potencial para o fomento de um modelo de desenvolvimento fortemente marcado pela sustentabilidade ambiental

Ameaças

- Esvaziamento e abandono do centro tradicional e declínio das povoações balneares
- Processo de declínio socioeconómico derivado dos estrangulamentos territoriais ao desenvolvimento
- Aumento da fragmentação urbana em consequência da degradação dos edifícios abandonados
- Incapacidade do comércio local inverter a tendência de declínio e a atratividade comercial de concelhos vizinhos

- Perda de competitividade e de atratividade derivada da falta de espaços disponíveis para fixação de novas empresas ou ampliação das existentes
- Fraca sustentabilidade financeira do serviço TUMG
- Padrões de desenvolvimento insustentáveis (consumos de energia, produção de resíduos, dependência do automóvel, emissões, etc.)
- Risco de incêndio e dificuldade de controlo dos fogos florestais, o que contribui para a emissão de GEE e que afeta também os aglomerados (rodeados por floresta e com áreas despovoadas)
- Vulnerabilidade da linha de costa – arribas, praias arenosas, cordão dunar - à ação marítima e do vento (erosão, inundações e recuo da orla costeira), a impactos decorrentes da ação humana (pisoteio, atividades de todo o terreno, etc.) e elevada fragilidade geológica das dunas e arribas
- Linha de costa e relevo pouco acentuado aumenta o risco de inundações e a vulnerabilidade a uma eventual subida do nível das águas em consequência das alterações climáticas, que pode reduzir a área territorial e contaminar o sistema aquífero por intrusão marinha
- Vulnerabilidade do aquífero a contaminações e redução do volume global de água captada de boa qualidade, podendo levar a eventuais falhas no abastecimento de água
- Pressões urbanas, industriais e agrícolas sobre os recursos hídricos podem agravar problemas como a construção em leitos de cheia, poluição de rios e aquíferos, etc.
- Riscos para as áreas florestais derivados de pragas, doenças e proliferação de espécies invasoras
- Poluição dos rios e aquíferos pode conduzir à poluição marítima e contaminação dos solos, transformando-se numa ameaça, além de ambiental, para a saúde pública e o desenvolvimento económico
- Redução dos níveis de água da Lagoa da Saibreira e risco derivado para o ecossistema em presença
- Riscos derivados do trabalho industrial com matérias-primas como a borracha e metais pesados
- Dificuldade em alcançar um equilíbrio entre preservação do património natural e cultural e necessidades e aspirações de desenvolvimento social e económico
- Morosidade e dificuldade nos processos de negociação com ICNF
- Falta de cooperação entre entidades com responsabilidade de gestão do território

B.6.2.3 ECONOMIA, COMPETITIVIDADE E MERCADO DE TRABALHO

Forças

- Crescimento económico de longo prazo superior à média nacional e grande vocação de internacionalização

- Grande peso, dinamismo e especialização do setor secundário (moldes, plásticos e vidro)
- Posição favorável em termos de indústrias transformadoras com fatores competitivos e avançados face ao panorama nacional e regional
- Setor industrial forte e recursos com potencial reconhecido em áreas estratégicas de especialização inteligente da região e sub-região
- Tecido empresarial dinâmico e empreendedor
- VAB das empresas por habitante e volume de negócios das empresas das indústrias transformadoras por habitante muito superior ao nacional e regional e com grande destaque face à sub-região
- Níveis salariais superiores à média nacional e regional e com pouca assimetria tendo por base as habilitações
- Taxa de atividade ligeiramente superior à média regional
- Taxa de desemprego ligeiramente inferior à média nacional
- Mão-de-obra altamente especializada
- Existência de espaços de acolhimento e de apoio empresarial (OPEN, CENFIM, CDRdP-IPL, etc.) e promoção de eventos (semana do design, dos moldes, do vidro, etc.)
- Forte relação entre a formação técnico-profissional e o setor empresarial

Fraquezas

- Indústria dos moldes bastante dependente da indústria automóvel
- Setores primário e terciário subdesenvolvidos
- Escassez de espaço para expansão das áreas de localização industrial e disseminação das indústrias no tecido urbano
- Zonas industriais não aceitam terciário
- Fraco marketing territorial e imagem díspar da realidade (produção de vidro tradicional/produção de moldes de ponta)
- Existência de desemprego de longa duração (48% dos desempregados)
- Dificuldade em requalificar e reintegrar no mercado de trabalho a população não-jovem
- Escassez de mão-de-obra altamente qualificada e dificuldade em atrair e fixar população altamente qualificada
- Falta de liderança estratégica

Oportunidades

- Reorganização e requalificação das áreas de localização industrial
- Diversificação da base económica

- Desenvolvimento dos serviços avançados às empresas
- Melhoria da disseminação de conhecimento e tecnologia pela estrutura empresarial
- Exploração da partilha de serviços
- Aproveitamento das oportunidades abertas no Portugal 2020 em termos de especialização inteligente na região e sub-região
- Aumento da cooperação entre empresários e entre o setor público e o privado
- Forte aposta no marketing territorial
- Aproveitamento dos agentes económicos com projeção internacional como “embaixadores territoriais”

Ameaças

- Estrangulamento da expansão industrial
- Alteração do mercado da indústria dos moldes (produto acabado) e dificuldade de readaptação das empresas locais
- Atratividade dos centros urbanos vizinhos para localização da indústria e fixação da mão-de-obra
- Perda de importância e de competitividade
- Aumento do desemprego, em particular, o de longa duração

B.6.2.4 COESÃO SOCIAL E QUALIDADE DE VIDA

Forças

- Alta densidade populacional e capacidade de retenção de população acima da média da região e do país (freguesia da Marinha Grande com maior atratividade)
- Tendências demográficas mais positivas globalmente que as do país e da região
- Crescimento da população mais jovem no último período censitário (0-14 anos)
- Oferta de todos os níveis de ensino obrigatórios e existência de importantes entidades formadoras
- Boa taxa frequência do ensino básico e secundário
- Grande expressão da formação técnico-profissional
- Existência de oferta formativa para séniores
- Forte associativismo (associações, coletividades) e aumento da oferta cultural e recreativa
- Pensionistas e beneficiários do RSI e do subsídio de desemprego com menor peso na população do que a média nacional e regional
- Valor médio anual das pensões mais elevado que a média nacional e regional

- Proximidade dos diversos equipamentos (concentração territorial) e oferta diversificada
- Forte rede social e existência de práticas colaborativas

Fraquezas

- Envelhecimento populacional
- Aumento das famílias unipessoais e dos idosos isolados ou a viverem somente com outros idosos
- Dificuldades na conjugação da vida doméstica com o trabalho (trabalho por turnos)
- Falta de atratividade para recursos humanos altamente qualificados
- Baixa percentagem de diplomados e de frequência do ensino superior
- Aumento das crianças com dificuldades de aprendizagem
- Aumento dos casos de doença mental e da taxa de deficiência
- Existência de grupos vulneráveis (minorias étnicas, idosos, pessoas com problemas de saúde mental, comportamentos desviantes, etc.)
- Aumento da violência doméstica e fortes desigualdades de género
- Desajustamentos entre a oferta/localização dos equipamentos escolares e as necessidades da população
- Limitação espacial da infraestrutura do CENFIM inibe aumento da capacidade e oferta formativa
- Equipamentos orientados para o apoio à 3.ª idade e doenças mentais a operar no limite de capacidade de resposta
- Inexistência ou inadequação das instalações de alguns equipamentos (piscina, mercado, fragmentação do parque escolar e mau estado de conservação de alguns equipamentos)
- Falta de médicos, funcionamento deficitário do centro de saúde (consultas e valências) e grande rácio de habitantes por centro de saúde
- Oferta desportiva limitada em termos de modalidades e competição
- Pequenas carências ao nível dos equipamentos desportivos, referentes essencialmente a pequenos campos de jogos, piscina coberta e pista de atletismo (Marinha Grande)
- Respostas sociais pouco integradas e sem financiamento e estratégias de longo prazo
- Despesa municipal em cultura e desporto inferior à média da região e do país, tanto por total de despesas como por habitante

Oportunidades

- Existência de alojamentos vagos nos bairros de habitação social e sublotação de diversos fogos

- Articular a utilização dos equipamentos subaproveitados (desportivos, culturais, de ensino, etc.)
- Aproveitamento da candidatura ao PAICD para melhorar a qualidade de vida e as respostas sociais junto das comunidades mais desfavorecidas
- Aproveitamento das oportunidades de financiamento abertas no Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial para melhoria das infraestruturas escolares
- Alargamento da oferta educativa como forma de aumentar a atratividade para a população qualificada, designadamente, ao nível das línguas estrangeiras e da preparação para o mundo empresarial e a internacionalização
- Criação de respostas educativas que facilitem a conciliação dos horários escolares com os profissionais
- Criação de parcerias entre entidades formadoras que permita ultrapassar as respetivas limitações (por ex., CENFIM/falta de espaço e IEFPP/falta de alunos)
- Aumentar a oferta formativa para séniores, que se encontra no limite da capacidade, como meio de promoção do envelhecimento ativo
- Fortalecimento da oferta de respostas ao envelhecimento e doença mental
- Diversificação das modalidades desportivas
- Aproveitar a instalação dos equipamentos em falta para promover a revitalização das envolventes e a refuncionalização de edifícios devolutos
- Transformação dos agregados e necessidades habitacionais e existência de alojamentos vagos possibilita readaptação da oferta habitacional
- Dinamismo do terceiro setor e vontade de aprofundar o trabalho colaborativo e em rede e a criação de respostas integradas
- Definição de um quadro mais articulado e permanente de respostas sociais que permita uma abordagem mais estável e estratégica

Ameaças

- Aceleração do envelhecimento populacional
- Fragmentação social e aumento do isolamento da população idosa
- Desaceleração do crescimento populacional (estimativas de 2013 já apontam variação negativa)
- Quebra acentuada de alunos no ensino básico e secundário e aumento significativo de alunos com necessidades especiais
- Aumento das necessidades ao nível da saúde e cuidados continuados
- Surgimento de novas carências habitacionais, derivadas da dificuldade de acesso à habitação por parte dos jovens (fim do crédito hipotecário fácil e barato e oferta de arrendamento limitada)

- Falta de respostas ao nível da habitação de carácter social e acessível pode promover a proliferação de alternativas desqualificadas e marginalizantes
- Insuficiência das respostas para reabilitação e integração de pessoas com doença mental e deficiência
- Aumento do desemprego e do desemprego de longa duração, e dificuldade em requalificar a mão-de-obra
- Aumento dos fenómenos de pobreza e exclusão, em particular derivados do aumento do desemprego
- Não apostar no reforço das respostas em termos de saúde, educação, apoio social, oferta cultural e recreativa pode acentuar a incapacidade de fixar população (em particular, a mais qualificada)
- Declínio da competitividade e do nível salarial em consequência da falta de recursos humanos com qualificação superior

B.6.2.5 RECURSOS NATURAIS, CULTURAIS E TURÍSTICOS

Forças

- Existência de ecossistemas de grande valor ecológico e de elementos paisagísticos distintivos, com grande peso no território (Matas Nacionais, Orla Costeira, Ribeira de São Pedro, Lagoa da Saibreira, etc.)
- Grande diversidade de habitats, fauna e flora
- Mata como património natural único e floresta nacional modelo, cuja qualidade de gestão e da madeira tem reconhecimento internacional
- Cordão dunar com elevado interesse paisagístico, ambiental, cultural e de proteção
- Vários elementos naturais classificados ou em vias de classificação
- Património histórico, cultural e imaterial de grande interesse e potencial, ligado à exploração florestal e transformação da paisagem
- Existência de património industrial de referência
- Existência de conjuntos urbanos e obras arquitetónicas não classificados com interesse, qualidade e valor histórico, paisagístico e patrimonial (conjunto urbano de São Pedro de Moel, exemplares de casa de férias unifamiliares de inspiração modernista em São Pedro de Moel, farol, casas dos guardas florestais, pombal do rei, postos de vigia, etc.)
- Rico património imaterial ligado às atividades que estiveram na origem do desenvolvimento dos aglomerados (trabalho artesanal do vidro, Arte Xávega, cultura Avieira, exploração florestal e transformação da paisagem)
- Marcas identitárias fortes (cultural, linguagem, atividades económicas, artes e ofícios, gastronomia, etc.)
- Estâncias balneares com tradição e de carácter distinto
- Existência de espaços verdes urbanos e espaços de recreio e lazer qualificados

- Existência de 14 ciclovias e 4 percursos pedestres
- Praia de Vieira e São Pedro de Moel galardoadas com a classificação de “Praia Acessível”
- Praias da Pedras Negras e Velha com bandeira “Qualidade de Ouro 2015”
- Arroz de marisco da Praia de Vieira classificado como “maravilha Gastronómica de Portugal”
- Localização próxima ao “Polo de Desenvolvimento Turístico de Leiria-Fátima”, importante fator de articulação com o “Polo de Desenvolvimento Turístico do Oeste”
- Proximidade a destinos/recursos como Coimbra, Fátima, Batalha, Alcobaça, 3 das “Maravilhas de Portugal” e Tomar
- Conjunto de equipamentos culturais bastante alargado nos últimos anos
- Existência de uma dinâmica cultural, recreativa e desportiva promovida pela sociedade civil
- Mais de oito dezenas de associações, coletividades e clubes
- Existência de uma oferta 898 camas em estabelecimentos turísticos e de 4.840 em parques de campismo, centrados, essencialmente, nos aglomerados balneares
- Concelho ocupa o segundo lugar em termos de oferta de alojamento em estabelecimentos turísticos da sub-região (só atrás de Leiria)
- Hospedes permanecem em média mais tempo que nos restantes concelhos da sub-região (2,7 noites) embora menos do que a média para o país

Fraquezas

- Limitação do uso das matas na época de verão (risco de incêndio) e derivado dos requisitos de preservação ambiental
- Plano de ordenamento da Lagoa da Saibreira previsto mas não realizado
- Grande parte dos elementos construídos ligados à MNL degradados e ao abandono
- Número de museus, galerias e publicações periódicas por habitante e lotação média das salas de espetáculos inferiores à média regional e nacional
- Sazonalidade das atividades turísticas e pouca oferta e diversidade de atividades de recreio e lazer
- Oferta cultural, embora bastante melhorada, ainda insuficiente e desajustada face às expectativas da população
- Declínio da procura e oferta turística e de lazer nos aglomerados balneares (São Pedro de Moel e Praia de Vieira)
- Encerramento de equipamentos de turismo e lazer (em particular, complexo de piscinas de São Pedro de Moel)
- Falta de oferta hoteleira e de restauração de elevada qualidade

- Postos do turismo encerrados ou com funcionamento limitado e fraca divulgação turística
- Redução da oferta de alojamento turístico após 2009
- Taxa de ocupação muito baixa nos equipamentos de alojamento turístico e fortemente sazonal
- Quebra na procura de alojamento no concelho, contrariando a tendência da sub-região
- Redução do tempo de permanência dos hóspedes
- Deficit de qualidade na oferta, não adequada para turismo de negócios ou segmentos da procura mais seletivos
- Pouca articulação entre as diversas entidades com competências e interesse na gestão, preservação e aproveitamento dos recursos naturais, culturais e turísticos
- Falta de articulação entre a oferta promovida pelos diferentes agentes do setor turístico, cultural e recreativo

Oportunidades

- Aproveitamento do turismo de natureza (mata) e científico-tecnológico (mata e indústria/vidro) para combater a sazonalidade e atrair novos públicos
- Potencial para atividades de natureza, observação de aves e de flora, desportos de orientação, provas desportivas, usufruto paisagístico, pedagógicas, etc.
- Plano de Marketing do Turismo do Centro enquadra a Marinha Grande como tendo potencial em termos de turismo de “Bem-Estar e Natureza” e “Científico e Tecnológico”
- Potencial da MNL em termos de investigação científica, educação ambiental e cooperação internacional
- Existência de património industrial material e imaterial de referência
- Preservação da qualidade urbanística e arquitetónica de São Pedro de Moel como fator diferenciador, aliada à sua privilegiada localização paisagística, para uma oferta de alojamento altamente qualificada
- Continuidade do projeto de instalação do Museu Nacional da Floresta no Parque do Engenho
- Aproveitamento dos elementos construídos ligados à MNL (casas dos guardas florestais, postos de vigia, pombal do Rei, observatório astronómico, etc.)
- Qualificação dos equipamentos e infraestruturas balneares (apoios de praia, acessos, áreas de estacionamento, etc.)
- Recuperação para funções de lazer do antigo Comboio de Lata
- Aproveitamento da dinâmica de recuperação da Arte Xávega

- Apostar num forte Marketing territorial dirigido não só a turistas mas também a investidores e potenciais habitantes
- Potencial para atração de visitantes estrangeiros ligados à indústria (turismo de negócios) e à mata (turismo científico e de natureza)
- Reforço das agendas culturais e recreativas em termos de quantidade e de diversificação da oferta, alargando os públicos-alvo
- Melhoria da divulgação da oferta em termos de agenda cultural e atividades de recreio de lazer
- Reforço da cooperação e parceria entre as entidades que atuam no setor (CIM, Turismo do Centro, ICNF, etc.)
- Melhoria do aproveitamento dos recursos culturais e recreativos mediante o trabalho em rede, a parceria e a cooperação entre os diferentes agentes do setor e a instituição de práticas de partilha de recursos e articulação das ofertas

Ameaças

- Diminuição do areal da Praia da Vieira e de São Pedro de Moel
- Conflito de usos (habitação/lazer; conservação da natureza/aproveitamento do potencial de recreio das matas)
- Falta de resposta às aspirações da população e dos visitantes em termos de oferta e diversidade cultural pode reduzir a capacidade de fixação e atratividade populacional
- Incapacidade de compatibilização do aproveitamento das funções de recreio, estética da paisagem e científico-pedagógicas das Matas Nacionais com as exigências derivadas dos requisitos de preservação ambiental e proteção face a riscos
- Dificuldade de articulação das diversas entidades com competências e interesse na gestão, preservação e aproveitamento dos recursos naturais, culturais e turísticos
- Perda continuada de atratividade para visitantes
- Agravamento do risco de inviabilidade económica dos estabelecimentos de alojamento turístico
- Declínio generalizado do setor turístico e dos aglomerados balneares
- Alargamento da escala de intervenção do Turismo do Centro e redução das suas competências e áreas de intervenção
- Incapacidade de cooperação entre as entidades com competências ao nível do turismo e da gestão dos recursos naturais e culturais

C. Orientações estratégicas e sua operacionalização

C.1 Prioridades de desenvolvimento

O concelho da Marinha Grande é profundamente marcado, não só ao nível do seu desenvolvimento económico, como da sua história, cultura, paisagem, identidade e cultura, pelas atividades que estiveram na origem da formação dos aglomerados concelhios, em particular, a indústria, a exploração florestal e as atividades marítimas e balneares. Territorialmente, a influência destas atividades trespassa as áreas urbanizadas do concelho, estando na base da sua paisagem e dos seus recursos naturais, que são o resultado da ação transformadora secular do homem sobre a natureza, culminando no que hoje é, verdadeiramente, uma “paisagem cultural” de contornos únicos. A influência destas atividades ao nível social fica desde logo marcada por estarem na origem do desenvolvimento e povoação dos aglomerados – foram sempre estas os fatores determinantes da atratividade e fixação populacional e dos modos de vida. Ao nível cultural, tanto no que se refere ao património material – arqueológico, urbanístico, arquitetónico e natural –, como imaterial – arte xávega, saberes e ofícios, cultura, linguagem, gastronomia, etc. –, a riqueza e identidade do concelho é indissociável do desenvolvimento destas atividades. A sua relevância ultrapassa a dimensão histórica, como agentes fundadores dos povoados, assumindo também no presente o papel central no desenvolvimento do concelho e sendo, claramente, o seu principal fator distintivo e de competitividade – a chave para o seu futuro. Ainda hoje o que distingue acima de tudo a Marinha Grande no contexto nacional é a excelência, capacidade de inovação e iniciativa, versatilidade, competitividade e projeção nacional e internacional das principais atividades económicas do concelho, em particular, a indústria – moldes, plásticos e vidro – e a gestão florestal. As atividades ligadas às atividades marítimas e balneares contribuem complementarmente para a competitividade concelhia, em particular no que respeita à atratividade e qualidade de vida ou estadia no concelho tanto para a população como para visitantes.

Neste contexto, uma visão sobre a estratégia de desenvolvimento do concelho da Marinha Grande tem obrigatoriamente de ter por base o reforço da sua principal força e razão de ser. É na consolidação dos motores do seu desenvolvimento passado e presente e na promoção da sua adaptação competitiva à economia e sociedade do futuro que terá de residir a principal aposta do concelho. Alcançar este desígnio implica não uma atuação setorial, nas áreas da economia e empresas, mas antes uma ação integrada e abrangente, prospetiva e de longo prazo, dado que a competitividade à escala global que se pretende alcançar só é alcançável tendo por base um território qualificado e equilibrado, um nível de qualidade de vida reconhecido e um modelo de desenvolvimento sustentável e resiliente. Assim, uma estratégia de desenvolvimento do concelho da Marinha Grande além de ter por base o reforço da sua competitividade na economia global e na sociedade do conhecimento terá de ser capaz de conciliar as legítimas expectativas económicas e sociais da população com a preservação e valorização dos seus recursos ambientais e culturais. É somente através do alcançar deste equilíbrio que se conseguirá construir um futuro próspero e recompensador para as gerações futuras.

O nível de integração e abrangência necessário para alcançar este desígnio de desenvolvimento implicará ainda o envolvimento de múltiplos agentes da sociedade além do município, tanto do setor público como privado, que trabalhem num espírito de cooperação para atingir fins comuns. O papel do município é claramente fundamental no processo, mas terá de se operar uma rutura com as formas tradicionais de governança de modo a que, as práticas municipais também se caracterizem pela inovação e boas práticas em matéria de governança territorial⁸⁹. O caso particular da Marinha Grande, em que há uma grande partilha de competências ao nível da gestão territorial entre diferentes entidades e no qual a iniciativa privada tem um peso tão significativo, implica que seja necessária uma forte aposta na implementação de formas inovadoras e partilhadas de planeamento e de gestão de dinâmicas socio-espaciais. Sem pôr em questão a necessária liderança e compromisso do município, será necessário construir um processo inclusivo e co-responsabilizador de envolvimento de atores-chave no desenvolvimento territorial.

Neste contexto, e tendo por base o diagnóstico efetuado, foi identificado um conjunto de prioridades para o desenvolvimento do concelho da Marinha Grande, que foram estruturadas em três linhas estratégicas mais uma de carácter transversal relativa à governança, e que se apresentam na Figura 30. A apresentação mais detalhada de cada uma das linhas estratégicas apresenta-se no ponto seguinte.

⁸⁹ «A boa governança territorial visa gerir dinâmicas espaciais mediante a discussão das consequências territoriais de várias políticas, planeadas pelos atores do sector público e do privado. A meta é negociar um conjunto de objetivos comumente acordados, bem como um enquadramento de partilha de responsabilidades, mediante a utilização de estratégias e de políticas de desenvolvimento territorial.» European Conference of Ministers Responsible for Spatial/Regional Planning - CEMAT (2006), *Resolution n.º 2 on territorial governance: empowerment through enhanced coordination*, (tradução livre).

Figura 30 - Prioridades e linhas estratégicas para o desenvolvimento do concelho

REFORÇAR A COMPETITIVIDADE E FACILITAR A ATIVIDADE EMPRESARIAL	APOSTAR NA QUALIDADE DE VIDA E NO DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO DO TERRITÓRIO	CONSTRUIR A PONTE ENTRE A HERANÇA INDUSTRIAL E A ECONOMIA GLOBAL
<ul style="list-style-type: none"> - Melhorar as acessibilidades e da logística, tendo em particular atenção o transporte de mercadorias e a acessibilidade aos principais mercados nacionais e internacionais - Minimizar o atravessamento da cidade por veículos TIR - Criar condições qualificadas para a fixação e expansão empresarial - Criar um novo e moderno sistema de gestão dos parques empresariais - Facilitar a implantação e o funcionamento das empresas 	<ul style="list-style-type: none"> - Preservar, valorizar e divulgar os recursos naturais, culturais e paisagísticos - Promover um desenvolvimento mais equilibrado entre os diferentes aglomerados urbanos e inverter as tendências de declínio dos aglomerados balneares - Qualificar o espaço público e o ambiente urbano - Promover uma oferta habitacional acessível e qualificada - Garantir serviços e equipamentos de qualidade - Reforçar a oferta cultural, desportiva e de recreio e lazer - Minimizar as incompatibilidades entre funções (habitação/indústria/lazer) - Promover padrões de mobilidade sustentáveis e inclusivos - Incentivar hábitos e comportamentos sustentáveis - Mitigar a vulnerabilidade face aos riscos e promover a resiliência do território 	<ul style="list-style-type: none"> - Afirmar a Marinha Grande como cidade cosmopolita e internacional - Revitalizar o centro tradicional afirmando-o como centro de uma cidade industrial moderna - Construir uma imagem forte e emblemática e promover o marketing territorial - Divulgar os contributos da Marinha Grande para a inovação e a economia mundial - Construir um ambiente dinâmico e atrativo, com uma qualidade de vida reconhecida, capaz de apelar a recursos humanos altamente qualificados, nacionais e internacionais, e de atrair a sua fixação - Preparar a nova geração de empreendedores
DESENVOLVER UM NOVO MODELO DE GOVERNAÇÃO		
<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar a liderança - Implementar uma governança multinível - Enraizar a cooperação e o trabalho em rede - Aprofundar a participação - Construir parcerias e desenvolver a cooperação nacional e internacional 		

C.2 Linhas estratégicas e ações a implementar

C.2.1.1 Linha 1 - Reforçar a competitividade e facilitar a atividade empresarial

Enquadramento

A pertinência desta orientação estratégica encontra fundamento dirigido à afirmação de um perfil regional de especialização inteligente, progressivamente mais ancorado em atividades competitivas no mercado global e orientadas por princípios de inovação e diferenciação que contribuam para o desenho e conceção de produtos e/ou processos com elevado valor acrescentado e, dessa forma, alavanquem a criação de emprego e riqueza.

A estratégia de afirmação da Marinha Grande não pode ser desenhada à margem de um contexto de aceleração da globalização que intensificou a urgência de reorientação e reforço das políticas públicas, no sentido de uma maior articulação com o tecido empresarial, onde se mostra essencial a criação e sustentação de dinâmicas de cooperação em rede que promovam o desenvolvimento e transferência de tecnologia e a partilha de conhecimento, no quadro da especialização inteligente preconizada pela estratégia europeia.

É neste contexto cada vez mais concorrencial, caracterizado pela fragmentação das cadeias de produção à escala global e pela incorporação crescente de conhecimento nas atividades económicas enquanto mecanismo propulsor da diferenciação das ofertas, que os territórios devem apresentar-se como espaços de valorização de vantagens competitivas das empresas, seja pela pool de recursos endógenos e do capital humano que podem disponibilizar, seja pela capacidade efetiva de integração numa globalização onde as instituições do saber e conhecimento são parte integrante do mundo económico e social.

Esta linha estratégica assume como objetivo geral a capacitação do tecido produtivo, no primado de uma competitividade empresarial tendo por base um conjunto de ações a implementar que se apresentam seguidamente.

Ações a implementar

L1.A1. Modernização da Linha do Oeste - tendo em especial atenção, além do transporte de passageiros, a sua adequação ao transporte das mercadorias mais relevantes na indústria do concelho e a facilidade de ligação aos complexos industriais. Embora uma alteração do traçado do troço que atravessa o centro urbano da Marinha Grande pudesse trazer contributos significativos à circulação e gestão urbanística do aglomerado, este poderá ser um objetivo difícil de alcançar, mesmo a médio prazo, tendo em conta os constrangimentos orçamentais existentes nesta fase ao nível nacional e os valores apontados para o projeto de modernização desta linha no atual Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas. Assim, a prioridade central deve ser a garantia que são conferidas as condições à Linha do Oeste para que esta se assuma como um meio de transporte eficiente, eficaz e competitivo, tanto para passageiros como para mercadorias, sem prejuízo de se desenvolverem esforços no sentido de avaliar a viabilidade de uma alteração mais profunda da linha, que implique o redesenho do seu traçado no concelho.

- L1.A2. Criação de uma circular rodoviária** - que desvie parte do tráfego viário do centro urbano da Marinha Grande, dando, numa primeira fase, continuidade as condições já propiciadas pela sua previsão no âmbito do PDM de 1995, e desenvolvendo esforços para a sua implementação, pelo menos, a médio prazo. Neste âmbito pode ser equacionado o aproveitamento de parte da A8 para este fim, mediante uma negociação com vista à isenção de portagem para veículos que percorram somente o troço em causa.
- L1.A3. Criação de um centro multimodal de transportes** - que funcione como um verdadeiro interface entre transportes de mercadorias, designadamente TIR e ferrovia, e de passageiros – ferrovia, transportes rodoviários nacionais e regionais, TUMG, bicicletas – criando os espaços de estacionamento e apoio necessários ao seu bom funcionamento e promovendo uma maior acessibilidade e padrões de mobilidade mais sustentáveis, em particular, a mobilidade suave e inclusiva.
- L1.A4. Repensar a estruturação viária do centro urbano da Marinha Grande** – será necessário repensar de forma global a estruturação viária do centro urbano da Marinha Grande de modo a tirar o máximo partido das alterações ao tráfego decorrentes dos projetos anteriores e a otimizar a rede viária existente de modo a minimizar os congestionamentos e as sobrecargas nas infraestruturas, aumentar a fluidez do tráfego e maximizar as condições de segurança e conforto, e dando prioridade aos meios de transporte mais sustentáveis – transportes públicos, deslocações pedonais e em bicicleta.
- L1.A5. Otimizar e racionalizar a implantação industrial dispersa** – existindo um conjunto de complexos industriais implantados de forma dispersa no território, hoje, em muitos casos, rodeados pelo tecido urbano, nomeadamente, habitação, importa identificar: i) quais os que podem e devem ser deslocalizados, e promover, designadamente em sede de instrumentos de planeamento, a sua transferência; ii) quais os que dificilmente poderão mudar de localização, e nestes casos, garantir a compatibilização entre funções; iii) os casos em que é possível promover um reordenamento cadastral ou a colmatação de vazios entre equipamentos industriais com vista a promover polos de aglomeração indústria, mesmo que de dimensões inferiores às de uma zona industrial, devidamente qualificados.
- L1.A6. Qualificar as zonas industriais existentes e planeadas** – o grau de competitividade e excelência empresarial que o concelho ambiciona implica que as suas zonas industriais tenham de ser altamente qualificadas, tanto em termos de infraestruturas como de serviços e equipamentos de apoio, o que deve ser garantido tanto nas zonas industriais existentes como nas que estão nesta altura em fase de planeamento.
- L1.A7. Garantir a existência de espaços para fixação de empresas** – para além das ações identificadas nos dois pontos anteriores, que contribuirão para este fim, é ainda fundamental prever a implantação de novas zonas industriais, aproveitando os espaços mais vocacionados ou aptos para este fim, como, por exemplo, a

Marinha Pequena, e com especial incidência na área de influência da sede concelhia e a sul da mesma.

L1.A8. Diversificar a base económica e promover os serviços avançados às empresas – como fatores de aumento da competitividade empresarial e tendo em conta que são uma das áreas com maior potencialidade de reforço do peso no VAB industrial do país, sendo por tal fundamental a criação de políticas ativas de desenvolvimento e sofisticação dos serviços.

L1.A9. Simplificar os processos burocráticos e administrativos relativos à atividade empresarial – tendo em vista o objetivo de facilitar a implantação e o funcionamento das empresas. Neste domínio poder-se-á ainda incluir outras medidas que aumentem a competitividade do concelho, designadamente, redução de taxas, flexibilização das restrições à fixação, por exemplo, de serviços de apoio às empresas nas zonas industriais, entre outras.

L1.A10. Aproveitar as oportunidades criadas relativamente à especialização inteligente – tendo em conta a compatibilidade entre os principais setores económicos do concelho e os domínios estratégicos de intervenção definidos no âmbito do atual período de programação comunitário, quer ao nível da estratégia regional quer sub-regional (EIDT) de especialização inteligente, é fundamental tirar o máximo partido das oportunidades de financiamento criadas neste âmbito, nomeadamente, incentivando a adesão do setor empresarial e fomentando a criação de parcerias neste domínio entre o setor público, as entidades de investigação e desenvolvimento e as empresas.

C.2.1.2 Linha 2 - Apostar na qualidade de vida e no desenvolvimento equilibrado do território

Enquadramento

A Marinha Grande é um território com forte cariz industrial, com uma convivência entre espaços urbanos residenciais, comerciais e industriais que por vezes acarretam relações de vizinhança bastante complexas e desequilibradas. Este é um concelho que vive uma dicotomia entre a visão expansionista e cosmopolita da sua indústria, numa tendência positiva que contraria a tendência nacional de alguma estagnação, posicionando a Marinha Grande num lugar de destaque a este nível; e a vivência de cidade, que tem ainda fortes lacunas a colmatar por forma a seguir rumo a uma atratividade residencial, potenciadora da qualidade de vida das populações, residente e trabalhadora. Esta dicotomia é envolvida pela paisagem graciosa que lhe é conferida pela forte presença das matas nacionais, em particular a MNL, e da Orla Costeira que, em conjunto, formam um quadro de verdes e azuis que, rematado pelo dourado do sol e do areal, transfere para um cenário singular quem o experiencia.

Coloca-se o desafio de afirmar a atratividade residencial deste território, sendo necessário desenvolver um conjunto de vetores, valorizando os aspetos distintivos, que possam constituir o suporte competitivo de apoio ao desenvolvimento económico e social. Esta perspetiva deve ter como linha basilar o (re)descobrimento das complementaridades

territoriais e sinérgicas do seu contexto mais alargado. Neste sentido, deverá procurar-se afirmar a história da Mata e a sua relação com a Indústria como fator distintivo deste território, procurando oferecer serviços diferenciados, que complementem um setor de comércio local focado na proximidade e na oferta de valor acrescentado, criando experiências únicas apenas possíveis de vivenciar na Cidade da Marinha Grande. Procura-se criar um argumento urbano atrativo para quem vive, trabalha e visita a Marinha Grande, numa visão integrada entre todos os atores do território.

Os esforços municipais têm contribuído para a qualificação do ambiente urbano, sendo necessário que estes confluam para uma cidade legível⁹⁰, integrando novas intervenções que permitam reforçar as unidades de vizinhança, a coerência da imagem urbana e a integração de lugares que proporcionem a coesão social e territorial, com uma abordagem distintiva e inovadora. Neste âmbito, a questão da mobilidade sustentável constitui uma oportunidade de afirmar a inovação e a vanguarda que está associada à indústria, trazendo também esse espírito empreendedor e criativo para o espaço urbano, integrando meios diferenciadores na linha das cidades inteligentes (carsharing elétrico, etc.).

Tradicionalmente, este território cresceu nucleado em unidades industriais, formulando um sistema de forte enlace entre o que é espaço residencial e o que é espaço de trabalho. Esta mistura pulveriza o eixo Norte-Sul da Vieira de Leiria à Moita, numa extensão para Este a partir da cidade da Marinha Grande, em direção a Leiria. Mas se por um lado esta convivência permitiu o crescimento integrado da economia e da população residente, associando-lhe serviços e comércio próprio, atualmente esta relação tornou-se frágil, sendo o automóvel individual um dos elementos de desequilíbrio desta equação, criando distanciamento e fluxos inibidores de uma relação de maior proximidade com o território.

O desafio de estabelecer um equilíbrio entre indústria, espaço residencial e comercial, encontrando soluções de compatibilização entre funções, é talvez um dos maiores desafios neste território, dada a atual descaracterização e falta de coesão do centro tradicional da Marinha Grande, sendo um dos espaços mais fragilizados. Estas soluções devem abranger a formulação de um novo modelo de mobilidade sustentável e inclusiva, baseado nas alternativas de maior eficiência energética, baixos níveis de ruído e ausência de emissões, resultando num reduzido impacto ambiental e carbónico, reforçando respostas de equidade social no âmbito da acessibilidade e mobilidade para todos. Deve também integrar a qualificação do ambiente urbano, acompanhada da regeneração do edificado e do espaço público, desenhando e equipando uma cidade sem barreiras, adequada à utilização de pessoas com diferenças na sua mobilidade, promovendo evidentes ganhos de funcionalidade, garante de melhor qualidade de vida para todos os cidadãos, num pleno exercício dos seus direitos de cidadania.

Reconhecendo um conjunto de constrangimentos transversais relacionados com a necessidade de regeneração urbana dos espaços, o município tem vindo a desenvolver um

⁹⁰ Para Oriol Bohigas os três elementos fundamentais na definição formal da cidade são: *"la confluencia, la flexibilidad, la superposición de funciones, incluso en la sublimación del conflicto; la compacidad espacial y representativa; la legibilidad de los itinerarios y de los elementos significativos."*

percurso na reflexão sobre este tema. O desafio atual consiste em alargar o seu âmbito, envolvendo não apenas a reabilitação, mas essencialmente promover a regeneração destes espaços, também uma lógica de inovação e diversificação da oferta, quer através da integração de novas tipologias habitacionais mais flexíveis, adaptáveis e confortáveis de acordo com os padrões e ideias dos extratos populacionais mais jovens e qualificados, como da integração de meios de maior eficiência energética e da capacidade de adaptação às alterações climáticas. A revitalização deve ainda incorporar soluções para a pobreza urbana que eminentemente geram situações de segregação social e espacial.

O reforço da oferta cultural numa agenda consistente e diferenciadora e associado à valorização dos recursos naturais e históricos, como as matas, a orla costeira ou o património industrial, são essenciais para a promoção de fatores competitivos para atrair população residente e visitante, permitindo afirmar este território como estimulante e atrativo, num espaço com animação urbana. Neste domínio o enfoque deve ser dado na comunicação para o exterior, extravasando os limites da região, identificando de forma clara os elementos culturais distintivos deste território, criando uma marca fortalecida por uma aguerrida componente de Marketing Territorial, divulgando o que só na Marinha Grande é possível acontecer e ser experienciado. Paralelamente a criação de uma maior amplitude de oferta de modalidades desportivas e de recreio e lazer convergem para a melhoria da saúde, envelhecimento ativo e animação da população.

A promoção da eficiência nas infraestruturas e nos serviços permite convergir um modelo territorial de menor impacto ambiental, com reflexos claros na melhoria do ambiente e da população. A combinação de melhores práticas comportamentais, da introdução de soluções de eficiência energética e da qualificação tecnológica (através de projetos transversais) pode alavancar um processo de eficiência e sustentabilidade.

A qualificação (e diversificação) da oferta de serviços e equipamentos, nomeadamente na educação e saúde, constitui um instrumento inegável para a promoção da coesão e de atração de população, construída a partir da afirmação de uma oferta multidimensional. Esta multifuncionalidade implica a valorização da centralidade da cidade da Marinha Grande, através da densificação funcional, incremento dos serviços de apoio às atividades de especialização e das funções institucionais, económicas, sociais, educação e conhecimento, numa ótica holística que converge para a construção de um modelo de atratividade consistente e resiliente, numa conjuntura cosmopolita de portas abertas ao mundo.

É essencial num processo de reflexão estratégica sobre o rumo a seguir num determinado território que sejam equacionadas as suas efetivas vulnerabilidades ambientais, que uma vez respeitadas, poderão constituir focos potenciadores e distintivos do desenvolvimento do território. Dadas as características biofísicas do território da Marinha Grande, em especial as vulnerabilidades das matas nacionais, do ponto de vista de pragas ou incêndios, e da Orla Costeira, do ponto de vista da estabilidade das dunas e arribas, é fundamental que o seu desenvolvimento siga rumo a uma «economia verde», racional e eficiente na utilização dos recursos naturais, que assegure o bem-estar e a melhoria progressiva da qualidade de vida dos cidadãos.

A articulação do reforço das diversas dimensões anteriormente referidas e a concretização destas linhas estratégicas irá potenciar a atratividade do concelho de Marinha Grande, com impacto sobre a qualidade de vida dos residentes e dos não residentes que aqui trabalham, estudam ou visitam de forma mais ou menos sazonal, complementando o carácter fortemente empresarial que este território já detém.

Ações a implementar

L2.A1. Dar prioridade à colmatação dos espaços urbanos sobre a expansão urbana e à reabilitação face à construção nova

– tanto ao nível dos instrumentos de planeamento como das intervenções públicas e do incentivo à atuação privada. Os espaços expetantes e os edifícios devolutos e degradados concorrem para uma desqualificação do ambiente urbano e o desperdício de recursos instalados – edifícios, infraestruturas, equipamentos, entre outros. Neste contexto, os instrumentos de planeamento devem privilegiar a contenção urbana e o cerzir dos tecidos fragmentados, a salvaguarda e valorização do património construído, bem como a reabilitação dos edifícios e conjuntos urbanos. Adicionalmente, ao nível da intervenção municipal direta, os projetos que se prevejam implantar devem também servir estes objetivos, privilegiando-se a reabilitação e refuncionalização de edifícios à edificação de novas construções. Por exemplo, a colmatação das lacunas ao nível dos equipamentos em falta pode ser aproveitada para promover a revitalização das envolventes e a reabilitação de edifícios devolutos. Por fim, devem ser maximizadas as oportunidades abertas a este nível pelo presente período de programação comunitário, tanto no que diz respeito à atuação pública (PARU) como aos incentivos à intervenção dos privados (IFFRU). A divulgação junto dos privados destas oportunidades, bem como das existentes relativamente à melhoria da eficiência energética podem ter um papel catalisador, em especial quando conjugado com o investimento público neste domínio.

L2.A2. Qualificar o espaço público e o ambiente urbano – como fatores essenciais para a valorização dos aglomerados e a qualidade de vida e socialização públicas. A este nível deve ser dada prioridade a garantir a existência de passeios adequados em todas as vias, que permitam uma circulação pedonal confortável e segura em todos os aglomerados do concelho, bem como a acessibilidade de todos os cidadãos, incluindo os condicionados de mobilidade, aos espaços e edifícios públicos. A qualificação dos principais espaços representativos, de reunião e convívio das populações deve ser outra das prioridades, dado o papel fundamental que estes espaços têm na vida pública, socialização, cidadania e qualidade de vida.

L2.A3. Reforçar a multifuncionalidade dos espaços centrais dos principais aglomerados urbanos (sedes de freguesia e aglomerados balneares) - o que implicará, além da sua previsão ao nível dos instrumentos de planeamento, a criação de programas de promoção e modernização do comércio local com vista à sua revitalização, e promover a compatibilização entre funções (residenciais, industriais e de lazer), garantindo as condições de conforto ambiental (ruído, emissões, tráfego, etc.) da população.

L2.A4. Preservar e valorizar o património urbano e arquitetónico de São Pedro de Moel

– mediante a elaboração de um Plano de Pormenor de Reabilitação Urbana, que identifique e garanta a salvaguarda dos elementos fundamentais que caracterizam o seu modelo urbanístico e dos exemplares com valor arquitetónico de referência. A preservação, valorização e divulgação deste património poderá ainda passar pela proposta de classificação dos elementos com maior valor e interesse patrimonial. Estas ações consideram-se fundamentais para assegurar ao longo prazo a qualidade do ambiente urbano existente bem como afirmar os aspetos materiais mais distintivos deste aglomerado, contribuindo por esta via para a atratividade como destino residencial, de visitação e de férias, em particular para públicos de perfil mais seletivo.

L2.A5. Desenvolver Planos de Ação Territorial para a regeneração dos aglomerados balneares

– que visem inverter as tendências de declínio instaladas e contribuir para a melhoria global da qualidade de vida do concelho mediante o enriquecimento das ofertas de bem-estar, recreio e lazer. Dada a complexidade dos fenómenos que estão na origem destas tendências de declínio, a inversão destas tendências só poderá ser feita mediante a construção de planos de ação que abordem e deem resposta, de forma integrada e articulada, os múltiplos fenómenos negativos em presença. Tal implica atuar em diferentes domínios – equipamentos, atividades económicas, oferta cultural e de recreio, promoção, compatibilização entre funções, etc. – e terá, obrigatoriamente, de envolver um conjunto alargado de atores, tanto públicos como privados – município, setor da hotelaria e restauração, agentes turísticos, Turismo do Centro, ICNF, população, etc. – de modo a construir uma visão coletiva sobre os objetivos de desenvolvimento destes aglomerados e um plano de ação a ser desenvolvido em parceria, que comprometa, responsabilize e beneficie todos os envolvidos no processo. Os planos de ação deverão ainda reforçar os fatores distintivos de cada um dos aglomerados, como elementos fundamentais da sua competitividade e atratividade, minimizando, simultaneamente as suas vulnerabilidades, tendo em conta os seguintes aspetos:

L2.A5-I. Plano de Ação Territorial de São Pedro de Moel - No que respeita a São Pedro de Moel, a forte sazonalidade da procura, o encerramento de muitos dos equipamentos de recreio e lazer, o envelhecimento da geração originalmente detentora das habitações e o desajuste da oferta às novas gerações, o conflito entre a função residencial e de animação turística, pouca oferta hoteleira qualificada e a dinâmica mutuamente reforçadora de diminuição da procura e da oferta turísticas são os pontos mais críticos que estão a afetar negativamente o seu desenvolvimento. Há assim a necessidade de promover esforços no sentido de reverter a situação, tais como, o desbloqueamento do processo de requalificação e reabertura do complexo de piscinas, a promoção de uma oferta de animação turística mais atrativa ou a promoção de atividades que visem combater a sazonalidade. Com efeito, São Pedro de Moel, tal como já foi referido, deve a sua expansão ao carácter de estância balnear de veraneio, tendo atraído ao longo do tempo proprietários da região alargada (Coimbra, Leiria, Lisboa, etc.) que aí passavam férias. Ao contrário da Praia de Vieira, cujo desenvolvimento se deveu a uma comunidade residente, que, embora parte se deslocasse sazonalmente à

procura de trabalho, aí residia, São Pedro de Moel sempre teve como base a segunda habitação, ocupada por famílias proprietárias, o que implica que parte das propriedades estejam vazias durante o ano. Implica ainda uma dinâmica diferente da existente normalmente nas estâncias turísticas, dado que os proprietários das casas de férias, que não se consideram turistas e são, atualmente, em parte de idade avançada, se manifestam contra a oferta de animação turística do aglomerado dado esta colidir com a imagem de “refúgio” e a vontade de sossego que têm perante esta segunda habitação. Se é certo que o caminho para o desenvolvimento e a projeção de São Pedro de Moel não deve passar por uma massificação do turismo mas por um esforço de preservação da sua qualidade e valorização dos seus recursos, tendo por alvo um público seletivo, também é certo que é necessário encontrar caminhos que permitam ultrapassar a fase de transferência geracional pela qual o aglomerado está a passar, ajustando as suas características, funcionalidades e oferta a uma nova vaga de ocupantes, bem como criar padrões de ocupação que contrariem a extrema sazonalidade do mesmo, dado que nenhum aglomerado pode alcançar a sustentabilidade económica com base numa ocupação maioritariamente de segunda habitação. Este combate à sazonalidade deverá assim passar por encontrar novos modelos de ocupação, que podem incluir a residência habitual, mesmo para quem trabalhe noutros aglomerados do concelho, como a Marinha Grande, bem como no desenvolvimento de ofertas complementares à balnear, que possam oferecer atividades de recreio, lazer e bem-estar ao longo de todo o ano.

L2.A5-II. Plano de Ação Territorial da Praia de Vieira - a Praia de Vieira sofre menos com a sazonalidade, atraindo visitantes de uma área menos alargada mas mais frequentes, sendo um destino comum de fim-de-semana da população concelhia e de áreas próximas. Há, assim, uma maior fidelização dos visitantes, reforçada também pelas relações que se estabelecem por vezes entre as famílias visitantes e as hospedeiras (muitas vezes de pescadores), o que não só é um elemento de complemento da economia local como de criação de laços afetivos que promovem o retorno a este destino. No entanto, este aglomerado em termos urbanísticos e arquitetónicos não tem a mesma qualidade de São Pedro de Moel, sendo a requalificação do ambiente urbano uma das áreas que carece de atuação. A qualificação da oferta de serviços de apoio, como o comercial e de alojamento, são outras das dimensões que necessitam de intervenção. Embora menos crítica que no caso de São Pedro de Moel, a sazonalidade faz-se também sentir, pelo que as intervenções sobre a oferta recreativa e cultural não balnear será sempre uma mais-valia para a revitalização deste aglomerado. Tanto no caso da Praia de Vieira como de São Pedro de Moel, garantir boas acessibilidades é um fator importante de atratividade, contribuindo, em particular, para o combate à sazonalidade, no sentido em que promove visitas de curta duração mas frequentes por parte de habitantes da região, bem como pode potenciar a ocupação destes espaços por famílias que pretendam fixar-se no concelho mas que desempenhem atividade noutras povoações. A ligação por modos suaves entre estes aglomerados, as praias, a matas, espaços naturais e outras localidades é outro dos fatores que pode potenciar a sua atratividade e o potencial recreativo.

L2.A6. Potenciar as atividades de recreio e lazer com fortes ligações à paisagem -

que, no caso da Marinha Grande, mais do que puramente natural é, de facto, uma paisagem cultural. Com efeito, tanto a orla costeira como as matas nacionais e outros elementos ambientais têm, no caso da Marinha Grande, uma componente cultural, de transformação humana, tão forte como a ambiental. Inclui-se aqui atividades humanas seculares de transformação da paisagem como a construção do cordão dunar, a florestação com pinhal nas matas nacionais, as obras de estabilização da foz do Lis e de controlo do seu leito, a criação da Lagoa da Saibreira, entre outras. Com efeito, além das características ao nível do interesse de fruição, ambiental e em termos de biodiversidade que estas estruturas têm, acresce uma dimensão histórica ligada à ação humana menos conhecida, mas que lhes confere um interesse adicional e uma componente pedagógica de grande valor. Esta dimensão enriquece, claramente, aquela que é a principal vocação de recreio das matas e espaços naturais, e que consiste na fruição ambiental dos seus espaços, seja para atividades de passeio, estar, desportivas, de orientação, observação da natureza ou outras. No entanto, no caso das matas, há ainda uma outra dimensão a explorar, que se prende com a dimensão imaterial ligada à sua história e boas práticas de gestão, que podem atrair um público mais especializado, para além de terem um grande potencial de sensibilização e educação ambiental para o público em geral. Este potencial pode ainda usufruir do aproveitamento dos recursos construídos e históricos que detém, como as casas dos guardas florestais, postos de vigia, antigo “Comboio de Lata”, equipamentos de lazer, ciclovias e percursos pedonais. A sua articulação com outros elementos naturais com características distintivas, como o Ribeiro de São Pedro, a Lagoa da Saibreira, o Rio Lis, entre outros, pode ampliar a oferta ao nível do turismo natural, promovendo maior permanência dos visitantes e uma oferta mais ampla e diversificada de atividades e espaços de recreio e lazer para a população. O avanço do projeto para instalação do Museu Nacional da Floresta no Parque do Engenho contribuiria também para potenciar os recursos ligados à floresta e afirmar ao nível nacional e internacional a importância do município neste domínio. Não obstante, a exploração do potencial turístico e recreativo dos recursos naturais no concelho da Marinha Grande terá sempre de ser feita tendo em conta as limitações derivadas da necessidade de conservação da natureza e da biodiversidade e da prevenção de riscos. Terá ainda de ser feita em próxima articulação e coordenação entre as entidades com responsabilidade na gestão do território e do setor turístico, entre as quais se destacam a Câmara Municipal, o ICNF, a APA, o Turismo do Centro e os agentes do setor. A este respeito deve também recordar-se que as limitações de usufruto das florestas na época de maior risco de incêndio, que coincidem na generalidade com o pico da época balnear, pode ser encarada como uma oportunidade de conferir maior equilíbrio da oferta de atividades ao longo do ano, combatendo a sazonalidade.

L2.A7. Melhorar a atratividade e qualificação das praias e orla costeira -

o que implica uma atuação no sentido da sua preservação, limpeza, vigilância, valorização e acessibilidade. Neste contexto, processos que levem ao reconhecimento da sua qualidade, como o da bandeira azul, serão sem dúvida importantes, em particular pelo efeito mobilizador que podem ter, não só ao nível do incentivo à melhoria das

condições existentes como das relações entre as entidades envolvidas. Os diferentes tipos de praias pertencentes à orla costeira da Marinha Grande são sem dúvida um elemento atrator de visitantes, com forte potencial de fruição e um elemento forte no que respeita à qualidade de vida que o concelho pode oferecer à sua população. Não se constituindo como locais de referência ao nível balnear no contexto nacional, estas praias são claramente uma mais-valia para o concelho e, se integradas num conjunto mais amplo de ofertas com potencial turístico, podem contribuir claramente para o afluxo de visitantes. O investimento numa gestão ambiental da orla costeira permitirá ainda aumentar a sua qualidade e candidatar as praias do concelho à Bandeira Azul, aumentando a sua atratividade. A atratividade e qualidade das praias é ainda fundamental para a revitalização económica dos dois aglomerados com vocação balnear do concelho, que se encontram atualmente com problemas de redução da procura e declínio económico.

L2.A8. Desenvolver uma estratégia integrada de preservação dos recursos naturais, da biodiversidade e da paisagem – que terá de integrar um grupo

alargado de entidades com responsabilidade na gestão dos recursos ambientais e a sociedade civil. Esta estratégia deve ser articulada com as restantes ações previstas que afetam os recursos naturais e o ambiente, tais como o aproveitamento destes recursos para fins de fruição e lazer e a prevenção de riscos, de modo a assegurar uma gestão equilibrada e sustentável destes recursos. Esta estratégia deverá também visar a atenuação dos constrangimentos sentidos nos sistemas hídricos do concelho, principalmente no que respeita à poluição do rio Lis e às construções em leito de cheia.

L2.A9. Promover uma oferta habitacional acessível e adequada – que dê resposta

aos novos desafios neste domínio, em especial os derivados das transformações ao nível da composição dos agregados familiares, designadamente, famílias mais pequenas, famílias não tradicionais, idosos a viverem isolados, dificuldade de acesso à habitação por parte dos jovens. A existência de um amplo parque edificado disponível permite compor uma oferta habitacional dirigida e adequada a uma nova visão para o município e que pode implicar uma abordagem inovadora e até experimental. Com efeito, existe espaço para tipologias novas e mais flexíveis - residências para estudantes ou investigadores, "lofts", estúdios, residências partilhadas, "habitações sem cozinha" -, criando experiências/ofertas diferenciadoras e incluindo uma oferta de acordo com os padrões e ideais dos extratos populacionais mais jovens e qualificados. Uma atuação neste domínio pode ainda beneficiar da existência de um mercado de arrendamento mais expressivo do que o existente na região bem como dos apoios existentes para a reabilitação do edificado e, em particular, para a reabilitação destinada ao arrendamento acessível.

L2.A10. Qualificar as comunidades mais desfavorecidas e grupos vulneráveis –

aproveitar as oportunidades abertas no âmbito do PAICD para reabilitar os bairros sociais e respetivos espaços públicos e de convívio e promover o apoio e a integração das comunidades mais desfavorecidas e alvo de exclusão.

L2.A11. Preparar o território para o envelhecimento populacional – que sendo já uma tendência instalada, se prevê que venha a acentuar-se no futuro próximo, fazendo depender em grande medida das condições oferecidas a esta faixa etária as expectativas quanto à qualidade de vida da globalidade da população. A este domínio deve ser dada especial atenção ao reforço das respostas sociais ao envelhecimento da população, não só ao nível das respostas tradicionais relativas à institucionalização e apoio domiciliário, como a novas respostas, que podem incluir residências seniores, partilha intergeracional de habitação, alargamento da oferta de equipamentos que promovam o envelhecimento ativo, combate ao isolamento através da integração de TICs e da melhoria da capacidade de mobilidade da população sénior (transporte porta a porta, por exemplo).

L2.A12. Construir novas respostas e colmatar lacunas ao nível dos equipamentos sociais – com vista a dar resposta aos desafios que se colocam a este nível no concelho, em especial no que respeita ao apoio às famílias (conciliação da vida profissional e familiar) e grupos mais vulneráveis (pessoas com deficiência, problemas de saúde mental, vítimas de violência doméstica, sem-abrigo, indivíduos e famílias carenciados, entre outros). Reforçar a oferta de equipamentos e valências na área da saúde, de casas-abrigo, de cantinas e lojas sociais, de equipamentos de apoio às famílias, dirigidos às crianças e jovens, que permitam a compatibilização com os horários laborais, são algumas das áreas de atuação que importa considerar. Neste âmbito, não se deve somente apostar num aumento da oferta, como, essencialmente, na construção de novas soluções, que tenham por base uma abordagem integrada aos problemas e uma atuação em parceria e de forma articulada e complementar entre o município e as diferentes entidades que operam no domínio social. A otimização de recursos, a complementaridade de atuações e o trabalho colaborativo e em rede devem ser pilares fundamentais da construção destas respostas. A criação de um quadro de ação a médio/longo prazo será também fundamental para permitir uma abordagem mais estratégica e estável aos problemas.

L2.A13. Colmatar as lacunas ao nível da saúde – as respostas no setor da saúde constituem uma vulnerabilidade relevante, que tendencialmente se agravará, em particular com o índice de envelhecimento que moderadamente está a aumentar assim como a taxa de deficiência. Ambos geram necessidades crescentes para as quais não existem ainda respostas suficientes. Neste contexto, devem ser desenvolvidos esforços no sentido de ampliar a oferta no setor, integrando respostas de maior proximidade, recorrendo quer a meios tecnológicos como a móveis para facilitar uma resposta desconcentrada e de proximidade, abrangendo mais eficientemente todo o município (rede móvel de prestação de cuidados, dinamização dos postos de saúde das freguesias, medicina à distância), bem como o aumento do número de médicos e valências disponíveis.

L2.A14. Reforçar a oferta de equipamentos desportivos - designadamente, ao nível dos pequenos campos de jogos e piscina coberta e pista de atletismo. A ampliação das modalidades existentes com integração de condições adequadas à participação em competições é outro dos objetivos a alcançar neste domínio.

L2.A15. Otimização da utilização das infraestruturas e equipamentos ambientais, culturais desportivos e recreativos – que deve ser implementada a par com uma articulação e cooperação entre o setor público e associativo (associações, coletividades e clubes), e que permita que permita a partilha e maximização da utilização dos mesmos, o que poderá contribuir para a promoção de uma oferta cultural e recreativa ampla e diversificada, que melhore significativamente a qualidade de vida da população residente como a atração de visitantes, conferindo um renovado dinamismo cultural e social ao concelho. A este respeito convém sublinhar que estes equipamentos são polos que agregam pessoas oriundas de diversos locais, idades e histórias, num momento de proximidade social. São, portanto, fundamentais para construir uma sociedade de relações e afetos/estima, de oportunidades equitativas, que se identifique com o lugar e que convirja para a capacidade de atratividade do território. São elementos-chave para alcançar uma boa qualidade de vida.

L2.A16. Promover a literacia e o sucesso escolar – desenvolver um programa que vise dar resposta ao aumento do número de crianças com dificuldades de aprendizagem e combater o insucesso e abandono escolar e de um outro programa específico de combate ao analfabetismo, que tenha uma especial incidência na freguesia da Moita.

L2.A17. Qualificar a rede escolar – melhorar a qualidade e condições das infraestruturas escolares, aproveitando as oportunidades criadas no âmbito do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial.

L2.A18. Reforçar a oferta ao nível da formação profissional – a existência de centros de formação profissional altamente especializada, dirigida para tecnologias produtivas, constitui um fator competitivo para o tecido empresarial da Marinha Grande, e tem sido fundamental na contínua e consistente evolução das indústrias neste local. A manutenção desta sinergia e a sua amplificação são fundamentais para consolidar o reconhecimento da identidade da Marinha Grande. Com tradição nas fábricas-escola, ainda hoje a formação continua muitas vezes a ser concedida internamente pelas empresas, sendo um desafio o reforço das respostas dos centros de formação da região, tendo em particular atenção a requalificação dos desempregados de longa duração, mais dificilmente motivados e mobilizáveis, para os quais devem ser criados programas específicos. A articulação das entidades que operam neste domínio no território, que têm capacidades e fragilidades diferentes, poderá ainda contribuir para o reforço do setor, designadamente, mediante a promoção da cooperação entre o CENFIM, que tendo grande procura, sofre atualmente de limitações de atuação por falta de instalações, e o IEFM, que em muitos casos tem uma reduzida procura dos cursos que oferece.

L2.A19. Reforçar a cobertura e qualificar a oferta em termos de transporte coletivo de passageiros – de modo a garantir que há uma oferta suficiente e adequada de transportes públicos coletivos de passageiros que promova a acessibilidade e padrões de mobilidade mais sustentáveis e inclusivos. Para tal será muito importante a modernização da Linha do Oeste, garantindo a sua adequação em

termos de oferta e a eficácia, eficiência e níveis de conforto e segurança suficientes para que se assuma como um meio de transporte alternativo e competitivo face ao automóvel particular, bem como o seu complemento com a melhoria da oferta e cobertura ao nível dos transportes rodoviários supramunicipais. Ao nível concelhio, a aposta no aperfeiçoamento dos serviços prestados pelos TUMG, tendo em especial atenção as necessidades da população mais vulnerável – idosos, crianças, populações isoladas, bairros sociais –, a ligação aos principais polos atratores – escolas, equipamentos de saúde, apoio social, cultura, desporto e lazer – e aos restantes meios de transporte – nomeadamente, ao centro de transportes multimodal a criar - será fundamental. Interessa ainda desenvolver uma oferta que seja adequada em termos de horários, frequência, cobertura e preços aos objetivos referidos, bem como um modelo de gestão que permita assegurar a sustentabilidade do serviço a longo prazo.

L2.A20. Aumentar e qualificar a rede ciclável – aproveitando as características privilegiadas que a Marinha Grande tem neste domínio, designadamente, no que respeita à orografia do terreno, à qualidade paisagística e à tradição que existiu neste domínio. A implementação das opções veiculadas em sede de PAMUS será fundamental para contribuir para este objetivo, em particular, no que respeita aos percursos cicláveis no espaço urbano e à eliminação dos obstáculos e descontinuidades na rede existente.

L2.A21. Criar uma ligação rodoviária entre a autoestrada e a Estrada Atlântica – que crie uma alternativa aos atuais acessos às praias e aglomerados balneares, evitando o atravessamento do centro urbano da Marinha Grande e reduzindo os congestionamentos que se verificam em particular ao fim-de-semana e na época de veraneio.

L2.A22. Promover comportamentos e hábitos sustentáveis, em particular no que respeita ao consumo de energia e à produção de resíduos – os padrões de consumo de energia no setor industrial e doméstico e os altos níveis de produção de resíduos verificados são muito pouco sustentáveis, mais ainda tendo em conta a tendência de crescimento acentuada que se tem verificado nos últimos anos no concelho, contrária às dinâmicas e recomendações nacionais e internacionais. Neste contexto, considera-se fundamental atuar junto da população e das empresas de modo a sensibilizar e incentivar uma mudança de atitude nestes domínios, não só por meios de campanhas informativas e pedagógicas, mas também divulgando os incentivos previstos que possam contribuir para estes fins, como por exemplo, os destinados à melhoria da eficiência energética.

L2.A23. Apoiar e incentivar a implementação do Projeto de aproveitamento energético das ondas em São Pedro de Moel – promovendo a produção de energias renováveis mediante o aproveitamento da energia disponível no mar. Os equipamentos para conversão desta energia renovável em eletricidade ainda se encontram em desenvolvimento, procurando melhorar o seu rendimento e a sua resistência ao ambiente marítimo, estando em preparação a Zona Piloto ao largo de São Pedro de Moel para acolher projetos de demonstração para aproveitamento da

energia das ondas. A implementação deste projeto pode ser um passo importante para a transição para um modelo de desenvolvimento mais sustentável do concelho além de o colocar na vanguarda da investigação e da tecnologia neste domínio.

L2.A24. Tender para uma cobertura universal das infraestruturas água e saneamento – bem como assegurar a diversificação das fontes de captação de água e a implementação de uma rede separativa. Devem ainda ser requalificadas as áreas degradadas da rede, minimizadas as perdas de água no sistema, e modernizado o sistema, nomeadamente, mediante a implementação de telegestão.

L2.A25. Elaborar uma estratégia e implementar um plano de ação de minimização de riscos – de forma articulada com o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, e que abranja os riscos ambientais, derivados da ação humana e das alterações climáticas. A extrema vulnerabilidade do município neste domínio e o objetivo de alcançar um modelo de desenvolvimento sustentável e que promova a qualidade de vida das populações implica uma forte aposta na resiliência e na proteção dos recursos, território e pessoas. De entre os riscos mais relevantes importa considerar o risco de incêndio, erosão, inundação, contaminação dos aquíferos e linhas de água, poluição e emissões, tanto derivados de causas naturais – ação das ondas, dos ventos, de fenómenos atmosféricos extremos – como das alterações climáticas – subida no nível das águas – ou da ação humana – trabalho com materiais perigosos, emissões, pisoteio, comportamentos de risco, etc. Neste domínio, é de importância extrema a forte aposta em ações de educação para a segurança, considerando-se essencial a integração da educação de riscos nas escolas, focando principalmente os riscos e vulnerabilidades mais prementes no território da Marinha Grande.

L2.A26. Elaborar o Plano ordenamento da Lagoa da Saibreira – previsto já no PM de 1995, e que é essencial para garantir a preservação e valorização deste recurso.

L2.A27. Reforçar a dotação municipal orientada para a proteção da biodiversidade e da paisagem e para a cultura e desporto - de modo a alcançar uma equiparação à média nacional de despesa municipal por habitante nestes domínios.

C.2.1.3 Linha 3 - Contruir a ponte entre a herança industrial e a economia global

Enquadramento

Num mundo cada vez mais globalizado, é de uma importância decisiva para a competitividade dos territórios apostar fortemente no seu capital intrínseco e nos seus fatores distintivos. Só assim podem alcançar uma diferenciação positiva, que lhes permita destacarem-se, não só no campo do desenvolvimento económico e criação de riqueza, como na atratividade para competências, talentos e empresas, o que terá também, como consequência direta, contributos para o aumento da coesão social e da qualidade de vida.

No caso da Marinha Grande, da análise dos documentos estratégicos de escala regional e nacional, dos dados quantitativos recolhidos e das opiniões e sensibilidades dos vários agentes no terreno veiculadas em sede de participação, ressalta como absolutamente

consensual que o principal capital e força da Marinha Grande reside, tanto hoje como no passado, no forte dinamismo da sua indústria, caracterizada por uma vocação de internacionalização, por estar na vanguarda do seu tempo, pela capacidade de se reinventar face às transformações da economia e dos mercados, e pela sua capacidade de gerar riqueza e emprego.

É neste seu carácter, que marca a Marinha Grande desde as suas origens, que reside o seu maior potencial de diferenciação positiva. No entanto, este é ainda um potencial “escondido” que, confinado ao seio empresarial, não encontrou ainda pouca projeção e visibilidade urbanas – não se inscreveu na cidade. Quem percorre hoje a Marinha Grande não consegue perceber a essência e o carácter distintivo deste território. Facilmente pode concluir que pouco ou nada acontece neste território, quando na realidade se está perante um espaço vibrante, ligado ao mundo, onde o futuro é, em muitas áreas, já uma realidade - na Marinha Grande está-se hoje a desenvolver parte do que será o quotidiano de amanhã. É esta a realidade – resiliente e voltada para o futuro -, que tem de se transcrever para a cidade, tanto em termos de imagem e materialidade como de vivência cosmopolita.

Devolver à estima pública o que é a herança mais marcante e a essência mais distintiva e competitiva da Marinha Grande deve ser um dos grandes desígnios do território. É fundamental tornar o centro da Marinha Grande num espaço de celebração do que é hoje uma cidade industrial moderna e num espaço de representação e visita que seja fonte de orgulho coletivo e de atratividade, onde se possa conhecer o que a Marinha Grande dá ao mundo e experienciar o que o mundo tem para oferecer na Marinha Grande. Desde a antiguidade que é a cidade, em particular o seu centro, o espaço privilegiado para a partilha, criação e difusão de conhecimento e inovação, promoção da cidadania e atração de talentos.

Este desafio terá de passar por um ambicioso e arrojado projeto de revitalização urbana, que só será possível mediante uma ampla convergência de interesses e o empenho de diferentes agentes do território, para o qual é necessário mobilizar, além dos decisores políticos, todos os cidadãos e, em particular o tecido empresarial. Se a cidade nasceu da indústria, uma indústria que se soube reinventar em várias épocas, hoje é a indústria que é chamada a dar o seu contributo para a (re)criação da cidade. Inversamente, somente através da regeneração do centro urbano e da sua transformação num local emblemático e qualificado, que transmita os valores e carácter internacional da cidade, é que a indústria pode alcançar um conjunto de fatores de competitividade que extravasam a sua atividade no sentido estrito, e permite alavancar uma renovada força e atratividade, quer para investidores quer para competências e talentos essenciais na sociedade do conhecimento e num mundo globalizado. Para além do acréscimo competitivo ao nível da indústria e de atratividade, a criação de uma centralidade renovada, plena de dinamismo, irá ser um contributo essencial para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e para a prosperidade de outros setores fortemente ligados à construção de urbanidade, nomeadamente o comércio.

Para atingir este desígnio, o centro tradicional da Marinha Grande tem características únicas, distintas dos centros históricos correntes, e que tornam não só urgente como particularmente viável um amplo projeto de revitalização urbana com as referidas características:

- Concentração de património industrial - É neste espaço que se encontra em grande medida a expressão material, o património de memória, da herança industrial da cidade.
- Disponibilidade de espaços construídos de grande dimensão - Muito deste património consiste em edifícios que, exatamente pelas suas características industriais têm tipologias flexíveis e áreas muito superiores às dos edifícios correntes, tornando-os aptos para acolherem um amplo espectro de funções e atividades.
- Reduzido valor patrimonial do edificado corrente/ do conjunto arquitetónico/ do conjunto urbano - O fato de não se estar perante um centro constituído predominantemente por edifícios com alto valor patrimonial histórico liberta grande parte do espaço dos fortes constrangimentos à intervenção, derivados do dever de salvaguarda do património, possibilitando uma abordagem mais audaz e interventiva do que a que é possível ter na generalidade dos casos.

Neste contexto, propõe-se a revitalização do centro tradicional, afirmando-o como o centro de uma moderna, criativa e vibrante cidade industrial global, mediante, nomeadamente, a construção de uma imagem forte e emblemática, ancorada na indústria, na tecnologia, na inovação e no conhecimento, e numa ambiciosa estratégia de marketing territorial. Este espaço, embora possa adquirir múltiplas formalizações, deve contemplar novos espaços identificáveis e figurativos como uma “praça” que seja o núcleo de quem pensa a indústria e onde deve estar o contributo civilizacional industrial do concelho. Deverá incluir um “campus empresarial” que se assuma como um espaço de representação e de acolhimento, cosmopolita e internacional – um verdadeiro centro cívico empresarial, podendo incluir valências como um club, hotel, espaço de eventos, serviços, restauração, etc., todos espaços qualificados e de referência. Implica ainda a implantação de espaços de demonstração, exibição e comercialização dos processos, produtos e recursos da Marinha Grande, e que celebre os contributos deste território para a inovação e a economia mundial.

Relembrando o conceito de palácio de cristal no início da revolução industrial, que na sua edificação celebravam as novas tecnologias e processos construtivos, e na função eram os espaços das grandes feiras demonstrativas dos feitos e inovações industriais mundiais, nesta nova era de reindustrialização, o centro da Marinha Grande deve reinventar este conceito, tornando-se ele próprio num moderno “palácio de cristal urbano”, que podendo ter alusões ao vidro deve centrar-se essencialmente na engenharia de produto e de processo, e onde se exponha e celebre as obras emblemáticas da sua indústria e os seus protagonistas, desde os empresários aos operários modernos.

A animação deste novo núcleo é também fundamental, capaz de gerar vida urbana, identificável e compreendida para quem acede à cidade e que se deve desenvolver que através da consolidação de uma agenda de eventos empresariais, tecnológicos e económicos de cariz internacional, como da promoção de novas ofertas de cultura, comércio e lazer, especialmente direcionadas para as novas tecnologias aliadas à inovação. Será importante em cada projeto e ação concretos nunca perder de vista de forma transversal o que é a orientação global do que se pretende alcançar: a afirmação da cidade no contexto internacional celebrando a inovação.

Por último, para garantir que as novas gerações se preparam para o que se prevê poder ser o futuro da Marinha Grande, bem como a assegurar a atratividade para recursos altamente qualificados, tanto nacionais como estrangeiros, é ainda necessário promover a educação para o empreendedorismo e a internacionalização, garantindo que existe uma oferta educacional, desde o primeiro ciclo, que dê resposta às necessidades e aspirações das famílias dos quadros superiores de diferentes nacionalidades e que garanta a formação adequada dos empreendedores marinhenses de amanhã.

Um projeto deste tipo necessita assim, como já foi referido, da mobilização de um conjunto alargado de atores, que trabalhem em conjunto para uma visão e objetivos comuns. Implica que sejam forjadas parcerias não convencionais, e implica mesmo uma rutura com as formas tradicionais de fazer cidade. Até neste ponto a Marinha Grande terá de inovar e liderar o que deverá ser processo coletivo de transformação que, tendo por ponto de partida a sua herança industrial local construa as pontes para a sociedade do conhecimento numa economia global.

Ações a implementar

L3.A1. Desenvolver um ambicioso plano de requalificação do centro tradicional da Marinha Grande – que dê resposta aos objetivos enunciados na apresentação da linha estratégica, designadamente, que o transforme num espaço de celebração do que é hoje uma cidade industrial moderna e num espaço de representação e visitação que seja fonte de orgulho coletivo e de atratividade, onde se possa conhecer o que a Marinha Grande dá ao mundo e experienciar o que o mundo tem para oferecer na Marinha Grande, mediante, nomeadamente, a construção de uma imagem forte e emblemática, ancorada na indústria, na tecnologia, na inovação e no conhecimento. Este projeto trará um acréscimo competitivo ao nível da indústria e de atratividade e ao criar uma centralidade renovada e plena de dinamismo. Dará ainda um contributo essencial para a melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos e para a prosperidade de outros setores fortemente ligados à construção de urbanidade, nomeadamente o comércio. O projeto deve contemplar novos espaços identificáveis e figurativos como uma “praça” que seja o núcleo de quem pensa a indústria e onde deve estar o contributo civilizacional industrial do concelho. Deverá incluir um “campus empresarial” que se assuma como um espaço de representação e de acolhimento, cosmopolita e internacional – um verdadeiro centro cívico empresarial, podendo incluir valências como um club, hotel, espaço de eventos, serviços, restauração, etc., todos espaços qualificados e de referência. Implicará ainda a implantação de espaços de demonstração, exibição e comercialização dos processos, produtos e recursos da Marinha Grande, e que celebre os contributos deste território para a inovação e a economia mundial.

L3.A2. Potenciar o património material e imaterial de cariz industrial - Uma outra dimensão com potencial para a atração de visitantes e diversificação da oferta de atividades de recreio e lazer prende-se com a forte vocação industrial do concelho. Com efeito, a Marinha Grande tem um significativo património construído e imaterial ligado à indústria do vidro e aos saberes e ofício da sua produção artesanal, que, embora em certa medida esteja já a ser aproveitado,

nomeadamente, mediante a reabilitação de alguns dos edifícios e a sua refuncionalização ou de carácter cultural ou ligada ao conhecimento e divulgação do património industrial, muito poderá ainda ser feito neste âmbito. Não se trata neste domínio somente de reforçar a aposta na valorização da tradição vidreira e na criação de novos produtos e experiências com esta relacionados, como numa aposta no conhecimento e divulgação da atividade industrial atual, em particular no seu carácter criativo, internacional e tecnologicamente avançado, e nos contributos que, por esta via, a Marinha Grande tem dado para o desenvolvimento global. Esta ponte entre a herança histórica e a sua reinvenção no presente mas voltada para o futuro, caracterizada pela inovação tecnológica, criatividade, iniciativa e globalização, tem um grande potencial de atratividade e competitividade, não só ao nível da imagem do território e projeção das empresas, como do aumento da autoestima e reforço identitário da população e da capacidade de atração e fixação de quadros qualificados para o concelho. Poderá ainda capitalizar com uma procura derivada exatamente da atividade empresarial, que poderá transformar visitantes por razões de negócio em turistas, prolongando e qualificando a sua estadia no território. Convém referir que atualmente já existe um programa de turismo empresarial na Marinha Grande, que possui procura essencialmente de público estrangeiro, que pretende conhecer os métodos de trabalho implementados nas empresas. No entanto, este programa, embora seja um contributo positivo, está longe de esgotar o potencial instalado e o alcance em termos de público que este pode vir a ter. Para tornar efetiva esta dimensão de atratividade é necessária uma aposta bastante mais forte, mas que terá, como já foi referido, a mais-valia de contribuir para um conjunto alargado de objetivos de desenvolvimento do concelho, como a promoção da competitividade territorial e empresarial e da atratividade residencial.

- L3.A3. Criação de uma agenda de eventos empresariais, tecnológicos e económicos de cariz internacional** – que dinamize as novas infraestruturas e equipamentos a criar e que coloque a Marinha Grande no calendário internacional, através de um programa específico com forte componente de comunicação/divulgação.
- L3.A4. Promoção de novas ofertas de culturais, de recreio e lazer** - especialmente direcionadas para as novas tecnologias aliadas à inovação, com capacidade de atrair públicos diferenciados, jovens e altamente qualificados, e que reforcem a imagem da Marinha Grande como um centro dinâmico e de inovação. Neste âmbito deve ainda ser melhorada a divulgação da oferta em termos de agenda cultural e atividades de recreio de lazer.
- L3.A5. Apostar no marketing territorial a diferentes escalas** – dirigido não só a turistas mas também a investidores e potenciais habitantes, tendo por base a criação de uma nova imagem marcante e emblemática, como cidade industrial moderna, ancorada na indústria, na tecnologia, na inovação e no conhecimento. Para este fim deverá ainda ser incentivado o aproveitamento dos agentes económicos do concelho com projeção internacional como “embaixadores territoriais”, capitalizando com o seu reconhecimento e projeção no exterior.

Adicionalmente, será necessário desenvolver uma estratégia de promoção turística e de marketing territorial à escala regional, que transcenda uma visão do concelho de forma isolada, mas antes como parte do contexto territorial em que se insere. Neste âmbito, o concelho da Marinha Grande localiza-se na proximidade do “Polo de Desenvolvimento Turístico de Leiria – Fátima”, caracterizado por possuir recursos turísticos relevantes como: o Santuário de Fátima; o Mosteiro de Batalha, património da humanidade; o Mosteiro de Alcobaça e a Rota do Vidro. Pode ainda ser articulado com o Médio Tejo, onde o Convento de Cristo, em Tomar, constitui uma âncora importante. Assim, a articulação da estratégia turística com o contexto regional mais alargado pode ser um fator potenciador dos vários destinos, enquadrando-os num produto mais amplo e com maior atratividade.

L3.A6. Promover a inovação e a tecnologia ao serviço do desenvolvimento – para o que é essencial garantir o acesso generalizado da população à fibra ótica e acesso à internet de banda larga que permita aumentar a atratividade para uma população altamente qualificada e para atividades ligadas às novas tecnologias e à criatividade e inovação, bem como para reforçar o posicionamento da Marinha Grande como polo de modernização, desenvolvimento inteligente e competitividade. É ainda fundamental integrar alguns dos conceitos das cidades inteligentes, nomeadamente: as redes de interconectabilidade de acesso livre; a otimização e promoção da eficiência na provisão de serviços de carácter público; a integração de sistemas de logística urbana automatizados/robotizados; o recurso às novas práticas ao nível da mobilidade sustentável, como os sistemas de *carsharing* elétrico.

L3.A7. Promover a educação para o empreendedorismo e a internacionalização – de modo a garantir que as novas gerações se preparam para o que se prevê poder ser o futuro da Marinha Grande, bem como a assegurar a atratividade para recursos altamente qualificados, tanto nacionais como estrangeiros. Integrar oferta educativa internacional, através do reforço das atividades extracurriculares (línguas, programação computacional, etc.), favorecer os intercâmbios de estudantes e procurar parcerias com escolas internacionais reconhecidas são outros dos domínios de atuação a privilegiar. Visa-se neste âmbito garantir que existe uma oferta educacional, desde o primeiro ciclo, que dê resposta às necessidades e aspirações das famílias dos quadros superiores de diferentes nacionalidades e que garanta a formação adequada dos empreendedores marinhenses de amanhã.

L3.A8. Incentivar uma oferta hoteleira e de restauração qualificada – que reforce a atratividade para públicos diferenciados, em particular, o turismo internacional e de negócios.

C.2.1.4 Linha 4 - Desenvolver um novo modelo de governação

Enquadramento

O processo de construção da Carta Estratégica da Marinha Grande internalizou, desde o início da sua conceção, objetivos de envolvimento dos cidadãos no diagnóstico das forças, fraquezas, oportunidades e ameaças com que o território se confronta e na construção das linhas de orientação estratégica e das soluções operacionais que devem ser implementadas.

A construção de um modelo de governação em que os atores públicos e privados são corresponsabilizados na decisão e execução constitui um dos principais fatores críticos de sucesso da implementação da estratégia definida. De fato, reconhece-se que a concretização de uma estratégia de desenvolvimento pressupõe não só um compromisso de médio e longo prazo em torno de uma visão de futuro e de um plano de ação, mas também de um processo de participação e governação, clara sobre as diferentes responsabilidades, funções de gestão, recursos a mobilizar e resultados a alcançar e partilhada pelos diferentes stakeholders, em função da repartição dos custos e benefícios.

As orientações nacionais e comunitárias para a construção dos programas operacionais são claras - o desenvolvimento tem de ser direcionado para o território/comunidade e a sua governança deve ser alargada a diferentes atores, com o objetivo de:

- ✓ Incentivar as comunidades locais a desenvolver abordagens integradas participativas sempre que exista a necessidade de dar resposta a desafios territoriais e locais que impliquem uma alteração estrutural;
- ✓ Incentivar a inovação (incluindo inovação social), o empreendedorismo e a capacidade de mudança estimulando o desenvolvimento e a descoberta de potencial inexplorado no âmbito das comunidades e dos territórios;
- ✓ Promover a participação das comunidades e desenvolver o sentido de envolvimento e propriedade que possa aumentar a eficácia das políticas públicas;
- ✓ Apoiar a governação multiníveis, abrindo caminho à total participação das comunidades locais no desenvolvimento da implementação de objetivos da UE.

O modelo de governação a instituir e a consequente garantia de implementação de mecanismos de representatividade dos diversos atores com intervenção complementar na condução dos destinos do concelho e na materialização do sentido a atribuir ao desenvolvimento pretendido ganham uma relevância formal, que importa acautelar, num órgão estratégico de concertação e articulação do desenvolvimento da Marinha Grande.

É neste quadro que a estratégia integrada de desenvolvimento da Marinha Grande tem como órgão central de governação de natureza estratégica Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Concelhio (CEDC), composto pelos agentes económicos e sociais com relevância para o desenvolvimento concelhio.

O Conselho Estratégico assume, responsabilidades que transcendem a de um mero órgão consultivo colocando-o no topo da estrutura de governação da estratégia e atribuindo-lhe funções de supervisão, de articulação e de controlo da implementação da estratégia concelhia. Para garantir a funcionalidade e a eficácia de atuação deste órgão serão constituídos um conjunto de grupos de trabalho a quem compete dinamizar e operacionalizar as iniciativas estruturantes a implementar.

Estes grupos serão constituídos pelos membros do CEDC competentes em cada domínio temático da estratégia, designadamente as entidades responsáveis pelas políticas ou por investimentos ou ações relevantes nas respetivas áreas de intervenção.

Os grupos temáticos poderão ainda envolver outros atores convidados, a título permanente ou temporário, de forma a assegurar maior representatividade e capacidade de atuação a cada grupo. A missão destes grupos temáticos não é apenas a de monitorizar a aplicação das políticas e os investimentos em cada área temática; pede-se-lhes uma abordagem proactiva

de contacto com os promotores, de promoção das iniciativas estruturantes e de estímulo a novas realizações complementares ou sinérgicas relativamente às previstas na Estratégia.

Ações a implementar

L4.A1. Grupo de trabalho para a acessibilidade, mobilidade e logística – que terá por objetivo a cooperação e o trabalho em parceria entre as diferentes entidades com responsabilidade e competências ao nível das infraestruturas de transportes e operadoras (Secretaria de Estado das infraestruturas, REFER, CP, Infraestruturas de Portugal, Rodoviária Nacional, etc.), de modo a promover uma sensibilização para os objetivos do município neste domínio, a compatibilização entre interesses eventualmente divergentes e a criação de sinergias que promovam e facilitem o alcançar dos objetivos comuns. O ICNF deverá também ser incluído, dado algumas das infraestruturas e equipamentos previstos poderem incidir sobre territórios que estão sob a sua administração, bem como o setor empresarial, que, além de ser um dos principais interessados e afetados pelas opções tomadas neste âmbito, é o que tem um conhecimento mais aprofundado sobre os condicionalismos e requisitos que se colocam ao transporte das diferentes mercadorias. O grupo de trabalho deverá ainda estar articulado com a Região de Leiria, em particular no que respeita ao PAMUS que está a ser desenvolvido à escala da CIM.

L4.A2. Grupo de trabalho para a competitividade empresarial e o emprego – que integre os principais agentes do setor empresarial, entidades relevantes ao nível da investigação e desenvolvimento tecnológico e entidades formadoras, e que terá por objetivo identificar os principais obstáculos à competitividade empresarial, apontar estratégias para a sua mitigação e as grandes prioridades estratégicas neste domínio, e fomentar a criação de redes e parcerias que permitam aumentar a competitividade e a criação de emprego, bem como maximizar o acesso aos instrumentos de apoio neste domínio. O trabalho deste grupo deverá visar o desenvolvimento de um plano de ação/pacto para a competitividade e o emprego assumido coletivamente.

L4.A3. Grupo de trabalho para a preservação e valorização do ambiente e a prevenção de riscos – as ações a implementar nestes domínios implicam uma articulação próxima, cooperação e coordenação entre as entidades com responsabilidade na gestão do território, o setor turístico e a proteção civil, entre as quais se destacam, além da Câmara Municipal, o ICNF, a APA, o Turismo do Centro, os agentes do setor turístico, as associações – ambientais, orientação, etc. – e as entidades ligadas à proteção civil. Neste contexto, será fundamental criar um grupo de trabalho que tenha por objetivo desenvolver as estratégias e os planos de ação para a preservação recursos naturais, da biodiversidade e da paisagem, de minimização de riscos, e de promoção das atividades de recreio e lazer com fortes ligações à paisagem e recursos naturais.

L4.A4. Rede Social do concelho da Marinha Grande – um dos principais desafios identificados ao nível da ação social e a integração das respostas, a articulação e complementaridade entre as atuações das diferentes instituições e a promoção do trabalho colaborativo e em rede e da partilha de recursos. Para alcançar estes

objetivos, a Rede Social do concelho da Marinha Grande assume-se como uma plataforma privilegiada, que poderá promover o aprofundamento do trabalho em parceria entre as diferentes instituições, a capitalizar com dinamismo existente no terceiro setor concelhio, e definir um quadro mais articulado e permanente de respostas sociais que permita uma abordagem mais estável e estratégica.

L4.A5. Plataforma de cooperação para as atividades turísticas, culturais, desportivas e de recreio – tal como no domínio social, uma dos principais desafios que se coloca ao concelho em matéria cultural, desportiva e recreativa radica-se no estreitamento da cooperação entre os agentes do setor, que permita a otimização dos equipamentos e recursos e articulação das ofertas e atividades. Neste contexto, é fundamental criar uma plataforma que permita aprofundar a cooperação, a partilha e o trabalho em rede entre estas instituições.

L4.A6. Criar dois grupos de trabalho para a elaboração e implementação dos Planos de Ação Territorial de São Pedro de Moel e da Praia de Vieira – como foi referido relativamente a estes planos, o seu carácter abrangente e integrado implica o envolvimento e a concertação de objetivos e de atuações por parte de um amplo leque de atores. De igual modo, a sua implementação terá de envolver um conjunto alargado de ações cuja promoção e responsabilidade ficará a cargo de diferentes agentes, que terão, por tal, de estar ativamente envolvidos no processo desde o seu início. A metodologia de desenvolvimento dos planos de ação territorial terá assim de incluir as seguintes fases: identificação e mobilização dos atores e sua inclusão no grupo de trabalho; construir a colaboração e forjar o consenso; formalizar o compromisso com as vias a seguir; negociar e acordar o plano de ação. Os atores a serem envolvidos em cada um dos grupos de trabalho devem incluir: i) os que partilham um interesse pelo território em questão, seja qual for a natureza deste interesse (social, económica, cultural, ambiental, etc.); ii) os que sejam afetados ou que afetem uma questão prioritária ou a ação; iii) os que possuam a informação, os recursos e as aptidões necessárias para a conceção da estratégia e a implementação do plano de ação; iv) os que controlem os instrumentos necessários para a implementação. De forma não exaustiva, será imprescindível integrar as entidades com responsabilidade na gestão do território, os agentes económicos, culturais, turísticos, associativos, entre outros, e a população local.

L4.A7. Parceria para a requalificação e regeneração do centro tradicional da Marinha Grande – o projeto de requalificação do centro tradicional proposto só será possível mediante uma ampla convergência de interesses e o empenho de diferentes agentes do território. Para a sua conceção e implementação será assim necessário mobilizar, além dos decisores políticos, todos os cidadãos e, em particular o tecido empresarial e restantes agentes económicos, com especial incidência nos setores do comércio, hotelaria e restauração.

L4.A8. Grupo de trabalho para a promoção turística e o marketing territorial – envolvendo os agentes locais, incluindo os ligados ao turismo de natureza, industrial e de negócios, e, ao nível supra municipal, além da CIM da Região de Leiria o

Turismo do Centro e outros concelhos, em particular os que fazem parte do “Polo de Desenvolvimento Turístico de Leiria – Fátima” e do Médio Tejo, como Tomar.

Indicadores Economico e Sociais da Marinha Grande no contexto regional e Nacional

Temáticas e Indicadores de Análise Territorial		Ano	Posição absoluta					Posição relativa do concelho			Fonte	
			Unidade	Marinha Grande	Região de Leiria	Centro	Portugal	Unidade	Região de Leiria	Portugal		
População e território												
População	População Total	2011	nº	38 681	294 632	2 327 755	10 562 178	%	13,1%	0,4%	INE, Censos	
	Taxa de crescimento populacional	2001-11	%	8,7%	2,1%	-0,9%	2,0%	em p.p.	6,7	6,8	INE, Censos	
	Taxa de crescimento natural	2001-11	%	1,3%	-0,5%	-2,6%	0,2%	em p.p.	1,8	1,1	INE, Censos	
	Taxa de crescimento migratório	2001-11	%	7,4%	2,6%	1,8%	1,8%	em p.p.	4,8	5,6	INE, Censos	
Densidade Populacional	Relativa à área total	2011	Hab./km2	207	120	83	115	Índice	171,7	180,3	INE, Censos	
	Ajustada à superfície urbana	2011	Hab./km2	1320	327	210	219	Índice	404,1	602,6	INE, Censos e DGT	
Estratos Etários	Índice de Envelhecimento	2011	nº	123	141	163	128	Índice	87,5	96,5	INE, Censos	
	Índice de Juventude	2011	nº	81	71	61	78	Índice	114,2	103,6	INE, Censos	
Habilitações	Nenhum nível de escolaridade	2011	%	19%	21%	20%	19%	em p.p.	-2,3	-0,4	INE, Censos	
	Básico	2011	%	56%	56%	56%	55%	em p.p.	0,5	1,0	INE, Censos	
	Secundário	2011	%	15%	13%	12%	13%	em p.p.	1,9	1,7	INE, Censos	
	Pós-secundário e superior	2011	%	10%	11%	11%	13%	em p.p.	-0,2	-2,2	INE, Censos	
Densidade de alojamentos		2011	nº/km2	117	70	51	64	Índice	168,7	184,1	INE, Censos	
Alojamento	Residência Habitual	2011	nº	15 306	112 928	893 857	3 991 112	%	13,6%	0,4%	INE, Censos	
	Peso dos alojamentos vagos	2011	% aloj.	16,0%	14,0%	13,6%	12,5%	em p.p.	2,0	3,4	INE, Censos	
	Idade média dos edifícios	2011	nº anos	34	#N/A	38	38	Índice	#N/A	89,4	INE, Censos (*)	
	Necessidades de reparação	2011	% edifícios	26,6%	28,8%	28,6%	28,9%	em p.p.	-2,3	-2,3	INE, Censos	
Taxa de urbanização		2011	%	38%	25%	35%	61%	em p.p.	12,5	-23,2	INE, Censos	
Empresas e perfil de especialização produtiva												
Emprego	Emprego Total	2011	nº	16 483	123 649	902 047	4 290 388	%	13,3%	0,4%	INE, Censos	
Emprego por Setores de Atividade (total = 100%)	Agricultura, sivilcultura e pescas	2011	%	0,3%	2,1%	3,8%	3,0%	Índice	15,7	10,8	INE, Censos	
	Indústria	Extrativa	2011	%	0,1%	0,7%	0,4%	0,3%	Índice	16,4	37,9	INE, Censos
		Alimentar	2011	%	0,6%	1,8%	2,4%	1,8%	Índice	34,6	33,5	INE, Censos
		Textil, vestuário e calçado	2011	%	0,6%	2,3%	2,6%	4,4%	Índice	26,3	13,6	INE, Censos
		Madeira, cortiça e mobiliário	2011	%	1,2%	2,7%	2,2%	1,8%	Índice	46,1	67,4	INE, Censos
		Papel e publicações	2011	%	1,6%	0,8%	1,0%	1,0%	Índice	189,6	155,8	INE, Censos
		Química	2011	%	8,1%	3,2%	1,4%	1,2%	Índice	250,3	694,9	INE, Censos
		Metálica	2011	%	20,6%	7,0%	4,4%	2,8%	Índice	294,9	741,2	INE, Censos
		Mecânica e eletrónica	2011	%	2,5%	1,6%	1,8%	1,7%	Índice	158,9	149,2	INE, Censos
	Serviços	Material de transporte	2011	%	1,5%	0,9%	1,5%	1,1%	Índice	161,7	131,1	INE, Censos
		Material de construção	2011	%	11,4%	5,3%	2,8%	1,0%	Índice	216,2	1090,4	INE, Censos
		Construção	2011	%	2,8%	10,3%	8,8%	8,0%	Índice	27,6	35,5	INE, Censos
		Energia, água e saneamento	2011	%	0,6%	1,3%	1,3%	1,3%	Índice	49,5	47,9	INE, Censos
		Transportes e logística	2011	%	2,5%	4,1%	4,1%	4,7%	Índice	62,2	53,5	INE, Censos
		Distribuição e comércio	2011	%	15,0%	19,0%	18,3%	17,4%	Índice	79,1	86,0	INE, Censos
		Serviços empresariais	2011	%	8,9%	9,9%	9,6%	13,7%	Índice	89,9	65,2	INE, Censos
Hotelaria e restauração		2011	%	4,9%	5,1%	5,8%	6,7%	Índice	97,0	73,2	INE, Censos	
Sern. Públ.	Educação, saúde e cultura	2011	%	12,7%	16,7%	21,2%	20,7%	Índice	75,9	61,2	INE, Censos	
	Administração pública	2011	%	3,9%	5,5%	6,8%	7,3%	Índice	70,6	52,9	INE, Censos	
Unidades empresariais	Unidades empresariais	2013	nº	4 348	34 682	250 009	1 148 901	%	12,5%	0,4%	INE, SCI Empresas (**)	
	Taxa de crescimento estabelecimentos	2011-13	%	-5,8%	-4,6%	-1,2%	-1,5%	em p.p.	-1,2	-4,2	INE, SCI Empresas (**)	
Turismo	Capacidade de alojamento	2014	nº	1 076	4 094	44 784	338 346	%	26,3%	0,3%	INE, Estatísticas Turismo	
	Dormidas	2014	nº	90 360	368 046	4 314 391	48 171 771	%	24,6%	0,2%	INE, Estatísticas Turismo	
	Estada média de hóspedes estrangeiros	2014	nº	2,7	1,9	1,8	2,8	Índice	142,1	96,4	INE, Estatísticas Turismo	
	Sazonalidade (% dormidas entre julho e setembro)	2014	%	55,1%	42,9%	39,8%	39,4%	em p.p.	12,2	15,7	INE, Estatísticas Turismo	
Rendimento	Ganho médio	2013	€	1 156	979	940	x	Índice	118,0	x	ME, Quadros Pessoal	
Ambiente e território												
Superfície Agrícola	S.A.U total	2009	nº (hec.)	154	18 253	570 008	3 668 121	%	0,8%	0,0%	NE, Recenseam. Agrícola (**)	
	Territórios artificializados	2006	nº (hec.)	1 775	14 678	91 396	309 133	%	12,1%	0,6%	DGT, Corine Land Cover (***)	
	tecido urbano e outros usos	2006	nº (hec.)	1 156	75 536	1 013 781	4 197 723	%	1,5%	0,0%	DGT, Corine Land Cover (***)	
	Áreas agrícolas e agro-florestais	2006	nº (hec.)	15 752	154 227	1 683 646	4 258 951	%	10,2%	0,4%	DGT, Corine Land Cover (***)	
	Florestas e meios naturais e semi-natu	2006	nº (hec.)	41	467	29 687	139 493	%	8,9%	0,0%	DGT, Corine Land Cover (***)	
Proporção de superfície de Sítios da RN 2000 e ZPEs		2014	(%)	0,0%	19,9%	17,3%	26,8%	em p.p.	-19,9	-26,8	ICNB, INE	
Resíduos urbanos	Total recolhidos por habitante	2014	kg/ hab.	502	386	411	453	Índice	130,1	110,8	INE, Est. Resíduos Municipai	
	Recolhidos seletivamente por habitant	2014	kg/ hab.	67	58	39	61	Índice	115,5	109,8	INE, Est. Resíduos Municipai	
Tratamento e abastecimento de água	Estações de tratamento de águas resid	2009	nº	93	51	67	x	nº	182%	x		
	Sistemas de drenagem de águas residu	2009	nº	100	65	73	x	nº	153%	x		
	Sistemas de abastecimento de água	2009	nº	100	90	85	x	nº	111%	x		
Consumo de combustível automóvel, por habitante		2014	tep/hab	0,33	0,70	0,65	0,52	Índice	47,7	63,4	MAOTE - DGE	
Perfil social da população												
População ativa	Total população ativa	2011	nº (mil.)	18 419	137 838	1 056 225	5 023 367	%	13,4%	0,4%	INE, Censos	
	Taxa de atividade (face à pop. total)	2011	(%)	47,6%	46,8%	45,4%	47,6%	em p.p.	0,8	0,1	INE, Censos	
Insucesso escolar	Taxa de abandono escolar	2011	(%)	0,9%	1,1%	1,4%	1,6%	em p.p.	-0,2	-0,7	INE, Censos	
	Taxa de analfabetismo	2011	(%)	4,9%	6,4%	6,4%	5,2%	em p.p.	-1,6	-0,3	INE, Censos	
Desemprego no momento censitário	Total desemprego	2011	nº (mil.)	2 044	13 174	116 014	662 180	%	15,5%	0,3%	INE, Censos	
	Taxa de desemprego	2001-11	(%)	11,1%	9,6%	11,0%	13,2%	em p.p.	1,5	-2,1	INE, Censos	
Índice de dependência	Total ID	2011	%	50,4%	54,0%	56,6%	51,3%	em p.p.	-3,6	-0,9	INE, Censos	
	Jovens	2011	%	22,6%	22,4%	21,5%	22,5%	em p.p.	0,1	0,0	INE, Censos	
	Idosos	2011	%	27,8%	31,6%	35,1%	28,8%	em p.p.	-3,8	-1,0	INE, Censos	
	Variação do total	2001-11	p.p.	7	4	4	4	em p.p.	x	x	INE, Censos	
Proporção famílias unipessoais com mais de 65 anos		2011	%	9,7%	11,0%	11,8%	10,1%	em p.p.	-1,3	-0,4	INE, Censos	
Beneficiários do RSI		2014	nº	1 114	5 515	48 559	320 357	%	20,2%	0,3%	MSESS, inst. Informático	

(*) dados para NUTS III correspondem à configuração de NUTS III em vigor até 2012. Efetuou-se a correspondência mais aproximada possível.

(**) INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas; (***) Estatísticas sem atualização anual - Recenseamento Agrícola com dados disponíveis para 2013 apenas ao nível de NUTS II; Corine Land Cover (DGT) com dados disponível para 1990, 2000 e 2006.